



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIENCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA

Vivian Karla de Sena

RECONSIDERANDO A MATERIALIDADE NO SÍTIO ARQUEOLÓGICO MACAGUÁ I

Recife 2013

Vivian Karla de Sena

**Reconsiderando a Materialidade no Sítio Arqueológico Macaguá I**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação  
em Arqueologia da Universidade Federal de  
Pernambuco como requisito parcial para obtenção  
do título de doutora em Arqueologia.

Orientador: PhD. Scott Joseph Allen

Recife 2013

Catálogo na fonte  
Bibliotecária Divonete Tenório Ferraz Gominho, CRB4-985

S474r Sena, Vivian Karla de.  
Reconsiderando a materialidade no sítio arqueológico Macaguá I /  
Vivian Karla de Sena. – Recife: O autor, 2013.  
277 f. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Scott Joseph Allen  
Tese (doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.  
Programa de Pós-graduação em Arqueologia, 2013.  
Inclui referências.

1. Arqueologia. 2. Interpretação do patrimônio material e cultural. 3.  
Contato linguístico. I. Allen, Scott Joseph. (Orientador). II. Título.

301 CDD (22.ed.)

UFPE (BCFCH2014-38)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE ARQUEOLOGIA  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA**

**ATA DA DEFESA DA TESE DA ALUNA VIVIAN KARLA DE SENA**

Às 8 horas do dia 09 (nove) de Setembro de 2013 (dois mil e treze), no Curso de Doutorado em Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco, a Comissão Examinadora da Tese para obtenção do grau de Doutor, apresentada pela aluna **Vivian Karla de Sena**, sob a orientação do **Prof. Dr. Scott Joseph Allen**, intitulada “*Reconsiderando a materialidade no sítio arqueológico Macaguá I*”, em ato público, após arguição feita de acordo com o Regimento do referido Curso, decidiu conceder à mesma o conceito “Em Exigência”, em resultado à atribuição dos conceitos dos professores: **Antoine Lourdeau, Henry Sócrates Lavalle Sullasi, Marcos Antônio Gomes de Mattos Albuquerque, Fabio Mafra Borges e Jose Luis Ruiz-Peinado Alonso**. Assinam também a presente ata, a Coordenadora, Profa. Anne-Marie Pessis e a secretária Luciane Costa Borba para os devidos efeitos legais.

Recife, 09 de Setembro de 2013

Prof. Dr. Antoine Lourdeau

Prof. Dr. Henry Sócrates Lavalle Sullasi

Prof. Dr. Marcos Antônio Gomes de Mattos Albuquerque

Prof. Dr. Fabio Mafra Borges

Prof. Dr. Jose Luis Ruiz-Peinado Alonso

Profª Dra. Anne-Marie Pessis

Luciane Costa Borba

## RESUMO

Os contextos de contato no Nordeste do Brasil foram estudados por muito tempo com base em analogias históricas diretas, através de descrições de tipos de artefatos. Esses artefatos por sua vez, têm se prestado a interpretações fundamentadas no resultado das mudanças culturais ocorridas em contextos de interação, como o caso do discurso da rápida substituição de cultura material indígena com a inserção de elementos e técnicas de confecção importados da Europa, ou mesmo o desaparecimento de tipos específicos de artefatos, como o lítico. O estudo da materialidade do contato centrado na mudança ou substituição de objetos materiais tem motivado a percepção de culturas estáticas que se estende até a pré-história, limitando a leitura de contextos materiais e sociais complexos que antecedem na maioria das vezes, a chegada de europeus. Aliados a esse discurso, arqueólogos têm explicado as mudanças culturais a partir de tipologias e taxonomias de objetos, sem considerar que os contextos em que se desencadearam tais situações foram responsáveis pela produção de objetos materiais que participaram ativamente na construção de mundos materiais e idealizados. A identificação de artefatos cerâmicos em associação com o padrão de assentamento concebidos no interior do modelo da Tradição Tupiguarani nesses contextos arqueológicos tem tido um papel fundamental na reafirmação de discursos de mudança cultural. O sítio Macaguá I, alocado na Microrregião de Serra de Santana, no semiárido Potiguar, tem sido um dos alvos dessa leitura de uma materialidade concebida no seio de abordagens ecológicas da cultura. Nele foram identificadas cerâmicas com decoração policroma em associação com miçangas de vidro azul, trazidas da Europa a partir do século XVI. Nas explicações simplistas que se deram desse contexto material percebi que o reconhecimento do padrão de assentamento Tupi associado à percepção normativa dos elementos técnicos dos objetos cerâmicos não representam a realidade da complexidade percebida nas expressões da materialidade que porventura estão presentes nesse contexto. Essa discussão perpassa ainda os limites da interpretação arqueológica da materialidade presente em situações sociais de interação chegando até mesmo a ser influenciada pela *práxis* da arqueologia com a escolha de metodologias adequadas ao estudo desse contexto específico. O uso de reducionismos para explicar a formação da materialidade nesse contexto pode ser demonstrado pela dicotomia que se coloca na relação entre os dados objetivos resultantes do uso do método hipotético dedutivo e do uso de interpretações teóricas mais amplas, com preceitos do evolucionismo e da teoria de médio alcance para explicar o comportamento social e cultural de sociedades no passado. Com o objetivo de reconsiderar e compreender a materialidade do contato mediante o contexto arqueológico do sítio Macaguá I foi imprescindível adotar uma construção do conhecimento arqueológico que fornecesse uma maior fluidez já que os objetos materiais segundo o conceito adotado para materialidade nesse estudo perpassa a ideia de que são meras coisas ultrapassando a contradição entre coisas e pessoas imposta pelas leis gerais de teorias normativas da cultura. Assim a adoção da abordagem hermenêutica para a compreensão da materialidade permitiu atravessar as limitações anteriormente expostas, de fato que não influenciou apenas na escolha de abordagens teóricas e conceituais adequadas ao estudo, mas também na própria construção textual da leitura e interpretação que trago acerca da materialidade no sítio Macaguá I.

**Palavras-Chave:** Materialidade; Contato; Contexto; Interpretação Arqueológica.

## ABSTRACT

The study of the materiality of the contact is centered on the change or replacement of material objects has motivated the perception of static cultures that extends up to the pre-history, limiting the reading materials and complex social contexts that precede in most times, the arrival of Europeans. Allied to this discourse, archaeologists have explained the cultural changes from typologies and taxonomies of objects, without considering that the contexts in which unfolded such situations were responsible for the production of material objects that actively participated in the construction of worlds. The identification of ceramic artifacts in association with settlement patterns designed inside the model of Tradition Tupiguarani populations in archaeological contexts has played a fundamental role in the reaffirmation of discourses of cultural change. The Macagua I site, allocated in the Microrregião de Serra de Santana, in semi-arid Potiguar, has been one of the targets of this reading of a materiality conceived in the womb of eco approaches of culture. There were identified ceramics with polychrome decoration in association with beads of blue glass, traded from Europe from the 16th century. In oversimplified explanations that gave this context material realized that the recognition of the pattern of settlement Tupi associated with normative perception of technical elements of ceramic objects do not represent the reality of the perceived complexity Perceived in terms of materiality that perhaps are present in this context. This discussion transcends even the limits of archaeological interpretation of materiality present in social situations of interaction even to be influenced by the praxis of archeology with the choice of appropriate methodologies to study this specific context. The use of reductionism to explain the formation of materiality in this context can be demonstrated by dichotomy that arises in the relationship between the objective data resulting from the use of the hypothetical deductive method and the use of more extensive theoretical interpretations more extensive, with theoretical precepts of evolutionism and the theory of middle-range to explain the social behavior and cultural societies in the past With the objective to reconsider and understand the materiality of the contact through the context of archaeological site Macagua I was indispensable to adopt a construction of archaeological knowledge that would provide a greater fluidity already that the objects materials according the concept adopted for materiality In this study permeates the idea that are mere things surpassing the contradiction between persons and things imposed by general laws of normative theories of culture. Thus the adoption of the hermeneutic approach to the understanding of materiality has allowed crossing the limitations previously exposed, in fact that not only influenced the choice of appropriate conceptual and theoretical approaches to study, but also in their own construction of textual reading And interpretation that I bring about the materiality in place Macagua I.

**Key-Words:** Materiality; Contact; Context; Archaeological Interpretation.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa hipsométrico da Microrregião da Serra de Santana – RN. Fonte: MAPSTORE. Adaptação: Espinola, 2013. ....	29
Figura 2 - Sítios arqueológicos identificados na Microrregião de Serra de Santana. A) Florânia; B) Santana do Matos; C) Tenente Laurentino Cruz; D) Cerro Corá.....	32
Figura 3 - Delimitação das manchas do Sítio Aldeia da Serra de Macaguá I, campanha 2009. Elaboração de Espinola, 2013 adaptado de Nogueira, 2011.....	38
Figura 4 - Desenho gráfico da estratigrafia. Elaboração de Espinola, 2012 adaptado de Nogueira, 2011. ....	40
Figura 5 - Vestígio quadrangular. Fonte: Nogueira, 2011. ....	41
Figura 6 - Fragmentos de louça e vidro dispostos em superfície. ....	44
Figura 7 - Frequência de artefatos nas áreas de intervenção arqueológica no sítio Aldeia da Serra de Macaguá I. ....	45
Figura 8 - Cerâmica policroma. Sena, 2013.....	45
Figura 10 - Frequência dos tipos de artefatos coletados em superfície no sítio Aldeia da Serra de Macaguá I, RN. ....	46
Figura 9 - Fuso produzido em cerâmica. Fonte, Nogueira, 2011. Desenho: Angélica Borges. ....	46
Figura 11 - Fragmento de louça. Nogueira, 2011. ....	47
Figura 12 - Frequência dos tipos de artefatos encontrados em escavação no sítio Aldeia da Serra de Macaguá I, RN.....	49
Figura 13 - Miçangas encontradas na escavação do Sítio Aldeia da Serra de Macaguá I, 2009. Fonte: Nogueira, 2011. ....	49
Figura 14 - Carta Topográfica. Sítios Macaguá I (Vestígios) e Tapera do Marcolino. ....	56
Figura 15 - Vista Geral do Sítio Tapera do Marcolino. Note-se no local, diferentemente da área do sítio Macaguá I, a presença de vestígios de queimadas resultantes da preparação do terreno para cultivo recente. ....	59
Figura 16 - Fragmento de corpo de garrafa em vidro no sítio Tapera do Marcolino. Notem-se as marcas da manufatura industrial da peça produzida no contexto do século XX. ....	60
Figura 17 - Vista geral das unidades de escavação do VA - 1.....	65
Figura 18 - Delimitação das unidades de escavação no VA - 1 (N939 L1125; N939 L1126; N940 L1125; N940 L1126). ....	66
Figura 19 - Fragmento de amazonita encontrado no VA-1, Unidade N936 L1119 (Decapagem 3, Profundidade 38cm). ....	67
Figura 20 - Corte Estratigráfico. Unidade N944 L1117 - Perfil Sul.....	70
Figura 21 - Corte estratigráfico. Unidade N944 L1117 – Perfil Leste.....	70
Figura 22 - Corte Estratigráfico. Unidade N938 L1120 – Perfil Norte.....	71
Figura 23 - Vista geral das Unidades do VA-2. ....	72
Figura 24 - Delimitação das unidades de escavação do VA - 2.....	72
Figura 25 - Elemento vertical (combustão). Setor A - N1047 L1048 e L1047 - Perfil Sul – Prof. 64 cm (Estaca Elev.).....	74

Figura 26 - Elemento vertical (combustão) Setor A - N1047 e N1048 L1042 - Perfil Oeste - Prof 69 cm. Desenho Estratigráfico.....	75
Figura 27 - Conta de Colar em Malacológico encontrada no VA-1.....	76
Figura 28 - Corte Estratigráfico. Unidade N1044 L1041 - Perfil Norte.....	77
Figura 29 – Delimitação das unidades de escavação VA – 4.....	79
Figura 30 - Setor A - N1256 e N1257 L1152 - Perfil Oeste – Prof. 57cm.....	79
Figura 31 - Frequência de artefatos. Unidade N936 L1119.....	81
Figura 32 - Frequência de artefatos. Unidade N939 L1116.....	81
Figura 33 - Borda reforçada de vasilhame cerâmico com decoração pintada em motivos policromos (note-se a presença de faixa em vermelho próximo ao lábio).....	82
Figura 34 - Fragmento de cerâmica com decoração policroma cuja borda foi encontrada em pesquisas desenvolvidas no ano de 2009 e o bojo e a base foram identificados nas pesquisas de 2012.....	83
Figura 35 - Frequência de tipos de artefatos identificados nas intervenções arqueológicas de subsuperfície.....	84
Figura 36 - Esquema da descrição do Padrão de Assentamento Tupi baseado em modelos hipotéticos formulados com base em registros etno históricos.....	90
Figura 37 - Esboço da idealização de um assentamento Tupinambá inserido no contexto ambiental. Fonte: Assis, 1996.....	98
Figura 38 - Disposição das manchas encontradas no sítio Aldeia do Baião, Araripina-PE. Fonte: Martin, 2008.....	104
Figura 39 - Esquema da atuação dos fenômenos da assimilação para explicar a mudança cultural em grupos da tradição Tupi a partir do contexto arqueológico, sob a ótica da teoria da aculturação.....	119
Figura 40 - Mapa produzido a partir da reconstrução histórica do caminho percorrido por Baro em 1647 em sua viagem ao sertão do Rio Grande do Norte. Em destaque a Serra de Santana. Fonte: Macedo, 2007.....	148
Figura 41 - Miçanga (square-tubular navy blue) encontrada na superfície da Mancha 3. Foto: Barbosa, 2011.....	156
Figura 42 - Miçanga em vidro azul turquesa (square cross section turquoise) encontrada durante as escavações da Mancha 3. Foto: Barbosa, 2011.....	156
Figura 43 - Miçanga (twisted glass turquoise) encontrada durante as escavações da Mancha 3. Foto: Barbosa, 2011.....	157
Figura 44 - Fragmento de miçanga (twisted glass) encontrado em escavações da Mancha 3. Foto: Barbosa, 2011.....	157
Figura 45 - Miçangas ‘Nueva Cadiz’ encontradas no sítio arqueológico Nueva Cadiz, Venezuela. Fonte: <a href="http://www.flmnh.ufl.edu">http://www.flmnh.ufl.edu</a> , consulta em 20-06-2012.....	158
Figura 46 - Miçangas Square-Crosss Section Turquoise ou ‘Nueva Cadiz’ encontradas em escavações do Projeto Jamestown Rediscovery’s. Fonte:LAPHAM, 2001.....	160
Figura 47 - Miçangas Square-Tubula Navy Blue ou ‘Nueva Cadiz’ encontradas em escavações do Projeto Jamestown Rediscovery’s. Fonte:LAPHAM, 2001.....	160
Figura 48 - Centros de produção de bens manufaturados e rotas de expansão comercial europeia no período colonial. Fonte: Elaboração de Espinola, 2012 adaptado de Dubin, 2009.....	164

Figura 49 - Miçangas de vidro azul encontradas nos sítios do RJ. Fonte: Buarque, 2009. ...	165
Figura 50 - Frequência das categorias de material lítico identificadas no acervo estudado. .	182
Figura 51 - Frequência de artefatos lascados e polidos no contexto arqueológico do sítio Macaguá I. ....	182
Figura 52 - Frequência dos tipos de matéria-prima identificados no conjunto de artefatos lascados. ....	188
Figura 53 - Frequência das classes de artefatos lascados. ....	192
Figura 54 - Relação da matéria-prima com as classes de artefatos. ....	194
Figura 55 - Relação do córtex evidenciado nas lascas de débitage, estilhas, estilhas pontiagudas e fragmentos. ....	195
Figura 56 - Frequência de classes de artefatos por matéria-prima. ....	201
Figura 57 - Artefato confeccionado em hematita. Note-se o arredondamento provocado pelo emprego de técnicas de abrasão. ....	202
Figura 58 - Fragmentos de artefatos confeccionados em amazonita, identificados no contexto do sítio Macaguá I. ....	203
Figura 59 - Calibrador em canaleta confeccionado em arenito. ....	203
Figura 60 - Calibrador em canaleta produzido em granito. ....	204
Figura 61 - Calibrador em canaleta produzido em xisto. ....	204
Figura 62 - Amazonita com face polida. ....	206
Figura 63 - Fragmento de artefato lítico com mais de uma face polida. ....	207
Figura 64 - Delimitação dos vestígios no Sítio Macaguá I. A) Delimitação dos VA's a partir das intervenções arqueológicas segundo Allen e Sena (2013). B) Delimitação das Manchas a partir das escavações segundo Nogueira (2011). ....	215
Figura 65 - Frequência de morfologias cerâmicas por nível da M-3. ....	216
Figura 66 - Frequência de morfologia cerâmica por camada do VA - 1. ....	217
Figura 67 - Frequência de morfologias cerâmica por camada do VA - 2. ....	218
Figura 68 - Frequência de morfologias cerâmicas por camada do VA - 4. ....	218
Figura 69 - Frequência de TSI x TSE e decoração na M-3. ....	220
Figura 70 - Continuação da Frequência de TSI x TSE e decoração na M-3. ....	220
Figura 71 - Frequência de TSI x TSE e decoração no VA - 1. ....	221
Figura 72 - Frequência de TSI x TSE e decoração no VA - 2. ....	221
Figura 73 - Frequência de TSI x TSE e decoração no VA - 4. ....	222
Figura 74 - Frequência das características técnicas da pasta argilosa empregada na confecção cerâmica do sítio Macaguá I. ....	224
Figura 75 - Frequência das técnicas de queima empregadas na confecção dos artefatos cerâmicos do sítio Macaguá I. ....	225
Figura 76 - Frequência das classes de peças cerâmicas representadas no acervo do sítio Macaguá I. ....	225
Figura 77 - Frequência das técnicas de manufatura nas classes de Fragmento e Objeto. ....	226
Figura 78 - Frequência das classes de tratamento de superfície interno no acervo estudado. ....	226
Figura 79 - Frequência de classes de objeto no acervo cerâmico estudado. ....	227
Figura 80 - Frequência das classes de queima nas cerâmicas com pasta argilosa com adição de areia. ....	228

Figura 81 - Frequência das classes de queima nas cerâmicas com pasta argilosa com adição de areia e bolo de argila. ....	229
Figura 82 - Frequência de queima Completa Redutora em vasilhames com Acabamento de Superfície Alisado, Pintado e Polido. ....	230
Figura 83 - Frequência de queima Incompleta Oxidante em vasilhames com Acabamento de Superfície Alisado, Pintado e Polido. ....	230
Figura 84 - Frequência de queima Completa Redutora em vasilhames com Acabamento de Superfície Alisado, Pintado e Polido. ....	231
Figura 85 - Frequência de queima Completa Redutora em objetos cerâmicos produzidos com técnicas de manufatura Roletado e Modelado. ....	232
Figura 86 - Frequência de queima Incompleta Oxidante em objetos cerâmicos produzidos com técnicas de manufatura Roletado e Modelado. ....	232
Figura 87 - Frequência de queima Incompleta Redutora em objetos cerâmicos produzidos com técnicas de manufatura Roletado e Modelado. ....	232
Figura 88 - Frequência do emprego de pasta do tipo Areia em objetos cerâmicos produzidos com técnicas de manufatura Roletado e Modelado. ....	233
Figura 89 - Frequência do emprego de pasta do tipo Bolo de Argila e Areia em objetos cerâmicos produzidos com técnicas de manufatura Roletado e Modelado. ....	233
Figura 90 - Frequência do emprego da técnica de Modelagem nos objetos com diferentes tipos de acabamento de superfície. ....	234
Figura 91 - Frequência do emprego da técnica de Roletado nos objetos com diferentes tipos de acabamento de superfície. ....	234
Figura 92 - Frequência de vasilhames com Monocromia em Branco na superfície interna e suas variações na parte externa. ....	236
Figura 93 - Frequência de vasilhames com Monocromia em Vermelho na superfície interna e suas variações na parte externa. ....	236
Figura 94 - Frequência de vasilhames com motivos pintados em Policromia na superfície interna e suas variações na parte externa. ....	237
Figura 95 - Fragmento de borda com decoração pintada na superfície interna 1ª seção de motivo 1. ....	239
Figura 96 - Fragmento de base com decoração pintada na superfície interna 3ª seção de motivo 1. ....	240
Figura 97 - Fragmento de vasilhame cerâmico com decoração pintada na superfície interna 3ª seção de motivo 1. ....	240
Figura 98 - Fragmento de bojo cerâmico com decoração pintada na superfície interna 2ª seção do motivo 1. ....	241
Figura 99 - Fragmento de vasilhame cerâmico com decoração pintada na superfície interna apresentando uma composição com as 3 seções de motivo 1. ....	242
Figura 100 - Fragmento de bojo com decoração pintada na superfície interna apresentando o motivo 2. ....	243
Figura 101 - Fragmento de borda com decoração pintada na superfície externa apresentando motivo 1. ....	244
Figura 102 - Detalhe de banda vermelha representada na intersecção entre borda/bojo em fragmento de vasilhame do sítio Macaguá I. ....	245

Figura 103 - Detalhe de associação de banda vermelha e linhas curvas na superfície interna de borda de vasilhame do sítio Macaguá I. ....	246
Figura 104 - Detalhe de associação de banda vermelha e linhas curvas delimitando retas perpendiculares na superfície interna de borda de vasilhame do sítio Macaguá I. ....	247
Figura 105 - Representação dos motivos identificados nos vasilhames cerâmicos do sítio Aldeia do Baião, no semiárido pernambucano. Em destaque estão fragmentos de vasilhames modelados a partir de cestaria cuja impressão nota-se na textura da superfície externa. Ad Adaptado de Martin (2008). ....	248
Figura 106 - Detalhe de decoração com pintura policroma em borda de vasilhame cerâmico encontrado em Vila Flor no contexto da Missão Carmelita Nossa Senhora do Desterro de Gramació. Note-se a presença de bandas em vermelho no lábio e na seção borda/bojo, delimitando motivo de linhas curvas associadas a retas perpendiculares na borda. Foto: Santos, 2012. ....	249
Figura 107 - Miçangas identificadas do acervo arqueológico do IPHAN-RN, encontradas no contexto de Vila Flor. Note-se que a da direita é do tipo tubular navy-blue do mesmo tipo encontrada no contexto do sítio Macaguá I. Foto: Santos, 2012. ....	250
Figura 108 - Miçangas identificadas do acervo arqueológico do IPHAN-RN, encontradas no contexto da Missão de Nossa Senhora do Desterro de Gramació em Vila Flor. São do tipo faceted chevron, produzidas e comercializadas durante os séculos XVI e XVII em Veneza e Amsterdã. Foto: Santos, 2012. ....	251

## LISTA DE TABELA

Tabela 1 - Unidades de escavação e associação com vestígios.....	64
Tabela 2 - Decapagens das camadas e vestígio e associação com materiais arqueológicos....	68
Tabela 3 - Decapagens das camadas e vestígio e associação com materiais arqueológicos....	73
Tabela 4 - Decapagens das camadas e vestígio e associação com materiais arqueológicos....	78

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>2</b>	<b>O QUE NOS INFORMA O CONTEXTO ARQUEOLÓGICO?.....</b>	<b>28</b>
2.1	DO OBJETO DE ESTUDO – O SÍTIO ARQUEOLÓGICO MACAGUÁ I .....	37
2.2	POR UMA ARQUEOLOGIA DO CONTATO E DA MUDANÇA CULTURAL NA MICRORREGIÃO DE SERRA DE SANTANA .....	50
2.2.1	Reconhecimento e Identificação de Contextos Arqueológicos no Sítio Macaguá I .....	51
2.2.2	Levantamento Topográfico.....	52
2.2.3	Prospecções Visuais.....	57
2.2.4	Identificação e Caracterização de Contextos Arqueológicos .....	58
2.2.5	Delimitação do Sítio Macaguá I.....	61
2.2.6	Escavações Arqueológicas no Sítio Macaguá I.....	63
2.2.7	Escavações Arqueológicas no VA-1 .....	64
2.2.8	Escavações Arqueológicas no VA-2 .....	71
2.2.9	Escavações Arqueológicas no VA-4.....	77
2.2.10	Materiais Arqueológicos .....	80
<b>3</b>	<b>ABORDAGENS ARQUEOLÓGICAS NOS ESTUDOS DO PADRÃO DE ASSENTAMENTO TUPI.....</b>	<b>86</b>
3.1	DO USO DE FONTES ETNOHISTÓRICAS EM PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS DOS ESPAÇOS DE OCUPAÇÃO TUPI.....	92
3.2	DO REGISTRO ARQUEOLÓGICO DE ESPAÇOS DE OCUPAÇÃO TUPI NO NORDESTE BRASILEIRO .....	101
<b>4</b>	<b>DAS ARQUEOLOGIAS DO CONTATO E DA MUDANÇA CULTURAL.....</b>	<b>108</b>
4.1	O USO DE MODELOS ACULTURATIVOS E ABORDAGENS DIFUSIONISTAS EM ESTUDOS DO CONTATO E DA MUDANÇA CULTURAL .....	110
4.2	DOS OLHARES ARQUEOLÓGICOS DAS SITUAÇÕES DE CONTATO NO BRASIL .....	117
4.3	NOVOS OLHARES SOBRE MUDANÇA CULTURAL E CONTEXTOS DE INTERAÇÃO SOCIAL .....	124
4.4	O USO DE ABORDAGENS CONTEXTUAIS NA ARQUEOLOGIA DE CONTATO E DA MUDANÇA CULTURAL .....	130
4.5	POSSIBILIDADES PARA O ESTUDO DO CONTEXTO ARQUEOLÓGICO DO SÍTIO MACAGUÁ I .....	133
<b>5</b>	<b>O QUE NOS CONTA A ETNOHISTÓRIA? .....</b>	<b>137</b>

5.1	RECONHECENDO IDENTIDADES EM CRÔNICAS E OUTRAS HISTÓRIAS	140
5.2	DIALOGANDO COM CONTEXTOS SOCIAIS E HISTÓRICOS EM FONTES SECUNDÁRIAS.....	144
<b>6</b>	<b>ARTEFATOS EUROPEUS NO CONTEXTO DO SÍTIO MACAGUÁ I.....</b>	<b>153</b>
6.1	COMO AS MIÇANGAS DE VIDRO SE INSEREM NA MATERIALIDADE DO SÍTIO MACAGUÁ I.....	154
6.2	PEQUENAS MIÇANGAS, GRANDES HISTÓRIAS: EXPANSÃO E MERCANTILISMO NOS SÉCULOS XVI E XVII .....	162
<b>7</b>	<b>ARTEFATOS EM CONTEXTO E MATERIALIDADE DO CONTATO NO SÍTIO ARQUEOLÓGICO MACAGUÁ I .....</b>	<b>168</b>
7.1	OS ARTEFATOS LÍTICOS E A TRADIÇÃO TUPIGUARANI .....	177
7.1.1	Análises de Artefatos Líticos do Sítio Macaguá I .....	181
7.1.2	Análise dos Artefatos Lascados .....	185
7.1.3	Análises de Matéria-Prima.....	187
7.1.4	Análises da Obtenção dos Suportes .....	188
7.1.5	Metodologia de Análise dos Artefatos Polidos.....	189
7.1.6	Das Análises e Resultados .....	191
7.1.7	Artefatos Lascados do Sítio Macaguá I.....	191
7.1.8	Discussões Acerca dos Artefatos Lascados Identificados no Acervo Analisado.....	196
7.1.9	Artefatos Polidos do Sítio Macaguá I.....	199
7.1.10	Discussões Acerca dos Artefatos Polidos Identificados no Acervo Analisado	205
7.2	OS ARTEFATOS CERÂMICOS E OS SÍTIOS DA TRADIÇÃO TUPIGUARANI	209
7.2.1	Metodologia de Análise dos Artefatos Cerâmicos .....	210
7.2.2	Resultados das Análises dos Artefatos Cerâmicos do Sítio Macaguá I ...	214
7.2.3	Análises de Vasilhames com Decoração Pintada .....	235
<b>8</b>	<b>CONSIDERAÇÕES .....</b>	<b>253</b>

## REFERÊNCIAS

## ANEXO A

## ANEXO B

## 1 INTRODUÇÃO

Se a cultura é um texto, cujo significado está na polissemia produzida no intercruzamento de diferentes campos semânticos, o texto escrito a partir da interpretação (uma, entre as possíveis) de uma situação histórica específica (uma, entre inúmeras) é talvez o lugar privilegiado para apreender o processo de mediações culturais, de mudança de registro, de revisão de códigos, de traduções de uma para outra linguagem, que levou a construção do próprio texto (POMPA, 2003: 28).

Com a colonização dos territórios americanos, contextos materiais que se formaram à época dos primeiros encontros entre indígenas e europeus durante a conformação do mundo moderno, tem se apresentado como um dilema na explicação das sociedades do passado a partir do estudo arqueológico dos seus vestígios materiais (LIGHTFOOT, 1995; CUSICK, 1998).

Se por um lado, os materiais indígenas são representativos da continuidade das tradições arqueológicas definidas no âmbito de pesquisas sobre a pré-história (ALBUQUERQUE, 1982; TOCCHETTO, 1996) do continente americano, por outro lado artefatos europeus se apresentam como potenciais marcadores de mudanças sociais e culturais (BUARQUE, 1995; ZUSE e MILDNER, 2008) em sociedades tradicionais das Américas.

Em todos esses casos, os papéis definidores que tiveram os objetos materiais na construção de explicações sobre o modo de vida dessas populações se colocam como posturas tentadoras na criação de metáforas materiais para explicar as sociedades do passado (CUSICK, 1998).

Juntamente com isso, o exercício de contrair mundos físicos e idealizados para a compreensão de contextos materiais muitas vezes tem retornado para a arqueologia sobre a imposição da percepção dos papéis sociais e culturais que os artefatos exerceram na construção e formação dessas sociedades.

Essa dificuldade segue ainda atrelada à própria natureza das fontes arqueológicas das quais dispomos para acessar essas sociedades do passado através de suas criações materiais.

Quando tratamos de sociedades históricas, mesmo que tenhamos outras fontes que são próprias da arqueologia histórica como documentos escritos e mapas, por exemplo, não nos desvencilhamos dessa característica vestigial do passado presente nas fontes arqueológicas.

Como exemplo dos problemas enfrentados pela arqueologia histórica na explicação das sociedades do passado temos o sítio arqueológico Macaguá I, assentado sobre a Serra de Santana, no semiárido do Rio Grande do Norte.

No **sítio arqueológico Macaguá I, objeto de estudo** do presente trabalho, foi identificado um conjunto material constituído por artefatos de produção ‘indígena’ e artefatos de produção ‘europeia’. que poderia remeter aos primeiros séculos da colonização do Brasil.

Todavia, a presença de artefatos arqueológicos, representados em sua maioria por fragmentos de vasilhames cerâmicos com pintura policroma, vidro, grés e louça identificados durante as primeiras escavações arqueológicas ocasionou para esse contexto material novos problemas que ultrapassaram o estudo dos padrões de assentamento e dos perfis técnicos cerâmicos abordados nas pesquisas de Nogueira (2011) sobre o sítio Macaguá I.

Situações materiais semelhantes a essa já foram identificadas em contextos arqueológicos descobertos anteriormente no Brasil (ALBUQUERQUE, 1982; PROUS, 1992). Esses contextos logo foram atribuídos aos resultados materiais dos encontros coloniais entre indígenas e europeus, atribuindo aos sítios o *status* de sítios de contato.

A aproximação desses contextos arqueológicos com a situação verificada durante as escavações levou Nogueira (2011) a questionar a cronologia do sítio, até então considerado um contexto formado em período pré-histórico: “A presença de materiais arqueológicos de cronologia histórica (grês, louça, contas de vidro) levantou o seguinte questionamento: seria o sítio Aldeia da Serra de Macaguá I um sítio de contato entre indígenas e europeus no sertão potiguar?” (NOGUEIRA, 2011, p. 175).

No entanto, os questionamentos observados no estudo de Nogueira (2011) condizem em sua maioria com problemas enfrentados no estabelecimento de um corte cronológico para essa ocupação no semiárido do Rio Grande do Norte.

Mesmo tendo considerado a possibilidade de uma cronologia histórica para o sítio Macaguá I Nogueira (2011), influenciada pela abordagem funcionalista, considerou a partir de explicações ecológicas e econômicas que as persistências materiais observadas tanto em vasilhames cerâmicos quanto no padrão de assentamento foram resultado de uma continuidade cultural que pode ser representativa da presença da subtradição Tupinambá no semiárido do Rio Grande do Norte.

Logo, Nogueira (2011) argumentou baseada em estudos da pré-história brasileira que definiram a Tradição Tupiguarani (ALBUQUERQUE, 1982; BROCHADO, 1984; PROUS, 1992), que se trata de um contexto material de grupos indígenas que se formou como resultado da presença de aldeias de populações que ocuparam originalmente áreas litorâneas,

cujo clima úmido associado ao padrão de assentamento Tupiguarani (SCATAMACCHIA, 1990) favorece a manutenção de tradições tecnológicas e culturais.

O quadro das explicações e uso de abordagens teóricas e conceituais observado no estudo de Nogueira (2011) tem se difundido na Arqueologia pré-histórica desenvolvida no Brasil desde a década de 1990 (ASSIS, 1996; TOCCHETTO, 1998; LIMA, 2006; SENA, 2007) com a introdução das ideias de Binford (1962).

Nesse estudo, as ideias de capacidade adaptativa dos grupos humanos aliadas ao forte apelo da influência ecológica na manutenção ou alteração de padrões culturais (BINFORD, 1962), resultaram em análises estritamente vinculadas a classificações tipológicas e tecnológicas para explicar a presença de ‘grupos portadores’ da cerâmica policroma no semiárido do Nordeste.

No entanto, a importância dada às interações que se dão entre os sistemas ecológico e tecnológico para caracterizar sociedades indígenas do passado, impulsionou a ausência de processos e dinâmicas sociais e históricas complexas que porventura pudesse ter contribuído na formação do contexto material observado no sítio Macaguá I. A ausência da observação das dinâmicas do contato nas análises de Nogueira (2011) pode ter contribuído também, mesmo que sutilmente, na invisibilidade de outras classes de materiais na construção do discurso arqueológico para explicar essa situação particular.

Nesse sentido, a imposição do meio ambiente sobre a cultura e conseqüentemente sobre as complexas redes materiais que acompanham as sociedades, tende a implicar em percepções generalistas para descrever e caracterizar as relações sociais e históricas que se desenrolam entre as sociedades e seus objetos materiais em contextos de interação social (LIGHTFOOT, 1995).

A construção dos padrões culturais refletidos em características tecnológicas de materiais arqueológicos tende a suprimir outros fenômenos e processos de ordem social que ora possam estar implicados na conformação desses contextos materiais assim como na definição das relações sociais e culturais que se estabelecem e são promovidas em contextos sociais do contato.

Dessa forma, a busca por padrões e regularidades que guiaram os primeiros estudos sobre o sítio Macaguá I, priorizaram as análises do material cerâmico como forma de estabelecer analogias com outros contextos arqueológicos associados à subtradição Tupinambá e seus correlatos materiais (NOGUEIRA, 2011).

Todavia, o estabelecimento do perfil cerâmico associado ao padrão de assentamento descrito nos estudos iniciais sobre o sítio Macaguá I (NOGUEIRA, 2011), não se fez

suficiente na explicação da presença de artefatos de tecnologia ‘exógena’ a essa subtradição em contexto com as cerâmicas policromas que caracterizam a tradição Tupiguarani.

A subtradição Tupinambá tem sido descrita como sendo decorrente de ocupações de grupos falantes do Tupi, que ocuparam o litoral da região Sudeste em períodos pré-históricos, e que permaneceram até o momento da chegada de europeus, tempo em que foram registrados através de crônicas e diários de viagens, escritos durante os séculos XVI e XVII (SCATAMACCHIA, 1990).

Na tentativa de acessar esses ‘mundos’ do passado e suas redes sociais, alguns estudos sobre contextos materiais do contato no Brasil (BUARQUE, 1995; ZUSE e MILDER, 2008) têm se inclinado sobre criações materiais na esperança de obter, de forma objetiva, os resultados de processos e dinâmicas que foram desencadeados pelos primeiros encontros entre grupos sociais de culturas destoantes a partir de sítios arqueológicos identificados no contexto brasileiro.

Para isso tem se feito o uso de correlatos materiais de identidades históricas registradas em documentos escritos, comumente aplicados na interpretação e explicação de sítios arqueológicos resultantes de ocupações indígenas no Brasil que se formaram tanto em períodos históricos (BUARQUE, 1995; ZUSE e MILDER, 2008) quanto em períodos pré-históricos (BORGES, 2010).

Assim, as pesquisas arqueológicas desenvolvidas no contexto brasileiro sobre contextos materiais do contato têm utilizado categorias específicas de artefatos indígenas como marcadores do contato para atribuir os resultados da mudança cultural à modificação de tecnologia indígena na produção de objetos (ALBUQUERQUE, 1982; TOCCHETTO, 1996) ou no desaparecimento de técnicas e tipos de artefatos indígenas supostamente tradicionais e símbolos da identidade de grupos indígenas (SCHIAVETTO, 2003; ZUSE e MILDER, 2008).

As interpretações arqueológicas para explicar a mudança cultural em sítios de contato associados especificamente à Tradição Tupiguarani tem se baseado, principalmente, em análises de artefatos cerâmicos encontrados nesses sítios arqueológicos (BROCHADO, 1974; ALBUQUERQUE, 1982; BROCHADO, 1989).

O uso de classificações taxonômicas e tipológicas de vasilhames cerâmicos (BROCHADO, 1974; ALBUQUERQUE, 1982; BROCHADO, 1989) e dos padrões de assentamento (SCATAMACCHIA, 1990; ASSIS, 1996; LIMA, 2006; SENA, 2007; NOGUEIRA, 2011) como marcadores do contato e/ou da mudança cultural tem ainda se prestado as tentativas de se alcançar os índices da perda cultural de grupos indígenas históricos (TOCCHETTO, 1998), ou da permanência das tradições ‘imutáveis’ da pré-história

(NETO e BERTRAND, 2005; BUARQUE, 2010), em sítios arqueológicos espalhados pelo território brasileiro.

Nesses estudos, o grau de perda ou alterações percebido na cultura material é considerado primordialmente relevante no processo da mudança cultural (ALBUQUERQUE, 1982; TOCCHETTO, 1998; PROUS, 1992). Nessas pesquisas, os resultados da mudança cultural foram percebidos como o âmago das discussões sobre o comportamento humano, fato que os leva a considerar esses índices como uma das principais fontes para a compreensão de relações sociais e de mudanças estruturais nos sistemas culturais dos grupos indígenas cuja atuação em contextos de interação social pode ser percebida através de correlatos materiais.

O distanciamento, conseqüentemente ocasionado por estes estudos, entre os artefatos arqueológicos e a situação histórica em que os primeiros se inserem, tem sido responsável pela produção de interpretações arqueológicas simplistas (ZUSE e MILDER, 2008) para explicar as conseqüências da mudança cultural observada em contextos arqueológicos.

Como os contextos de interação social demandam de uma complexidade de processos sociais e históricos que atuam sobre a produção de cultura material, a escolha de apenas um elemento dessa cultura tende a servir como suporte para a atribuição de identidades fixas (OLIVEIRA, 2000) construídas a partir de estudos da pré-história indígena.

No que se refere à época da colonização dos territórios americanos a atuação de dinâmicas sociais e processos históricos específicos construíram mundos materiais onde as identidades sociais dos grupos envolvidos no contato foram e continuaram sendo redefinidas, a partir de fenômenos como a fragmentação, a fusão ou mesmo a incorporação de outras categorias identitárias (MEDEIROS, 2008).

Nesse sentido, a presença de processos sociais e históricos dinâmicos como conflitos, alianças ou mesmo relações de parentesco se apresentam potencialmente ricos no entendimento de como se deram as relações entre mundos idealizados e a cultura material observada pela arqueologia.

Nesses contextos espacial e temporal, a construção de narrativas sejam elas materiais ou imateriais, construídas sobre as sociedades indígenas das Américas dos séculos XVI e XVII inclui a leitura de contextos culturais, sociais e materiais complexos (SCHORTMAN, 1989; CUSICK, 1998; STEIN, 2002; POMPA, 2003) que podem ter antecedido em muitos casos a presença física de europeus nesses espaços.

Assim, podemos incluir na formação de contextos materiais, como o do sítio Macaguá I, processos sociais e históricos como conflitos, guerras e migrações, que podem ter sido resultado do estabelecimento de alianças e de contatos entre os próprios grupos indígenas

(POMPA, 2003) ou envolvendo outros grupos sociais formados nesse contexto histórico (ALLEN, 2000).

Dessa maneira observa-se que não existiu uma via exclusiva, representada pelos encontros entre indígenas e europeus, de trocas e relações envolvidas no processo do contato durante os primeiros séculos de colonização no Brasil, mas sim várias possibilidades de encontros e contatos ocorrendo nesse período que podem ter influenciado na formação dos contextos materiais investigados pela arqueologia.

Partindo dessas percepções, muitas vezes, a arqueologia do contato desenvolvida no Brasil tende a desprezar outras situações materiais, como a espacialidade, que poderiam auxiliar no entendimento da materialidade que nasce, é produzida e produz (d) as relações sociais e históricas que se desenvolvem em contextos específicos de interação.

Tem sido muito comum nos estudos de arqueologia histórica desenvolvidos no contexto brasileiro, principalmente no que diz respeito a sítios datados dos primeiros séculos de ocupação europeia, o uso de fontes etnohistóricas (SCATAMACCHIA, 1990).

Segundo Galloway (2006) a utilização apenas ilustrativa dessas fontes tem sido insuficiente na construção de um contexto histórico e social que dialogue com os artefatos encontrados nos sítios arqueológicos para compreensão da materialidade do contato.

As fortes críticas aos modelos aculturativos, muito utilizados em estudos que se desenvolveram entre primeira metade do século XX até os anos 1960 (HERSKOVITS, 1937; CUCHE, 2002), demonstram a fragilidade do uso de modelos restritivos na compreensão da complexidade social e histórica que se coloca sobre os contextos de interação social encontrados nas Américas (SCHORTMAN, 1989; CUSICK, 1998; STEIN, 2002) assim como a redefinição do contato a partir das relações de oposição/contradição que se impõem entre pré-história e história de sociedades indígenas (LIGHTFOOT, 1995) e entre contato e colonialismo enquanto processos sociais (SILLIMAN, 2009) a partir de contextos arqueológicos identificados nas Américas.

O retorno das pesquisas arqueológicas sobre o período do contato, a partir do final da década de 1990, refletiu, sobremaneira, na percepção da materialidade envolvida nesses encontros (CUSICK, 1998).

Por outro lado, Meskell (2005) considera que o estudo da materialidade tem sido para a arqueologia o principal meio para se acessar processos e dinâmicas sociais e culturais atuantes em sociedades do passado. Sendo assim, deveria se considerar outras formas de representação dessa materialidade que não se forma apenas de categorias específicas de

artefatos. Assim, é necessário se voltar para um caminho um pouco mais longo, percorrendo espaços e tempos para uma discussão da materialidade.

Todavia, para construir os alicerces da materialidade como compreendida no estudo do sítio Macaguá I se faz ainda necessário se voltar para como se dá o uso de estudos da cultura material e suas implicações na investigação arqueológica de contextos materiais do passado.

De acordo com Meskell (2005) os estudos de cultura material tem experimentado um paradoxo cujas oscilações podem ser percebidas na oposição entre esboços empíricos e abordagens teóricas para explicar as expressões materiais que nascem da cultura das sociedades humanas.

Em uma via dessa contradição se encontram as análises arqueológicas que se dedicam aos estudos de forma, composição e produção de artefatos resultando em explicações descomprometidas com processos culturais e a imbricação de suas redes de relações sociais implicados desde a concepção até o processo de construção dos objetos materiais.

Contrariamente caminham as abordagens teóricas preocupadas com a investigação das experiências potencialmente interpretativas que atravessam o campo físico da matéria exibindo conotações da instabilidade do meio em que se dão as relações entre sociabilidades, temporalidades e materialidades indo além dos objetos em si mesmos (MESKELL, 2005).

Todavia, o terreno em que se dão as inter-relações entre o simples representado pelo objeto material, e o complexo cujo ápice se dá na percepção do envolvimento das relações sociais na produção desses objetos, tem sido ignorado na maioria dos estudos acerca dos contextos materiais de sociedades do passado (MESKELL, 2005).

Ao tratar de cultura material e materialidade Miller (2013) reivindica a necessidade de se voltar para estudos específicos da cultura material, já que os objetos por si mesmos teriam o poder de habitar ao mesmo tempo os diversos domínios das sociedades como protagonistas do entrelaçar de tecnologias, significados, práticas e até mesmo histórias particulares.

Nesse meio complicado de situações e histórias onde se inserem os artefatos Meskell (2005) argumentou que um caminho possível para solução dessa contradição condiz com a construção de pesquisas arqueológicas que ultrapassem o uso de abordagens simplistas onde a percepção da construção dos objetos se dá ora ligado a características estritamente funcionais, ora a condições profundamente simbólicas.

Como exemplo da atuação dos vieses desse paradoxo em contextos arqueológicos particulares associados à Tradição Tupiguarani temos percebido estudos onde artefatos líticos e/ou cerâmicos são descritos como ‘simples’ objetos funcionais apoiados em análises taxonômicas (BROCHADO, 1984; NETO, 2008; PROUS, 2010) e no outro extremo os

estudos onde esses objetos são descritos como consequência direta da construção de mundos materiais concebidos a partir de simbologias cosmológicas (TOCHETTO, 1996; BUARQUE, 2010).

Nesses estudos, a percepção de conotações materiais dos artefatos que se demonstram como representantes de dinâmicas culturais ‘ricas’ ou ‘pobres’ tem implicado diretamente na construção de metáforas materiais para explicar as sociedades do passado estabelecidas a partir de uma falsa dicotomia criada entre leituras de mundos simbólicos ou de mundos materialistas (GEERTZ, 2008; KEANE, 2003a; 2003b; MESKELL, 2005).

Concordamos com Miller (2005) quando o mesmo defendendo a ideia de materialidade diz que os objetos possuem o poder de materializar relações humanas e sociais a partir da previsão dessas relações terem presumido a própria vinda desses objetos materiais à existência.

Nesse sentido de materialidade, os objetos materiais perpassam a estática das taxonomias das ‘coisas’ observadas em abordagens funcionalistas e deixam de ser tratadas como um mero *epifenômeno* (MESKELL, 2005).

Dessa maneira a materialidade entendida aqui se dá como a dialética de pessoas e ‘coisas’ explorando o modo de vida material das sociedades e dos homens, criando histórias particulares da experiência humana onde as imposições e restrições de mundos sociais (*habitus*) (BOURDIEU, 1977) podem ser burladas por criações materiais modeladas tanto na experiência humana quanto na capacidade que os objetos têm de atravessar, contornar e/ou contrair esses vários mundos (*habitus* e mundo dos objetos) (MESKELL, 2005).

Logo, a materialidade se torna, portanto, um conjunto de relações culturais (PELS, 2002), não estando para tanto subjulgada aos reducionismos impostos por regras e normas que regem leis gerais da cultura.

É nesse ínterim, onde se encontram alocadas as especificidades temporais, contextuais e históricas, que os mundos materiais têm a habilidade de formar, de dar forma e ainda de burlar e suprimir as experiências das relações sociais (MESKELL, 2002).

Para tanto, as configurações de objetos materiais que surgem da materialidade estão imbuídas de relações imersas em espacialidades, temporalidades e sociabilidades específicas para cada cultura e sociedade (MESKELL, 2005), o que nos remete à reflexão de que é necessário muito mais do que se voltar exclusivamente para a medição de padrões e regras de um passado objetivo e generalizante para compreender as sociedades do passado.

Tendo em vista a singularidade do conjunto material identificado no contexto arqueológico do sítio Macaguá I, as discussões levantadas acerca da complexidade de

processos e dinâmicas sociais e históricas em situações de contato e a construção do conceito de materialidade que envolve esferas sociais e culturais que ultrapassam os estudos de cultura material excedem o problema da ausência de cronologia inicialmente proposto por Nogueira (2011) em suas considerações sobre esse sítio.

Para que pudéssemos compreender esse contexto arqueológico particular, levando em consideração as observações e discussões dos autores anteriormente citados elencamos um novo questionamento que foi imprescindível para o desenvolvimento do presente estudo:

**Como se apresenta a materialidade do contato no contexto arqueológico do sítio Macaguá I, assentado na Serra de Santana no semiárido do Rio Grande do Norte?**

Partindo dessa perspectiva onde a materialidade do contato presente no sítio Macaguá I está envolta em processos sociais e históricos dinâmicos, o contexto arqueológico presente nesse sítio não pode ser explicado exclusivamente pela definição do conceito de subtradição Tupinambá e seus respectivos atributos diretamente vinculados à forma em que os sítios estão dispostos no ambiente (padrão de assentamento Tupiguarani) e à caracterização tipológica dos conjuntos de vasilhames cerâmicos.

Logo, na observação de novos elementos que irão caracterizar essa materialidade particular deveríamos compreender outros aspectos do âmbito social, histórico e cultural que porventura estiveram presentes na formação desse contexto arqueológico.

Dessa maneira, com base nas discussões e no questionamento previamente levantados para o estudo do sítio Macaguá I, os objetivos a serem alcançados foram traçados de acordo com a problemática da materialidade do contato presente no semiárido do Rio Grande do Norte.

Partindo desse pressuposto, estabelecemos como **objetivo geral** da pesquisa **reconsiderar a materialidade do contato presente no contexto arqueológico do sítio Macaguá I.**

Para que pudéssemos atingir esse objetivo principal foi necessário estabelecer objetivos específicos que permitissem alcançar a compreensão dessa materialidade. Assim, elencamos os seguintes objetivos a serem atingidos:

- a. Caracterizar o contexto arqueológico do sítio Macaguá I (artefatos e vestígios) levando em consideração os seus aspectos espaciais (manchas), estratigráficos e cronológicos evidenciados nas escavações arqueológicas;
- b. Construir uma discussão teórica que abarque abordagens teóricas e conceituais na compreensão de contextos arqueológicos do contato, utilizando estudos de caso de

situações materiais do contato identificadas no contexto das Américas, do Brasil e do Nordeste;

- c. Caracterizar o padrão de assentamento Tupiguarani tendo em vista a utilização desse modelo na descrição e caracterização do sítio Macaguá I como o resultado de uma aldeia;
- d. Caracterizar o contexto histórico e social da época em que essa materialidade foi formada/construída, levando em consideração os aspectos sociais presentes na formação desse contexto histórico específico;
- e. Caracterizar o perfil técnico cerâmico e a cadeia operatória do material lítico selecionado do acervo obtido das escavações arqueológicas realizadas no sítio Macaguá I levando em consideração o contexto espacial e estratigráfico em que se inserem esses artefatos;
- f. Descrever e caracterizar a representação dos motivos pintados presentes nos vasilhames cerâmicos do sítio Macaguá I considerando os aspectos tipológicos e/ou tecnológicos observados durante as análises do acervo estudado;
- g. Comparar a representação de motivos pintados presente no acervo analisado do sítio Macaguá I com a representação de motivos pintados em cerâmicas que ocorrem em sítios associados à Tradição Tupiguarani identificados em outras áreas fisiográficas do Rio Grande do Norte como o litoral a partir da consulta em acervos do IPHAN/RN e do Museu Câmara Cascudo;
- h. Caracterizar as miçangas de vidro identificadas nesse contexto considerando o contexto histórico e social em que se inserem esses artefatos identificados em contextos materiais do contato nas Américas e no Brasil.

Na escolha de uma abordagem teórica e metodológica adequada ao objetivo proposto para a pesquisa, nos deparamos com dois problemas que ocorrem comumente em pesquisas arqueológicas.

O primeiro condiz com a necessidade implícita de tomar a arqueologia a partir dos moldes das ciências naturais, com sistemas de testes e hipóteses que oferecem respostas claras e objetivas para descrever e explicar as características de funcionamento dos objetos materiais em relação ao meio a partir de padrões previamente estabelecidos (BINFORD, 1982).

E na outra ponta a segunda dificuldade imposta pelo passo seguinte à identificação dos padrões, com a interpretação dos mesmos sob a ótica de teorias sociais que podem ser consideradas, por serem construídas no presente (caráter temporal), incompletas ou até

mesmo autocontraditórias em relação ao passado ao qual buscamos (HODDER; HUTSON 2003).

Como fazer para ajustar esses dois extremos no estudo da materialidade expressa no contexto arqueológico do sítio Macaguá I? Se por um lado era importante observar os objetos materiais (artefatos) em suas características particulares e por outro lado era imprescindível traduzi-los e/ou transpô-los em um contexto social e histórico mais amplo onde foram pensados e construídos?

De acordo com Hodder (2003) o uso de abordagens das teorias de médio alcance tem a característica de universalizar o conhecimento com o uso de testes e sistemas de hipóteses criando uma relação de independência com os contextos particulares. Dessa forma, o uso de preceitos de uma suposta ‘filogenia cognitiva’ baseada na sistemática de análises cladísticas abarca apenas processos não culturais criando para cada abordagem o seu próprio paradigma. Esse modelo explicativo gera uma dependência da dicotomia para a compreensão do passado à medida que cria uma relação de independência e, por conseguinte, uma falsa relação ente os dados observáveis nos sistemas de hipóteses e as teorias interpretativas do passado (HODDER, 2003).

Dessa maneira, o uso de uma abordagem baseada em teorias de médio alcance no contraste dos dados observáveis ocasionaria para a presente pesquisa outro ponto problemático na compreensão do contexto arqueológico do sítio Macaguá I e sua expressão da materialidade: a ausência do contexto histórico e social na interpretação da materialidade do contato.

A ausência desse contexto numa abordagem arqueológica histórica da materialidade no sítio Macaguá I necessariamente seria compensada pela aplicação de sistemas de hipóteses e testes como o fez Nogueira (2011).

Entretanto, o uso de análises de cunho funcionalista para explicar as situações sociais e materiais que emergiram no período histórico em que se situam os artefatos arqueológicos do sítio Macaguá I já tinha levado Nogueira (2011) a um impasse.

Nogueira (2011) em suas considerações finais afirma que para chegar a conclusões mais aprofundadas sobre esse contexto arqueológico no qual ocorriam artefatos europeus é necessário: “(...) somente com a associação de uma pesquisa histórica aprofundada com escavações arqueológicas poderão fornecer dados mais concretos (...)” (NOGUEIRA, 2011, p. 176).

Da mesma maneira, a observação de padrões espaciais (padrões de assentamento) observados por Nogueira (2011) para o sítio Macaguá I seguiu um modelo explicativo

baseado em tradições construídas no seio da arqueologia pré-histórica de sítios Tupiguarani, onde se ignorou o contexto histórico (temporal) e social em prol da realização de testes de hipóteses com a finalidade de estabelecer padrões que pudessem ser contrastáveis dentro do modelo geral (Tradição Tupiguarani) onde se inserem o padrão de assentamento Tupiguarani e cerâmica Tupinambá previamente estabelecidos por estudos da pré-história de grupos ceramistas.

Concordamos com Hodder (2003) que é importante que se faça o uso de abordagens mais fluidas na arqueologia que possibilitem e propiciem as relações entre os dados objetivamente construídos e as interpretações que surgem das teorias sociais.

Um das dessas formas de conciliar dados e teorias sociais para interpretar a materialidade de sociedades do passado é a abordagem hermenêutica.

O uso dessa abordagem para se alcançar o objetivo da pesquisa arqueológica no sítio Macaguá I permite a construção de sujeitos e objetos a partir da leitura arqueológica de um contexto social e histórico específico que surge da relação dialética entre mundos materiais e mundos simbólicos.

Partindo desse pressuposto foi possível traçar novas possibilidades para o estudo do contexto arqueológico do sítio Macaguá I. Essas possibilidades foram construídas a partir da leitura desse contexto social e histórico específico na compreensão de como processos sociais e culturais como a mediação, a promoção ou mesmo a coibição da produção, circulação e/ou utilização de artefatos contribuíram na construção de uma materialidade do contato nesse espaço do semiárido Potiguar.

Dessa forma, foi imprescindível o uso de fontes etnohistóricas para contextualizar os artefatos identificados nesse sítio arqueológico na busca por revelar processos sociais e fenômenos culturais e históricos que atuaram nesses objetos em contexto.

Dentre as possibilidades que surgiram da leitura das fontes etnohistóricas para interpretar a materialidade do contato representada no contexto arqueológico do sítio Macaguá I duas delas particularmente despertaram a nossa atenção:

1. A primeira delas condiz com a espacialidade observada nesse contexto arqueológico. O contexto histórico e social revelado por essas fontes demonstrou que novas formas de espacialidade emergiram de processos sociais e históricos construídos pelo contato entre diferentes grupos sociais. Processos como conflitos, alianças e migrações possibilitaram a conformação de novas formas de conceber os espaços ocupados por indígenas. Essas novas espacialidades específicas não ficaram restritas ao padrão de

- assentamento Tupiguarani, podendo ter se dado a partir de relações de interação ou de competição entre os diferentes grupos indígenas que ocupavam o Nordeste do Brasil;
2. A segunda condiz com a inserção de objetos produzidos na Europa nas redes de trocas e circulação de bens percebidas entre as populações indígenas do Nordeste. Esses bens participaram também da construção de mundos idealizados, de mundos imateriais, ultrapassando os sistemas econômicos e participando ativamente da vida social presente nos espaços promovidos pelo contato. Assim, a aceitação desses bens pelas populações indígenas se deu segundo objetivos que ultrapassam as ideias de difusão e aculturação, podendo ter participado de contextos sociais e históricos onde foram construídas e redefinidas identidades sociais não contempladas pelos modelos de tradição Tupiguarani ou subtradição Tupinambá.

Essa busca constante pela materialidade do contato a partir dos artefatos em contexto no sítio Macaguá I nos levou a estruturar o presente trabalho de maneira que fosse possível alcançar os objetivos específicos previamente delimitados considerando para isso que numa abordagem hermenêutica, como a utilizada aqui, às vezes se faz necessário se mover para frente e também para trás.

Essa fluidez textual poderá ser observada nos capítulos que se seguem, permitindo com o leitor inserido nesse texto/contexto construa juntamente conosco a forma com que a materialidade do contato se apresenta no contexto arqueológico do sítio Macaguá I ultrapassando assim algumas barreiras impostas pelo universo físico (material) representado na caracterização dos artefatos arqueológicos.

Dessa forma, os simples artefatos produzidos por grupos sociais são revelados como objetos materiais que protagonizaram histórias de uma materialidade particular que anteriormente não pode ser contada nem escrita.

Apesar de não haver uma linearidade explícita na construção dos capítulos desse trabalho procuramos organizar os tópicos de maneira a facilitar a leitura e construção do conhecimento arqueológico do contexto do sítio Macaguá I.

No segundo capítulo intitulado ‘O que nos informa o contexto arqueológico?’ inicialmente apresentamos um breve histórico das pesquisas arqueológicas na Microrregião de Serra de Santana onde se insere o sítio Macaguá I. Posteriormente realizamos uma breve descrição e caracterização das escavações e do conjunto material identificado durante as intervenções arqueológicas que antecederam a nossa pesquisa. Nesse tópico serão descritos ainda métodos e técnicas da pesquisa arqueológica utilizados na identificação e caracterização

desse contexto arqueológico a partir de novas escavações realizadas com o objetivo de obter subsídios para a construção da presente pesquisa.

No terceiro capítulo denominado ‘Abordagens arqueológicas do padrão de assentamento Tupiguarani’ construímos uma síntese das pesquisas arqueológicas brasileiras que versam sobre essa temática com o intuito de dar suporte às discussões elencadas sobre a compreensão do contexto arqueológico observado no sítio Macaguá I. Nele também iniciamos uma discussão sobre a espacialidade observada em sítios associados à tradição Tupiguarani analisando como essas abordagens contribuíram na percepção do contexto arqueológico do sítio Macaguá I como produto do espaço de uma aldeia Tupiguarani em pesquisas anteriores. Tratamos ainda da influencia do uso de fontes etnohistóricas em pesquisas arqueológicas que versam sobre o padrão de assentamento Tupiguarani e como o uso descontextualizado dessas fontes pode incorrer em problemas observados na construção de interpretações arqueológicas para esses contextos materiais.

No capítulo quarto intitulado ‘Das arqueologias do contato e da mudança cultural’ discorreremos sobre o uso de conceitos e abordagens para explicar as situações do contato observadas em contextos materiais. Nele fazemos um apanhado acerca das abordagens teóricas e metodológicas utilizadas em contextos arqueológicos do contato observados no Nordeste, no Brasil e nas Américas com a finalidade de dar suporte à construção de um quadro de possibilidades para a interpretação da materialidade do contato presente no contexto do sítio Macaguá I.

Já no quinto capítulo ‘O que nos conta a etnohistória?’ fizemos uso de fontes secundárias para contextualizar o meio social e histórico em que se insere a formação da materialidade do contato presente no contexto arqueológico do sítio Macaguá I. Para tal tratamos de documentos como crônicas e diários produzidos durante os primeiros séculos da colonização do Nordeste e particularmente do semiárido do Rio Grande do Norte. Nesse capítulo abordamos algumas possibilidades interpretativas para o contexto do referido sítio levando em consideração o seu contexto arqueológico como resultado de uma materialidade do contato que se formou numa situação histórica e social específica.

No capítulo sexto intitulado ‘Artefatos europeus no contexto do sítio Macaguá I’, a partir de análises contextuais das miçangas de vidro identificadas durante as escavações arqueológicas desse sítio fornecemos subsídios para compreender como esses artefatos se inserem na materialidade do contato observada nesse contexto arqueológico particular. Como forma de ilustrar a inserção desses objetos entre as sociedades indígenas das Américas apresentamos como o contexto das grandes expansões e do mercantilismo durante os séculos

XVI e XVII promoveu a inserção dessas miçangas nos espaços da colonização europeia no novo mundo.

No sétimo capítulo ‘Artefatos em contexto e a materialidade do contato no sítio arqueológico Macaguá I’ apresentamos as análises do perfil técnico e da cadeia operatória de materiais cerâmicos e líticos selecionados do acervo obtido das escavações arqueológicas. Para isso, consideramos ainda os contextos espacial e estratigráfico na determinação do acervo analisado a partir da documentação arqueológica produzida durante as escavações. Ainda nesse capítulo fornecemos algumas contribuições sobre métodos e técnicas utilizados durante as análises em laboratório levando em conta as abordagens teóricas e conceituais que foram imprescindíveis para a discussão dos resultados e para a compreensão da materialidade do contato presente nesse contexto.

Ao final elencamos considerações fundamentais para a construção e interpretação da materialidade do contato tal qual observada no contexto arqueológico do sítio Macaguá I. Todavia, a leitura realizada a partir das considerações finais sobre as particularidades observadas na materialidade do contato apresentada no contexto arqueológico do sítio Macaguá I alocado na Serra de Santana no semiárido Potiguar, de nenhuma maneira inviabiliza a produção de leituras diferenciadas sobre situações materiais semelhantes.

## 2 O QUE NOS INFORMA O CONTEXTO ARQUEOLÓGICO?

A Microrregião de Serra de Santana se caracteriza por uma geomorfologia marcada pela presença de superfície tabular erosiva. Esse tipo de superfície, por sua vez, é caracterizado pela incidência de relevos residuais de topo plano, evidência de superfície de erosão, geralmente limitada por escarpas erosivas, com diferentes níveis altimétricos. Essas altitudes podem se apresentar com cotas superiores a 740m, apresentando feições de chapadões tabulares extensos, com encostas abruptas, que margeiam a Depressão Sertaneja (MENEZES, 1999; CESTARO e OLIVEIRA, 2012).

Essas características topográficas do relevo proporcionam um clima mais úmido e ameno, que se diferencia do entorno semiárido. A vegetação nativa é composta pela Caatinga Arbórea, que se espalha principalmente nas encostas íngremes da Serra de Santana, e uma Área Vegetacional de Contato, localizada no topo plano da Serra de Santana (Figura 1).

Essa última se caracteriza pela presença de uma vegetação mista, com espécies nativas do semiárido e espécies de áreas florestadas, criando um ambiente muito similar as Matas de Restinga, do litoral potiguar (MENEZES, 1999).

Além do clima e vegetação diferenciados do entorno semiárido, a Serra de Santana apresenta um tipo de solo que permite o cultivo de mandioca (*Manihot esculenta*) e árvores frutíferas. Essas condições ambientais são dinamizadas pela presença de fontes d'água perenes, localizadas nas áreas de encosta do planalto, que garantem o abastecimento da população até os períodos atuais, embora possa apresentar um alto teor salino presente em alguns lençóis freáticos (MENEZES, 1999).

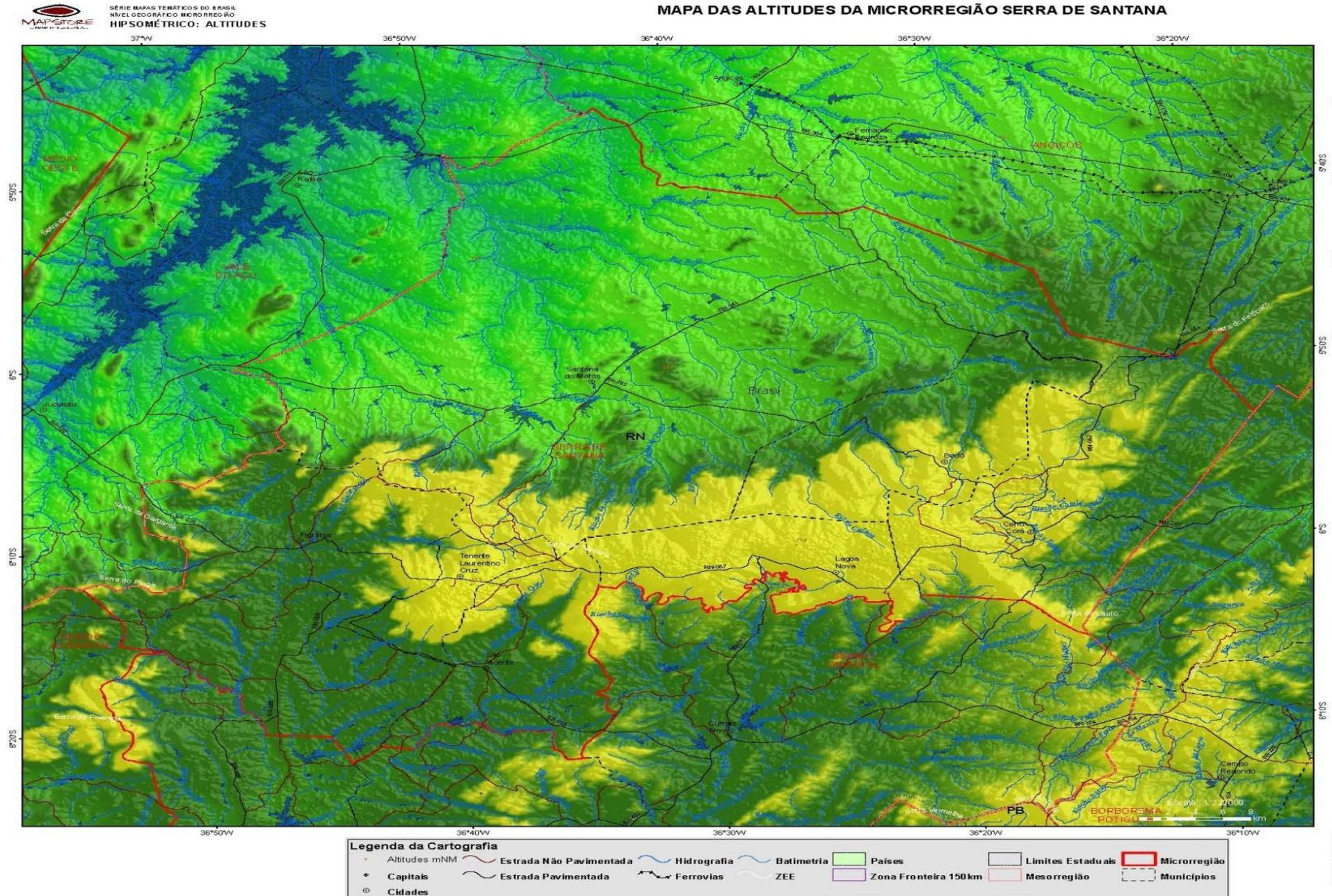


Figura 1 - Mapa hipsométrico da Microrregião da Serra de Santana – RN. Fonte: MAPSTORE. Adaptação: Espinola, 2013.

Pesquisas arqueológicas na Serra de Santana inicialmente encontravam-se voltadas para a identificação de sítios com registros gráficos. Os principais objetivos desses estudos eram identificar, registrar e inserir cronologicamente os sítios identificados dentro da Tradição Nordeste de pintura rupestre. Nesse período foram identificados aproximadamente setenta e três sítios com grafismos pintados ou gravados, os quais foram associados às três principais tradições de registro rupestre: Nordeste, Agreste e Itacoatiara (SANTOS JUNIOR, 2005; MARTIN, 2008; BRITO, 2011).

Posteriormente, foram desenvolvidos estudos arqueológicos com a finalidade de identificar e registrar sítios arqueológicos a céu aberto. Essas pesquisas foram caracterizadas pela realização de prospecções arqueológicas para o reconhecimento do potencial arqueológico da Serra de Santana representado por ocupações de grupos caçadores coletores e grupos horticultores. Essas prospecções resultaram no reconhecimento e registro de sítios líticos e lito-cerâmicos, dispostos nos diferentes ambientes que compõem as feições de relevo que se apresentam na Serra de Santana e seus arredores (NETO e BERTRAND, 2005; BERTRAND, 2006).

Dentre os sítios identificados, o reconhecimento de contextos arqueológicos produzidos pela ocupação de grupos ceramistas na região do Seridó pode ser considerado bastante recente, já que a maioria das pesquisas arqueológicas se concentrou na identificação e caracterização de sítios líticos e sítios com registros rupestres, sendo a sua maioria de pintura.

Apesar das primeiras pesquisas sobre a presença de sítios a céu aberto na Serra de Santana terem se desenvolvido na década de 1970<sup>1</sup>, os primeiros estudos com o objetivo de registrar a presença de sítios arqueológicos cerâmicos a céu aberto na região só se deram a partir do ano de 2004. Nesse período as pesquisas inseridas no Projeto Arqueológico do Município de Florânia/RN, registraram sete sítios classificados como lito-cerâmicos alocados no topo da Serra de Santana (NETO e BERTRAND, 2005).

Nas pesquisas da década de 1970, o pesquisador Nássaro Nasser, descreve um dos sítios a céu aberto encontrado no município de Florânia (Sítio Cajueiro RN00010) como: “Sítio habitação aberto. Grande quantidade de cerâmica concentrada em três áreas que se destacavam com solo escuro, medindo aproximadamente 11 x 11m” (SENA *et al.*, 2013).

---

<sup>1</sup> Apesar de não terem sido encontradas publicações sobre essas primeiras pesquisas, foi possível verificar a existência das mesmas nas fichas do Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos do IPHAN – RN. Nessas fichas constam as descrições de sítios arqueológicos identificados na Microrregião de Serra de Santana desde a década de 1970, pelo pesquisador Nássaro Nasser. Nessas fichas foi possível observar que o registro de sítios líticos a céu aberto na Serra de Santana se deu ainda como resultado de projetos de licenciamento arqueológico realizados posteriormente, no ano de 2009.

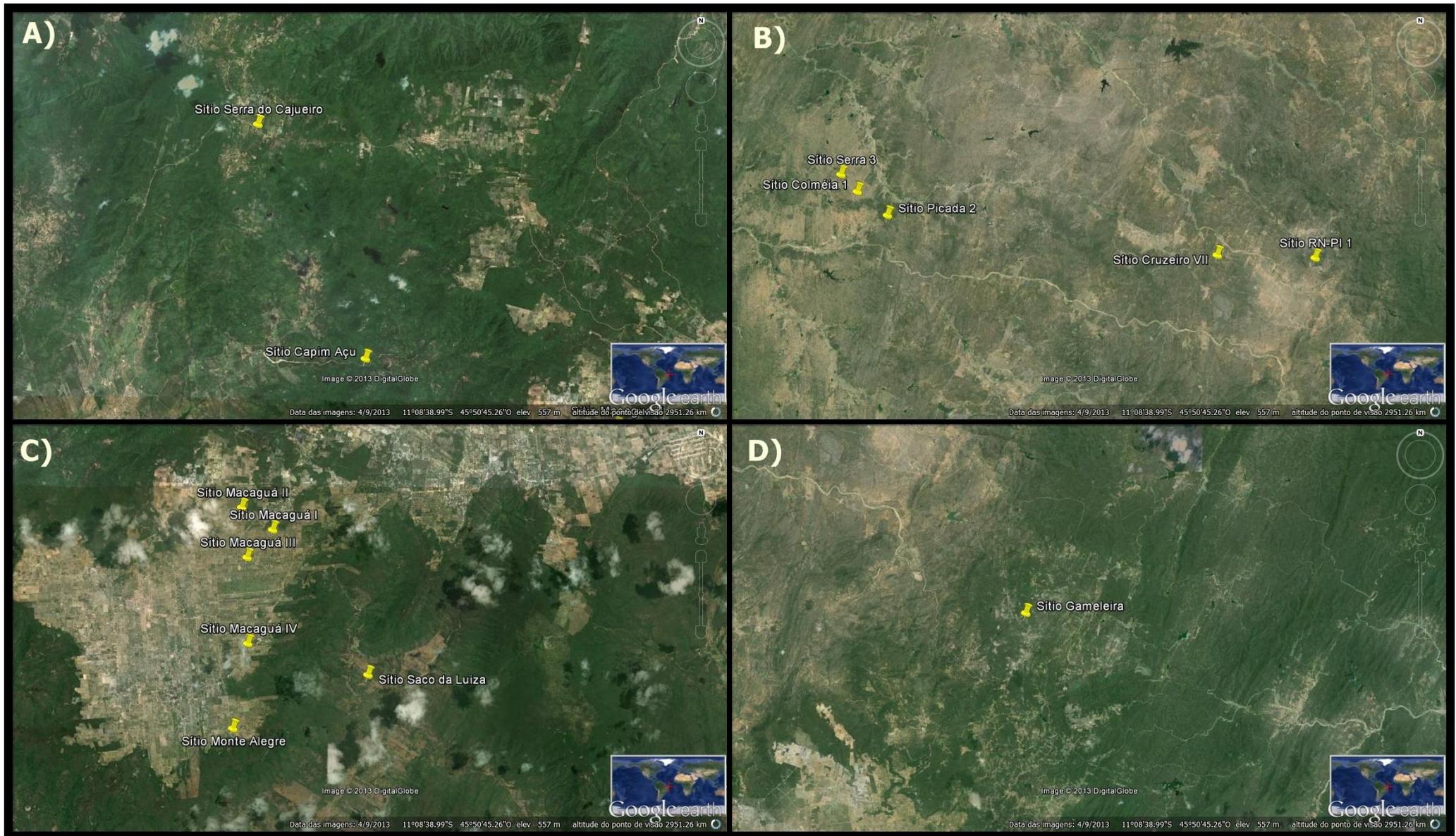
Durante as prospecções de reconhecimento realizadas no ano de 2004, os sítios arqueológicos identificados no município de Florânia foram descritos como áreas em que se dispunham fragmentos de artefatos cerâmicos e instrumentos líticos.

O material cerâmico identificado nesses contextos foi associado à Tradição Tupiguarani, por possuir características técnicas e estilísticas (borda reforçada e pintura em policromia, além de fusos) típicas da tecnologia dos grupos ceramistas vinculados a essa tradição. Do conjunto de artefatos líticos identificados nesses sítios, puderam ser identificados raspadores, lascas em sílex e calibradores em arenito (NETO e BERTRAND, 2005).

Segundo os pesquisadores, os artefatos encontrados nesses sítios, estavam dispostos, em sua maioria, em manchas de sedimento de coloração escura que as diferenciava do sedimento naturalmente depositado em outras áreas, o que pode estar associado aos vestígios de antigas áreas de habitação (NETO e BERTRAND, 2005).

Todavia, como não compunha o objetivo dessas pesquisas a identificação de áreas para a realização de escavações arqueológicas, não foram realizadas intervenções de subsuperfície, não havendo, portanto, verificação da presença de depósitos arqueológicos em profundidade, ou mesmo, da continuação dessas manchas em estratigrafia arqueológica mais profunda que a superfície (NETO e BERTRAND, 2005).

Na tentativa de explicar a presença desses sítios arqueológicos na Serra de Santana (Figura 2), os pesquisadores buscaram construir inferências arqueológicas sobre a presença dessas ocupações no semiárido do Rio Grande do Norte a partir de referências sobre a presença da Tradição Tupi no estado. Para tal foram utilizados os estudos sobre as fases Curimataú e Potengi, estabelecidas para os sítios Tupi encontrados em áreas litorâneas do Rio Grande do Norte (NETO e BERTRAND, 2005).



**Figura 2 - Sítios arqueológicos identificados na Microrregião de Serra de Santana. A) Florânia; B) Santana do Matos; C) Tenente Laurentino Cruz; D) Cerro Corá.**

Dessa forma, estabeleceram analogias entre as ocupações Tupi identificada em ambas as regiões, baseando-se em correlatos materiais obtidos a partir de contextos diferenciados e dos quais não se observou nenhuma referência cronológica que ultrapassasse os limites da 'pré-história'.

Por estarem assentados próximos às encostas da Serra de Santana, numa área de platô, com altitudes superiores a 700m, esses sítios arqueológicos não foram considerados pelos pesquisadores como sendo produto do padrão de assentamento característico da Tradição Tupi no estado. Segundo essas pesquisas, o tipo de implantação dessas ocupações na topografia e paisagem do semiárido do Rio Grande do Norte contradizem os modelos de ocupação Tupi estabelecidos em pesquisas arqueológicas anteriores (NETO e BERTRAND, 2005; PROUS, 1992).

Portanto, esses pesquisadores concluíram que os sítios arqueológicos registrados na Microrregião de Serra de Santana foram produzidos por ocupações que destoam do modelo de assentamento Tupi. Todavia, ressaltaram que embora os contextos identificados na Serra de Santana ainda guardassem consigo determinados elementos característicos de assentamentos Tupi encontrados no litoral (preferência por áreas com uma umidade relativa, alto índice pluviométrico, e solo adequado para plantio de mandioca), não atendem às expectativas do padrão de assentamento estabelecido para identificar essa tradição (NETO e BERTRAND, 2005).

Posteriormente, no ano de 2009, durante as pesquisas de campo do projeto Escavações Arqueológicas em Aldeias Ceramistas do Seridó, RN, desenvolvido pelo Núcleo de Estudos Arqueológicos da UFPE, foram identificados novos sítios arqueológicos na Microrregião de Serra de Santana.

Esse projeto objetivou a identificação de sítios lito-cerâmicos, na região do Seridó Potiguar, que fossem passíveis de intervenções arqueológicas de subsuperfície. Nesse momento, as pesquisas arqueológicas se concentraram nos municípios de Tenente Laurentino Cruz e São Vicente, onde foram registrados sete sítios lito-cerâmicos a céu aberto (NOGUEIRA, 2011).

Nesses sítios foram identificados artefatos cerâmicos, como fusos e vasilhames e artefatos líticos lascados e polidos. Nos fragmentos de vasilhames cerâmicos puderam ser identificadas bordas com reforço externo, e em outros fragmentos pode-se notar a presença de técnica de tratamento de superfície do tipo corrugado, enquanto uma parte representativa do

conjunto de artefatos cerâmicos identificados nesses contextos era composta de fragmentos de vasilhames com decoração pintada em motivos policromos (NOGUEIRA, 2011).

Desses sítios foi ainda recolhida uma quantidade significativa de artefatos líticos, dos quais puderam ser classificados, preliminarmente, lascas e fragmentos de lascamento sobre suporte de sílexito, polidores em canaleta (calibradores) e alisadores em arenito (NOGUEIRA, 2011).

Segundo essas pesquisas, em três desses sítios (Macaguá I, Macaguá II e Macaguá III) foram identificados conjuntos de artefatos que, ora estavam dispostos em áreas que apresentavam manchas escuras no solo, ou, quando não estavam associados a estas, configuravam áreas em que apareciam em um raio de dispersão aparentemente determinado (NOGUEIRA, 2011).

Dos sete sítios identificados no município de Tenente Laurentino Cruz, o sítio Macaguá I (denominado nessas pesquisas como Aldeia da Serra de Macaguá I), constituiu o principal alvo das intervenções arqueológicas de subsuperfície contempladas nesse projeto.

Nele foram realizadas duas campanhas, ambas no ano de 2009<sup>2</sup>, com o objetivo de realizar intervenções arqueológicas nos locais que apresentavam uma maior densidade de material arqueológico, assim como nos locais em que foram observadas manchas de coloração escura no solo.

No contexto do sítio Macaguá I, foi registrada uma grande incidência de cerâmicas pintadas com desenhos em policromia, além de artefatos líticos polidos ou com marcas de lascamento. Foi ainda registrada, nesse sítio, a presença de alças de vasilhames cerâmicos, dispostas em superfície, as quais foram diretamente associadas às manchas.

A presença de apêndices cerâmicos como alças e asas em sítios produzidos por ocupações indígenas no contexto brasileiro, tem sido utilizada como um indicador de mudança cultural decorrente do processo de aculturação promovido por situações de interação social datadas do início da colonização do território brasileiro por europeus (SCATAMACCHIA, 1990; PROUS, 1992).

A interpretação desses sítios como resultado da dominação de culturas exógenas sobre as comunidades indígenas que ocupavam o Brasil antes dos primeiros encontros com os colonizadores europeus, tem sido comumente utilizada na produção dos discursos arqueológicos, para explicar a formação desses contextos materiais e, conseqüentemente, na

---

<sup>2</sup> As descrições feitas do sítio Macaguá I (Aldeia da Serra de Macaguá I), encontram-se no relatório do Projeto Escavações Arqueológicas em Aldeias Ceramistas no Seridó, RN. 2010.

explicação da mudança cultural observada a partir de artefatos arqueológicos (BROCHADO, 1984; PROUS, 1992; TOCCHETTO, 1996; ZUSE e MILDER, 2008).

Todavia, apesar desse elemento estar presente no sítio Macaguá I, não se observou, nas pesquisas que resultaram do estudo desse sítio, a influência desses materiais para explicar esse contexto, seja para reificar as identidades preconcebidas no seio das tradições arqueológicas, ou mesmo como indicador de mudanças culturais ocasionadas pelos encontros com europeus (NOGUEIRA, 2011).

Além das alças de vasilhames cerâmicos, foram encontrados outros artefatos considerados como reflexo da presença de culturas exógenas nesse contexto, identificados como contas de colar em vidro (NOGUEIRA, 2011).

No entanto, como esses estudos se preocuparam primordialmente com a observação de padrões culturais presentes na materialidade do sítio Macaguá I esses e outros elementos da cultura material, que não se encaixavam nos moldes dessa investigação, representaram um papel secundário ou até mesmo inexistente na formulação de hipóteses que explicassem esse contexto.

Esse tipo de tratamento dado a alguns materiais do sítio Macaguá I remete as abordagens processuais investidas na compreensão dos padrões de comportamento humano e cultural e seu reflexo na materialidade produzida em contextos arqueológicos. Nessas abordagens é comum perceber a presença de materiais ‘exógenos’ como meros produtos de acidentes históricos (BINFORD, 1962; TRIGGER, 2004).

A ausência das contas de colar em vidro na explicação do contexto do sítio Macaguá I reflete o tratamento dado às chamadas culturas tradicionais, das quais fazem parte os grupos indígenas, nas explicações antropológicas de cunho generalista (NOGUEIRA, 2011).

Na arqueologia brasileira tem se observado, desde a década de 1990, uma intensa produção bibliográfica onde são apontadas fortes críticas ao uso dos reducionismos na explicação de contextos materiais associados à Tradição Tupi (NASCIMENTO, 1990; CASTRO, 1999; OLIVEIRA, 2000; NOGUEIRA, 2011).

Segundo estudiosos dessa tradição, o uso de abordagens difusionistas para explicar as mudanças culturais tem sido o principal atenuador na construção de culturas generalizantes (NASCIMENTO, 1990; CASTRO, 1999; OLIVEIRA, 2000; NOGUEIRA, 2011).

Segundo Dias (2007) e Hilbert (2007), ao se observar os recentes estudos acerca da materialidade expressa nos sítios dessa tradição, sob a ótica de teorias evolucionistas, a constante busca por padrões culturais tem incorrido em erros que tendem a resultar em um tratamento bastante semelhante para os artefatos associados a esses contextos.

Assim como é percebido no estudo dos artefatos do sítio Macaguá I, a metodologia empregada nessas análises privilegia determinadas categorias materiais em detrimento de outras, consideradas menos importante no estudo dos padrões (NOGUEIRA, 2011).

Sendo assim, a maioria das interpretações arqueológicas sobre os sítios associados à tradição Tupi, como pode ser percebido nos estudos sobre o sítio Macaguá I, tem se apoiado em análises exclusivas dos artefatos cerâmicos, considerados a expressão máxima das identidades culturais e sociais dos grupos detentores dessa tradição (NASCIMENTO, 1990; CASTRO, 1999; OLIVEIRA, 2000; NOGUEIRA, 2011).

Contudo, não pudemos, nessa fase inicial da pesquisa, estabelecer uma associação, mesmo que espacial, entre as contas de colar em vidro com outros artefatos de tecnologia indígena como as cerâmicas com decoração em policromia. Essa impossibilidade se deu pela ausência de informações arqueológicas na produção bibliográfica resultante das pesquisas iniciais, que pudesse propiciar uma leitura mais abrangente acerca dos contextos estratigráfico e espacial.

Assim, no intuito de aprofundar essas discussões se faz necessário apresentar como as evidências arqueológicas podem auxiliar no estudo da materialidade do sítio Macaguá I. No entanto, inicialmente é importante demonstrar como o contexto arqueológico desse sítio foi construído e a partir de que elementos a interpretação arqueológica desse contexto específico se apoiou.

Para tal, a realização de uma caracterização geral desse contexto demanda em uma análise que vai desde os métodos e técnicas empregadas nas intervenções arqueológicas até considerações preliminares acerca dos artefatos inseridos nesse contexto. Essas observações forneceram para o presente estudo, os principais indícios que implicaram nas posteriores interpretações para explicar essa situação específica.

Para que fosse possível apresentar essa caracterização retomamos a leitura do sítio a partir da documentação arqueológica produzida durante as intervenções. Um dos principais objetivos dessa releitura foi o de compreender onde esses artefatos se inserem no contexto identificado a partir desse sítio.

Além dos relatórios técnicos e dissertação, foram examinados: fotografias, desenhos técnicos, controle de etiquetas dos artefatos e documentação cartográfica produzidos desse contexto.

Ainda na tentativa de resgatar o contexto arqueológico do sítio Macaguá I, foi realizada uma análise preliminar dos artefatos. Essa análise inicial permitiu a observação de

evidências arqueológicas que auxiliaram numa melhor compreensão da inserção dos conjuntos de artefatos no contexto desse sítio.

## 2.1 DO OBJETO DE ESTUDO – O SÍTIO ARQUEOLÓGICO MACAGUÁ I

A partir dos relatórios que resultaram das pesquisas desenvolvidas no sítio Macaguá I, no ano de 2009, assim como na pesquisa que resultou na dissertação de Nogueira (2011), foi possível realizar uma caracterização geral sobre o contexto do sítio Macaguá I.

Entretanto, nessa bibliografia pesquisada observamos algumas lacunas que podem ter influenciado diretamente na construção das primeiras interpretações para explicar a formação de tal contexto.

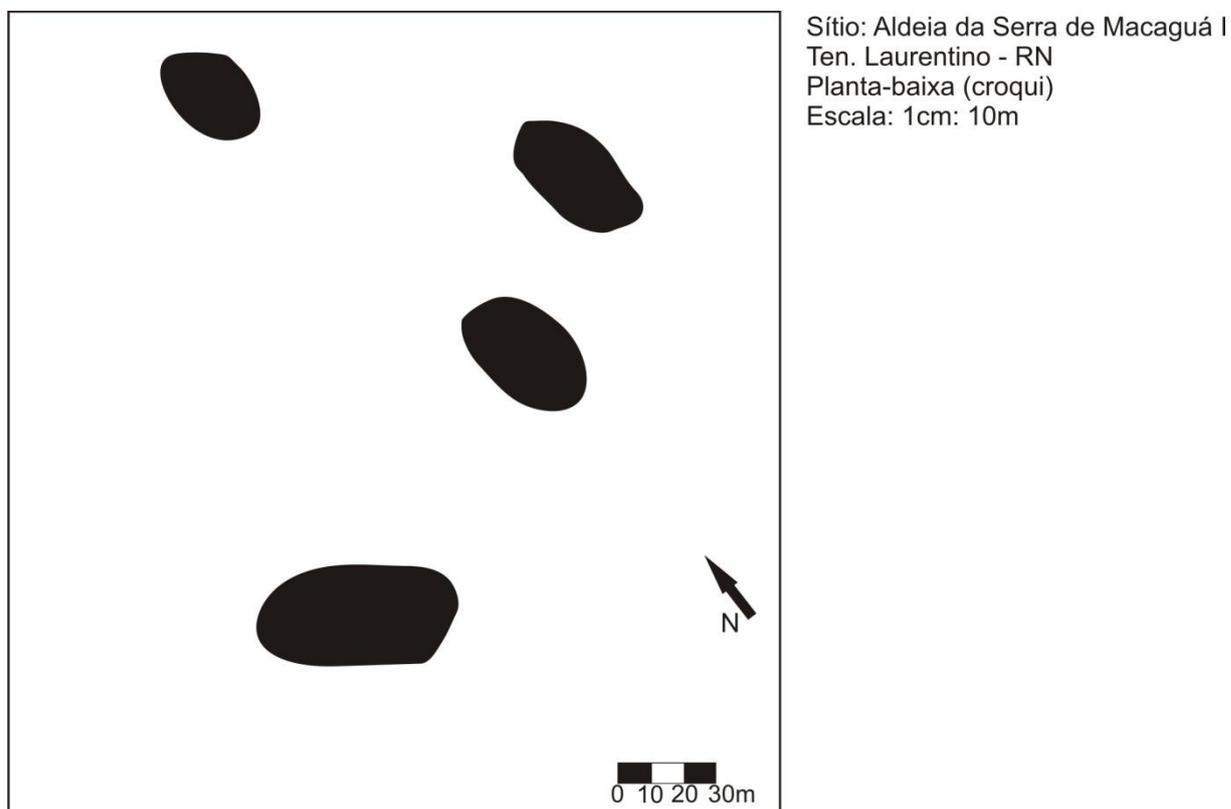
Um dos elementos mais citados como caracterizador do contexto arqueológico do sítio Macaguá I foi a presença de quatro manchas de coloração escura, que aparecem descritas com dimensões que variavam entre 10m x 15m e 10m x 20m, e distando entre si em média 25m (NOGUEIRA, 2011).

Vestígios classificados como manchas são comumente citados na bibliografia brasileira que trata de sítios associados à Tradição Tupi. Nesses estudos a disposição espacial, aliada à composição dessas manchas, aparece como um dos elementos materiais que caracterizam sítios formados pela ocupação de grupos Tupi (BROCHADO, 1984; SCATAMACCHIA, 1984; ALBUQUERQUE, 1991a; NASCIMENTO, 1991; PROUS, 1992; ASSIS, 1996; OLIVEIRA, 2000; MARTIN, 2008).

Esse tipo de vestígio tem sido interpretado como o produto do acúmulo de matéria orgânica em decomposição, resultante de atividades, como o ato de cozinhar, desenvolvidas no interior das moradias que compunham uma antiga aldeia. Sendo assim, a identificação desses vestígios em contextos arqueológicos, logo são explicados como resultado de antigas áreas de habitação (BROCHADO, 1984; SCATAMACCHIA, 1984; ALBUQUERQUE, 1991a; NASCIMENTO, 1991; PROUS, 1992; ASSIS, 1996; OLIVEIRA, 2000; MARTIN, 2008).

Nessas pesquisas, que tratam geralmente das origens, migrações e dispersão de grupos da Tradição Tupi, esses vestígios aparecem em conjunto de até quatro ou em pares, com dimensões que variam de 15m<sup>2</sup> a 40m<sup>2</sup> (BROCHADO, 1984; SCATAMACCHIA, 1984; ALBUQUERQUE, 1991a; NASCIMENTO, 1991; PROUS, 1992; ASSIS, 1996; OLIVEIRA, 2000; MARTIN, 2008).

Nas manchas identificadas no sítio Macaguá I (Figura 3), foram encontrados além de fragmentos e artefatos, outros vestígios que, segundo a interpretação dos pesquisadores, podem ter se formado da decomposição de antigas estacas de sustentação (NOGUEIRA, 2011).



**Figura 3 - Delimitação das manchas do Sítio Aldeia da Serra de Macaguá I, campanha 2009. Elaboração de Espinola, 2013 adaptado de Nogueira, 2011.**

Em outros estudos sobre a presença da Tradição Tupi no contexto do semiárido do Nordeste brasileiro, foram identificados vestígios semelhantes (ALBUQUERQUE, 1991b; NASCIMENTO, 1991). Os vestígios de estacas são citados na bibliografia arqueológica como sendo vestígios verticais que deixam uma marca característica nos contextos de deposição de ocupações Tupi (PROUS, 1992; MARTIN, 2008).

Como o conjunto de artefatos coletados no sítio estava disposto tanto nas áreas das manchas, como em seu entorno, apenas a realização de escavações arqueológicas realizadas no interior e entorno dessas manchas poderiam auxiliar na identificação de continuidade estratigráfica, com a constatação de fragmentos e artefatos em profundidade, além dos vestígios.

Na tentativa de verificar a potencialidade arqueológica e continuidade estratigráfica das manchas, foram estabelecidas duas sondagens de 2m<sup>2</sup>, no interior das manchas denominadas de mancha 1 e mancha 2.

Foi adotada, inicialmente, a técnica de escavação por decapagens artificiais. O objetivo de se adotar o método de sondagens era o de obter um maior controle na escavação dos depósitos, escavando-os por níveis arbitrários, já que não se tinha dados suficientes para caracterização de uma estratigrafia de camadas bem definidas.

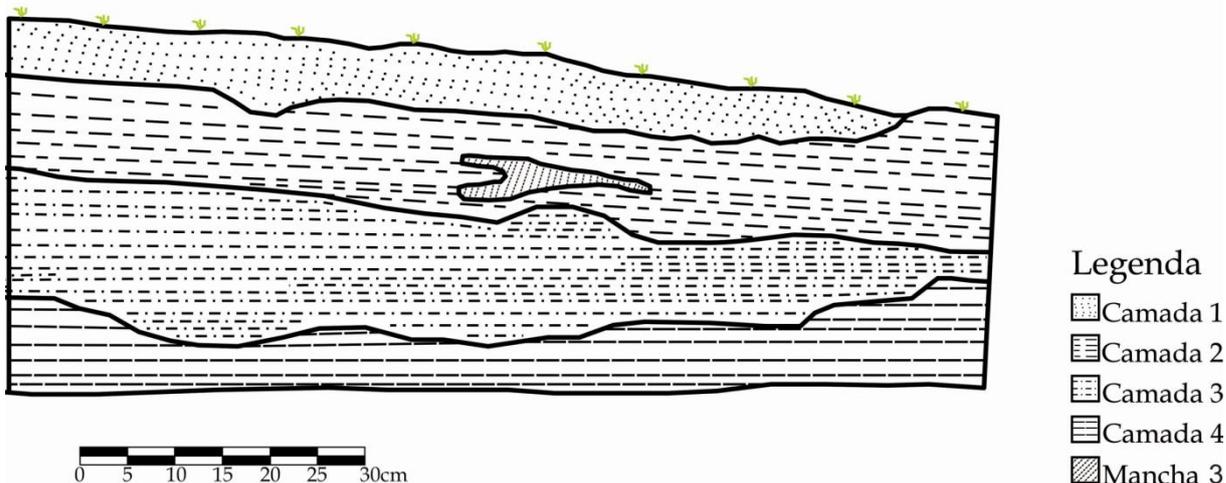
Durante as escavações das duas sondagens foram decapados intervalos de 10 cm de profundidade, a fim de proporcionar um controle posterior do aparecimento das camadas, a partir dos perfis estratigráficos.

Durante as escavações das sondagens constatou-se a presença de artefatos e vestígios até o nível 4, atingindo a profundidade de 40 cm. A partir dessa profundidade, não foram identificados artefatos ou vestígios, o que caracterizou a presença de um depósito estéril, sem unidades de estratificação arqueológicas.

Ao final das escavações, em uma profundidade de 90 cm, observou-se a existência de quatro unidades de estratificação bem definidas (Figura 4):

- Uma camada inicial (1) formada por sedimentos revolvidos da superfície que atingiu até 05 cm;
- A camada 2, formada que condizia com a continuidade da mancha em profundidade inicial de 05 cm e final variando de 15 cm a 20cm;
- A camada 3, logo abaixo da mancha, cujo pacote ia de 20 cm a 30 cm, se caracterizou como um depósito de sedimentos de transição para a camada 4;
- A camada 4, depósito de sedimentação natural com estratigrafia arqueológica estéril, iniciando em 30 cm de profundidade e atingindo 90 cm profundidade, onde as escavações foram finalizadas (BORGES *et al.*, 2009; NOGUEIRA, 2011).

Sítio Macaguá I  
 Município: Tenente Laurentino - RN Data: 05/09/09  
 Área II - Setor III  
 Quadrícula D3  
 Decapagem 4 (Final)  
 Perfil Oeste



**Figura 4 - Desenho gráfico da estratigrafia. Elaboração de Espinola, 2012 adaptado de Nogueira, 2011.**

Nas áreas de escavação em que essas unidades estratigráficas não se apresentaram com um pacote de sedimentos bem definido, contatou-se a presença de sedimentos removidos pela ação de bioturbações, como a formação de formigueiros e cupinzeiros, ou abertura feita por raízes de mandioca.

Seguindo o mesmo método de decapagens por níveis arbitrários, foi demarcada, inicialmente, uma unidade de escavação com 1m<sup>2</sup> de extensão na Mancha 3 (NOGUEIRA, 2011).

A partir da confirmação da presença do vestígio negativo de uma ocupação com fragmentos de carvões esparsos a aproximadamente 12 cm de profundidade, deu-se prosseguimento as escavações.

A partir dessa constatação, a área de escavação foi estendida, e as decapagens passaram a ter intervalos menores, de 5 cm. Em 15 cm foi possível identificar uma camada de sedimento acinzentado e com características de compactação. Esse pacote sedimentar foi interpretado como resultado da produção de estruturas de combustão (fogueiras) (NOGUEIRA, 2011).

Nessa camada foram evidenciados fragmentos de cerâmicas com decoração policroma (do mesmo tipo identificado nos materiais em superfície), adornos produzidos em amazonita (conta de colar e tembetá) e uma miçanga de vidro (NOGUEIRA, 2011).

O nível em que estava exposta a fogueira seguiu até aproximadamente 30 cm de profundidade, e logo abaixo dessa estrutura de combustão foi encontrado um vestígio de forma quadrangular (Figura 5) de pequenas dimensões (30 cm x 12 cm) (NOGUEIRA, 2011).



**Figura 5 - Vestígio quadrangular. Fonte: Nogueira, 2011.**

Todavia, com base nos relatórios e imagens produzidas a partir dessas pesquisas, não foi possível identificar a continuidade ou mesmo a orientação vertical desse vestígio.

Em contextos semelhantes, temos observado que a aplicação de técnicas de escavação arqueológica que privilegiem os vestígios como unidades estratigráficas individuais, têm demonstrado bons resultados na caracterização da orientação vertical e horizontal, possibilitando a produção de dados espaciais que auxiliem numa interpretação estratigráfica mais adequada para a explicação da formação dos depósitos (ROSKAMS, 2001).

Na busca por informações que possibilitassem uma caracterização mais adequada para a formação dessas unidades de estratificação arqueológica (vestígios), foi possível identificar a presença de um fragmento de cerâmica no interior do vestígio, fato que traz inúmeras possibilidades para a formação desses depósitos, como por exemplo, a movimentação de camadas superiores causada pela formação de bioturbações dentre outros processos que influenciam na formação e transformação dos pacotes sedimentares.

Nessa área as intervenções arqueológicas foram realizadas até a profundidade máxima de 75 cm, a qual se caracterizou pela presença da mesma camada estéril verificada durante a realização das sondagens.

Como resultado das pesquisas desenvolvidas pelo projeto Escavações Arqueológicas em Aldeias Ceramistas do Seridó, RN, foi produzida a dissertação de Nogueira (2011), que objetivou a caracterização do perfil técnico cerâmico dos artefatos cerâmicos coletados a partir das escavações no sítio Macaguá I.

Partindo de pressupostos arqueológicos e características ambientais, utilizados em estudos da pré-história, essa pesquisa buscou a identificação de semelhanças entre a tecnologia cerâmica e o padrão de assentamento do sítio Macaguá I, com os sítios associados à Tradição Tupi.

Nogueira (2011) realizou, ainda, analogias com o padrão de assentamento observado em sítios arqueológicos de outras áreas do semiárido do Nordeste. Essas comparações se basearam em pesquisas arqueológicas desenvolvidas por Sena (2007) em sítios identificados no município de Araripina, PE.

A escolha dessa área se deu pela presença marcante de artefatos cerâmicos e líticos com tecnologia associada à Tradição Tupi encontrados em dezoito sítios arqueológicos (NASCIMENTO, 1990; ALBUQUERQUE, 1991b).

Como embasamento teórico, a autora (NOGUEIRA, 2011), utiliza conceitos e métodos empregados ao estudo da Tradição Tupi nos sítios encontrados em várias regiões do Brasil, principalmente nas regiões Norte, Sul e Sudeste<sup>3</sup>.

Na busca pela caracterização de identidades linguísticas e materiais, Nogueira (2011) se utilizou de correlatos de cultura material e dados etnográficos, fato que resultou na denominação de ‘Cerâmica Tupinambá’, definida dentro da subtradição homônima, para designar o contexto material encontrado no sítio Macaguá I.

Para tais conclusões, Nogueira (2011) utilizou o mesmo modelo estabelecido para a determinação de categorias identitárias de grupos/culturas pré-histórico(a)s observado nos trabalhos de Brochado (1984) e Assis (1996).

Durante as análises dos artefatos realizadas nessa pesquisa, Nogueira (2011) privilegiou os artefatos cerâmicos. A adoção do perfil técnico cerâmico, aliado ao estudo dos padrões de assentamento, como principal caracterizador de cultura, nessa pesquisa, se baseou

---

<sup>3</sup> Ver Brochado, 1973; 1984; Chymz, 1976; Scatamacchia, 1990; Noelli, 1996.

numa metodologia elaborada dentro dos preceitos teóricos e abordagens conceituais defendidas em estudos relativamente recentes da Tradição Tupi<sup>4</sup>.

Contudo, o uso do perfil técnico cerâmico aplicado aos estudos de ocupações de grupos ceramistas associados à Tradição Tupi tem se difundido principalmente no Nordeste do Brasil (CASTRO, 1999; OLIVEIRA, 2000; NOGUEIRA, 2011), havendo, portanto, pouco uso desse método de análise em pesquisas desenvolvidas em sítios Tupi identificados no Sul e Sudeste do Brasil.

A presença de outros artefatos na pesquisa de Nogueira (2011) assumiu um papel secundário, tendo sido utilizados apenas para uma caracterização geral do contexto presente no sítio Macaguá I.

A participação de materiais como os artefatos líticos e as contas de colar em vidro, encontrados no sítio Macaguá I, torna-se assim apenas um apêndice ilustrativo, cuja baixa relevância é capaz de possibilitar o seu uso na construção de inferências arqueológicas para explicar o contexto do sítio Macaguá I.

Apesar das contas de colar em vidro serem citadas nos estudos de Nogueira (2011) como um possível marcador cronológico do ‘contato’, observamos, a sua ausência na construção do discurso arqueológico para explicar a formação desse contexto histórico e também social.

As consequências desse tipo de abordagem, na prática, conduziram os resultados dessa pesquisa ao se atribuir, mesmo que de maneira implícita, características materiais produzidas em uma temporalidade pré-histórica ao sítio arqueológico.

Assim como acontece no trabalho de Nogueira (2011), temos observado que a ausência de abordagens conceituais e metodologias adequadas ao estudo de contextos que apresentam uma complexidade semelhante ao do sítio Macaguá I, tem ocasionado a ausência de determinados tipos de artefatos na construção de explicações arqueológicas (SILVA, 2003; BUARQUE, 2009).

Reconhecemos a dificuldade no estudo da complexidade material e social nas situações particulares como ocorre no sítio Macaguá I. Mas para que tenhamos dados satisfatórios na construção de inferências arqueológicas que nos permitam ter segurança na interpretação de possíveis mudanças ou permanências culturais e materiais, devemos considerar outras possibilidades na abordagem desses sítios.

---

<sup>4</sup> Ver Scatamacchia, 1996; Oliveira, 2003.

Para ilustrar o acervo material do sítio Macaguá I tal qual observado nas campanhas realizadas em 2009, farei uso de análises preliminares, apresentando algumas definições técnicas obtidas a partir de caracterizações tecno-tipológicas desses artefatos, com o objetivo de contextualizá-los no âmbito do sítio, correlacionando-os, apenas, posteriormente com outras esferas da pesquisa.

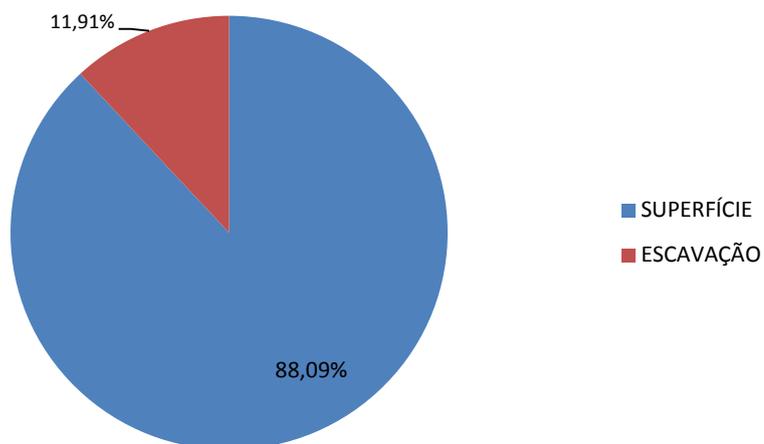
Segundo Nogueira (2011) durante as prospecções e escavações arqueológicas em 2009 foram encontradas aproximadamente vinte mil peças arqueológicas. Dentro desse universo material, há, além dos artefatos anteriormente citados, fragmentos de cerâmicas modernas, louças, grés, garrafas de vidro e metais (Figura 6).



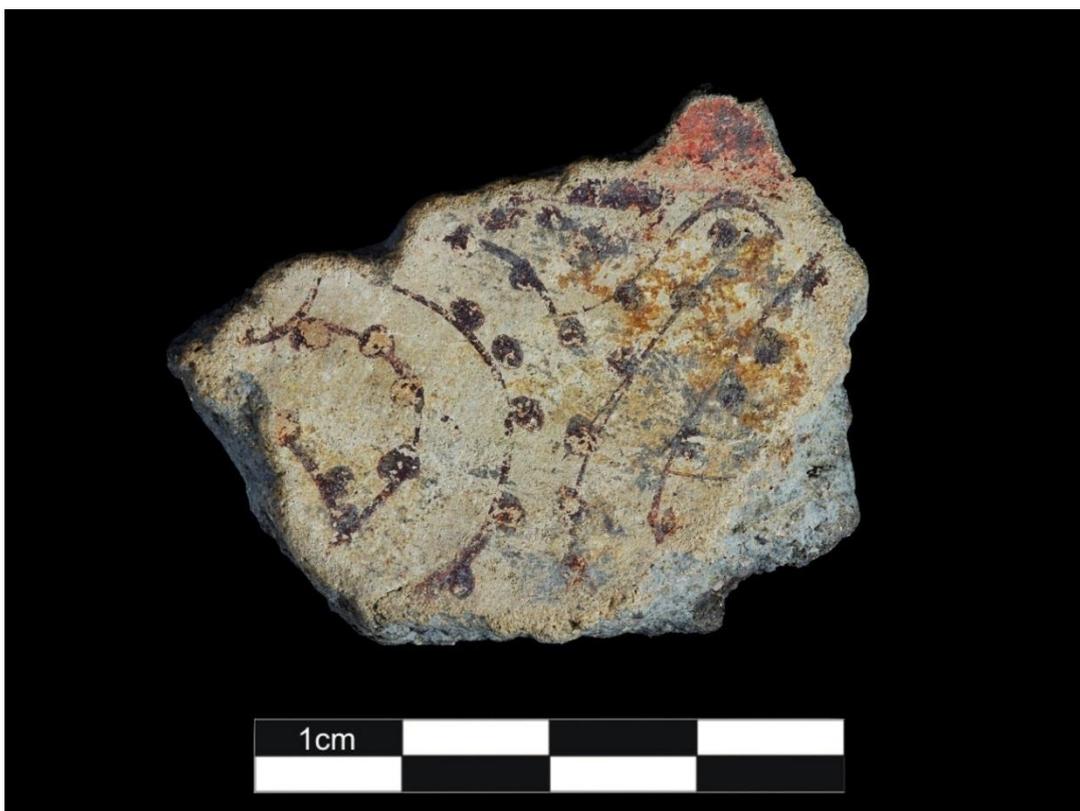
**Figura 6 - Fragmentos de louça e vidro dispostos em superfície.**

Da totalidade de materiais arqueológicos recolhidos, 88,09% foi encontrado em superfície, sendo 92,51% de material cerâmico com as seguintes características técnico-tipológicas: técnicas de manufatura acordelada e modelada; acabamento de superfície corrugado, alisado; engobo vermelho e pintura policroma (Figura 7).

Nas cerâmicas com acabamento de superfície do tipo pintado em policromia, foi observada a presença de motivos diversos, representados nas composições de cores: vermelho sobre fundo branco ou vermelho e preto sobre fundo branco (Figura 8).



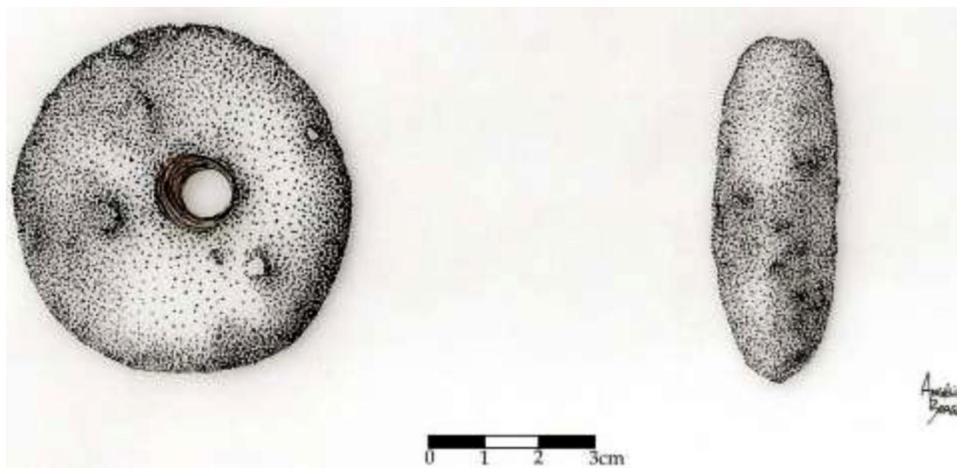
**Figura 7 - Frequência de artefatos nas áreas de intervenção arqueológica no sítio Aldeia da Serra de Macaguá I.**



**Figura 8 - Cerâmica policroma. Sena, 2013.**

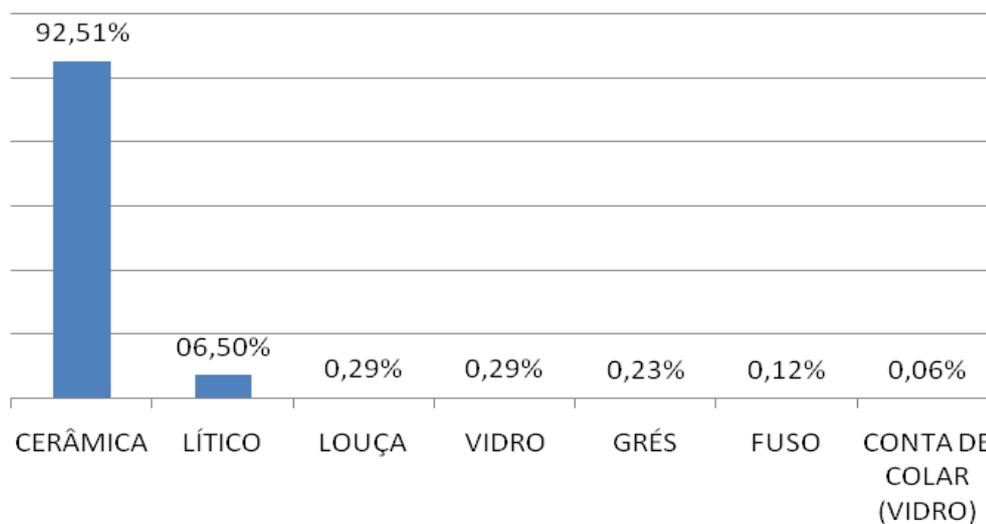
A maioria dos fragmentos de cerâmica é constituída por bordas do tipo reforçada externamente. Nesse contexto, foram encontrados ainda, fusos produzidos em cerâmica

(Figura 9), além de dois fragmentos de vasilhas cuja tecnologia de produção pode ser atribuída períodos mais recentes (séculos XIX e XX) que o restante do acervo, segundo as análises tecno-tipológicas.



**Figura 9 - Fuso produzido em cerâmica. Fonte, Nogueira, 2011. Desenho: Angélica Borges.**

Além da cerâmica, outros tipos de artefatos foram encontrados em superfície. O material lítico representa 6,5% dos artefatos aí resgatados. Esse conjunto é constituído em sua maioria de alisadores e calibradores em canaleta. Em quantidade inferior aparecem as lascas e fragmentos de lascamento e ainda de uma conta de colar em amazonita (Figura 10).



**Figura 10 - Frequência dos tipos de artefatos coletados em superfície no sítio Aldeia da Serra de Macaguá I, RN.**

Dos artefatos vítreos encontrados em superfície, foram identificados cinco fragmentos de garrafa e uma conta de colar em vidro, todavia a disposição desses objetos não obedecia a um arranjo espacial único.

Contudo, enquanto os fragmentos de garrafas estavam em áreas distantes das manchas, a conta de colar em vidro foi encontrada no interior de uma delas (Mancha 3).

Os vidros de garrafas, embora não ofereçam elementos diagnósticos suficientes para uma reconstituição precisa dos objetos, possuem características de artefatos vítreos produzidos à maneira industrial, tipo de produção que se deu a partir do século XIX.

Durante as prospecções em superfície (2009) foram identificados apenas dois fragmentos de louça nesta área. Essas louças se encontravam dispostas em locais que estavam fora do contexto das manchas, e em nenhum dos casos foi observada a sua presença em profundidade, tendo se apresentado apenas em superfície (Figura 11).



**Figura 11 - Fragmento de louça. Nogueira, 2011.**

Louças desse tipo (*blue edge*) começaram a ser produzidos na segunda metade do século XVIII, todavia, a sua comercialização e distribuição pelos territórios americanos e particularmente no Brasil se intensificou durante o século XIX e início do século XX. A popularização desse artefato ocasionou uma diversificação de técnicas de manufatura que

podem ser identificadas por tipos diferenciados de técnicas empregadas na decoração das bordas (BRANCANTE, 1981; SYMANSKI, 1997; CALDARELLI, 2003; BARBOSA, 2012).

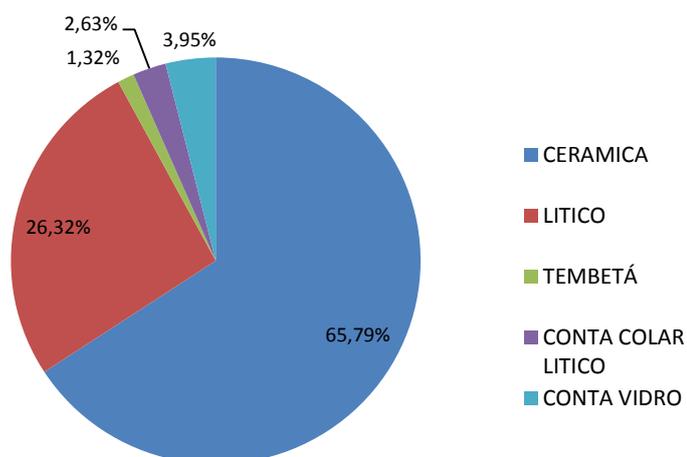
O fragmento de louça “*blue edge*” identificado nesse contexto possui um padrão de decoração que se caracteriza por técnicas difundidas durante o final do século XIX, tendo a sua continuidade de produção e comercialização durante a primeira metade do século XX (BRANCANTE, 1981; SYMANSKI, 1997; CALDARELLI, 2003; BARBOSA, 2012).

Outro fragmento de louça associado, pelas pesquisas anteriores, ao contexto material do sítio Macaguá I, possui uma morfologia que condiz com parte de uma base de prato ou malga. Pelo tipo de técnica de produção desse material, cuja marca do carimbo do fabricante se encontra na parte externa, pode-se associar ao tipo de louça produzida e comercializada também entre o final do século XIX e início do XX (CALDARELLI, 2003).

Nesse mesmo contexto foram resgatados quatro fragmentos de grés, geralmente utilizado na produção de garrafas. Apesar de não podermos precisar a sua data de produção, o tipo de tecnologia empregada na fabricação desses artefatos não antecede o século XIX.

No acervo obtido das escavações em subsuperfície realizadas em 2009 65,79% é composto de cerâmicas classificadas como: alisadas, corrugadas, escovadas, pintadas em vermelho e policromo, 26,32% de material lítico, sendo estes alisadores, calibradores em canaleta e fragmentos de lascas, contas de colar em quartzo e amazonita (2,63% da totalidade dos artefatos resgatados) e um tembetá em amazonita (Nogueira, 2011).

Inseridas no contexto das manchas de ocupação, foram evidenciadas três peças de colar em vidro azul (miçangas), a aproximadamente 15 cm de profundidade, representando 3,95% da totalidade dos artefatos coletados em subsuperfície (Figura 12).



**Figura 12 - Frequência dos tipos de artefatos encontrados em escavação no sítio Aldeia da Serra de Macaguá I, RN.**

É a partir desse contexto arqueológico, onde se inserem materiais de tecnologia indígena em conjunto com materiais de tecnologia ‘europeia’, que surge a possibilidade de se tratar do legado material de uma situação específica, do contato na Serra de Santana (Figura 13).



**Figura 13 - Miçangas encontradas na escavação do Sítio Aldeia da Serra de Macaguá I, 2009. Fonte: Nogueira, 2011.**

Em outros sítios arqueológicos, do Rio de Janeiro, associados à tradição Tupiguarani onde foi registrada a presença de contas de colar de vidro, essas se encontravam em contextos atribuídos à prática de rituais funerários. Nesses contextos havia cerâmicas policromas formando um conjunto de vasilhas menores inseridas dentro de uma urna funerária de decoração policroma (BUARQUE, 2009).

Nas proximidades desse arranjo de artefatos foram encontradas ainda fogueiras e vestígios de estacas, interpretadas como esteios e suporte para dar sustentação à urna funerária. Esses conjuntos de matérias ligados a rituais funerários foram encontrados nas imediações das moradias ou agrupados em um setor específico da aldeia. A cronologia estabelecida para esses sítios a partir de datações de C14 é de aproximadamente  $311 \pm 50$  e  $510 \pm 160$  B.P (BUARQUE, 2009).

## 2.2 POR UMA ARQUEOLOGIA DO CONTATO E DA MUDANÇA CULTURAL NA MICRORREGIÃO DE SERRA DE SANTANA

Partindo dessas análises e observações acerca do contexto material do sítio Macaguá I, no ano de 2010 foram iniciadas pesquisas inseridas no projeto Arqueologia de Contato e Mudança Cultural na Microrregião da Serra de Santana, coordenado pelo arqueólogo Scott J. Allen. Esse projeto tem como objetivo elucidar através dos métodos interdisciplinares da arqueologia o período da chegada de europeus no litoral e os subsequentes efeitos nas sociedades indígenas e na cultura material envolvida nessas situações.

É nesse âmbito que o presente estudo vai se desenvolver, juntamente com as atividades do grupo de pesquisa Diásporas, Contatos e Mudança Cultural, liderado pelo mesmo pesquisador.

Inserido dentro dessas pesquisas, o projeto Estudos Arqueológicos no Sítio Macaguá I, liderado, em conjunto, por Vivian Sena e Scott J. Allen foi proposto com a finalidade de dar continuidade as pesquisas arqueológicas no sítio Macaguá I.

Com o objetivo de estabelecer um quadro cronocultural para a ocupação do sítio Macaguá I e compreender como atuaram os processos do contato através da negociação de espaços e objetos em contextos sociais particulares, foi estabelecida a realização de novas escavações arqueológicas.

Além de intervenções de subsuperfície, nessa pesquisa, desenvolvida de 2011 a 2013, foram realizados: a caracterização dos espaços compreendidos pelo sítio através da

formulação de uma documentação cartográfica e delimitação das áreas que compõem o sítio arqueológico; a análise de documentos etno históricos primários e secundários; prospecções de reconhecimento; prospecções geofísicas nos locais onde se encontravam os vestígios (manchas); análise laboratorial de materiais arqueológicos resgatados no sítio e divulgação científica da pesquisa em encontros congressos nacionais e internacionais.

Durante as pesquisas de campo, foram realizadas algumas modificações na atribuição de nomenclatura das estruturas e vestígios identificados nesse contexto. Essas mudanças deram-se pelo fato da descoberta de novas áreas de interesse no sítio Macaguá I, associado a isso, a adoção de uma metodologia adequada ao contexto, privilegiando o registro arqueológico da distribuição espacial e estratigráfica dos vestígios e conseqüentemente dos artefatos inseridos no contexto arqueológico das manchas.

### **2.2.1 Reconhecimento e Identificação de Contextos Arqueológicos no Sítio Macaguá I**

As intervenções arqueológicas realizadas no sítio Macaguá a partir do ano de 2012 se inserem no projeto Estudos Arqueológicos no Sítio Macaguá I. Durante essas intervenções se objetivou inicialmente a caracterização arqueológica dos vestígios e artefatos inseridos nesses contextos.

A necessidade de uma documentação cartográfica para o referido sítio arqueológico que pudesse auxiliar no estudo da materialidade que se apresentou nesse contexto fez com que fosse realizado um levantamento topográfico com a finalidade de observar como os vestígios se inserem nos espaços delimitados pelo sítio.

Durante as pesquisas de campo, foi imprescindível ainda a caracterização da estratigrafia com a finalidade de entender como os artefatos se inseriam nas camadas arqueológicas e conseqüentemente como os mesmos se comportavam no interior dos vestígios identificados.

Um dos problemas identificados durante as primeiras escavações arqueológicas no sítio Macaguá I em 2009 foi a identificação de artefatos cuja cronologia de produção e comercialização os remetiam ao período histórico (NOGUEIRA, 2011). Assim foi observado nas últimas intervenções como esses tipos de artefatos se dispunham no contexto

arqueológico do sítio, possibilitando uma releitura desse contexto com o objetivo de reconsiderar a materialidade do contato nesse contexto específico.

Outra questão que se impôs sobre esse contexto arqueológico foi a interpretação de Nogueira (2011) que explicou a presença de vestígios (Manchas) e dos tipos de artefatos cerâmicos analisados em laboratório como sendo produtos de um padrão de assentamento característico de uma aldeia da subtradição Tupinambá.

### **2.2.2 Levantamento Topográfico**

O registro topográfico realizado durante essas intervenções arqueológicas consistiu na setorização e caracterização espacial do sítio Macaguá I. Para tal foi estabelecida inicialmente uma malha topográfica que possibilitasse uma leitura contextual que abarcasse os espaços que compunham o sítio, incluindo possíveis vestígios e estruturas que pudessem contribuir na interpretação arqueológica do contexto estudado.

Em sítios a céu aberto, com grandes extensões como o Macaguá I, mas sem um marco espacial bem definido, foi importante estabelecer uma leitura do terreno que contemplasse as suas características particulares, especificando o conjunto de unidades espaciais que determinam os limites desse sítio arqueológico.

Em sítios desse tipo, essas unidades podem ser compostas tanto pela disposição de conjuntos de artefatos (lítico e cerâmico) em superfície como resultado de atividades específicas desses grupos, quanto por sutis diferenciações de coloração e textura de sedimentos que podem compor vestígios de antigas habitações.

Na leitura desses espaços, a arqueologia através do registro topográfico possui mais um dado factível de processos *C-Transforms* (processos culturais) e *N-Transforms* (processos naturais) que irão auxiliar na observação de aspectos e fenômenos que influenciaram na formação do sítio arqueológico (SCHIFFER, 1987).

Esses processos podem variar desde bioturbações como ninhos de insetos ou voçorocas e ravinas provocadas pela ação de águas pluviais até a colocação de cercas e cultivo de vegetais que ocasionam a movimentação de sedimentos depositados originalmente em outros locais (BICHO, 2006; ROSKAMS, 2001).

Como um dos objetivos dessa pesquisa é o reconhecimento das unidades espaciais abarcadas pelo sítio Macaguá I, inicialmente foi realizada uma prospecção visual preliminar para identificar e observar possíveis áreas de atividades a serem mapeadas, assim como o

estabelecimento de quadras de 20m x 20m nos locais onde foram realizadas as prospecções geofísicas.

Além dessa delimitação também foi realizado o reconhecimento de locais apontados em pesquisas anteriores como sendo componentes de vestígios (Manchas) desse mesmo sítio (NOGUEIRA, 2011), embora os artefatos fossem de cronologias históricas mais recentes.

Como artefatos isolados não constituem por si só um fator relevante para o estudo do contato e da mudança cultural mediado pela interação social e pela negociação de espaços e de cultura material, esses foram coletados de acordo com o contexto específico ao qual pertenciam.

Dessa forma, tendo sido espacialmente definidos os locais onde apareciam os artefatos, os mesmos foram coletados com auxílio de equipamento topográfico, o que, pôde auxiliar numa melhor compreensão da sua relação com os vestígios identificados.

Os dados coletados durante esse levantamento compuseram um conjunto de informações topográficas que auxiliaram na implantação de uma documentação cartográfica para o sítio arqueológico Macaguá I.

A produção de uma boa documentação durante as pesquisas forneceu dados que foram gerados a partir de uma leitura interdisciplinar, envolvendo elementos geográficos, cartográficos e arqueológicos, dado que possibilitou a sua utilização na construção de explicações para a formação desse contexto assim como para a construção de explicações mais abrangentes para a interpretação dos processos sociais e históricos que porventura atuaram sobre o contexto arqueológico.

As cartas topográficas geradas a partir dos dados coletados em campo propiciaram o mapeamento das curvas de nível (hipsometria), das intervenções humanas como construções, poços e aplicação de estacas de cerca. O registro desses elementos alterou, sobretudo, na leitura de processos culturais que resultaram no sítio Macaguá I como o conhecemos hoje.

Durante o registro topográfico do Sítio Macaguá I foram adotados métodos e técnicas adequados a esse contexto específico. Como se tratava de uma área a céu aberto com grandes extensões (aproximadamente 38.754,00 m<sup>2</sup>) foi adotado o método de setorização a partir de um *Datum* e um *Sub Datum* que juntos formam um segmento de reta orientada para o Norte Magnético.

A escolha desse método nas intervenções arqueológicas do sítio Macaguá I se deu devido aos resultados obtidos de seu uso em sítios sem um marco visual bem delimitado e que possuam grandes áreas a serem mapeadas (BICHO, 2006), como ocorre comumente em contextos de sítios associados à Tradição Tupiguarani. Dentro desse sistema de eixos

cartesianos, a intersecção de retas identificada pelo marco Sudoeste (SO) condiz com a principal referência à localização das unidades de escavação.

Devido à grande distância entre as áreas mapeadas optou-se por designar o *Datum* com as coordenadas N1000 e L1000. Dessa forma foi possível mapear toda a área do sítio mantendo o uso das coordenadas Norte e Leste, o que facilitou a leitura dos locais mais distantes da linha do *Datum* e *Sub Datum* e o reconhecimento dos tipos de relação entre as unidades de estratificação arqueológicas identificadas em áreas com uma distancia considerável.

Assim a numeração dos quadrantes que serviram para a demarcação das unidades destinadas à realização de prospecções geofísicas e escavações seguiu em sentido crescente em direção ao Norte e ao Leste e decresceu nos sentidos Sul e Oeste.

Para cada uma das unidades (prospecção e escavação), a referência ao Norte e ao Leste auxiliou na identificação das mesmas em uma única malha topográfica. Dessa forma foi possível mensurar a distância exata entre as unidades escavadas e os artefatos dispostos em superfície.

A implantação de marcos fixos na paisagem para a identificação do *Datum* e do *Sub Datum* foi adotada para evitar futuras complicações na continuidade de pesquisas arqueológicas no referido sítio. Sendo assim, a presença de uma marcação física nessa área possibilita a continuidade do registro arqueológico dentro de uma mesma malha topográfica, facilitando a correlação entre os contextos estudados a partir de diferentes pesquisas. Além dessa medida preventiva, tivemos o cuidado de georreferenciar os marcos fixos com o auxílio de GPS, com precisão de erro de até 1 m, permitindo o uso dessas referências espaciais mesmo após o seu desaparecimento.

Durante a instalação do *Datum* ( $6^{\circ}08'00,764''S$   $36^{\circ}41'21,234''W$ ) e do *Sub Datum* ( $6^{\circ}08'01,513''S$   $36^{\circ}41'20,881''W$ ) foram registradas também as altimetrias da superfície em que se encontrava cada marco a partir do GPS, tendo os seus respectivos valores anotados em cada um deles. Essa informação é primordial na leitura dos locais onde se encontram artefatos e vestígios, já que as variações nas curvas de níveis podem influenciar na interpretação da formação de contextos arqueológicos, principalmente no que se refere à composição dos pacotes sedimentares e camadas estratigráficas (Figura 14).

Além do *Datum* e *Sub Datum* foram delimitados Estações e Piquetes que auxiliaram na realização do registro, todavia para esses últimos foram adotados marcos móveis com o intuito de não prejudicar a integridade do sítio, além de evitar acidentes com animais ou com a população local que circula na área.

Para as Estações foram utilizadas estacas de plástico, enquanto para os Piquetes foram produzidas estacas em madeira possuindo aproximadamente 3 cm de diâmetro. Ambos foram feitos dessa forma para não danificar a integridade de possíveis estruturas e vestígios que porventura houvesse em subsuperfície.

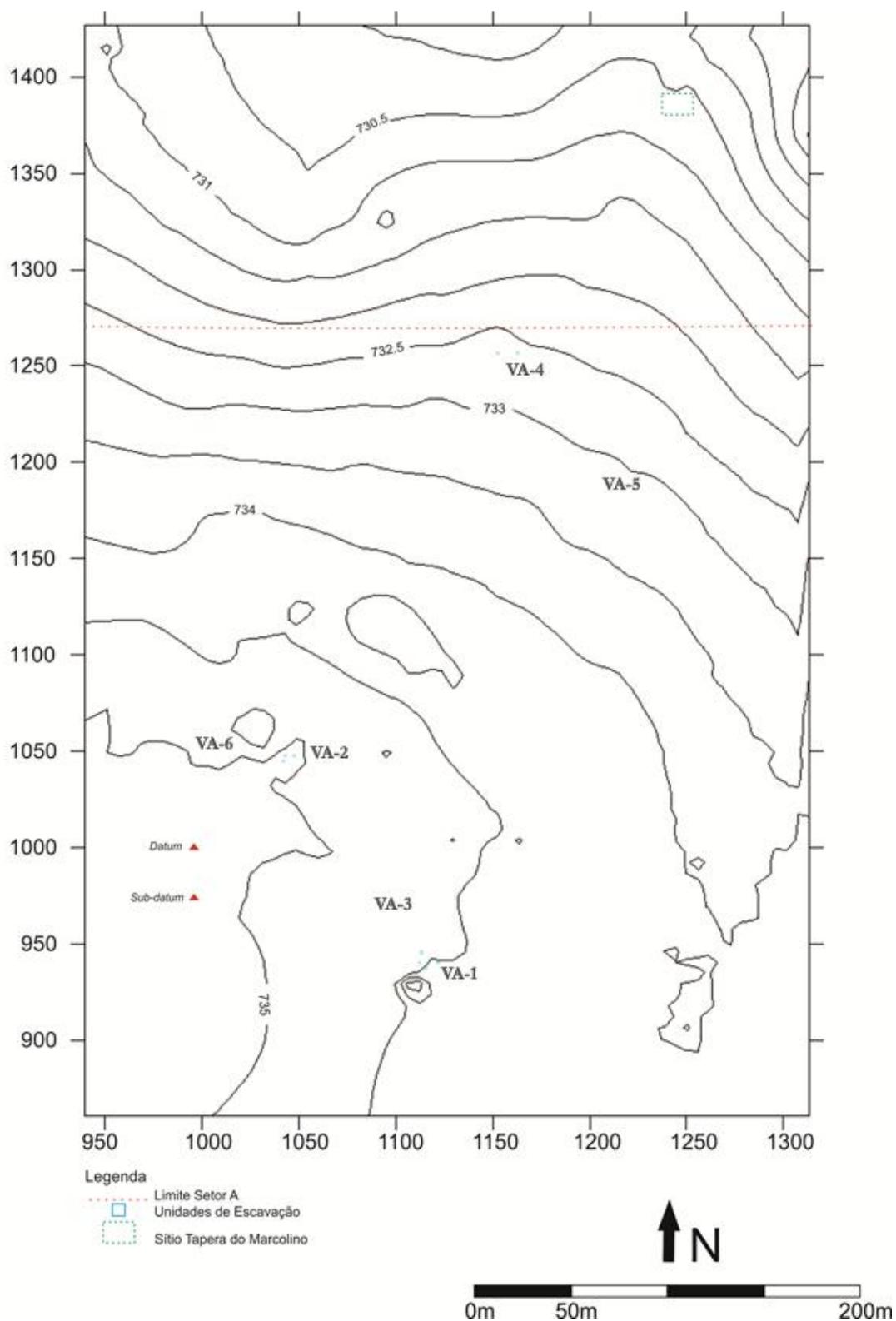


Figura 14 - Carta Topográfica. Sítios Macaguá I (Vestígios) e Tapera do Marcolino.

### 2.2.3 Prospecções Visuais

O levantamento topográfico descrito acima proporcionou o controle espacial necessário para a realização das prospecções visuais e geofísicas que antecederam as intervenções arqueológicas em subsolo. Os métodos empregados nessa fase da pesquisa foram prospecção visual por *fieldwalking* (ROSKAMS, 2001).

O uso desses métodos se deu com o propósito de reconhecer os contextos e auxiliar na delimitação do sítio arqueológico Macaguá I. Dessa forma, inicialmente foram realizadas prospecções visuais de superfície na identificação de áreas potencialmente relevantes para a abertura de unidades de escavação arqueológica, como a identificação dos vestígios em superfície.

As técnicas empregadas durante a prospecção visual consistiu em caminhamentos no terreno do sítio, nos quais se dispunham pesquisadores e estudantes em linha reta distando 5 m a fim de cobrir toda a área, reconhecer e identificar artefatos, vestígios e estruturas aparentes em superfície para posterior verificação a partir de escavações arqueológicas.

À medida que se observou a presença de mudanças bruscas ou mesmo sutis na coloração e textura dos sedimentos dispostos em superfícies, foi necessária a aplicação de raspagens superficiais nesses espaços. Isso se deu na averiguação da atuação de processos *N-Transforms* e *C-Transforms* na conformação de contextos deposicionais (SCHIFFER, 1987).

A aplicação da técnica de raspagem permitiu a caracterização geral de vestígios e a averiguação da presença dos mesmos em locais com uma cobertura vegetal que não permitia a visualização de pacotes sedimentares diferenciados em superfície. Aliado a isso, a presença de sedimentos arenosos e quartzosos na superfície dessa área e a grande incidência de luz solar sobre esses sedimentos não permitia a observação de nuances de coloração diferenciada que poderiam caracterizar os vestígios.

Assim, a utilização de tais técnicas foi imprescindível na observação de mudanças de sedimentação como resultado da formação dos vestígios arqueológicos no sítio Macaguá I. Nesses vestígios foi possível constatar a presença de sedimentos de coloração diferenciada (mais escuros) e com uma textura mais compactada decorrente de atividades antrópicas, características que os diferenciava dos pacotes de sedimentação formados por processos naturais.

Esses procedimentos foram realizados numa área de aproximadamente 24 ha onde foram delimitados dois sítios arqueológicos distintos, o **Sítio Macaguá I** e o **Sítio Tapera do Marcolino**. Em pesquisas anteriores ambos os sítios foram condensados em um só contexto arqueológico cuja denominação utilizada foi a de **Sítio Aldeia da Serra de Macaguá I**.

#### **2.2.4 Identificação e Caracterização de Contextos Arqueológicos**

A partir dessas pesquisas de campo foi verificada a presença de dois contextos arqueológicos distintos. Tanto o sítio Macaguá I quanto o sítio Tapera do Marcolino apresentaram contextos bem definidos e bem delimitados, que permitiram caracterizar os dois sítios individualmente.

Apesar da proximidade de ambos os sítios, não podemos invalidar as características particulares que definem cada sítio como uma unidade de ocupação temporalmente diferenciada, não havendo em nenhum momento a sobreposição ou a recorrência de artefatos semelhantes num ou noutro contexto.

Apesar de estarem estabelecidos em áreas próximas, já que os locais distam em aproximadamente 100 m, não foi identificado nesse intervalo nenhum indicativo material ou vestigial que corrobore com uma explicação baseada na existência de uma unicidade no passado, seja ele distante ou recente.

A partir desses dados inferimos que a atribuição de artefatos como louça, vidro e cerâmica moderna ao contexto do sítio Macaguá I, como observado nos estudos de Nogueira (2011) foi decorrente da utilização de métodos e técnicas arqueológicas inadequadas para o estudo desses contextos.

Para isso nos apoiamos nas análises realizadas ainda em campo, as quais demonstraram que os artefatos encontrados nos dois contextos não formam, em momento algum, um único conjunto material nem mesmo compartilham de tipologias ou cronologias aproximadas.

No Sítio Macaguá I foram encontrados artefatos líticos polidos e lascados, cerâmicas indígenas com pintura policroma, contas de colar em malacológico e miçangas de vidro que remetem aos primeiros séculos de colonização do Nordeste do Brasil, resultando em um contexto produzido no período histórico que compreende entre os séculos XVI e XVIII.

Já no Sítio Tapera do Marcolino foram encontrados fragmentos de louça, garrafas de vidro, cerâmicas modernas e material construtivo cuja produção remete ao início do XX século (Figuras 15).

Os vidros de garrafas, embora não ofereçam elementos diagnósticos suficientes para uma reconstituição precisa dos objetos, possuem características de artefatos vítreos produzidos à maneira industrial. Para tais, podemos inferir que foram produzidos no contexto do século XX (Figura 16).



**Figura 15 - Vista Geral do Sítio Tapera do Marcolino. Note-se no local, diferentemente da área do sítio Macaguá I, a presença de vestígios de queimadas resultantes da preparação do terreno para cultivo recente.**



**Figura 16 - Fragmento de corpo de garrafa em vidro no sítio Tapera do Marcolino. Notem-se as marcas da manufatura industrial da peça produzida no contexto do século XX.**

A partir dessas constatações, a identificação e o registro do sítio Tapera do Marcolino possibilitou que os artefatos arqueológicos pertencentes a esse contexto, encontrados durante as primeiras pesquisas, fossem desassociados do contexto do sítio Macaguá I.

A percepção desses artefatos (louças, vidro, cerâmica moderna e materiais construtivos) enquanto parte de um contexto diferenciado resolve algumas questões sobre o contexto do sítio Macaguá I, como por exemplo, o estabelecimento de um corte cronológico para esse contexto.

Partindo das datações relativas obtidas através da análise das miçangas de vidro, e levando em consideração que os artefatos datados do século XX pertencem ao contexto de outro sítio (Tapera do Marcolino), podemos concluir que o contexto arqueológico do sítio Macaguá I se formou entre os séculos XVI e XVII.

Com essa explicação sobre o período da formação do contexto do sítio Macaguá I, obtida a partir das pesquisas de campo, foi possível observar que o distanciamento imposto pelas cronologias estabelecidas para cada um desses sítios incorre na percepção de uma ausência de continuidade entre essas ocupações.

Como resultado dessa situação se impôs um novo questionamento para o presente estudo: **já que a cronologia obtida através das miçangas de vidro não demonstra uma continuidade da ocupação do sítio Macaguá I após o século XVII, como podemos explicar a presença de uma materialidade do contato considerando processos sociais e históricos que atuaram nesse contexto arqueológico específico?**

Apesar do contexto social e histórico observado na leitura de fontes etnohistóricas desse período possibilitar a compreensão da atuação de processos sociais e históricos complexos nesses espaços, foi imprescindível investigar como se configuraram as mediações materiais no contexto arqueológico do sítio Macaguá I.

Para tanto foi necessário aprofundar as pesquisas arqueológicas através da realização de intervenções que possibilitassem a compreensão dessas mediações a partir da inserção de artefatos e vestígios no contexto estratigráfico.

Dessa forma, foi necessário delimitar os espaços que compreendem esse contexto arqueológico, dos quais fazem parte os vestígios denominados de ‘Manchas’ nos estudos de Nogueira (2011).

A realização de análises intra-sítio possibilitou a compreensão da relação entre os vestígios identificados e entre esses e os artefatos arqueológicos inseridos nas unidades de estratificação arqueológicas, onde se inseriam as miçangas de vidro, as cerâmicas indígenas de decoração policroma e os artefatos líticos dentre outros tipos de artefatos arqueológicos.

### **2.2.5 Delimitação do Sítio Macaguá I**

No contexto arqueológico do sítio Macaguá I foram identificados e delimitados seis áreas designadas de vestígios devido a sua composição. Esses vestígios foram caracterizados pela presença de sedimentos de coloração e textura diferenciadas, que os distinguiu do sedimento arenoso bastante friável, naturalmente depositado, que cobria a quase totalidade da superfície do terreno.

Além da diferenciação de cor e textura dos sedimentos pode-se observar a presença de conjuntos de artefatos concentrados nessas áreas, outro dado que os diferenciava do resto do contexto superficial que possuía fragmentos de cerâmica muito espaçados, dispostos em grandes extensões. Essas áreas possuíam forma elíptica e mediam aproximadamente 4m x 7m cada, como se pode observar a partir da sua continuidade na estratigrafia arqueológica.

À medida que nos distanciávamos dos vestígios, os fragmentos e artefatos apareciam em menor quantidade e estavam dispostos de modo que não se apresentavam em nenhum conjunto que pudesse caracterizar espaços de concentração de materiais arqueológicos.

A observação desses dados durante as pesquisas de campo sugeriam que a presença desses artefatos em locais mais afastados dos vestígios foi ocasionada pela constante movimentação e transporte de sedimento durante a preparação do solo, sobretudo, para o plantio de mandioca.

Por terem sido identificados numa área denominada como ‘Setor A’, receberam as seguintes nomenclaturas: VA-1; VA-2; VA-3; VA-4; VA-5; VA-6. Esse procedimento possibilitou uma melhor compreensão dos espaços compreendidos pelo sítio e teve grande utilidade durante o processo de registro arqueológico dos contextos escavados, como o reconhecimento de camadas, vestígios e suas respectivas continuidades em locais mais afastados.

Esse tipo de leitura facilitou o reconhecimento desse contexto arqueológico, mesmo se tratando de uma área com grandes dimensões, possibilitando assim uma melhor organização do registro arqueológico dos dados ainda em campo e facilitando a análise em laboratório da documentação arqueológica produzida em campo.

Contrapondo o registro arqueológico desse contexto realizado durante as pesquisas realizadas em 2009, nas quais foram delimitados quatro vestígios (manchas húmicas) cujas dimensões variavam entre 10 m x 15 m e 10 m x 20 m (NOGUEIRA, 2011), o registro arqueológico realizado a partir das intervenções de 2012, inseridas nas pesquisas que impulsionaram o presente estudo, identificaram seis vestígios com dimensões de 7 m x 4 m.

A caracterização desses vestígios na estratigrafia arqueológica em profundidade demonstrou que a percepção de dimensões maiores para os mesmos partiu da observação do comportamento desses espaços apenas em superfície.

Como a utilização dessas áreas para o plantio foi marcadamente impressa nas camadas superficiais, a partir da grande movimentação de sedimento observada nesse contexto, foi possível inferir que parte dos sedimentos que formavam as camadas arqueológicas que correspondem aos vestígios foi deslocada. Isso resultou na formação de depósitos modificados cujos sedimentos foram espalhados resultando na formação de áreas com dimensões maiores devido ao transporte horizontal dos pacotes sedimentares.

Todavia, só foi possível determinar as dimensões dos vestígios durante as escavações arqueológicas realizadas em 2012, a partir da identificação dos limites finais dos mesmos, cuja presença foi percebida na estratigrafia arqueológica.

### 2.2.6 Escavações Arqueológicas no Sítio Macaguá I

A escolha dos locais escavados foi informada por duas circunstâncias. A primeira foi a preferência por escavar locais que possuíam poucas intervenções arqueológicas anteriores, já que foi observado em campo a presença de transporte intenso de sedimentos das antigas escavações em alguns locais do sítio (inclui-se aqui os lugares utilizados para o peneiramento de sedimentos).

A ausência de uma cartografia de pesquisas anteriores no sítio indicando os locais escavados e de peneiramento levou-nos a fazer essas observações durante o reconhecimento em campo, onde pudemos constatar a presença de proteção plástica das antigas escavações assim como sedimentos revolvidos das unidades de escavações.

A segunda circunstância se deu pela preferência por escavar os contextos em que apareciam os vestígios, já que havia neles a possibilidade de haver continuidade de camadas arqueológicas em profundidade, já que nessas áreas foi detectada a presença de artefatos em superfície. A presença de conjuntos de artefatos alocados nas imediações desses espaços serviu ainda como um indicativo da continuidade dos vestígios em contextos estratigráficos, segundo o potencial arqueológico identificado em subsuperfície (Tabela 1).

Além dessas particularidades, nessas intervenções foram priorizados também os locais que apresentavam contextos estratigráficos mais preservados que pudessem propiciar a subtração de amostras para datação, dado que pudesse auxiliar na interpretação desse contexto arqueológico.

Dos seis vestígios identificados e delimitados, apenas quatro atenderam às especificações anteriormente descritas: VA-1; VA-2; VA-4 e VA-5. Todavia, foram escolhidos inicialmente três vestígios para serem alvos das intervenções arqueológicas: VA-1; VA-2 e VA-4.

Durante a realização das intervenções foram abertas quatorze (14) unidades de escavação arqueológica. Essas unidades se concentraram nos espaços em que foram identificados os vestígios VA-1, VA-2 e VA-4, possuindo uma área de 1 m x 1 m cada.

**Tabela 1 - Unidades de escavação e associação com vestígios.**

<b>Unidade de Escavação</b>	<b>Setor</b>	<b>Área</b>
N936 L1119	A	VA-1
N937 L1119	A	VA-1
N939 L1116	A	VA-1
N944 L1117	A	VA-1
N945 L1117	A	VA-1
N939 L1126	A	Próximo ao VA-1
N939 L1125	A	Próximo ao VA-1
N940 L1125	A	Próximo ao VA-1
N940 L1126	A	Próximo ao VA-1
N1047 L1042	A	VA-2
N1044 L1041	A	VA-2
N1047 L1047	A	VA-2
N1256 L1152	A	VA-4
N1256 L1163	A	Próximo ao VA-4

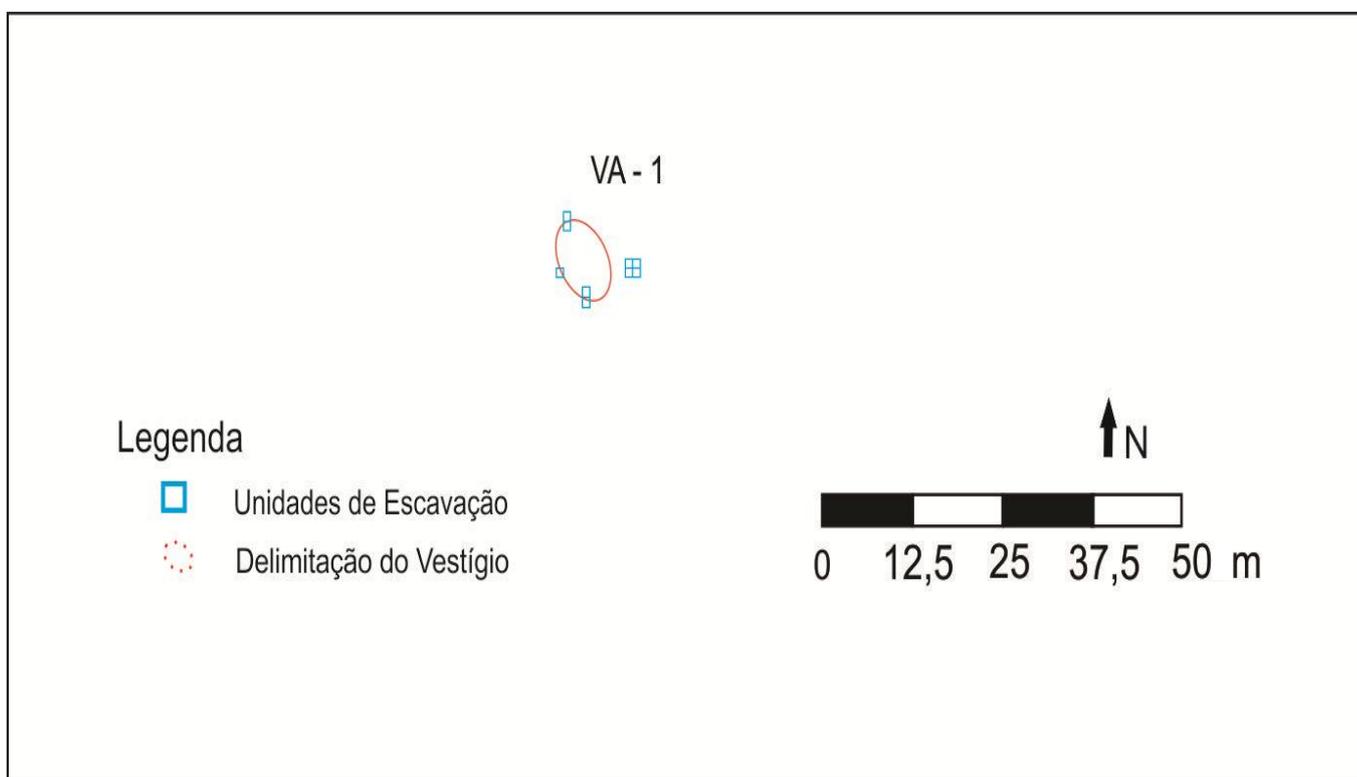
As escavações arqueológicas das unidades escolhidas revelaram um contexto diferenciado das áreas em que os vestígios não ocorriam, com unidades de estratificação bem definidas e um potencial arqueológico em profundidade que permite ainda hoje a continuidade das pesquisas com a realização de novas intervenções no sítio Macaguá I.

### **2.2.7 Escavações Arqueológicas no VA-1**

A partir das observações feitas durante o reconhecimento arqueológico do VA-1 foi delimitada uma malha de aproximadamente 15 m x 10 m onde se apresentavam artefatos cerâmicos e líticos dispostos em superfície, sobre sedimentos de coloração que diferia dos pacotes de sedimentação natural.

Nesse contexto foram delimitadas nove unidades de escavação de 1 m x 1 m com o objetivo de revelar o vestígio e as possíveis estruturas e artefatos associados ao VA-1 em contextos estratigráficos mais profundos.

A escolha das unidades a serem escavadas se deu preferencialmente em áreas que apresentaram potencial para a observação dos limites do VA-1, previamente marcados com aparelho topográfico. Sendo assim foram escolhidas nove unidades para ser alvo de intervenções arqueológicas (Figura 17 e 18).



**Figura 17 - Vista geral das unidades de escavação do VA - 1.**



**Figura 18 - Delimitação das unidades de escavação no VA - 1 (N939 L1125; N939 L1126; N940 L1125; N940 L1126).**

Nessa área verificou-se a presença de duas camadas bem definidas (camada I e camada II) além do vestígio VA-1. A análise granulométrica foi feita com a técnica de amostra de mão e a coloração foi definida a partir do código Munsell, ambos realizados em campo.

A superfície é composta de depósito de sedimentos friáveis do tipo areia variando de fina a média, de coloração 7.5 YR 4/2 (*Brown*). Na superfície foram coletados fragmentos de artefatos cerâmicos e líticos.

A camada I, presente em todas as unidades dessa área, apresentou sedimentos areno-siltosos, mais compactados, de coloração 10 YR 3/3 (*Dark Brown*). Nessa camada foram evidenciados fragmentos cerâmicos, líticos e ocre (óxido de ferro com marcas de utilização).

Na camada II, considerada estéril (natural) pela ausência de artefatos, caracterizou-se por um pacote de sedimentos areno-siltosos bem compactados com coloração 10 YR 4/6 (*Very Yellowish Brown*).

O VA-1 foi aparente apenas nas unidades N936 L1119, N937 L1119, N939 L1116, N944 L1117 e N945 L1117. Esse vestígio apresentou a maior frequência e diversidade de

artefatos arqueológicos depositados em sedimentos areno-siltosos de coloração 7.5 YR 2.5/1 (*Black*) (Figura 19).



**Figura 19 - Fragmento de amazonita encontrado no VA-1, Unidade N936 L1119 (Decapagem 3, Profundidade 38cm).**

Foi observada ainda a presença de carvões esparsos e muito fragmentados em toda a extensão do VA-1 que não formavam nenhum elemento vestigial que pudesse caracterizar uma estrutura de combustão (fogueira).

Algumas bioturbações observadas, principalmente na camada II, ocasionaram o transporte de sedimentos do VA-1 em profundidades superiores à do vestígio e com isso pode-se constatar a presença de artefatos arqueológicos cujo deslocamento de sua deposição original na estratigrafia do sítio arqueológico pode ser atestado (Tabela 2).

**Tabela 2 - Decapagens das camadas e vestígio e associação com materiais arqueológicos.**

Unidade	Dec	Prof	Cam	Vest	Material	Obs	
N936 L1119	1	30	-	VA-1	cerâmico; lítico		
	2	34	I	VA-1	cerâmico; carvão	interface VA-1 / Camada I	
	3	38	I	VA-1	cerâmico; lítico		
	4	42	I/II	-	Cerâmico	nível de transição	
	5	45	II	-	-	camada estéril	
	6	54	II	-	-	camada estéril	
cerâmico; carvão; ocre;							
N937 L1119	1	32	-	VA-1	malacológico		
	2	36	I	VA-1	cerâmico; carvão	interface VA-1 / Camada I	
	3	39	I	-	Cerâmico		
	4	44	II	-	-	camada estéril	
	5	55	II	-	-	camada estéril	
N939 L1116	11	35	I	VA-1	Cerâmico	interface VA-1 / Camada I	
	2	41	I	-	Cerâmico		
	3	47	I	-	Cerâmico		
	4	53	I/II	-	Cerâmico	nível de transição	
	5	61	II	-	-	camada estéril	
N944 L1117	1	30	-	VA-1	cerâmico; lítico; metal		
	2	35	I	VA-1	cerâmico; lítico	interface VA-1 / Camada I	
	3	40	II	VA-1	cerâmico; metal	interface VA-1 / Camada II	
	4	52	II	-	-	camada estéril	
N945 L1117	1	29	I	VA-1	cerâmico; lítico	interface VA-1 / Camada I	
	cerâmico; miçanga de						
	2	35	I	VA-1	vidro	interface VA-1 / Camada I	
	3	41	I/II	-	Cerâmico	nível de transição	
	4	45	II	-	miçanga de vidro	evidenciada na bioturbação	
5	59	II	-	-	camada estéril		
N939 L1126	1	31	I	-	cerâmico; lítico; ocre		
	2	59	II	-	-	camada estéril	
N939 L1125	1	36	I/II	-	cerâmico; ocre	nível de transição	
	2	67	II	-	-	camada estéril	
N940 L1125	1	37	I/II	-	cerâmico; ocre	nível de transição	
	2	52	II	-	-	camada estéril	
N940 L1126	1	23	I	-	cerâmico; lítico		

2	33	I	-	Cerâmico	
3	55	II	-	-	camada estéril

Nas unidades N936 L1119 e N937 L1119 foram reveladas as duas camadas (I e II), além do VA-1. Na Camada I observamos a presença de fragmentos cerâmicos e líticos, principalmente nos locais de interface entre essa camada e o VA-1 (limite entre vestígio e camada), contudo a presença de carvões e material malacológico se deu exclusivamente nos locais em que aparecia o VA-1.

Os fragmentos de cerâmica continuaram sendo revelados na medida em que se aprofundava a Camada I, todavia outros tipos de artefatos como lítico não foram evidenciados. A Camada II, caracterizada por um horizonte natural, permaneceu estéril tanto nessa unidade como em todas as unidades escavadas nesse vestígio.

Na unidade N939 L1116 foram evidenciadas as Camadas I e II além das porções finais do VA-1. Nessa unidade foram revelados exclusivamente fragmentos de cerâmica.

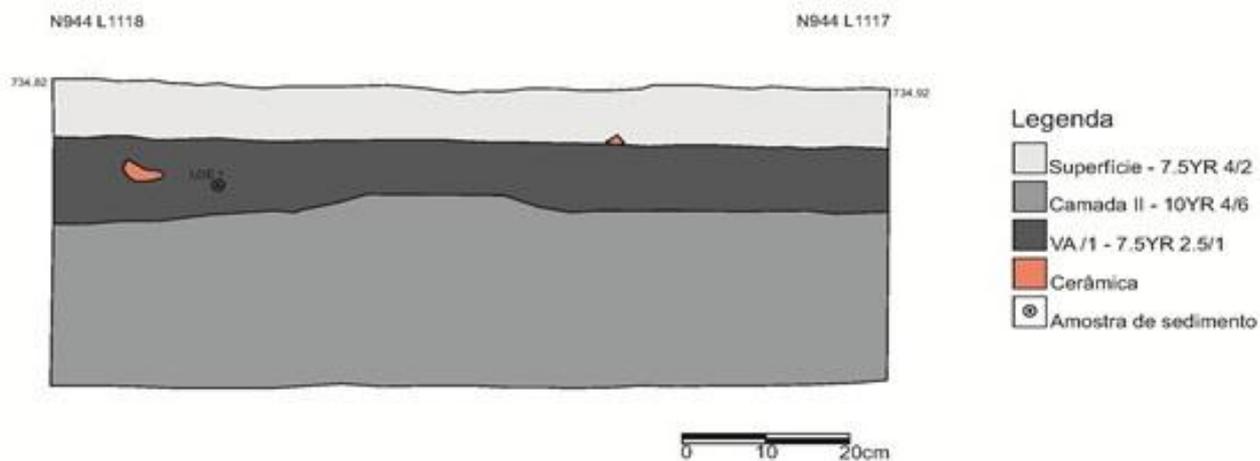
A presença de artefatos históricos em profundidade se observou apenas na unidade N944 L1117 (Figuras 20 e 21) onde foi evidenciado um fragmento de material metálico a aproximadamente 40 cm de profundidade, e na unidade N945 L1117 de onde foram coletadas miçangas de vidro azul.

As miçangas assim como o material metálico estavam no contexto do VA-1, todavia uma das miçangas foi encontrada em conjunto com sedimentos do VA-1 que foram arrastados a profundidades maiores devido à formação de galerias decorrentes de bioturbação (Figura 22).

Nas unidades N939 L1126, N939 L1125, N940 L1126 e N940 L1125 foram evidenciadas apenas as Camadas I e II estando dispostas horizontalmente, uma sobre a outra. Foram coletados dessas unidades fragmentos de cerâmica, e líticos provenientes apenas da Camada I que atingiu 35 cm de profundidade.

A Camada II presente nessas unidades se comportou da mesma forma que em todas as outras unidades escavadas nessa área. Nessa camada a ausência de evidências arqueológicas se caracterizou como um horizonte estéril, composto apenas por uma deposição de sedimentos de origem natural.

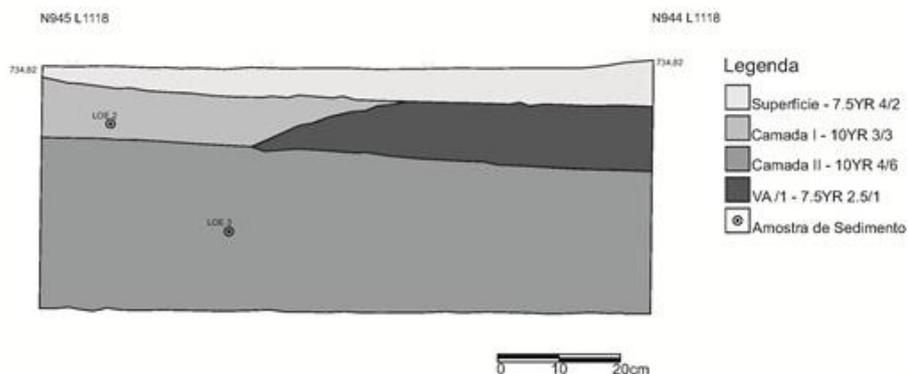
Sítio: Macaguá 1      N ↓  
 Setor: A  
 Parede: Sul  
 Data: 14/01/2012  
 Responsável: Vivian Sena



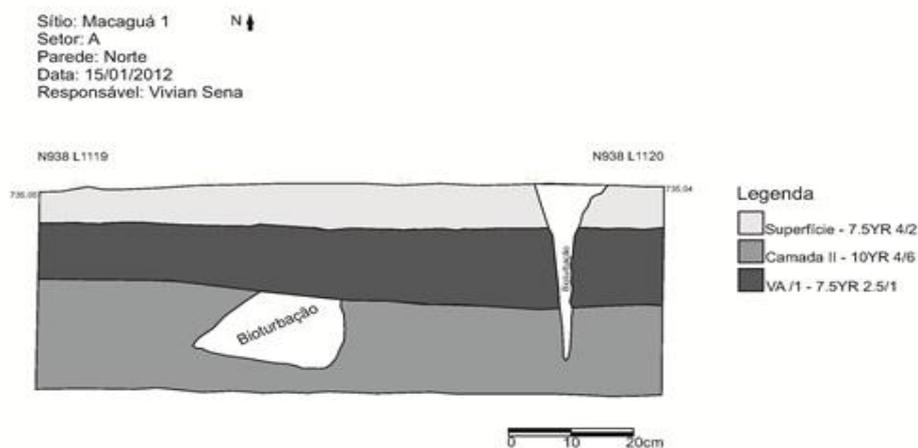
**Figura 20 - Corte Estratigráfico. Unidade N944 L1117 - Perfil Sul.**

Sítio: Macaguá 1      N ←

Setor: A  
 Parede: Leste  
 Data: 14/01/2012  
 Responsável: Vivian Sena



**Figura 21 - Corte estratigráfico. Unidade N944 L1117 – Perfil Leste.**



**Figura 22 - Corte Estratigráfico. Unidade N938 L1120 – Perfil Norte.**

### 2.2.8 Escavações Arqueológicas no VA-2

Na área do VA-2 foram abertas três unidades de escavação, com 1m x 1m cada. Na escolha das unidades buscou-se acompanhar a estratigrafia do vestígio assim como a delimitação do mesmo em subsuperfície. Sendo assim foram escolhidas as unidades N1047 L1042, N1044 L1041 e N1047 L1047 (Figura 23 e 24).



Figura 23 - Vista geral das Unidades do VA-2.

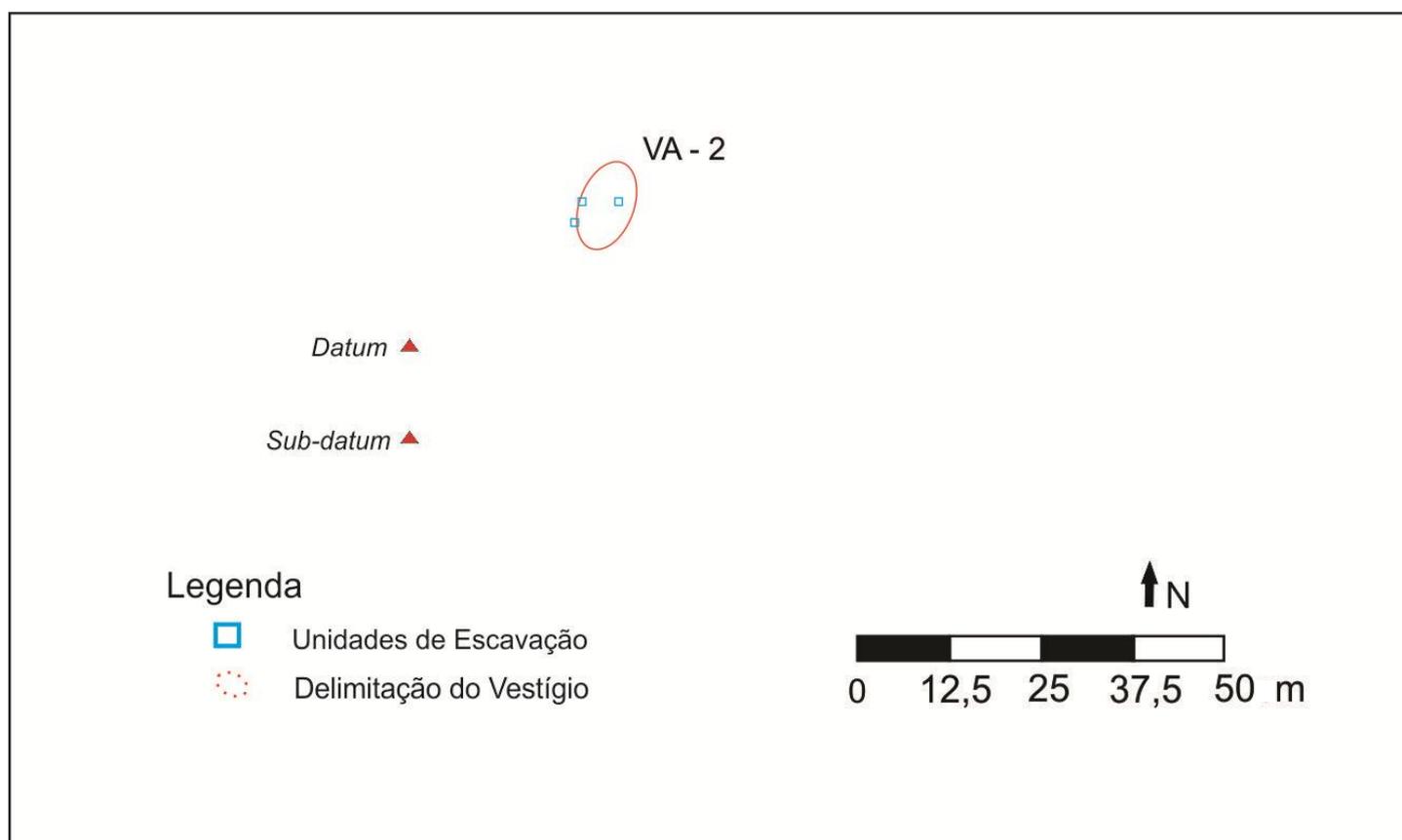


Figura 24 - Delimitação das unidades de escavação do VA - 2.

A profundidade máxima das escavações nessa área atingiu até 66 cm de profundidade. Nessa profundidade foi identificada a camada natural (estéril), determinando assim o final das escavações.

Nesse contexto verificou-se a presença de três unidades de estratificação arqueológicas bem definidas que foram classificadas como: VA-2 (Tabela 3); Camada I; Camada II.

**Tabela 3 - Decapagens das camadas e vestígio e associação com materiais arqueológicos.**

Unidade	Dec	Prof (pqt elev.)	Cam	Vest	Material	Obs
N1047 L1042	1	28	I	VA-2	Cerâmico	interface VA-2 / camada I
	2	31	I	VA-2	cerâmico; carvão	interface VA-2 / camada I
	3	39	I	VA-2	cerâmico; carvão	interface VA-2 / camada I
	4	45	I/II	-	-	nível de transição bioturbação com sedimentos carreados do VA-2
	5	53	II	-	Cerâmico	camada estéril
	6	66	II	-	-	camada estéril
N1044 L1041	1	29	I	VA-2	Cerâmico	interface VA-2 / camada I
	2	31	I	VA-2	Cerâmico	interface VA-2 / camada I
	3	36	I	VA-2	Cerâmico	interface VA-2 / camada I
	4	41	I/II	-	Cerâmico	nível de transição
	5	48	II	-	-	camada estéril
	6	58	II	-	-	camada estéril
N1047 L1047	1	30	-	VA-2	cerâmico; metal; malacológico	
	2	33	-	VA-2	cerâmico; malacológico	conta de colar
	3	37	-	VA-2	cerâmico; carvão	
	4	41	II	-	-	camada estéril
	5	50	II	-	-	camada estéril
	6	62	II	-	-	camada estéril

A classificação do horizonte VA-2 se deu pela presença de um pacote de sedimentos bem definido observado desde a superfície, embora nesse nível os sedimentos estivessem misturados aos sedimentos que compunham a Camada I.

A necessidade uma denominação diferenciada dessa unidade de estratificação arqueológica se deu pelo fato de a delimitação desse pacote estar definida por atividades humanas do passado, formando assim um horizonte diferenciado no solo, para o qual tínhamos evidências arqueológicas de áreas de atividades humanas bem definidas no espaço do sítio arqueológico (ex. área de atividades de uma antiga cabana).

Seguindo os mesmos procedimentos do VA-1, a análise granulométrica nessa área foi feita ainda com a técnica de amostra de mão, sendo a coloração definida a partir do código Münsell, ambos realizados em campo.

A superfície é composta de depósito de sedimentos friáveis do tipo areia variando de fina a média, de coloração 7.5 YR 4/2 (*Brown*). Nesse nível foram coletados fragmentos de artefatos cerâmicos e líticos.

A camada I, presente nas unidades N1047 L1042 e N1044 L1041, é composta de sedimentos areno-siltosos, mais compactados, de coloração 10 YR 3/2 (*Very Dark Graysh Brown*). Nessa camada foram evidenciados apenas fragmentos cerâmicos dispersos que não formavam nenhum conjunto ou concentração de materiais que apontassem uma área de atividade humana específica.

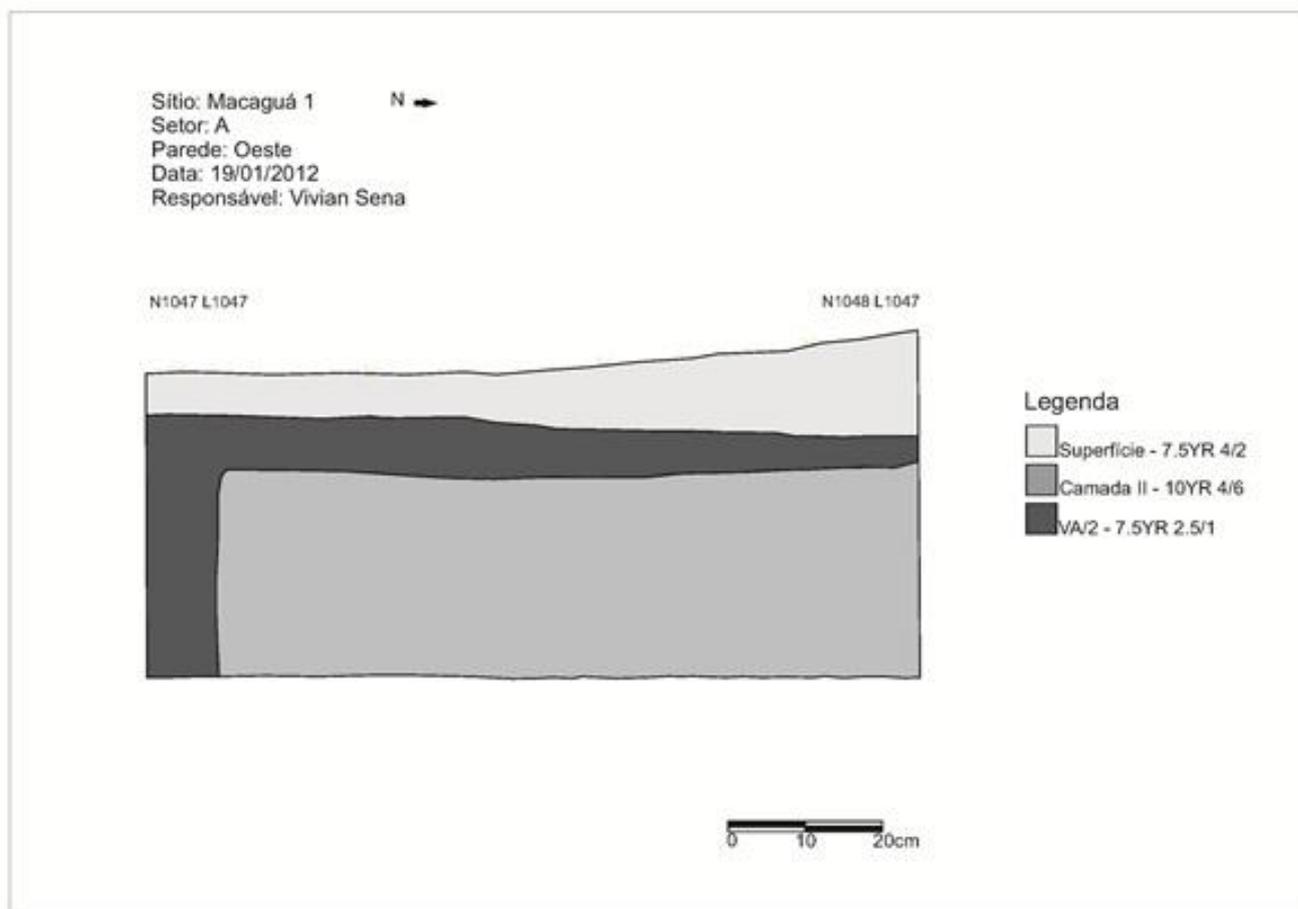
O VA-2 é composto por um pacote de sedimentos areno-siltosos de coloração 10 YR 3/4 (*Very Dark Gray*). Nesse pacote de sedimentos percebeu-se ainda a presença de carvões esparsos em algumas áreas e em outras áreas, diferentemente do VA-1, pequenas concentrações de carvão, de onde foi possível obter amostras para datação.

Na camada II, presente em todas as unidades, caracterizou-se por um pacote de sedimentos areno-siltosos bem compactados com coloração 10 YR 4/6 (*Very Yellowish Brown*).

Além desses pacotes observamos também a presença de um elemento vertical na estratigrafia da unidade N1047 L1047. Esse elemento, composto de matéria orgânica em decomposição possui a aparência de algum tipo de madeira com marcas de combustão (Figuras 25 e 26). Entretanto, pelas observações feitas em campo não foi possível especificar a função de tal elemento.



**Figura 25 - Elemento vertical (combustão). Setor A - N1047 L1048 e L1047 - Perfil Sul – Prof. 64 cm (Estaca Elev.).**



**Figura 26 - Elemento vertical (combustão) Setor A - N1047 e N1048 L1042 - Perfil Oeste - Prof 69 cm. Desenho Estratigráfico.**

Durante todas as decapagens da Camada I foram evidenciados fragmentos de cerâmica. Já no VA-2, além de cerâmica apareciam também carvões esparsos, com a mesma configuração do VA-1.

A unidade N1047 L104 apresentou a maior diversidade de artefatos e profundidade, já que além da cerâmica foram encontrados também materiais metálicos e malacológicos, sendo um desses últimos uma conta de colar (Figura 27). A presença de uma maior diversidade de artefatos ocorreu da mesma forma que no VA-1, nos locais associados aos vestígios.



**Figura 27 - Conta de Colar em Malacológico encontrada no VA-1.**

O VA-2 foi aparente em todas as unidades escavadas nessa área, no entanto, nas unidades N1047 L1042 e N1044 L1041 (Figura 28) os limites do vestígio foram relevados numa área de transição com a Camada I a aproximadamente 28 cm de profundidade.

Nas três unidades escavadas a Camada II (natural) não apresentou evidências arqueológicas, sendo classificada como estéril.



**Figura 28 - Corte Estratigráfico. Unidade N1044 L1041 - Perfil Norte.**

### **2.2.9 Escavações Arqueológicas no VA-4**

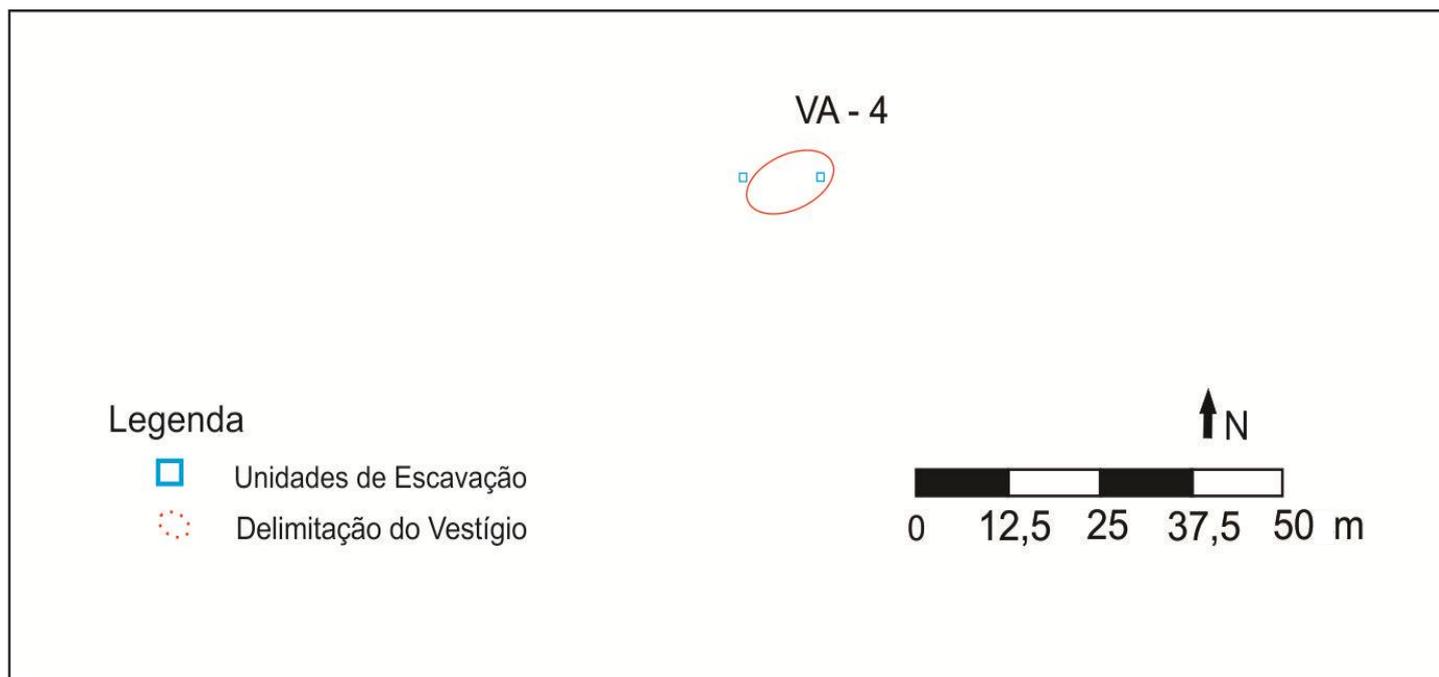
Nessa área foram delimitadas duas unidades de escavação em locais onde o vestígio era aparente em superfície. Durante as escavações das unidades N1256 L1152 e N1256 L1163 foram observadas três unidades de estratificação, as Camadas I e II e o VA-4 (Tabela 4).

Foram realizadas cinco decapagens que atingiram a profundidade máxima de 60 cm. As decapagens nessas unidades, assim como em todas as escavações nesse sítio, não possuíram uma medida fixa como é feito na delimitação de níveis arbitrários ou artificiais. Dessa maneira, as profundidades das decapagens no sítio Macaguá I foram direcionadas pelos níveis arqueológicos que iam sendo encontrados ao longo das escavações.

**Tabela 4 - Decapagens das camadas e vestígio e associação com materiais arqueológicos.**

<b>Unidade</b>	<b>Dec</b>	<b>Prof (pqt elev.)</b>	<b>Cam</b>	<b>Vest</b>	<b>Material</b>	<b>Obs</b>
N1256 L1152	1	26	-	VA-4	cerâmico	
	2	31	-	VA-4	cerâmico	
	3	38	-	VA-4	cerâmico; lítico	
	4	43	II	VA-4	cerâmico	nível de transição
	5	57	II	-	-	Camada estéril
N1256 L1163	1	28	I	-	cerâmico	
	2	33	I/II	-	cerâmico	nível de transição
	3	34	II	-	-	camada estéril
	4	45	II	-	-	camada estéril
	5	60	II	-	-	camada estéril

O VA-4 foi observado apenas na unidade N1256 L1152, onde o mesmo estava sobreposto pela Camada II. Na unidade N1256 L1163 foram identificadas a Camada I, que atingiu a profundidade máxima de 33 cm, e a Camada II estéril, cujas características foram as mesmas encontradas em outras áreas escavadas nesse sítio (Figuras 29 e 30).



**Figura 29 – Delimitação das unidades de escavação VA – 4.**



**Figura 30 - Setor A - N1256 e N1257 L1152 - Perfil Oeste – Prof. 57cm.**

Na Camada I foram identificados fragmentos de cerâmica e materiais líticos dispostos em um pacote de sedimentos de coloração 10 YR 3/2 (*Very Dark Grayish Brown*) de textura areno-siltosa. A Camada II composta por sedimentos areno-siltosos bem compactados possui coloração 10 YR 4/6 (*Very Yellowish Brown*).

O componente VA-4 era formado por sedimentos areno-siltosos de coloração 10 YR 3/4 (*Very Dark Gray*). Diferentemente dos vestígios anteriormente descritos, no VA-4 não se observou a presença de carvões, mesmo que esparsos.

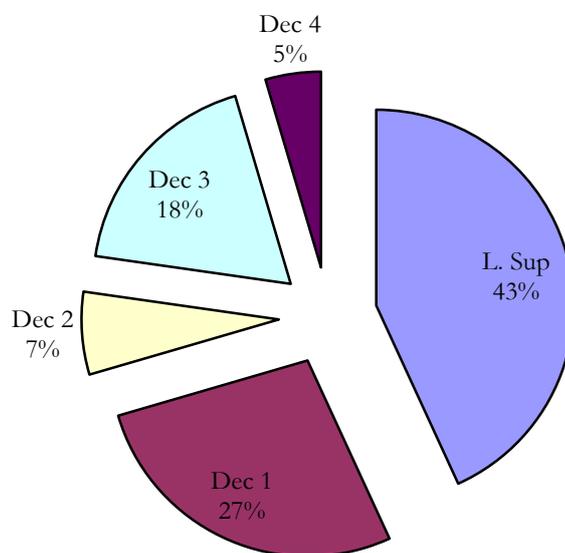
Nessa área não foram identificados artefatos de cronologia histórica como as miçangas de vidro ou mesmo materiais metálicos, como nas outras áreas escavadas do sítio. Contudo, os fragmentos de cerâmica e materiais líticos identificados tanto em superfície quanto nas escavações possuem uma tipologia semelhante aos encontrados nas intervenções arqueológicas realizadas nos vestígios VA-1 e VA-2.

#### **2.2.10 Materiais Arqueológicos**

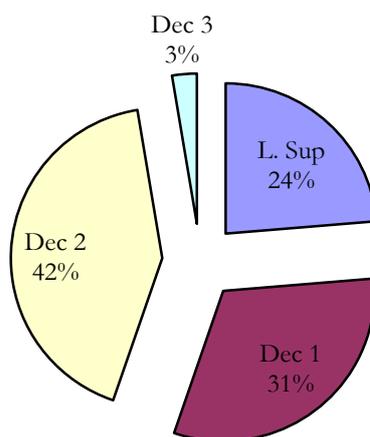
Durante as prospeções e escavações arqueológicas no Sítio Macaguá I foram recolhidos 561 artefatos entre objetos inteiros e fragmentados. Dentro desse universo material, há fragmentos de cerâmica simples e pintada com motivos policromos, instrumentos líticos polidos e lascados, material malacológico (entre eles uma conta de colar), material metálico e miçangas de vidro.

Parte desses artefatos foi encontrada em profundidade, nas camadas que correspondem aos vestígios (VA-1, VA-2 e VA-4), durante as escavações arqueológicas. Todavia, percebeu-se que uma maior variedade de artefatos arqueológicos esteve presente, sobretudo, no VA-1, se concentrando nas unidades onde houve a continuidade desse vestígio (unidades N936 L1119 e N939 L1116) registrada em estratigrafia arqueológica (Figuras 31 e 32).

Já nas pesquisas de Nogueira (2011) foi registrado que a maioria dos artefatos encontrados estava disposta em superfície. Nessas pesquisas foram recolhidos aproximadamente vinte mil artefatos arqueológicos, sendo a grande maioria composta de fragmentos cerâmicos (NOGUEIRA, 2011).



**Figura 31 - Frequência de artefatos. Unidade N936 L1119.**



**Figura 32 - Frequência de artefatos. Unidade N939 L1116.**

Nesse contexto, Nogueira (2011) observou que os artefatos cerâmicos, em sua maioria, apresentam as seguintes características técnico-tipológicas: técnica de manufatura acordelada, tratamento de superfície alisado, corrugado, pintado em vermelho e policromo (vermelho sobre engobo branco ou vermelho e preto sobre engobo branco) (Figura 33).

Apesar da maioria dos fragmentos estar constituída por bordas de tipo reforçado e fragmentos de bojo de vasilhames, foram encontrados ainda, fusos produzidos em cerâmica. Entre o conjunto de fusos, um deles parece ter sido produzido através de reaproveitamento de fragmentos de vasilhames (NOGUEIRA, 2011).



**Figura 33 - Borda reforçada de vasilhame cerâmico com decoração pintada em motivos policromos (note-se a presença de faixa em vermelho próximo ao lábio).**

Todavia, o aparecimento de uma maioria de bordas foi utilizado durante as pesquisas de 2012 como um indicativo de que apenas a parte superficial dos vasilhames (parte da boca ou abertura) depositados tenha sido removida nas pesquisas de 2009, restando em subsuperfície outras partes dessas vasilhas, para as quais não se descarta a possibilidade de constituírem objetos quase inteiros.

Na constatação de tais deduções, durante as escavações de 2012 foi encontrada em subsuperfície uma quantidade maior de bojos e bases de vasilhames, dos quais um fragmento de bojo/base fazia parte de um vasilhame cuja borda tinha sido encontrada em 2009 (Figura 34). Esse dado arqueológico, além de corroborar com a nossa inferência sobre a maciça presença de bordas obtidas nas primeiras pesquisas que resultaram no estudo de Nogueira (2011).



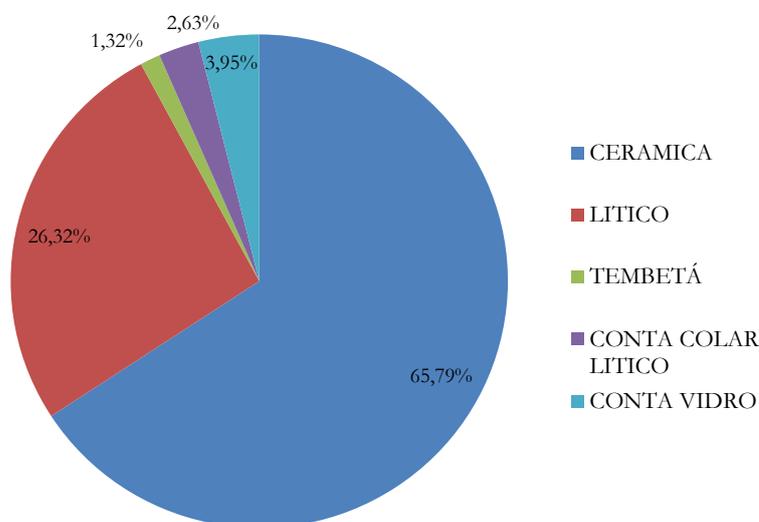
**Figura 34 - Fragmento de cerâmica com decoração policroma cuja borda foi encontrada em pesquisas desenvolvidas no ano de 2009 e o bojo e a base foram identificados nas pesquisas de 2012.**

Além da cerâmica, outros tipos de artefatos tiveram uma grande representatividade em superfície. Dentre eles, o material lítico representa 6,5% dos artefatos aí resgatados. Esse conjunto constitui-se em alisadores e polidores em canaleta em arenito, lascas e fragmentos de lascas em silexito e uma conta de colar em amazonita.

Já nas intervenções arqueológicas de subsuperfície foram identificadas as seguintes frequências de tipos: 65,79% de cerâmicas distribuídas em alisadas, corrugadas, pintadas em

vermelho e policromo; 26,32% de material lítico, sendo estes alisadores, polidores em canaleta em arenito e fragmentos de lascas em silexito, contas de colar em quartzo e amazonita (2,63% da totalidade dos artefatos resgatados) (Figura 35).

Além desses artefatos foram evidenciadas três miçangas em vidro azul em várias tonalidades inseridas no contexto dos vestígios VA-1 e VA-3 (superfície). Duas delas foram encontradas a aproximadamente 15 cm de profundidade durante as escavações do VA-1, representando 3,95% da totalidade dos artefatos coletados em subsuperfície.



**Figura 35 - Frequência de tipos de artefatos identificados nas intervenções arqueológicas de subsuperfície.**

A partir desse contexto representado tanto pela composição da estratigrafia quanto pelos artefatos e sua distribuição no sítio, constatamos que a deposição arqueológica que caracterizou o sítio se deu como resultado de uma ocupação única atestada pela presença dos vestígios. Nesse contexto estratigráfico não se observou a presença de interferências de ocupações posteriores ou anteriores que pudessem ter ocasionado a mistura de pacotes sedimentares, ou mesmo de intrusões de materiais de cronologias mais recentes, como demonstrado pela caracterização das bioturbações que estavam presentes nos contextos dos vestígios.

Portanto, esse contexto unicomponencial demonstrou que os materiais históricos (nesse caso específico, as miçangas de vidro) não foram acidentalmente inseridos no contexto de uma ocupação indígena de cronologia mais antiga. Logo, podemos concluir que as

discussões acerca da dificuldade de se atribuir uma cronologia para o contexto em que ocorrem os artefatos nesse contexto foram encerradas.

Trata-se, então, de um contexto arqueológico formado em período histórico, cuja cronologia relativa obtida através da análise das miçangas delimita o tempo de ocupação do sítio Macaguá I entre o final do século XVI e o século XVII.

Com isso, podemos concluir que se trata de um sítio arqueológico que se formou de um contexto social e histórico em que foram promovidos espaços de negociação onde se deram contatos entre diferentes grupos sociais. Todavia, é importante observar como os estudos sobre o padrão de assentamento Tupiguarani explicam a formação de contextos semelhantes. Para tal, recorreremos a uma caracterização desse modelo de assentamento no próximo capítulo, a fim de compreender como o sítio Macaguá I, apesar de conter especificidades e elementos materiais que destoavam de contextos arqueológicos identificados em sítios Tupiguarani pré-históricos, foi descrito como uma aldeia indígena associada à tradição Tupiguarani e a cerâmica por sua vez vinculada à subtradição Tupinambá.

### **3 ABORDAGENS ARQUEOLÓGICAS NOS ESTUDOS DO PADRÃO DE ASSENTAMENTO TUPI**

O modo de vida das populações de agricultores da tradição Tupi vem sendo relatado na arqueologia brasileira, sobretudo, como resultado de análises tecno-tipológicas da cultura material. Essas análises comportam o maior índice de pesquisas desenvolvidas sobre essa tradição, desde a implantação do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA) na década de 1960 (DIAS JUNIOR, 1967; DIAS JUNIOR, 1969; PALLESTRINI, 1972; CHYMZ, 1974; DIAS JUNIOR, 1974; MARANCA; MEGGERS, 1980).

No estudo do padrão de assentamento dos grupos da tradição Tupi, foram definidos os principais elementos que determinam o estabelecimento dessas populações em um determinado local. Essas características foram eleitas, principalmente, a partir de elementos baseados na economia e subsistência que se supõe determinantes do modo de vida dessas populações (SCATAMACCHIA, 1984).

Nesses estudos, o sistema econômico, baseado no cultivo de raízes – como a mandioca – na pesca e na caça, tem sido considerado determinante na escolha de locais para o estabelecimento desses assentamentos (PROUS, 1992).

Fatores sociais e históricos, muito pouco ou nada foram considerados na classificação do sistema de assentamento de grupos vinculados à tradição Tupi. Isso se deu, em grande parte, à adoção de abordagens restritivas da cultura, como as teorias do difusionismo e do evolucionismo, que privilegiam os aspectos econômicos, considerando, portanto, a cultura como sendo formada no seio de escolhas influenciadas pelo meio ambiente (BROCHADO, 1991; SENA, 2007).

Um dos modelos construídos para explicar a origem e migração desses grupos foi defendido por Lowie (1948). O Modelo de Floresta Tropical se baseia na ideia de que a formação dos ambientes preferenciais por esses grupos, não dependem do contexto histórico e social, estando assim diretamente ligados a escolhas de caráter puramente ecológicas (LOWIE, 1948).

Baseando-se em relatos etnohistóricos, a história de ocupação dessas populações vem sendo contada como resultado de características econômicas ligadas aos fatores ambientais (PROUS, 1992).

Sendo assim, a presença de territórios ligados a grandes redes de drenagem e com grandes extensões que atendam à implantação de lavouras de subsistência tem sido um dos

principais determinantes no estudo da espacialidade dos grupos Tupi (SCATAMACCHIA, 1990, 1996; PROUS, 1992).

Associados a esses fatores, caminham ainda a disponibilidade de matéria-prima utilizada na confecção de artefatos líticos e cerâmicos, além da oferta de recursos ligados à manutenção da subsistência dos grupos (LIMA, 2006; SENA, 2007; NETO, 2008).

A ocupação das áreas de habitação, segundo os documentos históricos que registraram grupos falantes do Tupi nos séculos XVI e XVII, dava-se em locais com topografia destacada na paisagem, com altimetrias elevadas, resultado da forma de proteção desses em relação a outros grupos, no caso de situações de guerra ou conflito (PROUS, 1992; MARTIN, 2008).

A busca por grandes altitudes para implantar as aldeias, foi relatada como reflexo das formas de organização social desses grupos. Além da utilização dessas áreas como proteção natural em períodos de conflito, as mesmas também ficavam livres do encharcamento dos solos em períodos chuvosos e de invernos prolongados (PROUS, 1992).

A importância de um relevo adequado também é apontada nos estudos de sítios Tupi (SENA, 2007). Determinadas características do mesmo são utilizadas como indicativos de uma ocupação de grupos ligados à tradição. Locais com uma extensa área plana ou semiplana características de topos ou platôs são apontadas por arqueólogos como locais propícios a implantação de uma aldeia Tupi e todas as suas áreas de atividades (SENA, 2007; LIMA, 2006).

Outro elemento de relevância, apontado pela bibliografia arqueológica, na escolha dos locais, é a disponibilidade dos recursos hídricos, que além de abastecer a aldeia, ainda poderia servir como um ambiente de captação de recursos alimentares, nesse caso, a pesca e a coleta de moluscos (PROUS, 1992).

Os recursos hídricos sempre foram representados como sendo de grande importância na escolha desses locais, já que facilitaria a locomoção dessas populações por meio da navegação, que em período colonial foi relatada como já sendo uma prática bastante comum entre os grupos que habitavam a costa do Nordeste (PROUS, 1992; MARTIN, 2008).

Em um de seus trabalhos, Scatamacchia (1990), descreve em linhas gerais, o que chama de padrão ocupacional Tupi: “sítios superficiais resultantes de aldeias com curta permanência, ocupando pequenas elevações em áreas de vegetação florestal, com sepultamentos em urnas funerárias, praticados no próprio sítio habitação ou em sua proximidade”.

As áreas compostas por ambientes diversificados, ou seja, com uma grande disponibilidade de recursos variados, também são registradas como sendo as áreas preferenciais para a implantação das aldeias Tupi (LIMA, 2006; PROUS, 1992).

Essa diversidade de recursos é pautada na dinâmica cultural desses grupos que optam por áreas ecológicas compostas de uma heterogeneidade que permite a captação de recursos naturais (vegetais, animais e minerais) variados, tanto para a alimentação, quanto para a produção da cultura material necessária para a manutenção dessas sociedades.

Essa escolha por ambientes com recursos diversificados é registrada em trabalhos etnográficos, que relatam vários grupos indígenas que possuem essa preferência por ambientes ecologicamente heterogêneos. Nesses relatos são descritos outros locais de captação de recursos, que por vezes também recebem construções de cabanas e acampamentos temporários de caça e pesca ou coleta (STADEN, 1557; SCATAMACCHIA, 1989).

A partir desses relatos percebe-se o grau de diversidade contida na escolha das áreas de locação das moradias, que resultam num complexo de áreas destinadas às várias atividades desenvolvidas por essas culturas, ampliando assim o raio de utilização e anexação dessas áreas, e conseqüentemente, na formação de sítios arqueológicos provenientes dessas ocupações (SCATAMACCHIA, 1989).

Outros elementos da paisagem foram descritos em pesquisas arqueológicas como sendo relevantes para a escolha dos locais, como a qualidade dos solos e as taxas pluviométricas da região, que influenciam na plantação de algumas espécies de vegetais necessárias à alimentação, principalmente a mandioca (WÜST, 1991; SENA, 2007; NOGUEIRA, 2011).

Pesquisas realizadas por Scatamacchia (1990), sobre o padrão ocupacional de grupos Tupi, determinaram que o espaço utilizado por essas aldeias e suas áreas anexas pode atingir um raio que vai de 3 km a 5 km, onde ficam dispostos os recursos naturais utilizados por essas populações de agricultores ceramistas.

Além dos recursos naturais distribuídos nesse raio, Scatamacchia (1990) também aponta espaços nos quais podem ter ocorrido abandono e reocupação de áreas utilizadas em períodos anteriores. Segundo a autora, essa configuração espacial se deu devido ao caráter sazonal dessas culturas.

Para construir essa interpretação, Scatamacchia (1990) faz uso de estudos baseados na documentação etnohistórica que trata de grupos indígenas falantes do Tupi do século XVI e XVII, registrados em crônicas e diários de viajantes. Nesses documentos é dito que esses

grupos ocupavam uma determinada área por um período aproximado de quatro a cinco anos. Nesse estudo Scatamacchia (1990) se baseia em pressupostos da antropologia ecológica (ALCINA FRANCH, 1989) para inferir sobre essas culturas, atribuindo à complexidade espacial percebida nos contextos arqueológicos a influência de fatores resultantes do sistema econômico dessas populações.

Esse caráter temporário descrito para as ocupações Tupi, não permite, às vezes, a formação de unidades de estratificação arqueológicas com sedimentação de deposição profunda (SCATAMACCHIA, 1990; SENA, 2007). Essa característica, aliada a outros fatores pós-deposicionais e de conservação, tem resultado em abordagens arqueológicas que negam a possibilidade da realização de intervenções arqueológicas de subsuperfície nesses contextos.

Em outras palavras, a negação de uma estratigrafia arqueológica que possibilite a promoção de pesquisas arqueológicas de caráter contextual tem contribuído para a perpetuação de análises generalistas baseadas em sequências tipológicas de artefatos e analogias de caráter regional, como ocorreu nos estudos sobre o sítio Macaguá I<sup>5</sup>.

No estudo do padrão ocupacional Tupi, arqueólogos tentaram reconstituir as áreas habitacionais dos grupos dessa tradição arqueológica (PALESTRINI, 1972; PROUS, 1992). Para isso, foram feitos estudos das áreas internas das aldeias, geralmente identificadas na forma de ‘manchas’ constituídas de material orgânico decomposto. A composição dessas manchas é citada, na maioria dos casos, como decorrente das estruturas de habitação construídas por essas comunidades (PROUS, 1992).

Em algumas dessas manchas foram encontrados outros vestígios atribuídos a marcas de estacas, as quais foram interpretadas como elementos arquitetônicos utilizados para apoio e estruturação das casas, assim como suporte de redes e utensílios em geral (PROUS, 1992).

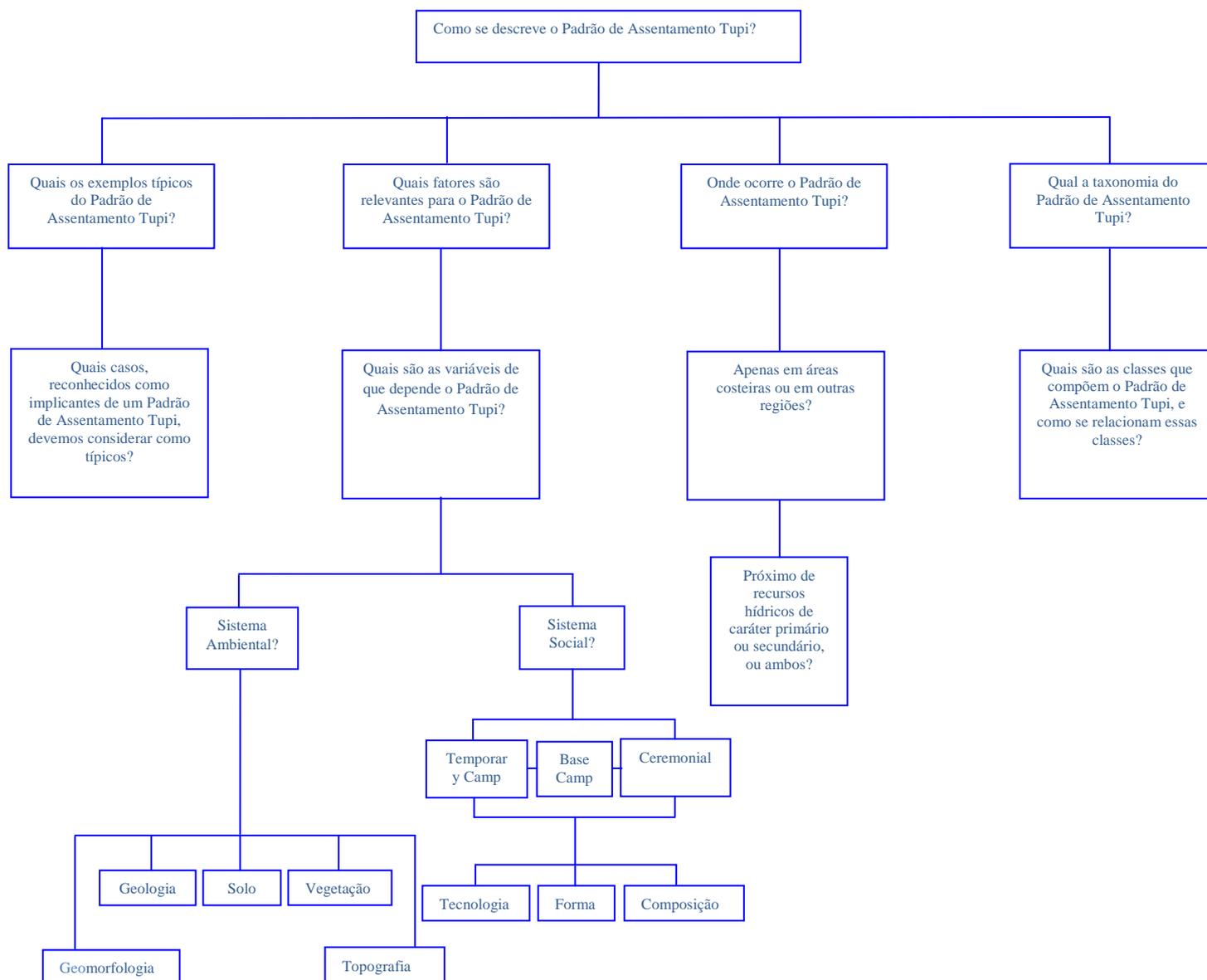
Outras estruturas, oriundas de contextos arqueológicos atribuídos às ocupações Tupi, foram identificadas através com base na presença de áreas de concentração de material arqueológico. Essas unidades espaciais foram interpretadas como produto de áreas destinadas às diversas atividades desenvolvidas dentro da aldeia, como manufatura de artefatos líticos, produção e utilização de material cerâmico (PROUS, 1992).

Para a reconstituição desses espaços, o uso de análises tipológicas e da tecnologia empregada na produção dos artefatos contribuiu para a atribuição de características funcionais para identificar e delimitar as unidades espaciais que compunham antigas aldeias (PROUS,

---

<sup>5</sup> Ver Nogueira, 2011.

1992). Essa interpretação se deu ainda como resultado da influencia do uso de metodologias que se basearam em teorias evolucionistas (BINFORD, 1962) para definir as relações entre a cultura e seus subsistemas, que no estudo da Tradição Tupi ocasionou o privilégio dos modelos ambientais (Figura 36).



**Figura 36 - Esquema da descrição do Padrão de Assentamento Tupi baseado em modelos hipotéticos formulados com base em registros etno históricos.**

Por isso, em muitos estudos arqueológicos sobre o modelo de ocupação Tupi se deu privilégio as análises de atributos técnicos e tecnológicos dos artefatos encontrados nesses contextos. Como resultado dessas análises, surgem os padrões tecnológicos, utilizados em muitos estudos para sustentar a realização de comparações entre sítios arqueológicos com características semelhantes. Como consequências desses estudos são formuladas as sínteses regionais que apoiam e reafirmam o ‘*status*’ de sítios e regiões previamente estabelecidos<sup>6</sup>.

Análises desse tipo tendem a se preocupar apenas com as variáveis arqueológicas que darão suporte a construção de padrões culturais apoiados em sistemas tecnológicos. No caso de sítios da Tradição Tupi, essas análises se apoiaram principalmente no estudo da tecnologia cerâmica como elemento que detêm a definição dos padrões culturais e das identidades étnicas e sociais. Em resumo, a tecnologia cerâmica se apresenta nesses estudos como o principal catalisador de cultura e conseqüentemente o melhor índice do grau de mudança cultural (ALBUQUERQUE, 1991a; CASTRO, 1999; OLIVEIRA, 2000; FONTES, 2003; NOGUEIRA, 2011).

O contexto social onde se desenvolve a cultura material, uma vez mais dinâmico e complexo que os categóricos padrões tecnológicos, tende a ser ignorado durante a busca desenfreada por códigos culturais que auxiliem na atribuição de identidades aos grupos indígenas detentores dessas tecnologias.

Na busca pela caracterização dos contextos materiais que se formaram da ocupação de espaços por comunidades indígenas, pesquisas arqueológicas mais recentes tentaram ultrapassar o uso exclusivo de elementos ambientais e índices tecnológicos (SENA, 2007).

Essas pesquisas perceberam nas fontes secundárias (documentação etnohistórica) uma nova possibilidade para o estudo dos espaços associados à ocupação de grupos Tupi identificados em contextos arqueológicos. Sendo assim, o emprego das representações culturais contidas em documentos históricos se deu com a finalidade de se construir uma metodologia que fosse adequada à coleta de dados arqueológicos que contribuam para a compreensão desses contextos de ocupação (ASSIS, 1996 *apud* SENA, 2007).

O uso dessas fontes se deu com o objetivo de estabelecer aproximações materiais entre os dados coletados em pesquisas arqueológicas de campo e as informações históricas sobre essas comunidades, a partir de crônicas e diários de viagens, produzidos por viajantes e mercenários europeus, datados dos primeiros séculos da ocupação e colonização do Brasil (SENA, 2007).

---

<sup>6</sup> Ver Allen, 2000.

### 3.1 DO USO DE FONTES ETNOHISTÓRICAS EM PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS DOS ESPAÇOS DE OCUPAÇÃO TUPI

Nas fontes etnohistóricas produzidas entre os séculos XVI e XVIII constam histórias que narram o cotidiano de grupos indígenas que ocupavam os territórios do Brasil nesse período. Dentre essas comunidades indígenas, aparecem nesses documentos escritos, grupos falantes do Tupi que ocupavam diversas regiões do território brasileiro (POMPA, 2003).

Os espaços ocupados por esses grupos foram relatados nesses textos desde os primeiros anos do reconhecimento e conquista europeia dos territórios ao sul do Equador. Nessas narrativas é possível observar certo caráter social e cultural que foi utilizado muitas vezes para explicar a cultura e o comportamento social de grupos indígenas brasileiros (SENA, 2007).

O início dos trabalhos arqueológicos desenvolvidos com o propósito de delimitar e caracterizar os espaços ocupados por grupos filiados à Tradição Tupi foi marcado pela utilização das fontes etnohistóricas. A inserção desses dados nos estudos sobre os contextos materiais se baseou em abordagens ecológicas e análises tipológicas na busca de sítios arqueológicos que fossem representativos para definir ou reforçar padrões culturais pré-estabelecidos segundo a ótica difusionista (MEGGERS, 1979; CALDERÓN, 1969).

Como a maioria dos sítios associados a essa tradição foi inicialmente localizada na costa litorânea do Brasil, através de pesquisas que defendiam o modelo tradicional de origem e expansão de grupos Tupi, pesquisadores desse período relataram que o estado de conservação desses sítios, devido às condições ambientais e as formas de utilização do terreno em tempos recentes, não possibilitava a coleta de dados que fosse suficiente para caracterizar um padrão de ocupação. Some-se a isso o uso de uma metodologia que se apoiava em descrições materiais, na qual a cerâmica teve papel fundamental para definir e regularizar os tipos de assentamento identificados no contexto arqueológico (SENA, 2007).

Nas regiões interioranas como o semiárido do Nordeste, onde geralmente não se dispunha de extensas pesquisas arqueológicas durante a década de 1960, já que as condições ambientais e climáticas foram consideradas como elementos que impulsionaram a repulsa dessas regiões pelos grupos da Tradição Tupi, também não se tinha dados suficientes para caracterizar as ocupações desses grupos.

Assim criou-se um panorama em que as pesquisas arqueológicas que retratam o modo de vida dessas populações muitas vezes são divergentes quanto à delimitação espacial dessa tradição. Além desses fatores complicadores, é comum observar em pesquisas que tratam do

mesmo objeto de estudo, a utilização de nomenclaturas ou conceitos contraditórios, para definir os mesmos elementos estudados.

No caso da tradição ‘Tupiguarani’, definida pelo PRONAPA (1969) observa-se a utilização de fases definidas a partir da inserção regional de cronologias obtidas nos sítios dessa tradição.

No trabalho de Brochado (1984; 1991) foi proposta uma nova classificação para os sítios da Tradição ‘Tupiguarani’, a qual ele denomina de ‘Tradição Polícroma Amazônica’ (TPA). Segundo o trabalho de Brochado (1984; 1991) a TPA deveria estar subdividida nas subtradições ‘Guarani’ e ‘Tupinambá’. Isso se deve às fortes críticas desse autor ao tradicional modelo de divisão da Tradição ‘Tupiguarani’ que se baseava em elementos decorativos apoiados por características tipológicas dos artefatos cerâmicos, resultando assim nas subtradições ‘Pintada’, ‘Corrugada’ e ‘Escovada’.

Segundo Brochado (1984; 1991) a atribuição das subtradições ‘Guarani’ e ‘Tupinambá’ demandaria em uma classificação que levasse em consideração as formas de ocupação associada a estudos mais aprofundados dos sistemas tecnológicos, contrariando o uso exclusivo de atributos decorativos da cerâmica.

Contudo, em sua proposta de classificação dos sítios da Tradição Polícroma Amazônica, Brochado (1984; 1991) continuou fazendo uso de categorias identitárias estanques, fixadas pelos estudos das fontes etnohistóricas.

Assim, a subdivisão proposta por ele, apesar de ser considerada um avanço nos estudos de contextos arqueológicos associados à TPA, incorreu em problemas semelhantes aos enfrentados desde o estabelecimento do PRONAPA na década de 1960.

Um desses problemas consiste na atribuição de identidades étnicas para os grupos que ocuparam os sítios arqueológicos dessa tradição a partir de elementos da cultura material, mais especificamente da cerâmica.

Ao definir essas subtradições, Brochado (1984; 1991) atribuiu à cultura material arqueológica identidades culturais e sociais construídas a partir de leituras de fontes etnohistóricas escritas entre os séculos XVI e XVIII.

Apesar de parecer um problema ultrapassado na arqueologia brasileira, devido ao tempo transcorrido desde a publicação das pesquisas de Brochado (1984; 1991), muitos pesquisadores, em estudos recentemente desenvolvidos sobre grupos ceramistas, consideram a possibilidade de atribuição de identidades étnicas a partir da cultura material arqueológica, ou ainda utilizam a cerâmica arqueológica para atribuir essas identidades aos contextos estudados (CASTRO, 1999; OLIVEIRA, 2000; FONTES, 2003; NOGUEIRA, 2011).

A classificação de subtradições a partir da TPA foi muito utilizada por Scatamacchia (1990), quando a mesma divide as áreas de aparição dos sítios nas duas subtradições propostas por Brochado (1984; 1991).

Segundo essa subdivisão, os sítios localizados em territórios ao sul do país foram associados à subtradição Guarani, definida dentre outros aspectos, pela morfologia dos vasilhames cerâmicos. Já os sítios associados à TPA, com ocorrência nos territórios das regiões Sudeste e Nordeste, nessas análises, passaram a ser considerados como produto da passagem de grupos vinculados à subtradição Tupinambá (SCATAMACCHIA, 1990).

Todavia, como o sítio Macaguá I foi associado à presença da subtradição Tupinambá no semiárido do Nordeste do Brasil no estudo de Nogueira (2011), é necessário que se faça uma caracterização da mesma.

A escolha do conceito de subtradição Tupinambá para caracterizar o contexto encontrado na Serra de Santana reflete diretamente a forma de divisão realizada nas áreas de ocorrência dos sítios associados à TPA.

Assim, como a divisão da Tradição Polícroma Amazônica se dá de forma mais geral, não citaremos ou utilizaremos todo o conjunto de fases que foram descritas ao longo das pesquisas arqueológicas e as várias subdivisões baseadas na caracterização dos artefatos cerâmicos.

Como estamos tratando aqui de outros aspectos da materialidade desses grupos encontrada em contexto arqueológico decidimos por não utilizar as divisões minuciosas realizadas com base na variação dos elementos contidos nos objetos cerâmicos.

Percebemos que ao se tratar dos elementos da espacialidade desses sítios, essas divisões não atendem às particularidades encontradas nesses contextos arqueológicos, não indo, dessa forma, além de uma caracterização baseada na diferenciação dos aspectos contidos no posicionamento geográfico dos sítios, resultando, dessa forma, em ‘*status*’ de sítios e regiões.

A subtradição Tupinambá, localizada nas áreas costeiras das regiões Sudeste e Nordeste, possui o maior número de descrições encontradas em relatos etnohistóricos. Essas descrições foram encontradas em documentos produzidos principalmente entre os séculos XVI e XVII. Os principais elementos espaciais tidos como caracterizadores dessa subtradição foram descritos como as aldeias. Esses espaços continham estruturas de cabanas, com áreas destinadas aos enterramentos realizados em urnas funerárias, que geralmente eram dispostas fora das cabanas na própria aldeia, ou em áreas externas a aldeia, destinadas exclusivamente para a realização das práticas funerárias (PROUS, 1992; MARTIN, 2008).

Além desses elementos também foram descritas as áreas destinadas à construção de acampamentos e captação de recursos alimentares obtidos através de caça, pesca e coleta, como também áreas de cultivo de raízes utilizadas na fabricação de produtos alimentares.

No século XX foram realizados estudos de levantamento e sistematização dos dados materiais relacionados aos Tupinambá históricos. Vários trabalhos foram desenvolvidos com o objetivo de caracterizar e delimitar a cultura material desses grupos tão relatados no período colonial (SCATAMACCHIA, 1984).

Com esse intuito Métraux, em 1928, escreveu a obra que serviu de inspiração para outros trabalhos (FLORESTAN FERNANDES, 1989; BELTRÃO; LARAIA, 1969; SCATAMACCHIA, 1990), que a partir dos dados históricos obtidos nessa pesquisa, caracterizaram os aspectos materiais e imateriais dos grupos Tupinambá.

Embora os primeiros trabalhos desenvolvidos por Métraux possuam um caráter difusionista, na tentativa de responder aos questionamentos impostos por essa teoria, arqueólogos do Brasil se utilizaram desses estudos como forma de impulsionar as pesquisas arqueológicas sobre a cultura material de contextos associados a ocupação desses grupos.

Apesar do uso de dados etno históricos e linguísticos recolherem importantes informações para as pesquisas sobre os sítios da subtradição ‘Tupinambá’, arqueólogos já explicitavam a deficiência da documentação histórica em resolver problemas claramente arqueológicos que se impunham sobre a compreensão da atuação da cultura material nos contextos de ocupação dessas populações (SCATAMACCHIA, 1990).

Dessa forma, fica explícita a necessidade da realização de estudos arqueológicos em áreas anteriormente ocupadas pelos grupos vinculados a essa subtradição desde períodos pré-históricos a fim de minimizar os problemas impostos pela falta de dados materiais que pudessem explicar esses contextos.

A ausência desses estudos para grupos ceramistas vinculados a tradição Tupi, fez com que a etnoarqueologia surgisse como uma nova perspectiva para o estudo dessas populações em contexto etnográfico.

Utilizando observações do comportamento humano e sua relação com a cultura material nos espaços registrados nos documentos históricos, a proposta concebida no seio de ideias processualistas, não conseguiu atingir os objetivos desejados já que os contextos materiais apresentavam uma heterogeneidade que dificultou o estabelecimento de padrões para caracterizar esses assentamentos e conseqüentemente as culturas que os produziram (NASCIMENTO, 1990; LIMA, 2006; SENA, 2007).

As dificuldades implicadas na definição das identidades a partir de contextos materiais tem se apresentado para a arqueologia de sítios Tupi como um novo problema que ultrapassa os estudos sobre as origens e migrações dessas populações (TOCCHETO, 1998; SCHIAVETTO, 2003). Aliado a isso, os problemas causados pela má utilização de conceitos antropológicos como ‘aculturação’ para medir os efeitos da mudança cultural em contextos arqueológicos que apresentam artefatos com características que os associam as categorias de subtradição (TOCCHETO, 1998; SENA, 2007; NOGUEIRA, 2011).

Em pesquisas arqueológicas desenvolvidas no contexto brasileiro é comum o uso de fontes etnohistóricas, principalmente nos estudos sobre populações de horticultores ceramistas (SCATAMACCHIA, 1990; BUARQUE, 2010). Todavia, alguns desses estudos se referem aos dados etnohistóricos de maneira equivocada, fazendo referencia a análises etnográficas (ASSIS, 1996).

O uso de etnografia, enquanto método particular da antropologia se ocupa em direcionar a coleta de dados de campo e definir a relação entre o pesquisador (antropólogo) e o seu objeto de estudo (grupo observado) na observação de grupos existentes no presente (MALINOWSKI 1976; CASTRO, 1999).

Os trabalhos desenvolvidos por Binford (1972) e Gould (1971), abordaram a análise das fontes etnográficas como sendo uma metodologia de aplicação relevante, no que concerne a construção de modelos e formulações hipotéticas inseridos na explicação de contextos arqueológicos.

A apropriação do termo ‘etnoarqueologia’ como sinônimo para estudos de cultura material com base em dados obtidos a partir de análises etnográficas tem gerado na arqueologia de sítios Tupi alguns equívocos. Nesse caso, o uso de informações etnohistóricas sobre grupos étnicos extintos (relatados no período do contato com europeus durante os primeiros séculos de colonização) se passam por abordagens etnoarqueológicas quando na realidade não ultrapassam os limites impostos por analogias históricas diretas (ASSIS, 1996).

O uso da abordagem etnográfica na arqueologia, apoiada em preceitos defendidos por Binford (1988), na tentativa de aproximar a arqueologia da antropologia, foi muito difundida a partir da década de 1980 entre arqueólogos brasileiros.

Todavia, as pesquisas desenvolvidas no contexto brasileiro, caminharam inversamente a essa metodologia, se apoiando documentos secundários, dentre eles, relatos de cronistas, missionários e viajantes, como uma nova possibilidade de análise dos espaços produzidos por esses grupos, na interpretação do contexto arqueológico.

Essa inversão se deu pelo uso errôneo das teorias evolucionistas, defendidas por arqueólogos da *new archaeology* americana, na tentativa de aproximar a arqueologia desenvolvida no Brasil do campo de conhecimento científico.

Esse fato tem gerado um retorno de abordagens que caracterizam uma arqueologia ecológica que precedeu o processualismo, embora esses novos estudos apresentem características marcantes das teorias de médio alcance, com o uso dos componentes ambiental e tecnológico como um dos principais elementos definidores da cultura.

Algumas dessas abordagens seguem uma metodologia fundamentada no estudo da etnografia, embora utilizem, contrariamente, conceitos construídos historicamente, para a definição da relação dos grupos indígenas com o meio ambiente em que estão inseridos (ASSIS, 1996).

No entanto, contrariando as ideias de Binford (1988) essas pesquisas destinam-se a responder questões levantadas dentro de um contexto arqueológico particular, ou seja, um único sítio arqueológico, para tentar identificar as áreas de atividades e os locais de atividades especializadas.

Como resultado desses estudos observa-se uma caracterização tipológica de sítios arqueológicos como oficinas líticas, locais cerimoniais destinados a enterramentos e particularmente das estruturas que fazem parte desses sítios, como os locais de produção dos artefatos e a localização de urnas funerárias e seus componentes.

Geertz (2008) chamou a atenção para o uso da interpretação, mesmo a partir do uso de métodos etnográficos, defendendo que até mesmo a coleta desses dados dentro de uma metodologia científica, está passível de construções metalinguísticas e intertextuais, que possuem, por sua vez, um viés político e ideológico, na interpretação das culturas.

Em um estudo arqueológico desenvolvido por Assis (1996), a ‘espacialidade’ Tupinambá, como a própria autora defende, é analisada a partir das informações contidas em fontes secundárias sobre grupos indígenas do período colonial.

A proposta de analisar os elementos espaciais contidos na bibliografia etnohistórica, a qual a autora se refere equivocadamente como ‘etnográfica’, se restringe ao uso de variáveis observadas em contextos históricos e sociais impressos nos documentos históricos.

Assim, em sua pesquisa Assis (1996) usa essas informações para a formulação de um modelo de organização espacial Tupinambá que possa ser utilizada em pesquisas de sítios arqueológicos ligados a essa subtradição (Figura 37).

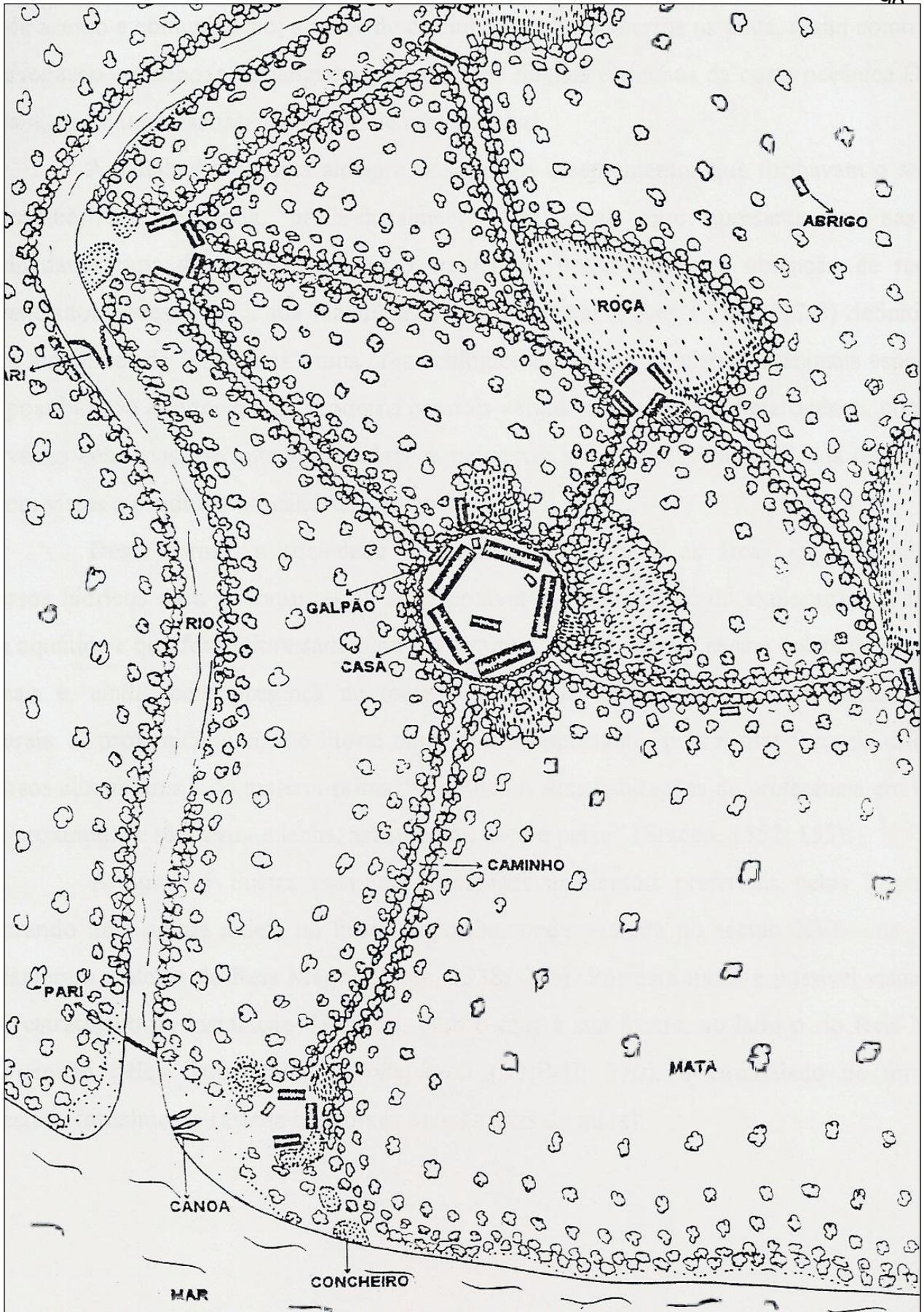


Figura 37 - Esboço da idealização de um assentamento Tupinambá inserido no contexto ambiental.  
Fonte: Assis, 1996.

Nesse tipo de abordagem do espaço arqueológico não são observadas apenas as características ambientais, as quais são descritas apenas em pequenos trechos da obra. Sendo assim, uma análise dos aspectos ambientais, não constitui os elementos verificados pela autora na (re)construção de uma espacialidade Tupinambá que seja útil para pesquisas com enfoque na materialidade produzida nesses contextos.

Embora não aborde os aspectos ambientais das áreas ocupadas por populações Tupinambá, a autora apoia a ideia de que o espaço utilizado por esses grupos é produto da sua organização social e inclui áreas de anexação de territórios que fazem parte da estrutura de seus assentamentos, concluindo que esses dados podem ser relevantes no estudo arqueológico dos padrões espaciais.

Segundo Assis (1996): “a adoção deste tipo de abordagem parece ser a mais adequada para se pensar um modelo de análise espacial de sítios arqueológicos...”.

Partindo da unidade de análise macro espacial desses grupos, definida e conhecida historicamente como *‘tecoaba’*, esse estudo é composto pela caracterização do espaço organizado pela cultura Tupinambá, na escolha de espaços para a interpretação arqueológica, tanto das estruturas macro espaciais, quanto dos elementos característicos das áreas de atividades (micro espacialidade) inseridas nesse sistema.

A proposta de uma análise da espacialidade Tupinambá, a partir de dados coletados da bibliografia etno histórica, relaciona os objetos da cultura material e até mesmo a ausência dos mesmos como resultado da utilização e organização do espaço pela cultura que o produziu.

Uma das vantagens desse tipo de abordagem, apesar dos problemas teóricos e conceituais, é a proposta de extensão dos dados para além da cultura material composta pelos fragmentos dos objetos encontrados em pesquisas arqueológicas.

O reconhecimento de certos tipos de objetos, assim como a sua utilização dentro da organização social desses grupos, também são produtos desse tipo de análise que privilegia o registro etno histórico, que possibilita a inserção desses objetos identificados em contextos arqueológicos, dentro dos espaços sociais e históricos produzidos no interior da cultura.

A ampliação das extensões do que conhecemos como sítio arqueológico, a partir da observação de todas as áreas que compõem a sua complexidade de funcionamento com distintas áreas de atividades, passa, dessa maneira, a ser considerada, dentro da estruturação e formulação de inferências para a explicação da materialidade encontrada nesses contextos.

Dessa maneira, a classificação dos diferentes tipos de sítios arqueológicos pode ser reduzida, dentro de um contexto que considera uma caracterização mais ampla da área de atuação das atividades desses grupos humanos do passado.

Essa classificação rompe com os paradigmas arqueológicos construídos sobre a diversidade cultural dos grupos, que, por sua vez, poderiam produzir espaços diferenciados dentro de um mesmo território, gerados a partir da atuação da sua organização social e situação histórica.

Partindo de uma análise dessa natureza, os sítios arqueológicos anteriormente classificados como pertencentes a grupos distintos, podem então, ser considerados, de acordo com o contexto arqueológico em que estão inseridos, como sendo parte de um complexo estrutural, reflexo da organização social da espacialidade de um único grupo (ASSIS, 1996).

Sendo assim, também se ampliará o universo dos materiais arqueológicos considerados dentro dos sistemas culturais, como é o caso dos grupos de agricultores, geralmente associados à produção de objetos cerâmicos.

Com a apropriação de outros tipos de materiais arqueológicos pelos sistemas culturais já delimitados pela arqueologia, possivelmente poderão ser feitas associações com outros grupos e histórias, nos quais esses materiais eram produzidos em menor escala. Nesses contextos, a cultura material encontrada em menor escala, não necessariamente está associada às áreas destinadas às atividades de menor importância dentro do contexto arqueológico (WÜST, 1991).

Dessa forma, poderão se estabelecer relações entre os sítios arqueológicos que não possuem, por exemplo, fragmentos de material cerâmico, dentro de um contexto de áreas de atuação de grupos que produziram e/ou utilizaram objetos cerâmicos, desde que seja possível atribuir uma cronologia para esses sítios.

Contudo, deve se ter cuidado na realização de generalizações entre as culturas registradas historicamente e o registro material de culturas deixadas em sítios arqueológicos. A ausência de uma abordagem adequada ao registro da materialidade e da espacialidade presente nesses sítios pode gerar problemas futuros de interpretação do contexto arqueológico.

### 3.2 DO REGISTRO ARQUEOLÓGICO DE ESPAÇOS DE OCUPAÇÃO TUPI NO NORDESTE BRASILEIRO

Estudos sobre a espacialidade identificada em sítios Tupi estão, em sua maioria, ligados ao estabelecimento do padrão de assentamento Tupi, baseados principalmente em características ambientais. Nesses estudos não se percebe uma atuação direta dos materiais identificados no contexto arqueológico na construção de interpretações que possibilitem a inserção das relações sociais e históricas que se desenrolaram nesses contextos particulares.

A busca por regularidades na forma de estabelecimento dos assentamentos desses grupos tem sido registrada pela arqueologia, a partir de trabalhos pontuais de pesquisas distribuídas ao longo da costa do Nordeste (PROUS, 1992; LIMA, 2006).

A importância dada aos elementos ambientais e ecológicos nos estudos sobre o padrão de assentamento Tupi baseado na distribuição pontual de sítios arqueológicos em um território tem ocasionado a ausência de estudos sobre a relação desses contextos mais amplos com a cultura material encontrada no interior dos sítios arqueológicos. Sendo assim, a distribuição dos artefatos na paisagem dos sítios arqueológicos e a relação entre esses e os vestígios e estruturas encontrados nem sempre constituem os objetivos desses estudos.

Dessa forma o tratamento dado aos artefatos constitui basicamente a realização de análises tipológicas e tecnológicas, na maioria das vezes dos objetos cerâmicos, sem que os mesmos sejam considerados dentro de um contexto material mais amplo (SENA, 2007).

Até o presente momento, o grande volume dos trabalhos produzidos a partir dos sítios associados a essa tradição trata de uma caracterização tecnológica dos grupos a partir de análises do material cerâmico encontrado nos sítios arqueológicos.

Essa escolha por determinados elementos materiais dos conjuntos de objetos se dá, em alguns desses estudos, devido à ausência dos dados não recolhidos em campo durante a pesquisa arqueológica. Isso se deve, em parte, à época em que esses dados foram recolhidos, estando, geralmente direcionados pela ótica difusionista, preocupada na distribuição dos vestígios materiais em fases e subtradições que se multiplicam a cada caracterização tecnológica dos artefatos, principalmente dos objetos cerâmicos (ALBUQUERQUE, 1991b).

Contudo, em alguns trabalhos desenvolvidos nas últimas décadas, se tem levantado outras questões para a compreensão dessas populações. Um dos elementos analisados é o padrão de assentamento, produzido pelos grupos e registrado através de um estudo arqueológico contextual dos vestígios da ocupação.

Na tentativa de estudar padrões de assentamentos, arqueólogos têm utilizado diferentes metodologias, como o estudo da distribuição espacial dos materiais arqueológicos e a análise dos dados ambientais na reconstituição desses padrões em épocas passadas (SENA, 2007; NOGUEIRA, 2011).

Apesar ter havido um considerável aumento na coleta de dados espaciais que apontem para a caracterização de um padrão de assentamento específico para esses grupos, isso se dá, na maioria das vezes, pelo interesse do pesquisador em registrar esse tipo de informação.

Para a subtradição Tupinambá foram registrados sítios arqueológicos em pesquisas desenvolvidas principalmente na região sudeste. Posteriormente, foram realizadas prospecções arqueológicas na região nordeste com o intuito de caracterizar as ocupações dos grupos dessa subtradição dispersas nessa área (ALBUQUERQUE, 1991b; SCATAMACCHIA, 1996; LIMA, 2006; SENA, 2007; NOGUEIRA, 2011).

Nos sítios arqueológicos encontrados na região Sudeste foram identificados padrões semelhantes ao modelo proposto a partir dos relatos etnohistóricos. A disposição dos sítios no relevo, a configuração hidrográfica e os vestígios de estruturas constituintes das áreas de atividades registrados nessa área, foram apontados como pertencentes ao padrão espacial dos assentamentos Tupinambá, descrito por cronistas e viajantes (PROUS, 1992).

Além desses elementos, foi ainda constatada a presença desses sítios em regiões descritas como sendo ambientalmente semelhantes ao modelo de ambiente de floresta tropical proposto por Lowie (1948) (PROUS, 1992).

Algumas correlações entre os dados arqueológicos e os dados etnohistóricos foram feitas, com a utilização de variáveis, como as taxas pluviométricas, e a proximidade do mar como influência nos períodos de plantio, colheita, caça, pesca e festejos registrados historicamente em crônicas e outros documentos produzidos entre os séculos XVI e XVII (SCATAMACCHIA, 1996).

No Nordeste foram encontrados sítios associados a essa subtradição dispostos nos vários ambientes de faixa costeira, zona da mata, brejos de altitude e semiárido. O maior número desses sítios se concentra, principalmente, no estado de Pernambuco, fato que pode ser resultado do maior número de pesquisas desenvolvidas nessa região. É nesse estado que a problemática do padrão de assentamento estabelecido para a tradição Tupi vai se firmar com maior propriedade. O registro da cerâmica 'Tupi' no semiárido remete a presença dessas populações nessa região, o que contraria o modelo de padrão de assentamento Tupi, associado às culturas de horticultores ceramistas de ambiente de floresta tropical (ALBUQUERQUE, 1991b; SENA, 2007; MARTIN, 2008).

Apesar dos trabalhos na região terem se iniciado há aproximadamente três décadas, os estudos sobre esses contextos não obteve resultados consistentes para explicar a presença de grupos vinculados à Tradição Tupi nessas áreas.

A ausência de cronologias específicas para esses contextos, sejam elas datações absolutas ou mesmo relativas, ainda é um fator que dificulta essas análises, mesmo estando implícita nesses estudos, a ideia de que se trata de grupos pré-históricos que ocuparam essas áreas como resultado de migrações desde seus locais de origem (NASCIMENTO, 1990; ALBUQUERQUE, 1991b; MARTIN, 2008).

Segundo Albuquerque (1991b) o semiárido, que hoje é coberto por uma vegetação típica de condições de aridez extrema, como a caatinga, poderia possuir nas áreas ocupadas pelos grupos, condições climáticas diferenciadas em tempos pretéritos. Segundo o autor, o padrão de assentamento desses grupos na área não seria produto de uma adaptação ao semiárido, mas sim de uma reprodução de padrões em um ambiente com características edafoclimáticas semelhantes.

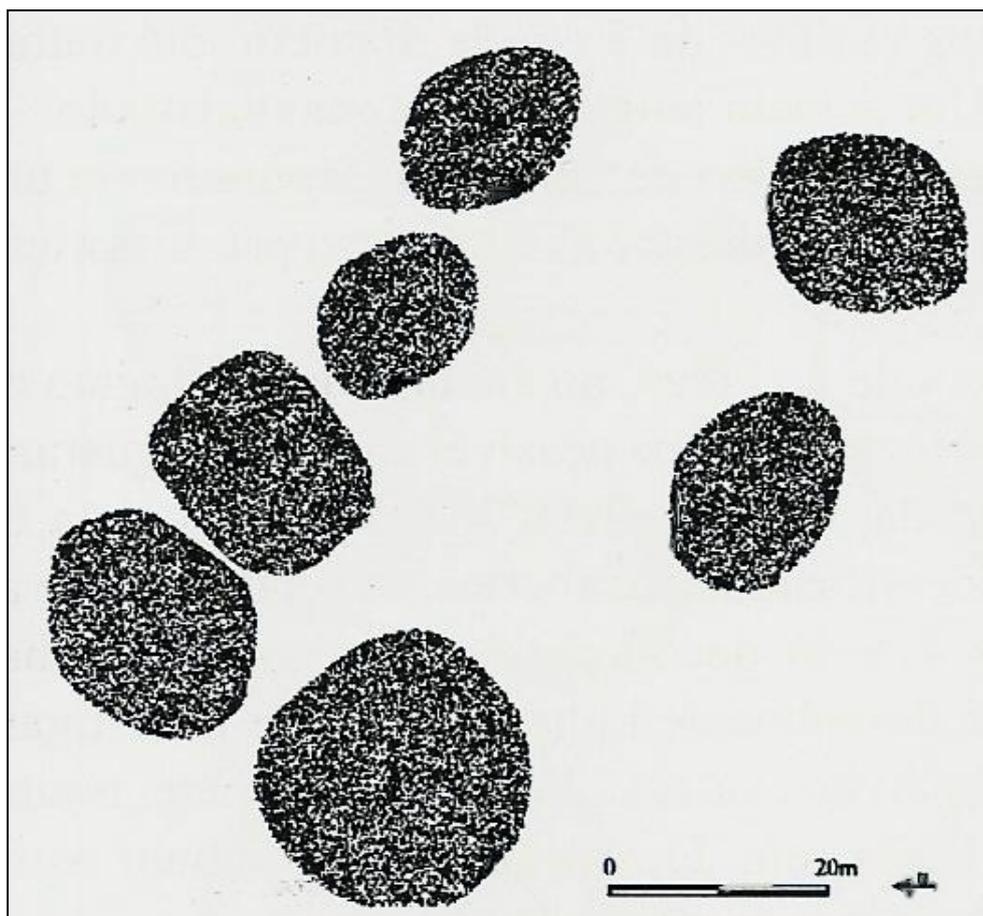
Numa segunda hipótese o arqueólogo relata que possivelmente os grupos de agricultores que ocuparam a região semiárida o fizeram em um período em que as condições climáticas eram semelhantes às condições atuais. Sugerindo que a tecnologia e a forma de organização social desses grupos, entre outras características, seriam compatíveis com essas condições, podendo ter ocorrido a partir de uma adaptação desses grupos aos ambientes ocupados.

Em nenhum momento, essas pesquisas lançam a possibilidade da ocupação dessas áreas ter sido resultante de situações históricas, mesmo não havendo cronologias para essas ocupações.

Além desse fato, a ausência de intervenções de subsuperfície contribui para que essas abordagens sejam realizadas com base em artefatos espalhados em superfície, sem uma contextualização estratigráfica que seja, no mínimo, suficiente para o levantamento de possibilidades para o estudo mais aprofundado desses contextos.

Partindo de informações baseadas em tipologias cerâmicas onde não se considera o contexto de distribuição vertical e horizontal dos vestígios em que esses materiais aparecem, esses pesquisadores, tentam levantar hipóteses para a explicação desses contextos materiais (NASCIMENTO, 1990; ALBUQUERQUE, 1991b)

Dessa maneira, tenta-se ainda estabelecer uma correlação entre as distintas ‘manchas’ encontradas nos sítios arqueológicos e as diversas áreas de atividades desenvolvidas por esses grupos, dentro de uma aldeia (Figura 38).



**Figura 38 - Disposição das manchas encontradas no sítio Aldeia do Baião, Araripina-PE. Fonte: Martín, 2008.**

Dessa maneira os resultados parciais de prospecções, obtidos nesses estudos, são utilizados como um diagnóstico para explicar as relações espaciais encontradas nos sítios, extrapolando os dados a fim de se conseguir uma reconstituição da organização social desses grupos.

A área de zona da mata, que comporta a porção norte do estado de Alagoas, e a porção sul do estado de Pernambuco, foi alvo de pesquisas arqueológicas desenvolvidas a partir de prospecções realizadas na área, onde, posteriormente, seria implantado o Gasoduto Alagoas / Pernambuco (GASALP). Na área do GASALP foram registrados sítios arqueológicos que foram associados à presença da subtradição Tupinambá no litoral pernambucano.

Esses sítios foram estudados na dissertação de Lima (2006), que propôs uma análise espacial dos mesmos dentro das unidades ambientais em que estavam inseridos.

As análises realizadas com os dados ambientais enfatizaram a importância da utilização dos padrões espaciais na formulação do padrão de assentamento dos sítios da área.

A análise da tecnologia material foi estruturada de acordo com a proposta de abordagem do padrão de assentamento Tupi.

Os sítios arqueológicos dessa área possuem alguns elementos geográficos condizentes com o modelo de ocupação Tupinambá, ou seja, o modelo de floresta tropical defendido nas décadas de 1960 e 1970.

Segundo Lima (2006), esses sítios foram implantados em platôs de morros e topos de tabuleiros costeiros, escolhidos pela configuração dos locais aplainados e com uma extensão suficiente para a implantação dos locais de habitação.

Nessa mesma pesquisa foram identificados outros sítios classificados como locais de acampamento, possuindo uma extensão inferior a das aldeias, e com a presença de esparsos fragmentos de material arqueológico.

As áreas onde foram identificados os sítios eram cobertas por vegetação características da mata atlântica e possuíam um clima tropical úmido semelhante às descrições contidas nos documentos históricos.

Apesar da constatação dessas hipóteses, Lima (2006) concluiu que além dos aspectos ambientais, aspectos econômicos e tecnológicos devem ser avaliados para que possa ser possível compreender as dinâmicas de ocupação e exploração de um determinado território.

Alguns elementos descritos nos documentos, como a presença de rios navegáveis e outros recursos hídricos, não foram classificados como relevantes na escolha desses locais de estabelecimento das populações de agricultores ceramistas.

Outras áreas do relevo também foram escolhidas para a implantação das áreas pertencentes à organização social desses grupos, embora essas estivessem representadas em menor quantidade em relação às áreas descritas como preferenciais.

Em ambas as áreas ocupadas classificadas como aldeias ou acampamentos, foi observado que o posicionamento dos sítios arqueológicos em relação aos principais cursos de rios distava em média de 3 km a 5 km de raio.

A adesão ou rejeição de algumas áreas, dentro desses complexos sistemas de assentamento, são descritas como sendo determinadas por fatores ambientais como o acúmulo de água nos topos dos tabuleiros costeiros e nos platôs de morros colinares típicos da geomorfologia da região.

A análise espacial realizada nos sítios da Zona da Mata Norte de Alagoas e Sul de Pernambuco demonstrou uma diversidade nas áreas ocupadas por grupos da tradição Tupi, contrariando a homogeneidade no padrão de assentamento descrito em pesquisas anteriores.

Essa diversidade foi registrada pela não exclusividade de sítios presentes em áreas de topo de morros e tabuleiros, já que, em menor frequência, foram identificados sítios assentados em áreas de alta, média e baixa vertente.

Os sítios que estavam mais próximos dos recursos hídricos foram interpretados como os locais destinados a roças ou acampamentos. Nesses sítios a quantidade de material disposto em superfície foi em muito, inferior à quantidade de material arqueológico encontrado nos locais classificados como aldeias, assim como apresentaram perfis cerâmicos diferenciados.

Lima (2006) concluiu que as informações levantadas nesse estudo, apontam para uma diversidade vivenciada não apenas pela localização de sítios em áreas fisiograficamente distintas. Já que numa mesma área fisiográfica foram encontrados sítios dispostos em locais ambientalmente distintos.

Essa caracterização dá margens a um tipo de interpretação que pode levar a constatação da ausência de um padrão de assentamento específico para os sítios associados à tradição Tupi, ao menos nessa região, o que contraria o modelo de culturas de floresta tropical, defendido por muitos estudiosos.

Dentro dessa perspectiva Binford (1988) utiliza o padrão de assentamento como o produto de um “complexo de sítios”. Esse autor usa a definição de “complexo de sítios” para o conjunto das áreas utilizadas para a realização das diversas atividades humanas dentro de um território ocupado por esses grupos, que as desenvolvia de maneira integrada, estando assim correlacionadas as distintas áreas dentro de uma organização espacial mais ampla, que vai além da disposição espacial localizada dentro de um único sítio arqueológico.

Os sítios nessa abordagem aparecem de forma pontual na construção da espacialidade e materialidade da cultura, que quando observados de forma contextual, podem se apresentar como resultado de mudanças culturais que foram promovidas por fenômenos sociais e históricos específicos.

Em recente estudo antropológico sobre a violência entre os *Yanomam* que habitam a Serra das Surucucus na fronteira do Brasil com Venezuela, Pateo (2005) revela que a ocupação dos espaços por esses grupos está imbricada num complexo sistema social.

Nesse contexto, as alianças e os conflitos entre os *Yanomam* podem ser promovidos ou evitados dentro de uma complexa rede social que depende da definição das unidades sociais, da ocupação dos espaços e das relações de parentesco (PATEO, 2005).

Pateo (2005) ressalta que os deslocamentos dos *Yanomam* não podem ser percebidos como uma simples consequência de exploração dos recursos naturais. Dessa forma a

ocupação dos espaços por esses grupos deve ser lida também a partir de variáveis históricas, sociais e políticas.

A leitura de contextos recentes como o estudo de Pateo (2005), apesar de parecer distante da realidade observada em contextos arqueológicos particulares como o do sítio Macaguá I, se faz importante à medida que ultrapassa as abordagens simplistas e generalistas das teorias evolucionistas amplamente utilizadas em pesquisas arqueológicas desenvolvidas no Brasil.

A percepção de como os fatores históricos, sociais e políticos atuam na construção de mediações materiais em contextos de interação social registrados arqueologicamente tem sido alvo de discussões teóricas nas quais são abordados conceitos e metodologias adequadas ao estudo do contato e da mudança cultural.

Assim, é imprescindível reconhecer através da construção do conhecimento arqueológico como foram empregados conceitos e teorias em sítios de contato e seus respectivos conjuntos materiais.

Como forma de demonstrar a importância que o emprego desses conceitos e metodologias possui na escolha preferencial do estudo de determinados tipos de artefatos arqueológicos serão utilizados no próximo capítulo alguns estudos de caso no contexto de pesquisas do continente americano.

Nessas discussões tento ainda explicar como o uso de alguns conceitos como aculturação e difusão tem sido empregado em pesquisas sobre sítios de contato no Brasil e como isso tem refletido em métodos e técnicas empregadas tanto em escavações quanto em análises de artefatos cerâmicos e líticos de sítios associados à Tradição Tupiguarani e mais especificamente ao contexto do sítio Macaguá I.

#### 4 DAS ARQUEOLOGIAS DO CONTATO E DA MUDANÇA CULTURAL

Grande parte dos conceitos e teorias empregados no estudo do contato e da mudança cultural em contextos arqueológicos encontrados nas Américas e especificamente no Nordeste do Brasil têm se prestado a tratar apenas dos encontros entre grupos indígenas e grupos de europeus, sem uma real preocupação com as especificidades da materialidade envolvida nesses contextos.

Apoiados em documentos secundários que tratam dos encontros coloniais e seus correlatos materiais, os sítios arqueológicos produzidos nesses contextos têm sido investigados, em sua maioria, de maneira descritiva, valorizando os resultados finais dos processos do contato a partir da análise de artefatos modificados, em decorrência da substituição ou modificação de tecnologias de culturas tidas como ‘primitivas’, por tecnologias europeias consideradas mais ‘sofisticadas’.

A investigação das mediações materiais que surgem de contextos de interação social, observada a partir de sítios arqueológicos encontrados no Nordeste do Brasil, tem levantado novas problemáticas para a interpretação arqueológica da mudança cultural em contextos de interação social, e mais especificamente, para a materialidade envolvida nessas circunstâncias.

As redes estabelecidas por relações históricas, sociais e econômicas entre grupos culturalmente distintos, a partir do período de contato no Brasil e em outras partes das Américas, vêm sendo estudadas, principalmente pela antropologia e história.

A arqueologia brasileira, por sua vez, tem caracterizado esses contextos a partir dos correlatos materiais de artefatos e sítios arqueológicos decorrentes dos processos da colonização nas Américas. Esses correlatos têm servido comumente à atribuição de identidades historicamente registradas em fontes e documentos produzidos durante os primeiros séculos de reconhecimento e conquista do território brasileiro.

O uso de abordagens restritivas, com a escolha de apenas alguns aspectos da cultura material, como a decoração e forma de vasilhames cerâmicos, assim como a utilização de abordagens históricas diretas, não tem sido satisfatórias, enquanto metodologias adequadas ao estudo dos fenômenos decorrentes desse momento, em contextos arqueológicos particulares identificados espalhados pelo território brasileiro.

Em sítios arqueológicos vinculados a Tradição Tupiguarani, a presença de artefatos de cultura material exógena tem se prestado a compor explicações simplistas que desconsideram a complexidade dos fenômenos que influenciaram na formação de contextos de interação

social no período do contato. A presença de artefatos europeus aliada a modificações percebidas em artefatos indígenas (ALBUQUERQUE, 1999; ZUSE; MILDER, 2008) tem sido utilizada para fortalecer o uso de conceitos generalizantes como aculturação e/ou difusão.

Os materiais arqueológicos atribuídos a culturas exógenas, apesar de ser encontrados em sítios arqueológicos do Brasil desde a década de 1930, tem tido uma participação passiva na construção dos contextos arqueológicos de grupos relatados como Tupi (HILBERT, 1957).

Como visto anteriormente, a exclusão desses artefatos em contextos indígenas tem promovido uma Arqueologia Tupiguarani preocupada apenas com padrões culturais que se baseiam tanto na cerâmica quanto na espacialidade inerente a esses contextos com o objetivo de compreender a expansão ou dispersão dessa cultura pelo continente sul americano<sup>7</sup> (PRONAPA, 1969).

O uso desses artefatos na construção de discursos arqueológicos excludentes sobre as identidades e etnicidades do passado (SCHIAVETTO, 2003) tem ultrapassado os limites da pré-história e incorrendo ainda numa passividade inerente a essas culturas em períodos históricos que podem se estender a atuação social e política desses grupos indígenas na formação cultural e social das Américas (JONES, 1997; LIGHTFOOT, 1995).

No estudo do sítio Macaguá I apesar de não tratar diretamente do conceito de aculturação para interpretar as expressões materiais de grupos indígenas que porventura produziram tal contexto arqueológico, os pesquisadores (NOGUEIRA, 2011) partiram de premissas ecológicas com viés histórico para explicar a adaptação de grupos Tupi ao ambiente do semiárido do Nordeste.

Como se trata de uma abordagem comumente utilizada em estudos arqueológicos da Tradição Tupiguarani, as análises tipológicas e tecnológicas da cerâmica policroma associadas ao estudo dos assentamentos indígenas colocaram o sítio Macaguá I no seio de discussões sobre as origens e dispersão de grupos falantes do Tupi<sup>8</sup> (PROUS, 1992; NOGUEIRA, 2011).

Dessa forma, a perpetuação do isolamento ou da negação da atuação de artefatos de produção não indígena nesse contexto arqueológico compactua com o tratamento frequentemente atribuído a presença desses materiais em contextos Tupi desde os primórdios dos estudos de contextos materiais associados à Tradição Tupiguarani definida pelo Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas em meados dos anos 1960 (PROUS, 1992).

---

<sup>7</sup> Ver Meggers, 1963; Lathrap, 1970; Brochado, 1984; Prous e Lima, 2010.

<sup>8</sup> Ver La Salvia e Brochado, 1989; Noelli, 1996; Rodrigues, 2000.

No entanto para compreender como se deram as mediações materiais que se apresentaram no contexto do sítio Macaguá I é necessário investigar como a arqueologia do contato e da interação social tem aplicado conceitos e metodologias no entendimento dos fenômenos que atuam na mudança cultural e suas implicações em artefatos arqueológicos.

Para tal é preciso se debruçar sobre o uso de teorias que explicam a mudança cultural a partir contextos arqueológicos no contexto das Américas e dentre outras colônias que derivaram da conquista europeia que se deu a partir do século XV. Assim, não se pode excluir o importante papel que a Antropologia e a História desempenharam na construção de abordagens arqueológicas de sítios do período do contato e seus respectivos conjuntos materiais.

#### 4.1 O USO DE MODELOS ACULTURATIVOS E ABORDAGENS DIFUSIONISTAS EM ESTUDOS DO CONTATO E DA MUDANÇA CULTURAL

O estudo da cultura material de sítios arqueológicos datados dos primeiros séculos de investidas europeias em território americano (XV ao XVII), em que se estabeleceram esses encontros, vem sendo alvo de pesquisas científicas desde a década de 1940.

Durante o primeiro momento dessas pesquisas, foram estudados conjuntos de artefatos que remetiam aos encontros das populações indígenas com os europeus, que aqui chegaram impulsionados pelas grandes navegações e avanço do mercantilismo no mundo ocidental, trazendo consigo novos artigos materiais, além de técnicas de produção diferenciadas daquelas conhecidas pelos grupos nativos das Américas (TRIGGER, 2004).

A antropologia cultural norte-americana impulsionou as pesquisas arqueológicas em sítios de contato, iniciando os estudos acerca dos fenômenos de aculturação e dos resultados da difusão. Sendo essa última teoria desenvolvida nas ciências biológicas, logo foi adequada e aplicada à investigação do comportamento humano pela antropologia cultural desenvolvida por Franz Boas (HARRIS, 2003; TRIGGER, 2004).

Herskovits (1937) estudou os fenômenos da aculturação a fim de compreender como os mecanismos da cultura atuam nesse processo. Tal autor postulou que a mestiçagem decorrente do contato alterava o grau de 'pureza' das culturas primitivas.

Tal afirmativa parte do pressuposto de que a originalidade das culturas primitivas, quando não preservada no seio das tradições culturais, resulta em um processo de

degeneração cultural dos grupos indígenas, além de passar a ideia de culturas estáticas (CUCHE, 2002).

Sobre esse período da História Gruzinski (2001), desmistifica a ideia de uma cultura ou identidade original e ‘pura’, modificada pelo contato para dar lugar a um ‘pensamento mestiço’, demonstrando que existiram outras formas de mediação como a construção ou reformulação das identidades.

Assim como esse autor, Jones (1997) reitera que a complexidade de processos envolvidos na construção das identidades tem sido negada nas pesquisas arqueológicas que tratam de populações tradicionais.

Contrariamente às ideias de Gruzinski (2001) e Jones (1997; 2005) a Antropologia Difusionista defende o processo da difusão como a principal explicação para a mudança cultural decorrente da interação entre culturas.

Todavia, o interesse da abordagem difusionista pelos fenômenos dos empréstimos culturais e a repartição de traços semelhantes tem sido utilizado para tratar apenas dos resultados da difusão cultural e não dos elementos que direcionaram e definiram as trocas que porventura foram concebidas nos contextos de interação social (CUCHE, 2002).

Na arqueologia, as pesquisas que se desenvolvem sob o viés da difusão geralmente não ultrapassam o limite da descrição do final dessas trocas culturais, que tendem a ser percebidas em um sentido único (JOHNSON, 2000; TRIGGER, 2004).

Nesse tipo de abordagem a atribuição de uma tecnologia ‘simples’ ou ‘inferior’ aos grupos indígenas tem sido usada na explicação da substituição rápida por tecnologias ‘avançadas’ trazidas por europeus no período do contato. Essa interpretação generalizante da cultura não possibilita a observação de interação social entre grupos particulares que atuaram nesses contextos históricos através de redes sociais e políticas mais amplas e complexas que ultrapassam os sistemas econômicos (LIGHTFOOT, 1995; TRIGGER, 2004).

Pesquisas arqueológicas no contexto brasileiro tem comumente considerado o conceito da aculturação na explicação de mudanças materiais percebidas em artefatos de sítios arqueológicos datados do período do contato (BROCHADO, 1977; ZUSE; MILDER, 2008). Geralmente esses estudos estão associados à presença de artefatos europeus ou elementos de tecnologia europeia (como ocorre com as miçangas do sítio Macaguá I) em contextos arqueológicos vinculados a grupos indígenas.

Redfield, Linton e Herskovits (1936), no Memorando para o estudo da Aculturação, definem esse processo como “o conjunto de fenômenos que resultam de um contato contínuo

e direto entre grupos de indivíduos de culturas diferentes e que provocam mudanças nos modelos (*patterns*) culturais iniciais de um ou dois grupos” (tradução da autora, p. 149).

Partindo desse estudo, a difusão poderia ocorrer sem haver o contato contínuo e direto entre a cultura que recebe e a que doa os traços culturais. Todavia, sempre que há a atuação dos fenômenos da aculturação vai necessariamente haver a difusão de traços culturais. Sendo assim, a aculturação seria decorrente de processos mais complexos e delongados que os processos que atuam na difusão (REDFIELD; LINTON; HERSKOVITS, 1936).

Como é manifesto na teoria antropológica, o contato quando contínuo e direto conduz os grupos sociais envolvidos aos fenômenos produzidos pela aculturação (REDFIELD; LINTON; HERSKOVITZ, 1936).

Uma abordagem conceitual desse tipo se difere da abordagem da teoria da difusão/migração, já que esse último fenômeno não implica, necessariamente, no contato entre os grupos ‘receptores’ e ‘doadores’. Além do que, a difusão trata apenas do estágio final da troca, ou seja, do resultado dessa troca, que por sua vez é concebida aí em um sentido único.

A assimilação, enquanto fenômeno produzido pelo contato, por sua vez, implica na última fase da aculturação, quando há o desaparecimento total da cultura de origem de um determinado grupo a partir da interiorização completa dos elementos culturais do grupo social dominante.

Posteriormente, Herskovits (1937) iniciou pesquisas sobre grupos descendentes de escravos africanos, também conhecidos no contexto histórico brasileiro como quilombolas.

As pesquisas de Herskovits sobre aculturação foram direcionadas a apontar traços culturais africanos como elementos de identificação cultural na permanência de tradições culturais que foram trazidas desde a África para as Américas.

Para tal, ele defende o uso do conceito de ‘africanismo’ como formas de sobrevivências culturais no estudo da continuidade das tradições africanas em comunidades afro-americanas, argumentando que os mesmos poderiam ser medidos dentro de cada grupo pesquisado (HERSKOVITS, 1941 *apud* ALLEN, 2000).

Segundo Cuche (2002) nas leis que regem as mudanças culturais, os elementos não simbólicos onde se encaixam os processos técnicos e a cultura material são mais facilmente transferíveis que os elementos simbólicos como a religião e a ideologia das culturas.

Logo, medir o grau de integridade de uma cultura não seria uma tarefa tão simples, já que dependeria da imaterialidade envolvida na cultura dessas comunidades. Isso afeta diretamente o estudo desses fenômenos em sítios arqueológicos oriundos de comunidades de

afrodescendentes, já que nesses contextos se dispõe, geralmente, apenas de expressões materiais.

No estudo da passagem de traços culturais realizado por Bastide (1971), foram apontadas três regularidades que operam diretamente no processo da mudança cultural. Essas três regularidades atuam em padrões de ‘forma’, ‘função’ e ‘significação’ dos objetos inseridos nesses contextos.

A primeira regularidade a ser observada nessas situações segundo Bastide (1971) se relaciona com a aceitação da ‘forma’. Dessa maneira, quanto mais estranha a ‘forma’ for a um dos grupos sociais envolvidos no contato, mais difícil será a sua aceitação por esse grupo.

Essa ideia parte do princípio de que para serem aceitas, as ‘formas’ devem ser reconhecidas pelos grupos que irão adotá-la. Sendo assim a reestruturação do contexto social desses grupos partiria de fatores internos à própria cultura que aceitou determinada ‘forma’.

A segunda regularidade diz respeito à aceitação da ‘função’ atribuída a determinado traço cultural. Assim Bastide (1971) afirma que as ‘formas’ são mais facilmente transferíveis que as ‘funções’. Essas últimas são passadas apenas num estágio mais avançado do contato entre os grupos, necessitando de um tempo maior de exposição desses grupos ao contato.

Por último, Bastide (1971) aponta que um traço cultural, independente da sua ‘forma’, será bem aceito e integrado aos grupos envolvidos no contato desde que possa adotar uma significação por parte da cultura que o recebe, o que demandaria em um processo de sincretismo.

Para Cucche (2002) nos estudos acerca da passagem de traços culturais, as relações culturais devem ser estudadas no interior de diferentes quadros de relações sociais que podem favorecer contextos de integração, conflito e competição entre outros fenômenos sociais.

O mesmo argumenta (baseado nos estudos de Bastide) que toda mudança cultural produz efeitos secundários que não são previstos, e mesmo não ocorrendo simultaneidade entre esses efeitos eles não podem ser evitados.

Essa percepção da mudança cultural de longa duração, a partir de reações em cadeia, traz para a arqueologia uma perspectiva para além das mudanças imediatas na cultura material, como a rápida substituição dos artefatos indígenas por artefatos europeus.

Cucche (2002) ainda afirma que as tentativas de diferenciar as culturas envolvidas no processo de contato como entidades separadas tem sido útil como uma metodologia que se apoia na descrição para estudar a diversidade cultural.

Contudo, afirma o autor, que estudos atuais (AMSELLE, 1990 *apud* CUCHE, 2002) demonstram que a descontinuidade entre as culturas não existe, já que as mesmas

experimentam certo grau de interação, pelo menos num determinado espaço social em que se localizam. Portanto, a continuidade deveria ser observada nas dimensões internas e externas de sistemas culturais em contextos de interação social, como nos contextos de contato nas Américas.

Partindo das ideias de Cucche (2002), o estudo de contextos de contato, como o do sítio Macaguá I, só seria possível quando se faz referência a essas continuidades, sendo a interpretação de mudanças bruscas, uma tentativa de assegurar o discurso de culturas e identidades imutáveis, assim como suas respectivas culturas materiais, atuando no tempo e no espaço.

Todavia discordamos do postulado de Cucche (2002) já que na prática observamos que os estudos arqueológicos de contextos de contato no Brasil basearam-se na ideia da continuidade cultural para fortalecer categorias identitárias fixas apoiadas pela determinação de padrões culturais previamente estabelecidos no seio das tradições arqueológicas.

Assim, a permanência do uso de correlatos materiais para a compreensão de contextos de interação no Brasil tem perpetuado e fortalecido discursos e narrativas que se apoiam na aculturação e na difusão de traços culturais (BROCHADO, 1978; ZUSE; MILDER, 2008). Dessa forma, as mudanças materiais têm sido explicadas como resultado da desintegração e/ou desestruturação de grupos indígenas e suas tradições culturais face o contato com europeus.

O reflexo desse tipo de abordagem se estende até mesmo quando não são observadas mudanças materiais em artefatos indígenas considerados como principais caracterizadores das tradições arqueológicas (no caso da Tradição Tupiguarani a cerâmica tem sido o principal caracterizador cultural). Nesse caso a não percepção de artefatos de tecnologia não indígena, como as miçangas de vidro encontradas no sítio Macaguá I, tem resultado na adoção de metodologias que negam a participação ativa desses elementos na formação dos contextos arqueológicos.

Na História Watchel (1988) adaptou o conceito de aculturação para uso em pesquisas históricas sobre o período colonial nas Américas. Em seus estudos sobre a sociedade peruana após a conquista espanhola, o conceito foi utilizado para explicar uma situação social única e aplicável em lugares e períodos específicos, tendo, assim, maior utilidade em situações coloniais.

O uso do conceito na História concorda com o pensamento antropológico de que a aculturação quando a mesma “não pode ser reduzida à difusão, no espaço e no tempo, de

traços culturais arbitrariamente isolados: trata-se de um fenômeno global que compreende toda a sociedade” (WATCHEL, 1988: 114).

Numa crítica as tentativas de generalização das situações de contato o autor afirma: “nada mais arbitrário que isolar uma sequência ou uma evolução que é declarada válida para todos os casos” (WATCHEL, 1988: 114).

Na tentativa de estender a discussão das situações que promoveram o encontro entre grupos indígenas e europeus, o historiador destaca que a não percepção da multiplicidade de processos que envolvem o contato e da diversidade cultural implícita nos grupos sociais que interagiram nesses espaços históricos tem sido um problema no estudo de contextos de interação social.

Essa discussão tem sido levada à arqueologia histórica no estudo desses contextos, com o objetivo de ultrapassar as relações dicotômicas percebidas na definição imposta pelas teorias marxistas nas quais são determinados grupos ‘dominantes’ e grupos ‘dominados’<sup>9</sup>.

Entretanto Watchel (1988) incorre num erro comumente associado aos estudos de contextos de interação social ao adotar o método comparativo como ferramenta para compreensão da complexidade de fenômenos atuantes no processo de aculturação.

Baseando-se no uso de tipologias a partir do método comparativo (tipos de contato, tipos de processos e resultados da aculturação) Watchel (1988) reifica o uso de categorias históricas generalizantes para perceber regularidades na compreensão situações históricas particulares que se desenvolvem em contextos sociais específicos a partir de modelos e regularidades.

As críticas antropológicas e históricas ao uso do modelo aculturativo para o estudo da mudança cultural de grupos sociais em situação de contato permeiam a generalização, resultando em tipologias descritivas com base nos resultados dos fenômenos do contato.

A arqueologia, por sua vez, avigora essa compreensão do passado quando baseia o seu discurso na ideia de rápida transferência da cultura material e contribui para a permanência de discursos que permeiam as discussões acadêmicas sobre a perda de elementos considerados como marcadores culturais dos grupos indígenas, caracterizando assim a mudança cultural.

Todavia, noções de melhoria ou perda de características culturais a partir do estudo dos artefatos não comportam o mote de discussão do presente trabalho. O mesmo se presta a identificar, através da materialidade dos grupos sociais envolvidos nos encontros coloniais, as mediações promovidas pelas situações do contato e da interação que se fizeram presente em

---

<sup>9</sup> Ver Cuche, 2002.

espaços sociais específicos que se produziram dessas intersecções, como ocorre com o sítio Macaguá I.

O uso de generalizações para explicar os fenômenos sociais por meio de continuidades e descontinuidades a partir do método comparativo tem sido aplicado aos estudos arqueológicos sob a defesa de atribuir à Arqueologia, enquanto ‘ciência’, um caráter de objetividade científica. Isso se dá devido às limitações do uso do método experimental nas ciências sociais, como a impossibilidade de se reproduzir em laboratório os fenômenos sociais e culturais estudados pela arqueologia<sup>10</sup> (JOHNSON, 2000; TRIGGER, 2004).

A construção de leis que regulamentam e regulam o funcionamento da cultura e dos aspectos sociais e materiais teve profundas consequências sobre o estudo de contextos arqueológicos produzidos de situações de interação social (BINFORD, 1962, JOHNSON, 2000).

Por sua vez, em contextos materiais do contato identificados no Brasil os pressupostos empreendidos na construção de uma arqueologia científica têm influenciado na atribuição de conceitos generalizantes para explicar a mudança cultural a partir de artefatos arqueológicos<sup>11</sup>.

Assim, a negação de características singulares presentes nesses contextos tem resultado também na negação de determinados elementos materiais. Essa situação provocou o abandono dos estudos sobre sítios de contato e seus respectivos materiais principalmente durante as décadas de 1980 e 1990 quando se difundiram no país as ideias da *New Archaeology*.

Assim, situações particulares como a do sítio Macaguá I se prestaram a pesquisas que objetivavam a construção de modelos gerais baseados em padrões e regularidades de categorias materiais para explicar as transformações culturais segundo pressupostos estruturalistas dentro de uma visão sistêmica da cultura (JOHNSON, 2000).

Por outro lado, a preocupação em se restringir demais os processos devido ao seu caráter múltiplo em contextos históricos e espaciais específicos tem se mostrado um desafio, tanto para a antropologia quanto para a história assim como para a arqueologia histórica, na busca de uma teoria que explique o contato e seus processos, principalmente no território americano (CUSICK, 1998; ALLEN, 2010).

Além disso, análises marxistas fortemente influenciadas por fatores econômicos e geográficos, e do alcance desses fatores em escalas mundiais, tem se mostrado insuficiente na

---

<sup>10</sup> Ver Binford, 1962.

<sup>11</sup> Ver Nogueira, 2011.

interpretação da mudança cultural em contextos específicos de interação social (JOHNSON, 2000; TRIGGER, 2004).

Sendo assim, se faz necessária a realização de uma leitura dos locais de fala das mediações materiais e seus agentes que irão se constituir em contextos arqueológicos e suas especificidades.

Todavia é importante ressaltar que a difusão enquanto explicação única para as situações de contato não desconsidera a complexidade de processos sociais, culturais e históricos envolvidos nesses casos.

Para a arqueologia especificamente, como veremos nos estudos de caso a seguir, o uso análises descritivas da cultura material não tem sido capaz de gerar interpretações plausíveis para as variadas situações do contato encontradas em sítios arqueológicos no contexto americano, além de promover a ausência dos grupos sociais na história a partir de estudos restritivos de traços culturais.

Assim observaremos que a interpretação que resultou das primeiras pesquisas sobre o sítio arqueológico Macaguá I não difere completamente das explicações atribuídas a contextos semelhantes identificados em pesquisas arqueológicas que se desenvolveram desde a década de 1960 no Brasil.

#### 4.2 DOS OLHARES ARQUEOLÓGICOS DAS SITUAÇÕES DE CONTATO NO BRASIL

As análises arqueológicas de sítios de contato no Brasil se intensificaram na década de 1960, com o estabelecimento do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA).

Esse programa tinha como um dos objetivos, o de caracterizar a cultura material encontrada em sítios arqueológicos inseridos no contexto dos primeiros séculos da colonização do Brasil. Para tal, foram feitas correlações entre os sítios de contato e os registros documentais dos grupos indígenas encontrados no território brasileiro a partir da expansão europeia, a partir do século XVI.

Arqueólogos que participaram do desenvolvimento e estruturação do PRONAPA (BROCHADO, 1973; 1984; 1989; 1991; BROCHADO; LA SALVIA, 1989; MEGGERS, 1979; 1987; MEGGERS; EVANS, 1958; SCHIMTZ, 1999) assim como aqueles que foram influenciados pelas abordagens teóricas e metodológicas desse programa (ALBUQUERQUE, 1982; 1999; SCATAMACCHIA, 1984; 1989; 1990) estudaram contextos arqueológicos

datados do período de contato no Brasil com o objetivo de descrever como os fenômenos da aculturação resultantes da difusão atuaram em artefatos arqueológicos e nos grupos indígenas que os produziram. Isso se deu primordialmente em estudos de sítios arqueológicos da Tradição Tupiguarani espalhados por toda a costa brasileira desde norte a sul. O interesse em classificar principalmente artefatos cerâmicos a partir de descrições tipológicas desses sítios demonstra a importância que esses artefatos possuíam para a identificação de grupos étnicos e culturais baseados em fontes secundárias escritas durante os séculos XVI e XVII.

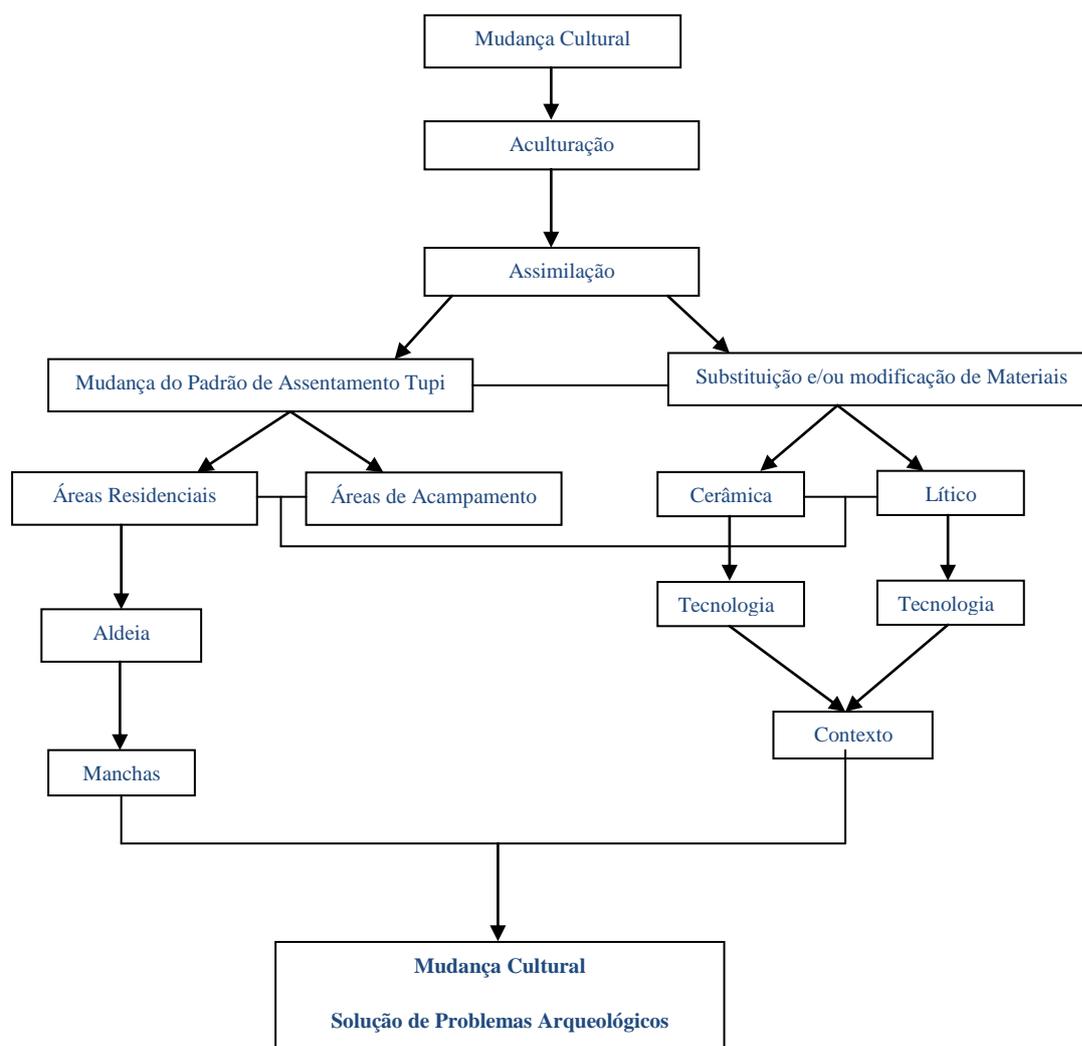
As abordagens arqueológicas que utilizam do particularismo histórico como ocorreu com o PRONAPA consideram cada cultura como produto de uma sequência única de desenvolvimento, na qual a difusão desempenha um papel proeminente no desencadeamento da mudança cultural.

Assim, o estudo de contextos de contato se apresentou para esses arqueólogos como um dos principais indícios para o estudo dos resultados da mudança cultural, já que se pressupunha que esses grupos indígenas por possuírem tecnologias limitadas sucumbiram perante o contato com grupos europeus com tecnologias mais desenvolvidas.

Para que fosse possível estabelecer uma ordem cronológica dessas transformações, foram realizadas seriações de materiais arqueológicos como forma de demonstrar como os resultados da mudança cultural atuam no tempo e no espaço assim como o processo de difusão teve papel fundamental na expansão de culturas originárias da Amazônia para áreas litorâneas devido à escassez de recursos naturais. Esse modelo se apoiou em estudos desenvolvidos por Lathrap (1970) para determinar ambientes ecológicos específicos onde essas culturas se desenvolveram.

Assim a maioria das pesquisas acerca do contato na arqueologia brasileira aborda sítios nos quais foram encontrados artefatos de procedência europeia em conjunto com artefatos indígenas associados a essa tradição (PRONAPA, 1969).

A interpretação da cultura material tanto indígena quanto europeia encontrada nesses contextos arqueológicos se baseia na ideia de que as mesmas foram adquiridas por meio de trocas. Sob o enfoque da teoria difusionista, os estudos desenvolvidos pelo PRONAPA tiveram como tema principal o estudo da cerâmica produzida por grupos indígenas em contextos coloniais. Todavia, esses estudos focaram a assimilação de elementos da cultura europeia, usando para isso a metáfora de grupos ‘dominantes’ e ‘dominados’ (CUCHE, 2002), o que se refletiria por sua vez em características materiais, principalmente, nos artefatos cerâmicos (Figura 39).



**Figura 39 - Esquema da atuação dos fenômenos da assimilação para explicar a mudança cultural em grupos da tradição Tupi a partir do contexto arqueológico, sob a ótica da teoria da aculturação.**

Essa concepção carrega consigo, a ideia de que as mudanças culturais ocorridas nesse período têm um caráter unilateral. Dessa forma, os discursos construídos sobre as trocas culturais, se baseiam na premissa de que houve uma substituição material que acarretou uma melhoria de vida para os grupos que antes ocupavam um lugar social na pré-história, com tecnologias e recursos materiais limitados ou até mesmo contribuíram para a degeneração das etnias indígenas (NOELLI; FERREIRA, 2007) o que é atribuído à construção de um discurso baseado em ideias colonialistas.

Segundo Kohn (2006) entende-se por colonialismo o processo de conquista de territórios e o projeto de controle e dominação política, econômica e militar europeia sobre as colônias a partir do século XVI.

Mais do que a conquista dos territórios americanos, por exemplo, o colonialismo baseia-se num sistema bipolar, no qual atuam dois polos distintos a Colônia (colonizado/periferia) e a Metrópole (colonizador/centro) (HALL, 1994).

A ideologia do colonialismo surge como uma elaboração pela expansão colonialista europeia e é definida nas descobertas ultramarinas. A partir dessa ideologia, as estruturas socioeconômicas, políticas e ideológicas e inclusive as origens das sociedades são condicionadas pela Metrópole (SODRÉ, 1984).

Partindo dessa ideologia o estudo da cultura e da história de uma sociedade colonial deve ser percebido a partir de forças externas exercidas pelas relações entre a Metrópole e a Colônia. Isso deixa implícita a concepção de que existem relações causais de dependência que atuam entre as periferias (colônia) e os centros produtores (metrópole). Com essa concepção de relações antagônicas atuando nas situações históricas de encontros entre os grupos indígenas e europeus se ignora e as relações sociais e históricas que porventura contribuíram na formação das sociedades coloniais.

Dessa maneira o uso do discurso do colonialismo na arqueologia de sítios de contato reforça, portanto, a ideia da mudança cultural, viabilizada pela substituição de artefatos produzidos a partir de tecnologias 'pré-históricas' ou indígenas, por cultura material europeia.

Essas substituições e alterações da cultura material são reiteradas pela ideia de evolução das técnicas, na qual se atribui à busca pela melhoria na qualidade dos artefatos e o consequente abandono dos antigos modos de produção.

Por sua vez, a concentração de pesquisas arqueológicas em sítios litorâneos (PRONAPA, 1969) desse período deve-se ao uso de informações históricas sobre grupos indígenas que ocuparam essas áreas durante o período colonial.

Durante a colonização do Brasil os espaços primeiramente atingidos pelo projeto colonial foram as áreas costeiras do Nordeste e em seguida a faixa litorânea que correspondem aos litorais das regiões Sudeste e Sul (HOLANDA, 2002).

A cultura material identificada em sítios arqueológicos distribuídos nessas áreas tem sido atribuída a indígenas falantes do Tupi e do Guarani registrados historicamente a partir de relatos de encontros com europeus (MARTIN, 2008; SCATAMACCHIA, 1995; PROUS, 1992; BROCHADO, 1973).

Assim essa tradição foi estabelecida pela arqueologia desenvolvida no contexto brasileiro, a partir do uso de abordagens históricas diretas dos grupos indígenas falantes do tronco linguístico Tupi-Guarani, registrados em documentos históricos e seus correlatos materiais, encontrados em contextos arqueológicos (SCATAMACCHIA, 1984; 1989).

Dessa forma estudo da cultura material encontrada nos sítios arqueológicos em que se deram esses encontros, se apresentou como o alvo principal na busca pelos indicadores de mudança cultural, principalmente das culturas indígenas envolvidas nesse processo.

Apesar da negação de um contexto de interação social no sítio Macaguá I, Nogueira (2011) faz uso do mesmo tipo de abordagem utilizada em estudos desenvolvidos no seio do PRONAPA para atribuir identidades de grupos historicamente registrados a partir do material cerâmico identificado nesse contexto. Além da atribuição de uma identidade para os grupos sociais que mormente atuaram na produção desse contexto material, a autora extrapola os limites regionais impostos pelo uso de abordagens históricas diretas, atribuindo categorias identitárias (Tupinambá) estabelecidas para ocupações do litoral do Rio de Janeiro.

Contudo essas observações não se prestam para defender o uso de abordagem histórica direta para os sítios do Rio de Janeiro como fez Buarque (2010). As mesmas servem apenas para demonstrar como o uso e a atribuição de identidades historicamente construídas têm sido aplicados em contextos arqueológicos do Brasil que apresentam semelhanças materiais.

No tocante às mudanças na cultura material observadas em contextos arqueológicos do Nordeste, Albuquerque (1982) pondera que um dos principais resultados da mudança observada em artefatos indígenas é a perda de elementos decorativos na cerâmica da Tradição Tupiguarani.

Segundo seus estudos Albuquerque (1982) passa a ideia de que a modificação material decorrente do desuso de elementos estéticos na cerâmica (comumente citados na bibliografia arqueológica como tratamento de superfície ou acabamento de superfície) foi um resultado diretamente ligado às mudanças no modo de produção desses grupos. Sendo assim a partir do contato com o modo de produção e com os diferentes valores culturais europeus os grupos indígenas experimentam uma produção de bens baseada na economia mercantilista, onde a quantidade de produtos se torna mais importante do que a qualidade estética dos objetos cerâmicos (ALBUQUERQUE, 1982).

Esse tipo de abordagem foi extensamente usado na arqueologia brasileira, quando percebemos os exemplos de sítios arqueológicos que apresentam uma cerâmica modificada, principalmente no que diz respeito aos elementos estilísticos, considerados simbólicos da cultura indígena, como a pintura policroma nos vasilhames da tradição Tupiguarani (ALBUQUERQUE, 1999; ZUSE; MILDER, 2008).

Essas alterações do modo de produção da cerâmica indígena percebidas em contextos arqueológicos perpassam a concepção de mudanças no sistema econômico dos grupos indígenas chegando a ser vistas como produto da desagregação dos valores e padrões culturais

indígenas, remetendo-se à ideia de que o lugar histórico desses indivíduos se encontra num passado ainda mais distante, na pré-história.

As narrativas construídas acerca da rápida substituição da cultura material pré-histórica por artefatos históricos europeus mais elaborados e, portanto, mais funcionais, acabam colocando em xeque a visibilidade histórica dos grupos indígenas.

A descontinuidade desses grupos a partir da implantação da ‘história’ nas Américas contribui para o desaparecimento do indígena na construção da História Oficial da Nação, emergente em meados do Século XIX, influenciada pela política imperialista (SAID, 1994).

Pompa (2002) argumenta que a imagem desse período, criada tanto pela história quanto pela antropologia desse momento da história do país, é a de índios e missionários ou outros grupos de europeus cristãos como sendo “esferas opostas e irreduzíveis: os primeiros procurando permanecer o mais perto possível do que eram antes da conquista, os segundos demonizando e aldeando, assimilando e dominando” (POMPA, 2003: 21).

Assim como nos estudos de Herskovits, arqueólogos que pesquisaram sítios arqueológicos no contexto brasileiro (ORSER, 1992; FUNARI, 1999; ROWLANDS, 1999) utilizaram o modelo de sobrevivência cultural como base para a pesquisa do quilombo dos Palmares em Alagoas, privilegiando o estudo de traços culturais africanos na interpretação arqueológica.

Allen (2000) discute os problemas do uso dessas sobrevivências (no caso do estudo de quilombos, os africanismos) em contextos específicos, como na arqueologia desenvolvida na região serrana de Alagoas.

Ele aponta a extrapolação do modelo de ‘afrocentrismos’ aplicado ao estudo do quilombo dos Palmares, que resultou na invisibilidade histórica de outros grupos envolvidos no processo de formação histórica de Palmares, quando as abordagens tendem a homogeneizar os processos sociais e culturais a partir de traços culturais supostamente observados na cultura material (ALLEN, 2000).

A partir das pesquisas arqueológicas desenvolvidas na Serra da Barriga – AL, Allen (2010) chama a atenção dos arqueólogos para os problemas no uso de interpretação dos contextos materiais baseada nas sobrevivências culturais. Segundo o autor, a utilização dos artefatos como ‘portadores de culturas’ tem resultado na negação do estudo das complexidades envolvidas no processo do contato e na importância dos reflexos desses processos no registro arqueológico (ALLEN, 2010).

Em contextos arqueológicos que se formaram como resultado das missões e reduções jesuíticas no sul do Brasil, o estudo do contato pela arqueologia utiliza da aculturação a partir

de diagnósticos baseados na relação entre aspectos materiais adotados e a permanência de traços culturais originais de grupos indígenas associados aos Guarani históricos (SCHIAVETTO, 2003; PROUS, 1991).

Esses traços culturais originais no estudo de contextos Guarani remetem ao aparato tecnológico de culturas ‘pré-históricas’, apontado tanto pela arqueologia, quanto pela etnohistória da região. Nesses contextos a presença de artefatos ou tecnologia europeus é comumente tratada como resultado da introdução de elementos externos ou intrusivos à cultura originária de grupos Guarani. O estudo desses elementos tem sido utilizado com o objetivo de revelar o grau de aculturação a que foram submetidas as populações indígenas consideradas nesse contexto como culturas receptoras (SCHIAVETTO, 2003).

De acordo com Prous (1992) além da perda desse elemento, considerado simbólico e portador de elementos identitários das culturas estudadas – a pintura policroma – são ainda abordadas nesses estudos questões como a mudança da espacialidade e a abandono da tecnologia lítica, esse último como resultado da rápida substituição das ferramentas de ‘pedra’ pelos artefatos de metal, inseridos no Brasil após a conquista.

Tocchetto (1996) interpretou a continuidade de aspectos tecnológicos observados em vasilhames cerâmicos de grupos Guarani em contextos arqueológicos missionários como a atuação de persistências étnicas e fortalecimento das identidades indígenas no período colonial. Para tais explicações se baseou na ideia de que determinados elementos da cultura material são excelentes detentores dos significados simbólicos inerentes a esses grupos.

Assim, partindo de características estilísticas observadas na decoração pintada de vasilhames cerâmicos, considerou que esses elementos materiais enquanto marcadores de identidade étnica possuem uma estreita relação com a definição de uma identidade Guarani que se manteve apesar do estabelecimento de reduções e missões no Sul do país (TOCCHETTO, 1996).

Os elementos materiais caracterizados nessa pesquisa como influência direta de tradições tecnológicas europeias, como alças, asas e tampas, além da modificação de formas tradicionalmente produzidas por grupos Guarani registrados na etnografia dos séculos XVI e XVII, foram apontados nessa pesquisa como resultado de “intensos contatos étnicos entre índios e brancos” (TOCCHETTO, 1996: 78).

As interpretações de Tocchetto (1996) se basearam em resultados obtidos através do uso de metodologias baseadas em analogia etnográfica e abordagem histórica direta na reconstituição das técnicas de manufatura, uso e função dos vasilhames cerâmicos para compor um modelo dos modos de produção tradicionais desses grupos.

A larga utilização de abordagens restritivas baseadas em conceitos como a aculturação e a difusão tem gerado no Brasil a construção de modelos generalizantes de culturas para interpretar os contextos arqueológicos encontrados em sítios associados à Tradição Tupiguarani.

O uso desses modelos em contextos específicos como o do sítio Macaguá I produziu leituras homogeneizantes para tratar dos resultados da interação social de grupos indígenas no período do contato. Essas interpretações têm utilizado diagnósticos materiais baseados na manutenção ou alteração dos artefatos arqueológicos identificados nesses contextos. Como resultado dessas abordagens têm surgido narrativas materiais cuja ausência de fenômenos sociais e históricos complexos tendem a tratar a cultura material de grupos indígenas como um reflexo passivo de práticas culturais e sociais que se desenrolaram nesses contextos.

A partir dos problemas enumerados pelo uso de abordagens restritivas e modelos generalizantes que se apoiam em padrões de cultura material, quais as possibilidades que se traçam a partir do estudo de contextos de interação social e das mediações materiais que surgem das situações de contato para a compreensão do sítio Macaguá I?

#### 4.3 NOVOS OLHARES SOBRE MUDANÇA CULTURAL E CONTEXTOS DE INTERAÇÃO SOCIAL

Com a retomada dos estudos sobre sítios arqueológicos do período do contato nas Américas em meados da década de 1990 surgiram novas propostas para o estudo dos materiais arqueológicos envolvidos nesses contextos.

Esse retorno representou para a Arqueologia desenvolvida nas Américas não apenas o aumento das pesquisas de sítios de contato, mas também o uso de abordagens que consideram a atuação da subjetividade impressa na construção do discurso arqueológico para explicar as mudanças a partir de contextos materiais<sup>12</sup>.

Embora nem todos esses novos estudos considerem a atuação de um posicionamento político claro na construção do conhecimento arqueológico (TRIGGER, 2004), pode-se perceber na maioria dos casos a aplicação de metodologias e abordagens conceituais que explicitam a incerteza quanto à possibilidade de interpretações arqueológicas baseadas em evidências obtidas através de conclusões objetivas (JOHNSON, 2000).

---

<sup>12</sup> Ver Hodder, 1995

De acordo com as pesquisas de contextos arqueológicos produzidos do contato entre grupos sociais distintos segundo esse novo panorama, a aculturação enquanto modelo geral para explicar as mudanças materiais e culturais desses grupos não atende a todos os casos estudados. Assim, as interpretações arqueológicas baseadas nesse modelo para explicar como as sociedades tradicionais adotam materiais exógenos e outros aspectos da sociedade doadora são eficazes apenas em casos e contextos históricos e sociais específicos (STEIN, 2002).

Dessa forma Stein (2002) afirma que deve se considerar que não existiram encontros bi polarizados entre europeus e indígenas, mas esses encontros se deram entre grupos sociais variados para os quais estavam em jogo interesses de ambos os lados. Chamando a atenção dos arqueólogos e estudiosos de contextos de contato e interação social para essa variabilidade inerente aos grupos sociais que atuaram nessas situações Stein argumenta que na busca por explicações para esses contextos são necessários estudos mais aprofundados sobre os diferentes níveis e escalas nos quais se deu o contato.

Todavia, diferentemente de Watchel (1988), Stein (2002) não defende o uso de modelos baseados em classificações tipológicas para compreender os fenômenos do contato, ele ressalta que as classificações que surgem desses contextos vão variar de acordo com os interesses dos grupos sociais que vão atuar nesses espaços.

Segundo esse postulado de Stein, os estudos sobre o sítio Macaguá I (NOGUEIRA, 2011) deveriam ter se aprofundado na caracterização dos grupos sociais que atuaram nesse contexto, ultrapassando assim o uso das tipologias de materiais e a associação direta com categorias identitárias fixas como Tupinambá.

Portanto, partindo dessa prerrogativa para a investigação desse contexto específico deve-se considerar, além dos grupos sociais envolvidos nos encontros que resultaram na presença de artefatos europeus como as miçangas de vidro, os distintos interesses políticos que se impuseram na formação do sítio Macaguá I.

Contudo, quais são as possibilidades em se estudar o contexto arqueológico do sítio Macaguá I a partir da percepção da atuação de variados grupos sociais e seus distintos interesses?

Propusemos que além do uso das fontes materiais identificadas nesse sítio deve-se utilizar o contexto histórico e social impresso nos documentos secundários produzidos nesses espaços onde são percebidos vários atores sociais que contribuíram para a formação de uma materialidade específica.

Sobre a influência da atuação de fatores externos no processo do contato cultural, Stein (2002) considera que o modelo aculturativo adotado geralmente adotado em pesquisas

arqueológicas de contextos de interação social, ignora os fatores internos da sociedade na explicação do desenvolvimento e funcionamento de políticas complexas que irão atuar nos processos de contato.

Para ele, os princípios unidirecionais e eurocêntricos que norteiam o modelo aculturativo se baseiam num sistema de trocas assimétrico entre centro e periferia que resulta em explicações simplistas e interpretações reducionistas sobre a substituição rápida de artefatos e tecnologias.

Essa utilização do conceito de aculturação pensada no interior do modelo de sistemas mundiais (WALLERSTEIN, 1974) se baseia no pressuposto de que a periferia é responsável por prover matérias-primas para os centros produtores. Nesse modelo os centros produtores exercem o domínio político e econômico que estrutura a periferia, reforçando a ideologia de grupos passivos e culturas recipientes (STEIN, 1998).

A ausência de interação entre as culturas, nesse caso, fica marcada pela suposta supremacia dos interesses do núcleo dominante. Dessa forma, minimiza ou até mesmo elimina o papel das organizações políticas ou grupos sociais estruturados no interior das periferias (STEIN, 2002).

Segundo Stein (1998; 2002), o uso equivocado de modelos de aculturação e sistemas mundiais nos estudos do contato e da mudança cultural a partir de sítios arqueológicos tem servido ao fortalecimento de uma supremacia cultural dos centros dominantes, fazendo assim com que os grupos sociais que atuaram nesses contextos históricos desapareçam do discurso arqueológico.

Dessa forma Stein (2002) considera que esses tipos de abordagem sofreram uma influencia direta de discursos fundamentados em ideologias colonialistas para negar a construção de histórias de grupos sociais particulares que surgiram das situações coloniais.

De acordo com Said (1994) a propagação desses discursos de baseou na implantação de ideias imperialistas que surgiram nos fins do século XIX como uma nova forma de imprimir controle sobre as antigas colônias de países europeus e que foram utilizadas durante a formação dos Estados Nacionais como influencia na construção das identidades nacionais.

A Arqueologia nesse período teve seu grande impulso ligado à História e muitas das pesquisas desenvolvidas por arqueólogos foram realizadas com o objetivo de fortalecer esses ideais na construção de identidades nacionais a partir de símbolos e artefatos materiais usados para caracterizar as populações que deram origem às nações (TRIGGER, 2004).

Hall e Chase-Dunn (1993) tecem criticas sobre o uso do modelo de sistemas-mundo nos estudos arqueológicos sobre interação social e da mudança cultural. Esse modelo

desenvolvido por Wallerstein (1974) atribuiu à conformação do mundo moderno a partir do século XVI novas formas de organização baseadas no sistema econômico capitalista, que segundo o autor tornou-se um sistema global a partir dos finais do século XX.

Dessa forma, os subcomponente desse sistema não podem ser autônomos e colaboram com a manutenção do sistema maior do qual dependem essas outras unidades menores e suas respectivas estruturas sociais e seu funcionamento (WALLERSTEIN, 1974).

Logo, a relação de dependência entre esses componentes tem influenciado diretamente na percepção das relações entre centro e periferia fato que tem suas implicações na abordagem arqueológica da cultura material de grupos sociais periféricos (HALL, 1994).

Essa relação de dependência, segundo Hall (1994), contribui para a manutenção e desenvolvimento da ideia de subdesenvolvimento desses grupos e seus correlatos materiais amplamente utilizados em pesquisas arqueológicas nas Américas, o que demanda ainda de uma pressuposição da hegemonia cultural e material dos núcleos dominantes.

No que se refere à quebra da percepção da divisão social do trabalho, Stein (2002) propõe que a interação entre sociedades não está limitada apenas à sua capacidade de comercio e ao controle das guerras.

O uso de unidades estatais como a divisão social do trabalho, a capacidade de comercio e a regulamentação das guerras e conflitos possui uma relação íntima com a estruturação social das sociedades do passado. De acordo com essa concepção, grupos nômades ou sociedades individuais não oferecem potencial para os estudos sobre a mudança cultural e a interação social em contextos de contato, já que a estrutura social e econômica desses grupos, segundo o modelo de sistema-mundial, não permite que ocorram interações intersociais (HALL, 1994).

Stein (2002) argumenta ainda, para tal afirmação, que a interação percebida dentro desse sistema-mundo está ligada ao prestígio na troca de bens, na regulamentação da guerra, no simbolismo político e na política protecionista, que atuam como formas de regularização do contato que definem esse sistema.

Para tanto esse arqueólogo esclarece que é necessário realizar uma reformulação dos conceitos empregados nos estudos arqueológicos sobre a mudança cultural em sociedades individuais. A partir de um novo olhar arqueológico sobre esses contextos materiais passam a submergir agentes históricos que participaram diretamente do processo de interação, contribuindo assim para o fim da utilização de grupos monolíticos na construção da história das nações (STEIN, 2002).

Com isso podemos perceber que a escolha de sítios arqueológicos vinculados à Tradição Tupiguarani, como é o caso do Macaguá I, desde o PRONAPA na década de 1960, não tem sido arbitrária, já que esses grupos considerados sedentários ou semi-sedentários possuíam uma organização social cuja complexidade possibilitou a interação intersocial.

Dessa maneira, os estudos de contextos arqueológicos associados à Tradição Tupiguarani tem se apresentado para a arqueologia brasileira, desde então, como uma possibilidade em potencial para a compreensão e explicação da mudança cultural e seus reflexos na cultura material dos grupos indígenas mediante os encontros com outros grupos e sociedades.

Isso refletiu diretamente nos estudos de Nogueira (2011) para explicar as mudanças ocorridas no contexto arqueológico do sítio Macaguá I, quando a mesma utiliza a modificação dos artefatos cerâmicos e do padrão de assentamento desses grupos na atribuição de transformações decorrentes de fenômenos econômicos que impulsionaram a mudança cultural, o processo migratório e a dispersão desses grupos pelo semiárido do Nordeste.

Contudo, para que o estudo arqueológico ultrapasse o foco de culturas espacialmente dispersas e as suas relações com o ambiente físico (muito comum entre as arqueologias de influencia ecológico-cultural nos estudos da Tradição Tupiguarani), é importante ultrapassar os processos de mudança derivados exclusivamente de processos estritamente econômicos para que seja possível observar como a atuação de situações de interação social influenciou nas escolhas e mudanças sociais e culturais observadas a partir da cultura material (SCHORTMAN; URBAN, 1994).

Para Schortman (1989) grande parte dos problemas enfrentados no estudo arqueológico de contextos produzidos de sociedades em contato demanda de uma grande carência de instrumentos conceituais que possam ser utilizados adequadamente ao estudo da interação social e seus correspondentes materiais.

Na tentativa de minimizar problemas desse tipo no estudo de contextos de interação Schortman (1989) evoca o uso do conceito de identidade social, na tentativa de exceder as abordagens evolutivas da cultura, muito em voga após a década de 1960, dando voz aos processos de mudança social local.

Para tal postulado o autor conclui que os modelos construídos para o estudo da interação social concordam que as sociedades raramente ou nunca estão isoladas e que a sua evolução não pode ser entendida sem o estudo da interação. Para ele, o uso de referenciais teóricos e conceituais apropriados a esses contextos serve para separar as observações

significativas das observações insignificantes na busca pela interação entre sociedades (SCHORTMAN, 1989).

O uso de determinismos tecno ambientais na arqueologia brasileira, e particularmente nos estudos da Tradição Tupiguarani, se baseou nos modelos ecológico-culturais defendidos por White (1969) e Steward (1948). A partir desses modelos a mudança cultural e social é percebida como produto direto das relações entre sistemas de produção e ambientes físicos. Dessa maneira o uso do conceito de adaptação aparece nesses estudos (SENA, 2007; NOGUEIRA, 2011) como fator de importância causal primária para determinar os resultados da mudança cultural observada em artefatos modificados.

Já o uso do evolucionismo na arqueologia para explicar as modificações materiais percebidas em contextos de interação social corrobora com a ideia de que a mudança cultural está sujeita a leis gerais de comportamento humano (BINFORD, 1962), se apoiando na passagem fortuita de traços e complexos de traços culturais.

Sendo assim, ambos os referenciais teóricos da ecologia cultural e do evolucionismo não se interessam pelo estudo causal da atuação de fenômenos e estruturas sociais no processo de interação, ou mesmo da possibilidade da cultura material ter sido pensada e usada como um dos interlocutores em eventos históricos particulares, incorrendo assim na construção de artefatos passivos (HODDER, 1995).

Com o objetivo de minimizar os danos causados por ambas as abordagens na arqueologia da mudança cultural, Schortman (1989) estabelece um novo quadro conceitual e teórico que considera mais adequado aos estudos da interação. Baseado no uso de conceitos como o de identidades sociais considera que não se devem tratar as unidades populacionais de maneira isolada.

Na sua abordagem da interação a partir das identidades sociais, o autor parte da premissa de que “toda a interação humana, intra e intersocial é realizada em termos de categorias culturais estabelecidas ao qual estão ligadas específicas expectativas comportamentais (tradução da autora)” (SCHORTMAN, 1989).

Assim, “categorias aceitas e culturalmente definidas guiam os comportamentos interpessoais e são simbolizados por pistas distintas que compõem as Identidades Sociais (grifo nosso, tradução da autora)” (SCHORTMAN, 1989).

Essas identidades sociais possuem características de mutabilidade e podem ser utilizadas ainda de forma estratégica pelos grupos de indivíduos a fim de promover interesses próprios (NAGATA, 1974).

Para o reconhecimento arqueológico dessas categorias identitárias Schortman (1989) propõe que no estudo da materialidade envolvida no contato existe uma potencialidade que nem sempre será traduzida em todos os tipos de registro material, sendo empregadas apenas algumas classes de materiais que simbolizam ou refletem a identidade social.

Na divisão que ele faz das categorias materiais: tecnológico; ideológico; social e proxêmico, as três últimas categorias operam na esfera comportamental dos grupos sociais, podendo assim indicar a formação das identidades sociais.

A categoria tecnológica, segundo Schortman, nasce de preocupações puramente ecológicas e não de uma identidade social formada ou criada. Para que a identidade social possa ser percebida num determinado contexto arqueológico, argumenta que se deve dar ênfase em associações consistentes dos materiais que atuam na esfera comportamental (SCHORTMAN, 1989).

Logo, o estudo estritamente tecnológico e tipológico da cerâmica arqueológica não seria capaz de caracterizar essas identidades sociais em contextos de interação. Todavia, estudos da Tradição Tupiguarani permanecem se apoiando na descrição de elementos técnicos desse tipo de artefato para atribuir categorias identitárias aos grupos que produziram ou utilizaram tais bens identificados em contextos arqueológicos (ZUSE; MILDER, 2008; BUARQUE, 2010).

Em alguns desses estudos, a percepção de uma rápida modificação material tem conduzido interpretações sobre a mudança cultural em curto prazo, principalmente em contextos históricos e sociais onde os contatos com europeus foram contínuos, como as situações de missionamento e redução de grupos indígenas no Sul do país (SCCHIAVETTO, 2003; ZUSE; MILDER, 2008).

#### 4.4 O USO DE ABORDAGENS CONTEXTUAIS NA ARQUEOLOGIA DE CONTATO E DA MUDANÇA CULTURAL

A percepção da mudança a ‘longo prazo’ e até mesmo a variabilidade expressa nas múltiplas dimensões das experiências indígenas, são destacadas como sendo primordiais na interpretação arqueológica das situações de contato, considerando as formas e os processos heterogêneos do colonialismo que atuam nesses contextos (SILLIMAN, 2005).

As pesquisas se estendem até a arqueologia do contato e da mudança cultural desenvolvida no Nordeste do Brasil com o estudo da diáspora africana nas Américas,

principalmente no estado de Alagoas, com o estudo do Quilombo dos Palmares (ALLEN, 2000).

A inserção do conceito de etnogênese, na abordagem teórica dos sítios arqueológicos encontrados na Serra da Barriga, lançou novas possibilidades para os encontros coloniais e trazem à luz da História e da Arqueologia grupos que foram subordinados pelas abordagens tradicionais (ALLEN, 2000).

A visibilidade dada a esses grupos possibilitou, assim, o retorno das pesquisas em sítios arqueológicos com indícios materiais de culturas envolvidas no processo do contato e interação social (ALLEN, 2010).

O retorno de estudos sobre o contato e a mudança cultural, impulsionados por Allen (2010), possibilitou a construção de uma releitura do contexto arqueológico do sítio Macaguá I.

Essas novas possibilidades interpretativas na arqueologia brasileira caminham juntamente com o estudo da cultura material e das mediações que nascem de contextos de interação social no período colonial do Nordeste.

Esse percurso está marcado ainda, por novas abordagens metodológicas contextuais nas quais a adoção de métodos e técnicas apropriados aos contextos específicos promove a extensão das análises arqueológicas para outros tipos de artefatos além da cerâmica, assim como a inserção de um contexto arqueológico mais amplo, no qual a materialidade da cultura também pode ser expressa.

Estudos acerca da mudança cultural envolvida no processo do contato entre grupos sociais distintos têm utilizado a tecnologia lítica inserida no contexto desses sítios, como mais um indicador da cultura dos grupos sociais envolvidos no contato (RODRÍGUEZ-ALEGRÍA, 2008).

Ultrapassando a ideologia do colonialismo apoiada, no que diz respeito à arqueologia, na ideia da substituição de tecnologia com base no estabelecimento de estágios tecnológicos e culturais (THOMSEN, 1848 *apud* TRIGGER, 2004; STEWARD, 1948; WILLEY; PHILLIPS, 1955), essas pesquisas arqueológicas criticam o uso de reducionismos e a adoção de artefatos portadores de cultura na Arqueologia do Contato e da Mudança Cultural.

Segundo Rodríguez-Alegría (2008) a ausência do estudo de determinados tipos de artefatos produzidos em período histórico, como ocorre com o material lítico do sítio Macaguá I no estudo de Nogueira (2011), é marcada pela construção do discurso de rápida substituição da cultura material indígena por artefatos europeus.

Assim como a inserção de artefatos líticos, esses estudos se desdobram em novas abordagens interpretativas para explicar o contexto arqueológico histórico. Assim constroem uma relação dialética entre a história e a pré-história dos grupos indígenas, abrindo novos caminhos para o estudo do período da conquista europeia do território americano (BAMFORTH, 1993; LIGHTFOOT, 1995).

No estudo de Rodriguez-Alegria (2008) sobre o contexto arqueológico de populações que ocuparam Xatolcan durante o período de conquista e colonização do México, é demonstrado como as narrativas colonialistas sobre a rápida substituição da indústria lítica por metais trazidos por europeus não foram suficientes para explicar as mudanças materiais ocorridas nesse contexto histórico específico.

Nesse contexto arqueológico o arqueólogo perceber que a produção de artefatos líticos pelas populações de Xaltocan aumentou consideravelmente no período pós-conquista espanhola. Isso se deu principalmente com a retomada de tecnologias que foram abandonadas por essas populações no período em que estavam sob a conquista do Império Asteca (RODRIGUEZ-ALEGRIA, 2008).

Nos estratos arqueológicos datados do período pós-conquista revelou-se uma grande arsenal de artefatos líticos lascados, diferentemente do que ocorreu em camadas anteriores que correspondiam à ocupação Asteca da região de Xatolcan.

Dessa forma, é possível perceber que o discurso da rápida substituição de tecnologia lítica de grupos indígenas por indústrias de metal trazidas às Américas por europeus durante o período colonial não comporta uma explicação geral que possa ser aplicada no estudo de contextos arqueológicos de interação social e do contato. Isso demonstra que leituras generalizantes baseadas nesse discurso possuem grandes limitações para o estudo de situações históricas específicas.

Com isso a distância colocada pela arqueologia desenvolvida na América do Sul entre pré-história e história, mediada pela identificação de determinados tipos de artefatos, como os marcadores culturais, se mostra insatisfatória para o estudo de sítios arqueológicos como o contexto do Macaguá I.

Igualmente, a categorização de sítios com materiais considerados tecnologia pretérita, incluídos na pré-história, não satisfaz à análise arqueológica das culturas do passado, visto que essas tecnologias perpassam os limites impostos pela periodização pré-história/história.

Juntamente com a interpretação arqueológica, as metodologias aplicadas nas análises desses sítios, geralmente direcionadas ao estudo da pré-história americana, tanto nas pesquisas

de campo quanto nas de laboratório, devem ser reavaliadas, para que seja possível a inserção dos mesmos na formação histórica do Brasil.

Todavia nas pesquisas arqueológicas de sítios de contato desenvolvidas no contexto brasileiro têm sido comumente utilizados discursos obtidos da leitura de fontes secundárias escritas nos primeiros séculos da conquista e colonização do país que foram exemplificados anteriormente, principalmente no que se refere aos contextos de grupos indígenas falantes do tronco linguístico Tupi-Guarani.

Mesmo que, textualmente implícitos, esses discursos permeiam a adoção de metodologias específicas no estudo de contextos materiais do contato, assim como influenciam na escolha de categorias de artefatos específicas para a realização de análises arqueológicas, fortalecendo a ideia de identidades monolíticas em favor da negação de uma diversidade social e cultural que possa, porventura, estar expressa nesses relatos.

Todavia, reconhecendo o papel desse diálogo entre as fontes secundárias e os contextos materiais na construção de um passado presente, de uma releitura, entre tantas outras, não excludo as possibilidades que dele possam ser lançadas.

#### 4.5 POSSIBILIDADES PARA O ESTUDO DO CONTEXTO ARQUEOLÓGICO DO SÍTIO MACAGUÁ I

Como vimos nas discussões sobre os modelos e abordagens conceituais e teóricas os artefatos de procedência europeia, isoladamente, não são suficientes para explicar a materialidade que submerge das situações sociais e históricas específicas do contato. Dessa maneira foi necessário desenvolver um estudo que abarcasse fenômenos e processos culturais e sociais que atuam em contextos do contato.

A partir da verificação das miçangas de vidro no contexto das manchas pode-se confirmar que o contexto arqueológico escavado tratava-se de um sítio arqueológico histórico. A possibilidade do contato mediado pela evidencia de artefatos não indígenas e indígenas estabeleceu uma problemática para a presente pesquisa que ultrapassa a questão da presença de europeus nesse espaço histórico.

Já que os artefatos não indígenas aparecem nesse contexto em uma quantidade inferior ao dos artefatos indígenas, outras possibilidades foram construídas para o estudo do sítio Macaguá I.

Com isso, as possibilidades interpretativas para esse contexto ultrapassaram o problema do estabelecimento de um corte cronológico para esse sítio arqueológico.

No estudo da materialidade do contato presente no contexto arqueológico do sítio Macaguá I foi necessária uma investigação arqueológica que pudesse contemplar como os fatores sociais e históricos que abrangeram os grupos sociais envolvidos na situação do contato atuaram sobre a esfera material.

Dentre os elementos que atuam em processos de interação entre sociedades estão a espacialidade assim como a vida social dos artefatos em contexto, ultrapassando assim os limites de explicações econômicas baseadas exclusivamente no estudo de tecnologias de produção.

Para que pudessemos alcançar a materialidade do contato mediante esse contexto arqueológico foi necessário adotar uma metodologia que compreendesse contextualmente os artefatos produzidos, tanto no Nordeste quanto na Europa, por diferentes grupos sociais. Assim com o uso da abordagem hermenêutica (HODDER, 1986) se tornaria possível alcançar uma leitura dos espaços que surgiram das redes sociais que se formaram durante os séculos XVI e XVII no semiárido Potiguar.

Considerando o contexto material evidenciado no sítio arqueológico Macaguá I é factível que uma dessas possibilidades levantadas seja a conformação de uma materialidade indígena, cujos processos históricos e sociais do contato mediaram situações de interação entre grupos indígenas que por motivos políticos, sociais e econômicos particulares promoveram e mantiveram relações sociais.

A identificação de contextos específicos (manchas) com características particulares (dimensões e configuração das manchas) associados às características presentes nos artefatos estudados também foram importantes para construir uma nova possibilidade para o estudo da materialidade. Essa nova possibilidade condiz com a percepção da construção de novos espaços utilizados pelos grupos indígenas. Espaços esses que não se inserem nos modelos de sítios considerados no padrão de assentamento Tupiguarani. Logo, a formação desses espaços não pode ser explicada pelas abordagens clássicas no estudo de sítios associados à tradição Tupiguarani.

Para tanto foi necessário considerar outras formas sociais e processos históricos atuantes na formação desse espaço específico. Assim, consideramos que o contexto arqueológico identificado no sítio Macaguá I pode ter sido resultado da formação de um sítio de uso restrito, que não necessariamente atendia à todas as atividades que compõem o estabelecimento de uma aldeia.

Considerando essa possibilidade, o discurso arqueológico da rápida substituição de tecnologias indígenas para explicar contextos materiais do contato não é suficiente para interpretar a materialidade tal qual é observada no sítio Macaguá I.

O desafio aqui proposto foi o de utilizar o registro arqueológico para a resolução de problemas claramente antropológicos, fugindo dos quadros homogeneizantes da aculturação e da difusão e das proposições de caráter degenerativo no estudo de populações indígenas históricas.

No estudo da espacialidade desse sítio, consideramos a sua expressão na materialidade da cultura, nas escolhas de grupos sociais e ainda no uso de artefatos. Sendo assim, se tornou imprescindível que esses dados fossem revistos, fato que pode proporcionar a construção de análises arqueológicas mais precisas e melhor aplicadas ao estudo tanto de artefatos quanto de vestígios (manchas).

Entretanto não pretendemos com a investigação dessas possibilidades, estabelecer tipologias de artefatos ou padrões culturais que imprimam categorias identitárias para os grupos sociais que atuaram nos espaços ocupados na Serra de Santana.

Consideramos ainda como evidências arqueológicas na verificação dessas possibilidades a atuação de dinâmicas sociais e históricas específicas do processo de conquista e colonização do Nordeste na configuração dos conjuntos materiais e da espacialidade registrados nesse contexto.

Pretendemos também considerar, a partir das fontes etnohistóricas, processos históricos como dinâmicas de mobilidade territorial que imprimiram, porventura, nos artefatos, indícios mesmo que sutis, da sua atuação na construção do diálogo entre grupos sociais distintos e suas complexas redes de negociação. Dessa forma, pretendemos evitar o uso de generalizações culturais a fim de minimizar os problemas enfrentados na identificação de particularidades observadas nesse contexto material.

Para que pudéssemos reconsiderar a materialidade do contato representada pelo contexto arqueológico do sítio Macaguá I foi importante considerar outras classes de artefatos como os materiais líticos e as miçangas de vidro identificados nesse contexto.

Tentar estender as leituras de contextos de interação para além do uso de correlatos materiais apoiados em discursos construídos para períodos pré-históricos e suas materialidades é ao mesmo tempo um exercício de (re)construção da História de populações tradicionais através de seus legados materiais.

Como trato aqui de um contexto particular – o do sítio Macaguá I – por mais que as discussões teóricas e modelos conceituais permeiem outros tempos e espaços construídos do

contato, é importante colocar o que informam as fontes etno históricas dos séculos XVI e XVII sobre os eventos históricos vivenciados pelos grupos de indígenas que presenciaram esse momento da construção do Nordeste do Brasil, e mais especificamente da Microrregião de Serra de Santana, local aonde contextos semelhantes ao desse sítio vem sendo identificados.

Nas fontes etnohistóricas que tratam desses contextos, temos um quadro de dinâmicas históricas e processos sociais. A leitura dessas fontes forneceu subsídios para que pudéssemos alcançar evidências utilizadas na construção da interpretação arqueológica da materialidade do contato no sítio Macaguá I segundo as possibilidades levantadas.

Assim, o que nos informam os relatos de cronistas e viajantes acerca do modo de vida das populações indígenas do semiárido Potiguar em períodos históricos?

O isolamento social e cultural expresso nos discursos arqueológicos que tratam da rápida substituição de cultura material indígena por artefatos e tecnologia europeia também pode ser percebido nesses textos e contextos?

A fim de responder essas questões farei uso de fontes secundárias nas linhas que se seguem no próximo capítulo.

## 5 O QUE NOS CONTA A ETNOHISTÓRIA?

Segundo a História Tradicional os primeiros impactos da colonização europeia deram-se na costa litorânea durante a primeira metade do século XVI. Segundo essa concepção as áreas interioranas do Nordeste, teriam sofrido os impactos da colonização apenas nos séculos seguintes com as entradas e bandeiras (HOLANDA, 2002).

Todavia em períodos anteriores a essa data tem-se o relato de pequenas incursões de cronistas e viajantes que registraram um pouco do modo de vida dos grupos indígenas que ali habitavam (BARO, 1979; BARLEUS, 1980).

Nesses relatos de viagem é possível perceber algumas características culturais desses grupos, embora os escritos estejam imbuídos de uma visão de mundo europeia com relatos que demonstram as relações de alteridade estabelecidas a partir desses encontros (TODOROV, 1983).

Nesse período foram registrados no Nordeste grupos que falavam o Tupi, outros que falavam línguas do tronco Macro-Jê, e grupos que falavam línguas isoladas que nessa época não foram filiadas a nenhum tronco linguístico em comum (RODRIGUES, 1964; MEDEIROS, 2008).

Segundo a historiografia, durante o século XVI, o Rio Grande do Norte era povoado por grupos indígenas falantes de dois grandes troncos linguísticos, o Tupi e o Macro-Jê (MEDEIROS, 2008; MACEDO, 2007).

Os grupos falantes do Tupi, habitantes das terras costeiras do Rio Grande do Norte foram denominados de Potiguara, enquanto nas áreas mais interioranas do estado, nos sertões, viviam grupos indígenas que falavam línguas do tronco Macro-Jê (MEDEIROS, 2008; POMPA, 2003; MACEDO, 2007).

Os grupos indígenas que ocupavam os sertões, assim como outros grupos não-Tupi, ficaram conhecidos pela denominação de Tapuia. Essa categoria de classificação das culturas indígenas foi estabelecida segundo os interesses políticos tanto dos colonizadores quanto dos próprios indígenas que utilizavam outras designações para se referir aos grupos inimigos (MEDEIROS, 2008; POMPA, 2003).

Com as alianças estabelecidas com grupos Tupi que ocupavam o litoral, logo essa designação passou a ser uma referencia generalista utilizada também pelos colonos para indicar a ausência de relações com determinados grupos indígenas com os quais não possuíam acordos ou alianças (MEDEIROS, 2008).

A região do semiárido do Rio Grande do Norte logo ficou conhecida historicamente como uma área em que dominavam grupos não-Tupi, assim designados de Tapuia (URBAN, 1992).

Dessa forma o uso do termo Tapuia foi empregado para identificar uma enorme quantidade de etnias que ali viviam, resultando assim numa classificação que tendeu a homogeneizar diferentes manifestações culturais que porventura ocupavam esses espaços.

Em crônicas e diários de viagens produzidos no período das investidas holandesas de conquista dos territórios do Nordeste, percebe-se a inclusão de novas designações para se referir a determinados grupos que ocupavam o sertão do Rio Grande do Norte.

Nesses espaços, alguns grupos indígenas falantes de línguas do tronco Macro-Jê ficaram historicamente conhecidos sob a designação de Tarairiú. Apesar de se autodenominarem “*Otschikayaynoé*” em Macro-Jê, esses grupos foram registrados em documentos de cronistas e viajantes que adentraram os sertões do Seridó como populações Tarairiú. A forte adoção do termo Tarairiú remete a uma das características do modo de vida dessa população, que por se alimentarem de peixes comumente encontrados nos rios da região receberam essa identificação que em Tupi significa ‘comedores de traíra’(TEENSMA, 1997 *apud* MACEDO, 2007).

Embora não se saiba muito acerca da organização social dos grupos indígenas que habitavam o semiárido do Nordeste, alguns estudiosos do período consideram que era dividida em várias unidades sociais, que poderiam ser aliadas ou mesmo inimigas (ABREU, 1998; SILVA, 2003, MEDEIROS, 2008).

Segundo Abreu (1998) e Silva (2003) a dinâmica das relações sociais estabelecidas entre essas unidades dependia também da atuação dos contextos históricos onde situações de conflitos, guerras e casamentos funcionavam como mediadores de alianças e conflitos.

Na documentação histórica do período holandês os grupos que vão se formar desses contextos que mais foram retratados nas fontes secundárias são: Canindé, Jenipapo, Sucuru, Javó, Janduí, Pega, Panati, Ariú e Paiacú (ABREU, 1998; SILVA, 2003; MACEDO, 2007).

No período da conquista holandesa no Nordeste do Brasil, com as primeiras invasões em território pernambucano, foram enviados vários corsários e representantes da Companhia das Índias Ocidentais, a *West-Indische Compagnie* (W. I. C.), no interesse de reconhecer os territórios e os povos do Nordeste. O principal objetivo dessas incursões era obter informações sobre os recursos naturais que aquela região oferecia assim como informações sobre os grupos indígenas do sertão, pouco conhecidos até então, com a finalidade de inseri-los dentro de um projeto colonizador (POMPA, 2003).

Durante as incursões da primeira metade do século XVII, cronistas, viajantes e corsários holandeses adentraram os sertões do Rio Grande do Norte, avaliando o potencial da região em oferecer matérias-primas, como metais e pedras preciosas, para fortalecer o comércio internacional apoiado pelas práticas mercantilistas (MEDEIROS, 2008).

Nesse ‘adentramento’ para os sertões potiguares, grupos de europeus e seus aliados (indígenas) entraram em contato direto com as populações indígenas que iam encontrando pelos caminhos traçados em mapas da época.

Todavia, para que essas incursões fossem bem sucedidas era fundamental estabelecer relações de alianças com as populações indígenas, o que na prática poderia impulsionar o estabelecimento da colônia, assim como o sucesso dos empreendimentos e investimentos da *W. I. C.* no Nordeste do Brasil (POMPA, 2003; HOLANDA, 2002).

Como os primeiros acordos e alianças entre indígenas e europeus se deram com as investidas portuguesas no Nordeste do século XVI, os holandeses inicialmente seguiram os mesmos modelos dos acordos entre grupos Tupi e portugueses na tentativa de obter aliados entre os grupos indígenas que ocupavam os sertões.

Nesses encontros era uma prática comum trocar objetos e outras mercadorias durante a chegada em aldeias e malocas, ou até mesmo durante a passagem por territórios dominados por grupos indígenas. Assim os europeus e seus aliados levavam consigo artigos materiais para serem trocados por outras mercadorias oferecidas pelos indígenas. Dentre esses objetos, artefatos como miçangas e espelhos tinham uma boa aceitação entre os indígenas (HOLANDA, 2002).

É nesse ínterim que as miçangas surgem como protagonistas de uma história material que vai ser narrada séculos depois, com a descoberta desses artefatos em contextos arqueológicos do semiárido do Rio Grande do Norte.

Entretanto, esses eventos não podem ser usados como prerrogativa para afirmações falseadas de que esses artefatos foram obtidos exclusivamente, por contato direto entre indígenas e europeus. Artefatos desse tipo podem ter sido obtidos também por trocas ocasionadas pela interação social com outros grupos indígenas.

Não se pode negar, portanto, que a circulação desses bens foi produzida por uma rede de relações sociais que se deram num contexto promovido por processos históricos particulares. Assim, os espaços em que esses artefatos se apresentam podem representar contextos históricos que resultaram de situações de interação social.

Dessa forma, o uso dessas miçangas como marcadores cronológicos em contextos semelhantes ao do sítio Macaguá I constitui uma nova possibilidade para a construção de

interpretações para explicar a formação de sítios arqueológicos em que as mesmas aparecem em conjunto com artefatos de tecnologia indígena.

Todavia o estudo desses artefatos isoladamente não é suficiente para explicar os fenômenos sociais e históricos que podem ter promovido a realidade material identificada no contexto arqueológico do sítio Macaguá I.

As análises de fontes secundárias que tratam do contexto da ocupação da Serra de Santana podem revelar dinâmicas sociais que foram ofuscadas durante a construção de sínteses históricas para explicar a formação dessa região.

No entanto é necessário lembrar que o uso isolado das fontes secundárias possui certas limitações tais quais ocorrem com as análises de categorias de artefatos independentes. Uma das limitações impostas por essas fontes é que as mesmas são fruto de narrativas construídas no período colonial. Sendo assim é importante que se considere a inserção de discursos políticos, sociais e históricos na construção nessas narrativas.

## 5.1 RECONHECENDO IDENTIDADES EM CRÔNICAS E OUTRAS HISTÓRIAS

Um dos documentos históricos que tratam desse momento, no sertão do Rio Grande do Norte, é a obra de Roloux Baro, datada de 1647. No seu diário de memórias Baro relata sua viagem ao ‘País dos Tapuias’, desde a sua saída do litoral potiguar, a sua passagem pela atual Serra de Santana, até a sua chegada e permanência no território dominado pelos Tarairiú.

Segundo Macedo (2007) a partir desse diário é possível enumerar os locais visitados, assim como os seus habitantes e realizar aproximações geográficas com regiões conhecidas atualmente com outros topônimos.

Em algumas localidades, a passagem rápida do cronista não traz informações detalhadas de costumes, práticas e organização social dos grupos indígenas contatados. Todavia, a narrativa que se desenrola com o decorrer da viagem de Baro ao semiárido do Rio Grande do Norte, pode trazer dados relevantes para a contextualização histórica de sítios arqueológicos e seus respectivos artefatos recuperados em escavações.

Com este documento, que registrou características que remetem ao modo de vida e organização social de grupos indígenas que ocuparam as áreas do semiárido, principalmente os grupos Tarairiú (a partir de suas atividades diárias como caça e pesca, além de rituais descritos), surge a possibilidade de reconstruir historicamente os espaços e territórios ocupados por esses indígenas do Nordeste brasileiro (MACEDO, 2007).

A delimitação dos territórios dominados pelos Tarairiú, a partir de análises dessa fonte histórica, se baseou na descrição dos deslocamentos dos grupos indígenas ao longo do ano e das estações secas e chuvosas que acompanham a trajetória do cotidiano dessas populações, assim como suas alianças e conflitos com outras tribos indígenas.

Dessa forma Macedo (2007) afirma que é possível compreender os lugares e paisagens humanas, delimitados pelas práticas sociais desses indígenas que se entrecruzavam na intersecção de três espaços e momentos específicos.

O primeiro espaço consiste no vale do Rio Açu, descrito como uma área central do território ocupado por grupos Tarairiú. Segundo Macedo (2007) era nessa área onde se concentravam vários grupos durante os períodos de estiagem.

Outro espaço delimitado pelo território desses grupos indígenas se dava na Ribeira do Açu. Nos períodos chuvosos, essa região se transformava numa área alagadiça, o que pode ter sido considerada imprópria, pelos indígenas, para a construção das moradias. Nesse mesmo período do ano os grupos Tarairiú se dispersavam em direção aos acampamentos de inverno. Esses acampamentos de inverno, segundo essa interpretação histórica do diário de Baro eram estabelecidos nas ribeiras dos rios Acauã e Seridó.

É importante ressaltar que os espaços delimitados pelas ribeiras dos rios Seridó e Acauã correspondem à região onde se localiza a Serra de Santana. As características topográficas dessa região, com altitudes elevadas e relevo plano, pode ter influenciado a caracterização do território Tarairiú realizada no estudo de Macedo (2007).

Como Baro descreve a presença constante de movimentos migratórios entre os Tarairiú, inclusive para áreas litorâneas, Macedo (2007) considera que os espaços dominados por esses grupos ultrapassavam os limites do semiárido do Rio Grande do Norte. Esse autor considera que havia migrações anuais desses grupos para o litoral no período da safra de caju.

Durante esses movimentos migratórios Macedo (2007) destaca a possibilidade de situações que promoveram encontros entre indígenas de grupos distintos, produzidos pela característica mobilidade desses povos pelos espaços que compreendem desde o sertão até o litoral.

De acordo com Teensma (1997 *apud* MACEDO, 2007) em alguns trechos da obra de Baro é possível identificar durante essas migrações para o litoral, o estabelecimento de conflitos gerados pela presença de grupos Tarairiú em territórios dominados por grupos Tupi, designados historicamente de Potiguar, que ocupavam a faixa litorânea do Rio Grande do Norte.

Assim, é possível que alianças e acordos também fossem formados durante esses períodos entre grupos Tarairiú e grupos Tupi.

Outro cronista desse período, Herckmans (1635 a 1639), em visita a Paraíba, narrou as relações de vizinhança entre os Tapuia do sertão e os Brasileiros (nome genérico dado pelos europeus do período colonial, aos grupos indígenas falantes do Tupi e aos grupos indígenas com quem possuíam acordos e alianças) do Litoral paraibano.

Borges (2010) tem utilizado esses indicadores no estudo de sítios arqueológicos da região do Seridó para demonstrar que a mobilidade territorial desses grupos pode ter sido promovida por dinâmicas sociais e culturais que antecedem o período histórico da colonização do Nordeste do Brasil. Com isso, atribui aos grupos Tarairiú históricos uma identidade cultural e social formada em períodos pré-históricos.

Segundo as análises de Borges (2010) a mobilidade dos Tarairiú registrada em fontes secundárias faz parte de uma tradição que se manteve inalterada desde períodos remotos, resultando em um padrão de assentamento que pode observado em contextos arqueológicos pré-históricos identificados na região do Seridó.

Esse tipo de abordagem corrobora com uma concepção normativa da cultura, que se apoia no estabelecimento de padrões culturais generalizantes, baseados em correlatos materiais, para explicar o comportamento social e cultural de grupos indígenas.

A interpretação dos contextos arqueológicos estudados por Borges (2010) sugere que os contextos históricos e sociais pouco ou nada influenciam na construção das identidades que foram registradas nas fontes secundárias dos séculos XVI e XVII.

Através de estudos como esse é perceptível que a arqueologia desenvolvida no Nordeste do Brasil tem corroborado para fortalecer a ideia de que as persistências materiais percebidas nos padrões identificados em contextos arqueológicos estão diretamente ligadas a uma continuidade histórica e cultural.

Por outro lado, a observação de alterações nesses padrões tem sido explicada por discontinuidades percebidas no interior das tradições arqueológicas, as quais resultaram na desagregação de valores sociais e culturais originais decorrentes de fatores internos ou externos à cultura dos grupos estudados (ZUSE; MILDNER, 2008).

De acordo com Willey (1953) a aplicação de abordagens históricas diretas em pesquisas arqueológicas resulta de embasamentos teóricos para os quais se pressupõem a existência da continuidade cultural observável a partir da descrição de tipos ou unidades arqueológicas.

Arqueólogos brasileiros (PRONAPA, 1969; BROCHADO; LA SALVIA, 1989; SCATAMACCHIA, 1990; SCHMITZ, 1999; BUARQUE, 2009) tem utilizado tais preceitos na formulação e caracterização de tradições e fases culturais para explicar a mudança cultural em contextos arqueológicos de grupos ceramistas, principalmente no que se refere à Tradição Tupiguarani (DIAS, 2007).

O uso de metodologias baseadas em abordagem histórica direta, semelhantes aos estudos de Borges (2010), para atribuir identidade a contextos materiais tem recebido fortes críticas desde a década de 1960, no estudo de grupos e culturas do passado (BINFORD, 1962; HODDER, 1978; LYMAN; O'BRIAN, 2001).

Essas críticas reiteram que o uso desse tipo de analogia na arqueologia pode resultar em categorias identitárias estáticas para grupos do passado utilizadas na construção de 'marcadores étnicos' aplicados para conferir *status* étnicos a sítios e regiões (JONES, 1997; 2005).

Jones (2005) afirma que a busca por correlatos materiais de grupos historicamente conhecidos tem desconsiderado a natureza subjetiva das fontes secundárias. Segundo a autora, o problema da interação entre documentos históricos e contextos arqueológicos para a atribuição de etnicidade consiste na concepção de uma objetividade inerente tanto aos dados arqueológicos quanto aos históricos.

Para tal, arqueólogos que utilizam esse tipo de abordagem se baseiam na suposição de que existem relações fixas estabelecidas entre estilos particulares de cultura material e uma determinada identidade (JONES, 1997).

Partindo dessas observações Jones (2005) alerta sobre construção de categorias identitárias transpostas de textos históricos, para as quais se ignora a complexidade de dinâmicas sociais que podem ter propiciado a formação de novas identidades a partir de contextos históricos e sociais específicos.

Portanto, as análises das fontes secundárias produzidas de documentos escritos durante o século XVII o semiárido do Rio Grande do Norte se concentraram na leitura de discursos produzidos de contextos históricos e sociais vivenciados no período colonial. Assim, nessas leituras não foram utilizadas analogias com o objetivo de correlacionar identidades de grupos históricos percebidas nessa documentação com os contextos materiais identificados na Serra de Santana.

Todavia, o sítio Macaguá I tem se apresentado como uma nova possibilidade para o estudo de contextos de interação social na Serra de Santana. Dessa forma, não podemos ignorar que a contraposição de vestígios arqueológicos e vestígios documentais se apresenta

como um caminho possível para a construção dialética do conhecimento arqueológico, que pode ser útil no exercício da compreensão de um contexto que não é nem definitivo, nem absoluto.

## 5.2 DIALOGANDO COM CONTEXTOS SOCIAIS E HISTÓRICOS EM FONTES SECUNDÁRIAS

Durante os séculos de conquista e colonização do território brasileiro processos sociais e históricos específicos promoveram a formação de contextos de interação social entre grupos indígenas e entre esses e grupos de europeus (MEDEIROS, 2008; POMPA, 2003).

As narrativas históricas (CARDIM, 1925; HOLANDA, 2002) sobre trocas materiais decorrentes de encontros entre grupos socialmente distintos têm sido utilizadas pela arqueologia brasileira (SCATAMACCHIA, 1989; BUARQUE, 1995; ALBUQUERQUE, 1982) para fortalecer os discursos políticos produzidos sobre contextos de contato e conseqüentemente para explicar a mudança cultural provocada por esses encontros na cultura e sociedade de grupos indígenas (BROCHADO, 1991; PROUS, 1992; ZUSE; MILDER, 2008; TOCHETTO, 1998).

Segundo Ab'Saber (2003: 93) durante os séculos (XVI e XVII) em que ocorreram os primeiros contatos entre europeus e indígenas “artefatos como o machado, a enxada, a faca, a foice, além dos tecidos, dos espelhos, dos colares de vidro e outras quinquilharias, logo foram muito cobiçados pelos indígenas”.

A arqueologia brasileira tem se apropriado desses discursos para interpretar a presença de artefatos de cultura material exógena em contextos arqueológicos indígenas (ALBUQUERQUE, 1982; 1999; BUARQUE, 1995). As explicações geralmente que surgem desses estudos se baseiam em informações etnohistóricas para supor que esses artefatos chegaram até esses espaços através da interação de europeus com indígenas (BUARQUE, 2009).

Todavia é possível que a presença desses artefatos em sítios indígenas tenha sido produzida também como resultado da interação social entre os grupos indígenas. Assim, toda a troca de bens materiais identificada em contextos arqueológicos não pode ser atribuída simplesmente à atuação de europeus nesses contextos.

As práticas sociais e culturais de grupos indígenas registradas em documentos etnohistóricos (METRAUX, 1928; PIRES, 2001; PUNTONI, 2002; POMPA, 2003; MEDEIROS, 2008) e no registro arqueológico (MOREAU; BARO, 1979; MARANCA;

MEGGERS, 1981; NOELLI; DIAS, 1995; PROUS, 2006; SENA, 2007; CORREIA, 2011), assim como em pesquisas etnográficas (PATEO, 2005), tem demonstrado que a mobilidade espacial desses grupos depende de dinâmicas sociais e históricas específicas (PATEO, 2005; NOELLI, 1993).

Essas características de mobilidade negociadas em meio a relações sociais podem ter produzido a circulação de bens cuja procedência nem sempre era indígena, já que os índios do litoral vivenciavam desde o século XVI a circulação de artefatos europeus trazidos nos navios para serem comercializados (HULSMAM, 2011).

Já que o relato de Baro trata, sobretudo, do modo de vida e costumes dos Tarairiú do século XVII, delimitando o seu território de domínio e a forte característica de mobilidade desses indígenas, como utilizar esse documento, assim como outros, que não tratam diretamente da Serra de Santana, na contextualização de sítios arqueológicos identificados nessa região?

A referência a áreas correspondentes a Serra de Santana aparece nos escritos de Baro, ao longo da descrição dos lugares que compõem o território ocupado pelos Tarairiú. Esse território, segundo o autor, se estendia até uma serra, denominada “*Vvarhuua*” na língua (Macro-Jê) falada pelos povos Tarairiú.

Durante sua passagem pela serra “*Vvarhuua*” em 1647, Baro registrou a presença de uma aldeia de indígenas designados nesse diário como Brasilianos. Nessa aldeia localizada no topo da serra, Baro encontrou alguns anciões liderados por um indígena que Baro chamou de Diego (nome cristão).

No decorrer de seus escritos o cronista narra acerca de alianças estabelecidas entre os Tarairiú e os Brasilianos da serra, os quais participavam, conjuntamente, de comemorações e festas de casamento em aldeias Tarairiú, para os quais os Brasilianos eram convidados.

Para além desse compartimento geomorfológico, o topo da serra, Baro se refere numa das passagens da sua obra, quando ele está em uma aldeia Tarairiú, a presença de indígenas falantes do Tupi habitando outras áreas como vales e encostas:

No dia 11, cerca de dez horas da manhã, os brasilianos do vale [grifo nosso] chegaram à aldeia onde estávamos, e seus habitantes os receberam com altos gritos de contentamento e demonstrações de alegria (BARO, 1979: 95).

Identificados e registrados historicamente como populações que habitavam as áreas litorâneas do Nordeste e comumente conhecidos como uns dos principais inimigos das tribos Tapuia do sertão, a presença dos Tupi, nesse contexto de alianças com os Tarairiú, pode, a primeira vista, causar estranheza e até parecer contraditória.

Todavia, a jornada de Baro ao sertão, era resultado de circunstâncias históricas particulares de lutas e batalhas entre neerlandeses, portugueses e indígenas na conquista de territórios do Nordeste a serem posteriormente colonizados.

Como a maioria desses conflitos se concentrou nas áreas litorâneas, durante o século XVII, as populações indígenas que viviam nesses espaços foram as primeiras a serem diretamente impactadas pelo cenário político que se desenrolava entre interesses de múltiplas faces e que envolviam vários grupos sociais da colônia.

Segundo relatos etnohistóricos, os Potiguara, que ocupavam o litoral do Rio Grande do Norte, nesse período, estavam sendo pressionados a se aliarem aos neerlandeses, ou aderir à Insurreição Portuguesa que acontecia em Pernambuco (MACEDO, 2007).

É nesse ínterim que alguns índios Potiguara se retiram para os sertões da capitania e ficam sob a proteção de Janduí: “obtendo dele a permissão de construir novas aldeias e de cultivar algumas roças em cima de determinadas partes do maciço de Macaguá” (MACEDO, 2007). Contudo, não se pode descartar a possibilidade dessas migrações terem acontecido em períodos anteriores ao século XVII.

Nesse contexto, muitos indígenas, juntamente com suas famílias, resolveram, contrariamente a outros como Antônio Filipe Camarão, estabelecer alianças com os índios do sertão, ao invés de se aliarem a portugueses ou neerlandeses. A partir dessas alianças, grupos de indígenas se retiraram do litoral em direção aos sertões, região que até então não fora conquistada pelas forças militares européias (MACEDO, 2007).

A localização da serra “*Vvarhuaa*” se dava pela delimitação da mesma nas imediações do rio “*Potengy*”, que significa em Tupi ‘rio dos camarões’, possuindo atualmente o topônimo de Potengi, cuja nascente se encontra no município de Cerro Corá, na Mesorregião do Seridó Potiguar. O rio Potengi circunda e delimita a atual Serra de Santana e seus municípios vizinhos, estando correlacionado com o contexto arqueológico estudado, identificado no topo aplainado dessa serra.

Teensma (1997 *apud* MACEDO, 2007), em seus estudos de etnohistória, numa releitura do diário de Baro, disserta sobre o conhecimento da serra “*Vvarhuaa*” pelos indígenas falantes do Tupi, que se referiam a mesma sob o topônimo de “*Mac(k)aguá*”, que

nessa língua referem-se a uma espécie de pássaro, a “*Acauã*”, que dá nome ao atual rio que banha as áreas de encosta da Serra de Santana, o rio Acauã.

Nas análises da obra de Baro, Teensma (*op. cit.*), comenta que os topônimos “*Matiapoa*” (variação lingüística desconhecida), “*Montagina*” (variação lingüística desconhecida), “*Turracoa*” (variação lingüística desconhecida), “*Vvarhauaa*” (Tarairiú) e “*Montagne des Minas*” (francês), encontrados no diário, correspondem as palavras “*Mac(k)aguá*” ou “*Acauã*”, sendo esses últimos topônimos Tupi.

Além dessa constatação, esse autor, afirma que esses termos são localidades descritas por Baro, e estão relacionados com locais que compõem a atual Serra de Santana (TEENSMA, 1997 *apud* MACEDO, 2007).

A partir dos dados levantados acima, pode-se fazer a inferência de que as informações etnohistóricas e geográficas apontam para a atual Serra de Santana como sendo a antiga serra “*Vvarhuaa*” (Figura 40). Além dessas fontes documentais, as comunidades que hoje vivem na Serra de Santana, através de relatos orais, reconhecem-na como a antiga Serra de Macaguá.

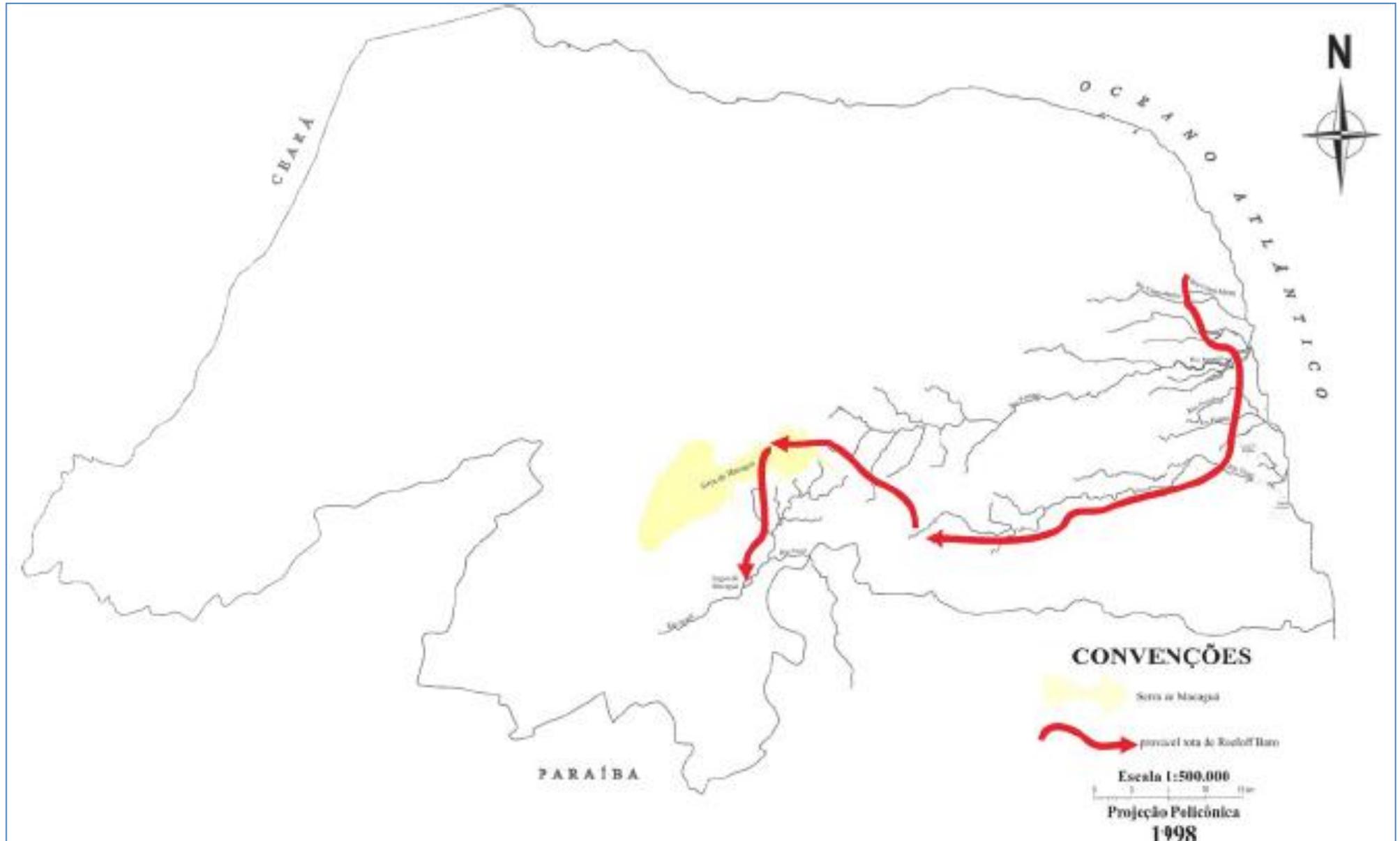


Figura 40 - Mapa produzido a partir da reconstrução histórica do caminho percorrido por Baro em 1647 em sua viagem ao sertão do Rio Grande do Norte. Em destaque a Serra de Santana. Fonte: Macedo, 2007.

Mas em que contexto histórico essa região passa a ser chamada de Serra de Santana, já que não consta nos relatos etnohistóricos do século XVII?

O período que se seguiu, na segunda metade do século XVII, foi marcado pela diminuição dos confrontos armados entre portugueses e os representantes da Cia. das Índias Ocidentais, os neerlandeses. O projeto da colonização portuguesa do Brasil despontou, lançando empreendimentos que iam do litoral já ocupado, para o interior das capitanias.

Com as entradas e bandeiras ao sertão, com o interesse de captação de recursos minerais, principalmente metais como o ouro e a prata e pedras preciosas, assim como a captura de mão-de-obra escrava a ser empregadas nos empreendimentos coloniais, a idealização concebida pelos colonizadores portugueses pôde ter finalmente seu êxito.

Durante essa busca, os bandeirantes realizavam ainda o apresamento dos indígenas que eram levados para outros sertões e à costa litorânea, para trabalharem nas áreas de *plantation*, fazendas e missões, segundo os ideais colonialistas (PUNTONI, 2002; POMPA, 2003).

Contudo, o projeto de expandir os territórios conquistados com a assimilação e o povoamento das terras do interior da colônia ganhou impulso aos finais do século XVII (PUNTONI, 1998; PIRES, 2001).

O adentramento aos territórios interiores do nordeste brasileiro provocou conflitos diretos entre os grupos indígenas que habitavam a região, e a frente colonizadora. Durante a segunda metade do século XVII, em todo o século XVIII e início do século XIX, foram registrados em documentos escritos por cronistas desse período, um extensivo e persistente confronto entre os portugueses e seus aliados indígenas e as diversas tribos Tapuia do sertão do Rio Grande do Norte.

Esse momento da História do Brasil atingiu várias regiões do sertão nordestino envolvida na conhecida ‘guerra dos bárbaros’, devido à grande resistência formada pelos os indígenas falantes do tronco Macro-Jê, de diferentes nações.

Esses locais foram alvo de incansáveis investidas da Coroa Portuguesa na tentativa de conquistar o interior. Mas a resistência nativa, que alcançou níveis intertribais, formados por ligas indígenas, comumente citadas na documentação histórica, continuou a coibir a conquista de seus territórios e a ocupação pecuarista por quase um século (PUNTONI, 1998; PIRES, 2001).

A guerra como palco de distintos interesses políticos transformou-se num cenário, onde alianças e acordos eram traçados com diferentes fins. Os grupos coloniais

coligavam-se a grupos indígenas para combater outras frentes indígenas, aproveitando-se de mais homens para o conflito armado na defesa de seus interesses. Os indígenas, percebendo a união dos grupos de forma vantajosa, acabaram se aliando aos colonizadores e firmando parcerias para estrategicamente enfrentar seus inimigos históricos, outros grupos tribais.

[...] pode-se perceber com relação às guerras que se espalharam em toda a região que corresponde ao atual Nordeste durante o período estudado, é que as alianças entre os colonizadores e alguns povos indígenas e índios aldeados, tiveram uma importância muito maior no sucesso da conquista e colonização do sertão nordestino do que se tem apresentado na historiografia até então. (MEDEIROS, 2008: 12).

As redes sociais que formavam os conflitos no sertão nordestino e deles tiravam vantagens, contemplaram distintas formas de dissolução. A partir de então se dá início, nas fontes históricas de finais do século XVII e primeira metade do século XVIII, aos relatos de extermínio de indígenas e genocídio de etnias indígenas, nos sertões do Nordeste.

Já em outros documentos, encontram-se registros de acordos realizados entre o Governador Geral do Brasil, e índios Tapuia, selando um acordo que estabelecia a paz entre as partes envolvidas em ambos os lados dos conflitos (MEDEIROS, 2008). E é nesse contexto, do período final da ‘guerra dos bárbaros’, que a Serra de Santana foi apontada como um dos últimos refúgios dos índios Tapuia já no final do século XVII, segundo fontes históricas (MACEDO, 2007).

As primeiras referências a concessões de lotes de terra no Seridó são atribuídas à segunda metade do século XVIII. Desta forma, sesmarias próximas ao Rio Acauã foram doadas, para pessoas que atuaram na conquista dos sertões ou mesmo as que possuíam o interesse em esta região (MACEDO, 2007).

Esta empreitada foi subsidiada pelo avanço do setor pecuário. A criação extensiva de gado e criação de áreas de pastagens foi, então, o principal estímulo econômico para a expansão colonial em direção aos sertões nordestinos. Nesse momento, foi efetivada a conquista dos sertões, embora eventos conflituosos continuassem a ocorrer entre fazendeiros de gado e indígenas.

Com a conquista dos sertões pelos portugueses no século XVIII, os limites e fronteiras anteriormente postos foram ultrapassados, produzindo um vasto território que ia desde o Seridó até a Paraíba. Denominado de Freguesia de Sant'Ana do Seridó, nome católico dado a fim de fortalecer a ideia de domínio da Coroa Portuguesa, esse novo lugar surge com o objetivo de inibir a referência histórica aos povos que habitaram a região em períodos anteriores, através da substituição dos antigos topônimos em línguas indígenas por nomes cristãos, com o objetivo de suprimir da memória histórica os vestígios de povos Tapuia e suas culturas.

No período que se segue após a conquista dessas terras, como era de costume, dar um nome cristão para algumas áreas, surge a Serra de Santana, que foi anexada à Ribeira do Seridó, que incorporava o Rio Picuí, o Rio Acauã e a Serra de Santana, na formação, juntamente com outros territórios, da Freguesia de Sant'Ana do Seridó após 1748.

Na pesquisa histórica de Macedo (2007), é a partir de documentos escritos do final do século XVIII, que a denominação de Serra de Santana vai aparecer pela primeira vez na história da região.

A historiografia clássica aborda as questões de resistência nativa e suas consequências na mesorregião do Seridó enfatizando a ideia de extermínio ou fuga dos nativos para outras capitanias, sobretudo no século XIX. Entretanto, em recentes pesquisas documentais são apontadas redes de interação social que inserem grupos indígenas no âmbito dos empreendimentos coloniais (MACEDO, 2007).

Desenvolvem-se nessas áreas, os empreendimentos coloniais, e, como consequência, o estabelecimento e crescimento de povoados na região do Seridó.

Segundo Macedo (*op. cit.*) a mestiçagem cultural foi um dispositivo utilizado para dar continuidade às populações indígenas e como uma via de acesso a nova sociedade colonial que se formara no Sertão do Rio Grande do Norte.

Por mais que alguns autores deem continuidade ao uso de permanências ou outras formas de sobrevivências como meio de manutenção de determinadas culturas, não são esses tipos de dispositivos que irão auxiliar no estudo da materialidade do contato, já que a tendência ao se utilizar de tais discursos é a de subtrair parte da História das mediações que se fizeram com a interação de grupos sociais envolvidos na situação do contato.

Não pretendo aqui, considerar mártires ou injustiçadas vítimas, os indígenas que atuaram em tais contextos, assim como não é meu objetivo lançar mão de ideologias

sobre vencedores ou vencidos, a partir de uma suposta resistência ou mesmo do massacre de etnias indígenas.

Para tanto, as informações levantadas a partir dessa leitura de fontes etnohistóricas, mesmo tendo sido escritas sob um olhar de alteridade, se transformam em dados da nossa história, a partir do momento em que se convertem em subsídios na investigação de eventos passados aqui, nos limites do Nordeste brasileiro e suas imbricações, mesmo que num tempo passado.

Da mesma forma, a utilização contextual de tais dados não contradiz o real intuito da sua inserção na pesquisa, ao passo em que esses dados são empregados em consonância com o que nos informa o contexto arqueológico e a materialidade contida no mesmo.

Como já tratamos de dinâmicas e processos históricos observados em contextos de ocupações indígenas no Nordeste, e especificamente no semiárido do RN, passaremos agora a dialogar com os artefatos arqueológicos identificados em um desses espaços formados durante os séculos XVI e XVII. As miçangas de vidro encontradas no contexto das manchas no sítio Macaguá I serão apresentadas no próximo tópico com o objetivo de demonstrar como esses objetos materiais participaram de uma história complexa envolta em dinâmicas sociais, escolhas políticas e práticas culturais de grupos sociais que presenciaram, viveram e experimentaram os processos de conquista e colonização do Nordeste do Brasil e da América.

## 6 ARTEFATOS EUROPEUS NO CONTEXTO DO SÍTIO MACAGUÁ I

Material culture meanings are continually being reconstituted and reread. They are not fixed but are fluid, varying according to context (HODDER, 1995: 75).

A constatação da presença de um conjunto material que remete a contextos de interação social do período do contato tem suscitado uma nova problemática para a investigação arqueológica que perpassa os limites de métodos e técnicas empregados nas intervenções arqueológicas de contextos semelhantes ao do sítio Macaguá I.

Inicialmente, para essa proposição foram utilizados artefatos da cultura material inserida no Nordeste do Brasil a partir do reconhecimento e conquista dos territórios americanos por europeus.

Para contextualizar a presença das miçangas de vidro em sítios arqueológicos do contexto brasileiro fizemos uso, principalmente, de referências sobre a identificação desses objetos em contextos associados à Tradição Tupiguarani tanto em áreas litorâneas quanto em regiões interioranas como o semiárido do Nordeste.

Com isso pretendemos expor como a presença desses artefatos em contextos Tupiguarani tem marcado a construção de explicações e interpretações arqueológicas sobre as práticas sociais e culturais de grupos indígenas que ocuparam áreas do território brasileiro desde tempos imemoriais até o momento da chegada e fixação de europeus no continente americano.

Como exemplo desse passado material, as miçangas de vidro e a difusão de elementos e técnicas externas como a produção de alças e asas para os vasilhames cerâmicos, têm sido usadas como fatores cruciais na construção do discurso arqueológico e na interpretação de contextos de contato e na mudança material advinda desse período (DIAS JUNIOR, 1971; DIAS JUNIOR, 1988; RIBEIRO *et al.*, 1976; BUARQUE, 2010).

Os elementos considerados provenientes de uma concepção material exógena como louças, miçangas em vidro e material metálico têm sido encontrados em conjunto com outros artefatos da cultura material de grupos indígenas que produziram e

utilizaram a cerâmica policroma, comumente citada na bibliografia arqueológica brasileira como parte de um legado material vinculado à Tradição Tupi (HILBERT, 1957; KNEIP, MONTEIRO e SEYFERTH, 1980; DIAS JUNIOR, 1988).

A alteração ou modificação da cerâmica indígena encontrada em sítios arqueológicos da Tradição Tupiguarani, como a adoção de novas formas de vasilhames assim como a diminuição do tamanho e volume das vasilhas tem sido utilizado como um dos marcadores da mudança cultural que deu forma ao surgimento da chamada cerâmica ‘neobrasileira’ (BELTRÃO, 1972 *apud* LIMA, 1993; DIAS JUNIOR, 1971; DIAS JUNIOR, 1988).

A pesquisa em periódicos, dentre outros textos brasileiros que tratam de contextos semelhantes ao do sítio Macaguá I, revelou uma diversidade de sítios arqueológicos que vão desde o litoral (BUARQUE, 1995; BUARQUE, 2010; RIBEIRO *et al.*, 1976) até o sertão (PROUS, 1992, MARTIN, 1994; SILVA, 2003) nos quais essas miçangas vêm sendo encontradas.

Porém, a falta de uma abordagem contextual desses elementos da cultura material gerou a explicação da presença isolada das miçangas em contextos semelhantes ao do sítio Macaguá I. Em decorrência disso, as miçangas de vidro passaram a ter um papel secundário, ou até mesmo inexistente, dentro das interpretações formuladas para explicar os contextos arqueológicos de contato no Brasil<sup>13</sup>.

Pode parecer que esse problema seja de caráter primário e pouco importante no estudo de sítios arqueológicos. Mas o que acontece nessa conjuntura, afeta diretamente os discursos construídos para interpretar e explicar as redes sociais, estabelecidas pelos grupos que compartilharam a cultura material, presente nos sítios dos primeiros séculos da colonização.

## 6.1 COMO AS MIÇANGAS DE VIDRO SE INSEREM NA MATERIALIDADE DO SÍTIO MACAGUÁ I

Do conjunto de artefatos confeccionados a partir de tecnologia europeia se destacam sete miçangas de vidro de tonalidades azuis. Além desses adornos, não foram identificados outros materiais de procedência europeia no contexto do sítio Macaguá I.

---

<sup>13</sup> Ver Silva, 2003; Zuse; Milder, 2008; Nogueira, 2011

Todas as miçangas de vidro identificadas no contexto arqueológico do sítio Macaguá I foram encontradas associadas aos vestígios Mancha 1 e Mancha 3 (Figura 41).

Embora algumas tenham aparecido na superfície desses vestígios, tanto nas primeiras pesquisas quanto nas escavações mais recentes, esses artefatos foram identificados também nas unidades de estratificação arqueológica que caracterizaram a continuidade dos vestígios em subsuperfície.

Segundo os registros do projeto desenvolvido em 2009, três dessas miçangas apareceram a aproximadamente 10 cm de profundidade durante as escavações no interior da 'Mancha 3' (Figuras 42, 43 e 44).

Nas pesquisas anteriores esses artefatos não foram considerados no estudo da materialidade expressa no contexto do sítio arqueológico. Dessa forma as miçangas, enquanto cultura material arqueológica não participou ativamente na construção de interpretações e explicações para esse contexto arqueológico<sup>14</sup>.

Durante o processo de análises arqueológicas desses objetos foram consideradas, apenas as classificações dos tipos, já que não dispúnhamos de uma bibliografia especializada que tratasse de análises técnicas dessa classe de artefatos.

As miçangas de vidro identificadas no contexto do sítio Macaguá I foram classificadas segundo o manual de Dubin (2009) nos seguintes tipos: *square-tubular navy blue*; *square cross section turquoise*; *twisted glass turquoise*, e; *twisted glass*.

Partindo de pesquisas bibliográficas acerca da inserção desses materiais no contexto das Américas foi possível verificar além dos tipos de miçangas, as datas de produção e de circulação desses bens no Novo Mundo registrada a partir de contextos arqueológicos e etnohistóricos do Brasil e outros países das Américas.

Segundo Dubin (2009) artefatos desses tipos foram produzidos em países europeus como Itália e Holanda, todavia, o aumento da circulação dos mesmos no continente americano tem sido atribuído ao comércio de bens embarcados no porto de Cadiz na Espanha, por grupos de europeus que penetraram esses territórios durante o século XVII.

---

<sup>14</sup> Ver Nogueira, 2011.



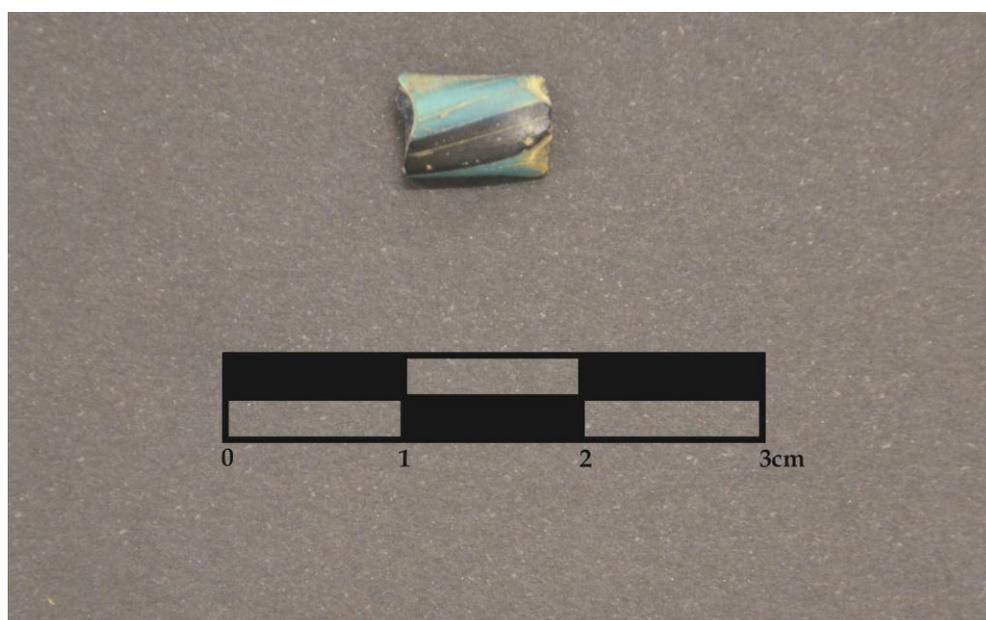
**Figura 41 - Miçanga (square-tubular navy blue) encontrada na superfície da Mancha 3. Foto: Barbosa, 2011.**



**Figura 42 - Miçanga em vidro azul turquesa (square cross section turquoise) encontrada durante as escavações da Mancha 3. Foto: Barbosa, 2011.**

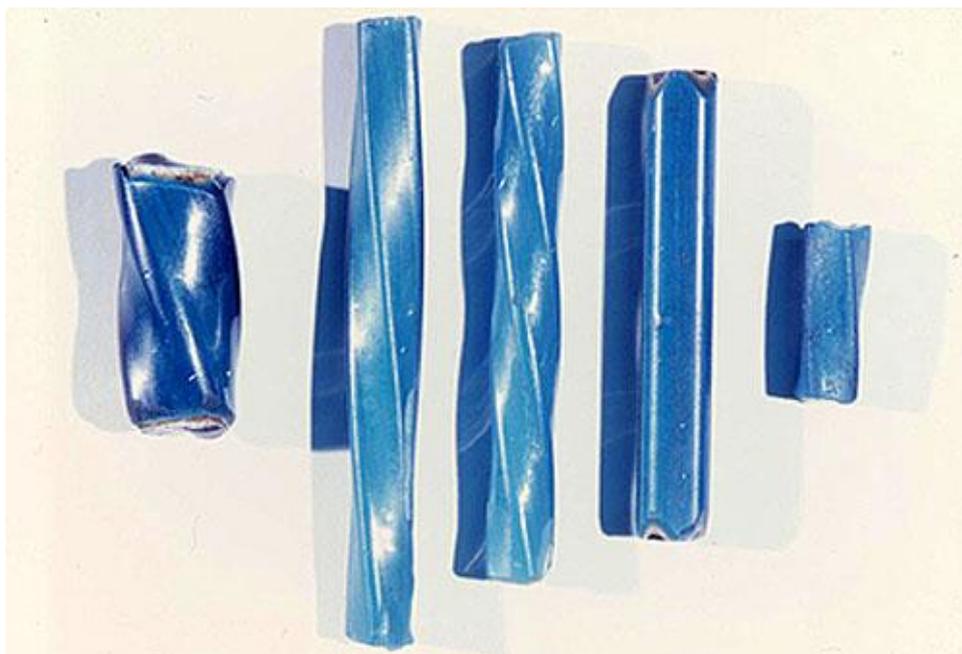


**Figura 43 - Miçanga (twisted glass turquoise) encontrada durante as escavações da Mancha 3. Foto: Barbosa, 2011.**



**Figura 44 - Fragmento de miçanga (twisted glass) encontrado em escavações da Mancha 3. Foto: Barbosa, 2011.**

A denominação de '*Nueva Cadiz*' comumente utilizada para miçangas semelhantes as do sítio Macaguá I tem sido atribuída às miçangas descobertas das mesmas no contexto de um dos primeiros povoados espanhóis na América Latina, no século XVI (Figura 45). Em escavações do povoado de *Nueva Cadiz* na Venezuela foram encontradas miçangas desse tipo em sítios datados entre 1500 e 1550 (WILLIS, 1982).



**Figura 45 - Miçangas '*Nueva Cadiz*' encontradas no sítio arqueológico Nueva Cadiz, Venezuela. Fonte: <http://www.flmnh.ufl.edu>, consulta em 20-06-2012.**

Recentes pesquisas arqueológicas em cemitérios indígenas da Argentina tem considerado que houve uma retomada na produção de miçangas do tipo '*Nueva Cadiz*', já que esses artefatos têm sido encontrados, em sua maioria, em contextos arqueológicos datados do século XVII (TAPIA; PINEAU, 2011).

Essas informações se encontram com a pesquisa de Van Der Sleen (1963) em sítios arqueológicos identificados nos arredores de Amsterdam onde foram encontrados indícios de produção de tipos de miçangas antes fabricadas apenas em Veneza.

Nesse mesmo estudo, Van Der Sleen (1963) afirma que foram encontrados em documentos históricos informações sobre a ida de produtores de vidro de Veneza para Amsterdam em 1640 para auxiliar os trabalhadores de Amsterdam na produção de vidro.

Isso reflete diretamente no estudo da materialidade do contato presente em sítios arqueológicos no continente americano já que as miçangas enquanto artefatos apenas, sem estudos contextuais aprofundados, podem demandar em interpretações falseadas na atribuição de cronologias e identidades para os contextos materiais arqueológicos.

Assim como ocorreu nas pesquisas de sítios arqueológicos do Rio de Janeiro (BUARQUE, 2009), onde as miçangas de vidro foram diretamente associadas a grupos de franceses à época do contato com os Tupinambá históricos, o uso desses artefatos na atribuição de identidades sociais a partir de contextos arqueológicos tem se revelado problemático no estudo das relações sociais e da mudança cultural no período do contato no Brasil.

Portanto, a classificação das miçangas de vidro identificadas no sítio Macaguá I não serão utilizadas nesse sentido, mas como via de acesso às possibilidades interpretativas que surgem desse contexto material.

As inferências arqueológicas construídas a partir da contextualização desse material não se resumirão ao uso das mesmas como marcadores cronológicos ou mesmo no estudo da procedência para atribuir categorias identitárias. Outras questões baseadas na presença dessas miçangas aliada à sua tipologia surgem de problemáticas maiores para a compreensão da atuação desses objetos em de contextos materiais do contato.

Uma das informações que foram verificadas através da contextualização desses artefatos, bem como sua relação com outros materiais, e a inserção desses conjuntos na espacialidade contida nesse sítio tem se prestado a dialogar com a interpretação desse contexto enquanto configuração de uma aldeia de grupos ceramistas da Subtradição Tupinambá.

Na busca de informações que pudessem oferecer dados para a interpretação da presença desses artefatos nesse contexto específico, encontrei inúmeras referências à presença das miçangas de vidro em outros contextos arqueológicos do Brasil (RIBEIRO *et al.*, 2004; BUARQUE; 2010) e em outros países das Américas (LÓPEZ, 2006; NOVELLINO; DURÁN; PRIETO, 2003; LAPHAN, 2001).

As miçangas de vidro encontradas no sítio Macaguá I são comumente chamadas de '*Nueva Cadiz*' (Figuras 46 e 47) e têm sido identificadas em sítios arqueológicos com materiais indígenas cuja cronologia remete aos finais do século XVI e século XVII (SMITH; GOOD, 1982; KENT, 1983; LAPHAN, 1995, 2001).



Figura 46 - Miçangas Square-Cross Section Turquoise ou 'Nueva Cadiz' encontradas em escavações do Projeto Jamestown Rediscovery's. Fonte:LAPHAM, 2001.



Figura 47 - Miçangas Square-Tubula Navy Blue ou 'Nueva Cadiz' encontradas em escavações do Projeto Jamestown Rediscovery's. Fonte:LAPHAM, 2001.

Na maioria dos sítios arqueológicos da América Latina em que foram encontradas, estavam associadas a contextos cerimoniais, muitos deles interpretados como resultado de práticas funerárias (TAPIA; PINEAU, 2011).

A presença de material biológico humano em alguns desses contextos, levou arqueólogos a considerar a presença dessas miçangas em enterramentos como sendo produto da inserção desses artefatos na simbologia dos grupos investigados (BRADLEY, 1987; ULLOA, 1992; NOVELLINO; DURÁN; PRIETO, 2003; LÓPEZ, 2006; LOREN, 2008).

Em sítios da tradição Tupi, essas miçangas têm sido identificadas em contextos que se espalham por toda a costa litorânea (BUARQUE, 2010), e em locais pontuais de regiões semiáridas (SILVA, 2003; NOGUEIRA, 2011). Todavia, a representatividade desses materiais na formação de contextos de interação social produzidos em situações do contato, tem sido desconsiderada.

Percebemos nas pesquisas desenvolvidas no contexto brasileiro, que até mesmo as tentativas de interpretação da participação desses artefatos nos contextos arqueológicos têm sido direcionadas por abordagens conceituais e metodologias inadequadas ao estudo desses materiais<sup>15</sup>.

A partir daí, para que fosse possível inserir esses artefatos num contexto social e histórico mais amplo, assim como explicar as mediações geradas nos contextos onde foram encontradas as miçangas, dei prosseguimento às análises a partir do uso da leitura de manuais, assim como de consultas em catálogos de museus, onde essas contas são apontadas como um dos principais testemunhos materiais do contato, na formação histórica e política das Américas.

Na busca por uma metodologia de análise adequada ao estudo desse tipo de artefato, busquei em textos e manuais publicados em outros países dos continentes Americano e Europeu<sup>16</sup>.

Essa procura me levou muito além da identificação da tecnologia e tipologia dessas miçangas até os locais em que foram produzidas, passando por contextos históricos e sociais específicos que atravessam a sua confecção na Europa e se estenderam até sítios arqueológicos encontrados em Amsterdã, na Holanda (VAN DER SLEEN, 1963; KARKLINS, 1985).

---

<sup>15</sup> Ver Buarque, 2003.

<sup>16</sup> Ver Karklins, 1983; Grillo; Aultman, 2003; Dubin, 2009.

## 6.2 PEQUENAS MIÇANGAS, GRANDES HISTÓRIAS: EXPANSÃO E MERCANTILISMO NOS SÉCULOS XVI E XVII

Com a expansão europeia, iniciada no final do século XV, o mundo ocidental vivencia novas formas de comercialização e circulação de artefatos em escalas muito maiores das que havia antes do advento das grandes navegações (DUBIN, 2009).

Os centros de produção de bens dos continentes passam a ser alvo de um grande avanço na produção de produtos manufaturados, facilitados pela captura de matérias-primas nas colônias. Atendendo aos ideais do mercantilismo econômico, novos centros consumidores passam a ter um papel importante na circulação de objetos como as miçangas de vidro, os tecidos e os metais, por exemplo, (KARKLINS, 1985; EHRHARDT, 2005; HULSMAN, 2011).

Nessa época um dos grandes produtores de miçangas de vidro no continente europeu era a Itália, que concentrava parte dessa produção em Veneza e Murano, que fabricavam miçangas desde o século XIII (LOREN, 2008). Outros centros de produção de miçangas, como Amsterdam, aparecem ao longo do século XVII, escoando os seus produtos pelos portos de Cadiz e Lisboa (VAN DER SLEEN, 1963). Esses artefatos eram destinados às colônias que se expandiam na África e América, assim como nas Antilhas (DUBIN, 2009; HOWEY, 2011).

Na conformação de um mundo novo, com o reconhecimento e a conquista de novos continentes, essas práticas mercantilistas ganham força na continuidade e aumento do comércio que interligava vários portos em toda a Europa com os centros de produção de miçangas de vidro e as terras conquistadas.

O sucesso da circulação desses bens entre os nativos de ambos os continentes conquistados, chamou a atenção da W. I. C.. Seus corsários incentivavam a fabricação dessas mercadorias devido a fácil aceitação entre ameríndios e africanos, e até o final do século XVII, essas miçangas continuaram a ser fabricadas na Holanda (KARKLINS, 1974).

Como as miçangas venezianas já eram muito cobiçadas no mundo todo pela qualidade e variedade do vidro produzido nessa região, as fábricas de Amsterdam, seguindo o modelo italiano, reproduzia os mesmos tipos das miçangas de seus concorrentes (VAN DER SLEEN, 1963).

Sendo assim, apenas a identificação desses artefatos num contexto arqueológico ou mesmo a descrição tipológica das miçangas não resolve o problema da sua possível procedência.

De toda forma, existem particularidades, na manufatura de contas, como o uso de compostos químicos em quantidades diferenciadas nas fábricas.

Nas fábricas venezianas era comum um maior uso de óxido de potássio ( $K_2O$ ), enquanto nas holandesas prevalecia o uso de óxido de sódio ( $Na_2O$ ), cujas concentrações presentes nas miçangas, assim como detalhes do acabamento, que era melhor nas produzido em Veneza, vão caracterizar os tipos em cada uma das regiões (VAN DER SLEEN, *op. cit.*).

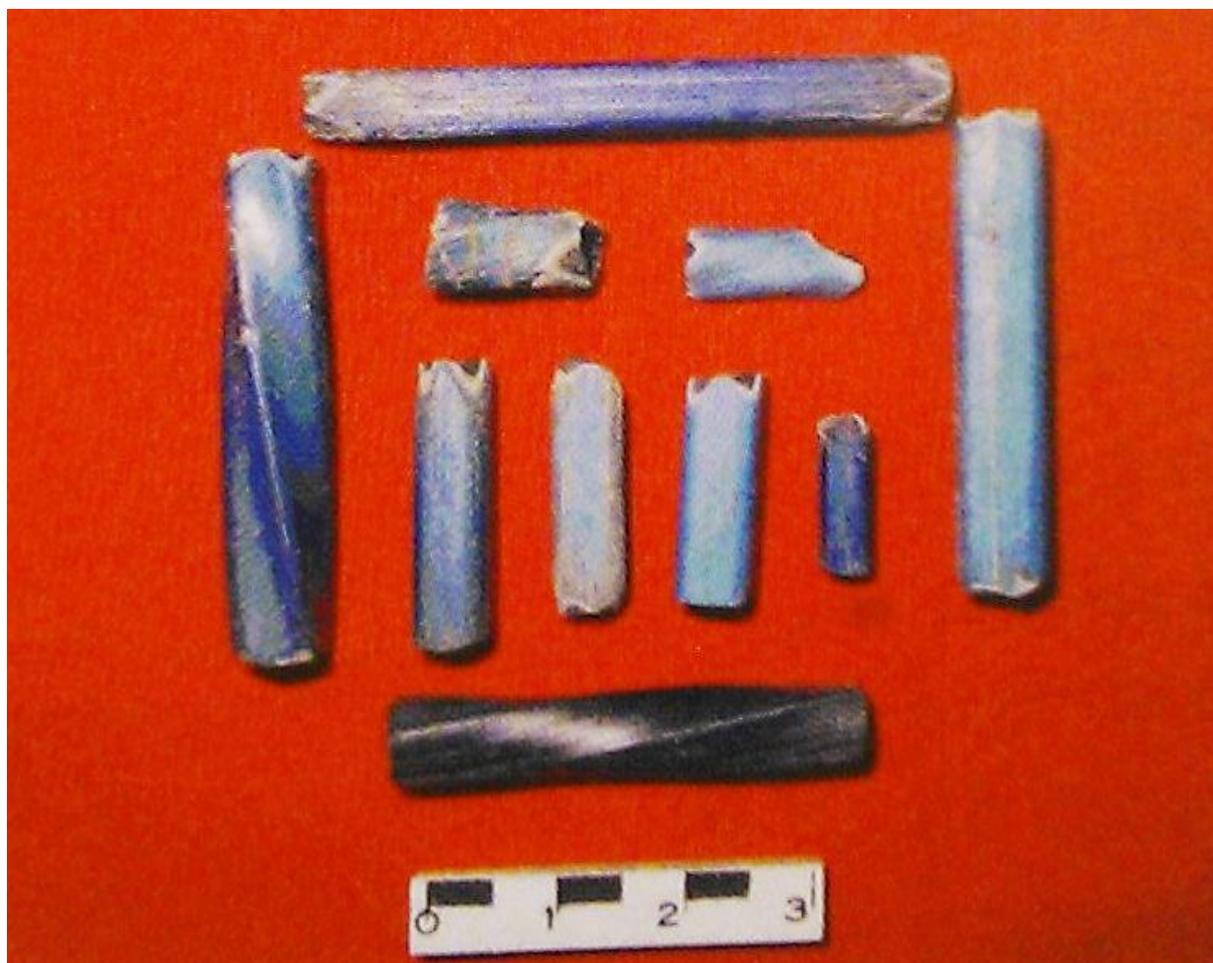
Fragmentos e peças inteiras de miçangas têm sido encontrados em sítios arqueológicos das Américas, de diversos tipos, origens e cronologias. Já os tipos de miçangas encontradas no contexto da Aldeia da Serra de Macaguá, segundo Dubin (2009), foram trazidas dos portos de Cadiz para o Novo Mundo durante o século XVII (Figura 48).



**Figura 48 - Centros de produção de bens manufaturados e rotas de expansão comercial europeia no período colonial. Fonte: Elaboração de Espinola, 2012 adaptado de Dubin, 2009.**

Nos sítios do Rio de Janeiro, apresentados anteriormente, essas miçangas, dos mesmos tipos que foram encontrados na Serra de Santana, foram descritas como sendo originárias da cidade de Rouen, na França, assim como as cerâmicas foram associadas a grupos de indígenas denominados de Tupinambá. Essa interpretação partiu do uso da cerâmica policroma como marcador cultural de identidades registradas em documentos escritos nos séculos XVI e XVII (BUARQUE, 2009).

Dito isso, Buarque (2010) utilizou, nesse caso, de correlatos materiais para descrever e interpretar identidades fixas no período de encontros entre indígenas e europeus no RJ, a partir de aproximações históricas inconsistentes (Figura 49).



**Figura 49 - Miçangas de vidro azul encontradas nos sítios do RJ. Fonte: Buarque, 2009.**

Utilizando de reducionismos e generalizações arqueológicas a arqueóloga produziu uma leitura na qual tais artefatos pertenceram aos grupos indígenas historicamente envolvidos no momento da criação da França Antártica que existiu por apenas cinco anos, entre 1555 e 1560.

Contudo, não pretendi fazer uma correlação direta entre as informações anteriormente relatadas e as miçangas encontradas no sítio Macaguá I.

Isso se deve a gama de informações que obtive com a leitura de fontes etnohistóricas e do contexto arqueológico, assim como, da abordagem conceitual, que contradiz esse tipo de associação direta entre artefatos, pessoas e lugares de procedência, a partir do uso de correlatos materiais na construção das identidades (JONES, 1997).

Utilizo esses dados para uma melhor contextualização desses artefatos e como forma de ilustrar como os mesmos estão imbricados em eventos históricos e sociais que marcam as situações de interação.

Dentro dessa proposta de contextualizar todos os dados levantados, oriundos de diversas fontes materiais e documentais, chamo atenção para o uso que se faz da presença dessas miçangas em sítios arqueológicos, e fortaleço a ideia de que esses artefatos assim como todos os outros merecem um cuidado maior por parte dos arqueólogos, que em muitos trabalhos os tem descartado de suas análises.

Dados como esses, nos remetem a uma situação histórica na qual, a procedência dos bens e sua circulação nos servem à medida que possibilitam uma leitura inclusiva dos grupos indígenas no processo de aceleração do mercantilismo e fortalecimento do capitalismo com o comércio internacional<sup>17</sup>.

Ao colocar esses grupos no cerne de processos históricos e econômicos percebe-se que as escolhas de bens e outros produtos assim como a sua aceitação pelas comunidades de nativos também moldaram o sistema econômico, social e político vigente nesse período (SILLIMAN, 2009).

Pensando assim, os 'objetos' começam a possuir significados distintos, além daqueles atribuídos apenas pela sua função, que no caso das miçangas de vidro seria a de ser utilizada como adorno apenas. Esses diferentes significados colocam os grupos nativos da América, considerados periféricos, como participantes ativos desse sistema econômico e político<sup>18</sup>.

---

<sup>17</sup> Ver Hulsman, 2011.

<sup>18</sup> Ver Turgeon, 1997.

Da mesma forma que as escolhas dos consumidores modelam e interferem nas demandas de produção de bens, elas também promovem e incentivam a abertura de novos centros de produção na Europa além de definirem os produtos a serem fabricados (STEIN, 2002).

Pensar sobre as miçangas e seus significados dentro do processo de expansão europeia e das práticas de comércio internacional permite a leitura de contextos arqueológicos imersos em escolhas culturais e sociais de indivíduos que atuaram em espaços sociais, históricos e políticos como os que deram origem ao contexto arqueológico do sítio Macaguá I.

No entanto, para que possamos compreender contextualmente esses artefatos precisamos ainda observar outras classes de materiais identificados nesse contexto. Para isso faremos uso de análises do perfil técnico cerâmico e da cadeia operatória dos artefatos líticos. Apenas com esse conjunto de dados poderemos subsidiar as possibilidades de interpretação para a materialidade do contato no sítio Macaguá I.

## **7 ARTEFATOS EM CONTEXTO E MATERIALIDADE DO CONTATO NO SÍTIO ARQUEOLÓGICO MACAGUÁ I**

Nas pesquisas bibliográficas acerca do material arqueológico identificado em sítio arqueológicos associados à Tradição Tupiguarani observamos que o uso de análises tipológicas e tecnológica tem produzido resultados principalmente vinculados a análises do material cerâmico encontrado (BROCHADO; LA SALVIA, 1989; NASCIMENTO, 1991). Todavia em pesquisas mais recentes percebemos a inserção do material lítico nessas análises (NETO, 2008; CORRÊA, 2011).

No entanto pesquisas especificamente ligadas ao estudo da cerâmica ou do lítico, separadamente, não tem oferecido subsídios suficientes para uma compreensão mais ampla dessas sociedades indígenas a partir da totalidade do conjunto material produzidos nesses contextos materiais.

Quando tratamos de contextos arqueológicos identificados na porção interior do Nordeste, onde se insere o semiárido do Rio Grande do Norte, essas pesquisas tornam-se ainda mais escassas e quando ocorrem são destinadas a atender temáticas específicas como a cerâmica (NASCIMENTO, 1990, 1991), o lítico (NETO, 2008), ou o padrão de assentamento (SENA, 2007).

Já nas pesquisas arqueológicas de contextos materiais em que ocorrem objetos exógenos (europeus, históricos, ou modificados) as análises do material arqueológico geralmente são realizadas com o objetivo de verificar o grau de mudança material e cultural experimentada pelos grupos indígenas mediante o contato com artefatos ou modos de produção europeus (ver ALBUQUERQUE, 1982; BUARQUE, 1995; TOCHETTO, 1996, 1998; ZUSE; MILDNER, 2008) ou sob a investigação do resultado da influencia do meio ambiente na adaptação dos grupos ceramistas ao contexto semiárido do Nordeste (SENA, 2007).

Desse modo, a presença de artefatos ou elementos técnicos com características de modo de produção exógena aos grupos ceramistas na pré-história do Nordeste como asas, alças e outros materiais cuja tecnologia era desconhecida entre os indígenas que ocuparam o Nordeste em momentos anteriores à colonização (vidro, louça e metal) tem incorrido na ausência desses artefatos na construção de explicações arqueológicas mais amplas sobre esses contextos materiais.

Decorrente dessa situação, observamos ainda que as explicações comumente utilizadas para a presença desses materiais em sítios arqueológicos associados à Tradição Tupiguarani têm sido formuladas a partir de três pressupostos:

- a. Que a presença de artefatos exógenos em sítios Tupiguarani é resultado da rápida aceitação de tecnologias mais sofisticadas, destacando-se entre elas os artefatos em metal (PROUS, 1992);
- b. Que a presença de artefatos exógenos ou modificados em sítios Tupiguarani é resultado de alterações nos modelos culturais adotados pelas sociedades indígenas e que essas alterações podem ainda ser percebidas nas mudanças de padrões ou traços culturais em classes de artefatos tradicionais como a cerâmica (BROCHADO, 1974; ALBUQUERQUE, 1999), e;
- c. Que a presença de artefatos exógenos ou modificados em sítios Tupiguarani pode explicar a continuidade ou o desaparecimento de categorias identitárias de grupos indígenas após o contato (TOCCHETTO, 1998; SCHIAVETTO, 2003; ZUSE; MILDER, 2008; BUARQUE, 2010).

Todavia, como já demonstramos no capítulo anterior, artefatos exógenos como as miçangas de vidro foram importantes na concepção e na construção de uma materialidade do contato que não necessariamente resultou, em todos os casos, na mudança cultural de grupos indígenas. Tampouco que a observação desses artefatos isolados do contexto arqueológico, histórico e social pode explicar o desaparecimento de identidades indígenas que se formaram no contato.

Esses artefatos em contexto demonstraram que a sua participação na formação das sociedades americanas durante e após o contato se deu de variadas formas. Logo, a sua atuação na formação da materialidade do contato observada a partir do sítio Macaguá I só pode ser verificada mediante a compreensão contextual de outros elementos como a espacialidade e das análises de outros materiais que compõem o acervo desse contexto como é o caso do material lítico e do material cerâmico.

Dessa maneira, com a finalidade de contemplar outros aspectos presentes nessa materialidade do contato foi necessário ainda caracterizar os conjuntos materiais cerâmicos e líticos presentes no acervo do sítio.

Todavia para caracterizar os conjuntos de materiais líticos e cerâmicos foi necessário levar em consideração o contexto espacial e estratigráfico em que esses artefatos foram identificados.

Para atingir esse objetivo selecionamos do acervo de materiais líticos e cerâmicos do sítio Macaguá I, os artefatos que possuíam informações precisas sobre o seu posicionamento e localização previamente definidos na documentação produzida nas escavações realizadas nesse sítio.

Durante a análise dessa documentação observamos apenas uma pequena quantidade desses artefatos líticos e cerâmicos possuíam tais informações.

A maioria dos artefatos identificados nesse acervo foi coletada em superfície e não consta na documentação das escavações arqueológicas realizadas em 2009 informações acerca do seu posicionamento espacial que pudessem contribuir para uma análise contextual dos mesmos. Apesar de haver informações de pontos topográficos (apenas a numeração desses pontos) nas etiquetas desses materiais, a documentação topográfica dessas escavações não possibilitou a produção de plantas topográficas devido a erros ocorridos durante a coleta dessas informações.

Dessa forma, o acervo analisado (Anexos A e B) é composto de materiais cerâmicos e líticos que assim como quatro das miçangas de vidro descritas no capítulo anterior (sete no total) foram coletados no contexto das escavações da Mancha 3 em 2009, e da totalidade dos materiais cerâmicos e líticos advindos das escavações realizadas no ano de 2012 para os quais se tinha documentação completa contendo informações espaciais e estratigráficas como foi demonstrado no segundo capítulo.

A adoção dos materiais líticos e cerâmicos provenientes da Mancha 3 se deu ainda pela identificação e caracterização da mesma durante as escavações de 2012 como descrevemos no capítulo 2. Essa caracterização foi imprescindível para que pudséssemos utilizar esse acervo.

Contudo, como não dispúnhamos de maiores informações das outras três manchas descritas na pesquisa de Nogueira (2011) sobre o sítio Macaguá I, não houve possibilidade de identificação posterior dessas manchas nas escavações de 2012 decidimos não utilizar esses materiais.

Essa seleção se deu ainda pela impossibilidade de observar os contextos espacial e estratigráfico desses artefatos, já que a documentação consultada encontrava-se incompleta, com etiquetas faltando e com numerações incompreensíveis nas peças.

Com o acervo a ser analisado previamente definido resolvemos nos debruçar sobre a leitura textos que versassem sobre a caracterização tipológica e tecnológica da tradição Tupiguarani. Essa leitura nos ajudou a criar expectativas arqueológicas para as análises tanto dos artefatos líticos quanto dos artefatos cerâmicos.

Esses antecedentes nos auxiliaram também a reconhecer tipos de artefatos específicos presentes na tradição Tupiguarani assim como outros aspectos tipológicos e tecnológicos considerados nas pesquisas de sítios associados a essa tradição, tal qual constavam na bibliografia produzida no Brasil.

Todavia, a respostas a essas expectativas consideradas nesse trabalho não demandaram necessariamente na atribuição de categorias identitárias predefinidas já que tratamos de um contexto particular.

Por mais que as atribuições tipológicas e cronológicas aparecessem como um fator determinante nos estudos analisados (CHMYZ, 1974; BROCHADO, 1984; SCATAMACCHIA, 1984; BROCHADO, 1989; WÜST, 1990; SCATAMACCHIA, 1990; NASCIMENTO, 1991; ALVES, 1991; LUNA, 1991; PROUS, 1992; BUARQUE, 1995; CASTRO, 1999; OLIVEIRA, 2000; SCHIAVETTO, 2003; ZUSE; MILDER, 2008; MARTIN, 2008; NETO, 2008; BUARQUE, 2009; BUARQUE, 2010; PROUS, 2010; NOGUEIRA, 2011; CORRÊA, 2011), não consideramos a priori a existência de uma correspondência diretamente associada entre os grupos que produziram o contexto material observado no sítio Macaguá I e os grupos que produziram os contextos materiais observados em outros sítios arqueológicos que constavam nessa bibliografia.

Considerando o reduzido acervo estudado assim como as discussões teóricas e conceituais contempladas no terceiro capítulo, evitamos o uso de analogias ou de abordagem histórica direta para considerar sobre os resultados das análises desse acervo, e em consequência disso evitamos o uso dessas abordagens para atribuir categorias identitárias para esse acervo.

Segundo o modelo de tradição Tupiguarani, as análises de ‘cultura’ material tem demonstrado que a importância dada à estabilidade social e cultural desses grupos se dá como resultado de explicações construídas para deduzir o modo de vida de populações indígenas presentes no território brasileiro desde tempos pré-históricos.

Nos estudos sobre grupos vinculados a tradição Tupiguarani os conjuntos de artefatos cerâmicos tem sido utilizados como importantes indicadores de estabilidade social e cultural observados nos padrões de sistemas culturais (DIAS, 2007; SENA, 2007; NOGUEIRA, 2011).

Essas ideias se baseiam, sobretudo, na percepção de persistências e mudanças nas culturas do passado pré-histórico, notando-se para tal, o estabelecimento de fases e subtradições (PROUS, 1992; MARTIN, 2008) construídas a partir da verificação de

status, função e cronologia (ver SOUTH, 1988) de classes de artefatos específicas como a cerâmica.

Essas definições foram tomadas a partir de tipologias ou mesmo de perfis técnicos como caracterizadores de grupos étnicos em correspondência com contextos materiais observados em pesquisas arqueológicas (OLIVEIRA, 2000).

Brochado (1989) utilizou características técnicas para a definição e identidades na pré-história de grupos Tupi. Para tal fez uso de elementos da composição de vasilhames na identificação das técnicas de manufatura aplicadas à produção dos objetos, como a composição da pasta argilosa utilizada na construção de vasilhames, para definir culturas arqueológicas.

Apesar do importante uso de tipologias e perfis técnicos para caracterizar contextos materiais associados à tradição Tupiguarani o uso desses instrumentos metodológicos na leitura de artefatos descontextualizados não é suficiente na leitura da materialidade observada em contextos como o do sítio Macaguá I.

Todavia, desde que haja uma contextualização dos materiais arqueológicos que considere elementos como a espacialidade, a estratigrafia, a cronologia e no caso de situações do contato as fontes etnohistóricas que irão fornecer subsídios para a construção do contexto histórico e social em que a materialidade dos grupos sociais observados foi concebida e construída, instrumentos como a tipologia e o perfil técnico são importantes ferramentas para a caracterização arqueológica nesses casos.

O que queremos dizer com isso é que o uso dessas ferramentas metodológicas podem oferecer bons resultados à pesquisa arqueológica, desde que sejam utilizados considerando-se os contextos particulares e quando não compõem uma finalidade em si mesmo na explicação arqueológica das sociedades do passado.

No presente estudo utilizamos o estudo tipológico e o perfil técnico enquanto caracterizadores dos conjuntos de materiais líticos e cerâmicos. Todavia, na formulação das discussões dos resultados obtidos com o uso dessas ferramentas consideramos o contexto arqueológico em que esses conjuntos se inserem, observando para tal outras fontes próprias da arqueologia histórica (etnohistória) e outros elementos (espacialidade, estratigrafia, cronologia) que irão compor o contexto material do sítio Macaguá I.

O uso de perfis técnicos, tanto cerâmico quanto lítico, tem se demonstrado um tanto quanto útil em pesquisas arqueológicas de sítios vinculados à tradição Tupiguarani como se observa nos estudos de Oliveira, 2000, Castro, 1999 e Neto, 2008.

É importante frisar que o uso dessas ferramentas nas nossas análises não implica necessariamente na adoção das abordagens teórico-metodológicas em que esses instrumentos de análise foram construídos como, por exemplo, as abordagens funcionalista ou ecológica.

Tanto o perfil técnico quanto o estudo tipológico foram utilizados no nosso estudo enquanto dispositivos que oferecem uma boa organização dos dados observados durante as análises assim como promovem uma caracterização adequada para a compreensão dos conjuntos de artefatos estudados.

No entanto, para que fosse possível atingir o nosso objetivo geral que é reconsiderar a materialidade do contato tal qual se apresenta no contexto arqueológico do sítio Macaguá I foi necessário observar os processos sociais e históricos que porventura contribuíram para a conformação dessa situação específica.

Dessa maneira, as análises demonstradas nesse capítulo comporão uma caracterização geral dos tipos de artefatos líticos e cerâmicos identificados nesse contexto. Somente a partir dessa caracterização, pudemos criar subsídios suficientes para interpretar como essa materialidade específica se apresenta.

Embora utilizemos esses dispositivos técnicos para compor as análises do acervo material do sítio Macaguá I, consideramos que categorizar inicialmente os artefatos em dois conjuntos predefinidos como artefatos pré-históricos e históricos, ou mesmo artefatos indígenas e europeus, reduziria muito as dinâmicas sociais que acaso pudessem estar presentes na produção ou adoção desses objetos.

Congregamos com Cobb (2003) a ideia de que uma categorização previamente formulada desse tipo pode mascarar as sutilezas com que algumas dinâmicas sociais e históricas se apresentam nos artefatos, como a apropriação, a troca, ou a transformação que esses objetos experimentaram.

Defendemos que muito além da escolha de ferramentas de análises, a forma com que são utilizadas essas ferramentas juntamente com a adoção de métodos e técnicas de escavação apropriadas aos contextos específicos é fundamental para uma interpretação arqueológica adequada dos contextos estudados. Mas não devemos esquecer que a adequação das abordagens teóricas e conceituais também é imprescindível para se obter os objetivos desejados em uma pesquisa arqueológica.

Na aplicação do perfil técnico cerâmico<sup>19</sup> do sítio Macaguá I foram reproduzidos os passos da cadeia operatória<sup>20</sup> dos objetos cerâmicos a partir da caracterização de elementos técnicos que comportam as etapas de manufatura desses artefatos.

Todavia, a utilização dessas ferramentas como caracterizadores culturais de grupos indígenas vinculados a tradição Tupiguarani tem privilegiado o estudo dos artefatos cerâmicos em detrimento de artefatos produzidos a partir de diferentes matérias-primas, como é o caso do material lítico.

Neto (2008) em sua pesquisa sobre sítios da tradição Tupiguarani no semiárido de Pernambuco, inseriu os artefatos líticos nas pesquisas arqueológicas de grupos ceramistas desenvolvidas na Chapada do Araripe. Segundo Neto (2008) é importante caracterizar os artefatos líticos para que se possa compreender melhor o contexto arqueológico decorrente das ocupações Tupiguarani no semiárido do Nordeste.

Todavia, a presença de pesquisas sobre essa classe de artefatos encontrada em contextos Tupiguarani, ainda se apresenta de maneira tímida no contexto brasileiro (PROUS, 2010), e, especificamente, na região Nordeste (OLIVEIRA, 2000; CORRÊA, 2011).

Em contextos do contato, as análises arqueológicas, em geral, se baseiam na ideia de mudança cultural mediada pela substituição ou modificação de padrões culturais dos grupos indígenas face o encontro com culturas distintas (ZUSE; MILDER, 2008). Essa percepção de mudança ou continuidade de técnicas ou tecnologias tem caminhado lado a lado com estudos sobre a manutenção ou perda de identidade de grupos indígenas.

Na construção de classificações tipológicas e/ou tecnológicas comumente vemos que ocorre uma consequente atribuição identitária aos contextos materiais do contato. Nesses estudos, muitas vezes, o material lítico tem sido relegado a um segundo plano no qual não participa da definição dessas identidades (BUARQUE, 2010; PROUS, 2010).

Em análises desse tipo, tem sido preditivo que os artefatos líticos foram rapidamente substituídos por tecnologias europeias, nesse caso a metalurgia,

---

<sup>19</sup> Segundo Oliveira (1991) o perfil técnico cerâmico condiz com uma estrutura de análise caracterizada por uma organização hierarquizada e predefinida dos elementos técnicos, morfológicos e funcionais.

<sup>20</sup> Para Lourdeau (2006, p. 694), baseado nos estudos de Leroi-Gourhan (1964), Tixier *et al.* (1980), Pelegrin *et al.* (1988) e Karlin *et al.* (1991), a cadeia operatória se dá a partir de “uma reconstituição da seqüência de ações, dos gestos efetuados para obtenção do material estudado”. Para o caso específico do material lítico, Lourdeau (2006) defende que a cadeia operatória é definida pela sucessão das etapas de aquisição, produção de suporte e confecção do instrumento.

considerada para tanto, uma evolução tecnológica mais funcional para o progresso social e cultural dos grupos indígenas (COBB, 2003).

Todavia, contextos arqueológicos do contato têm trazido à tona características particulares da materialidade dos grupos envolvidos em situações de interação social. Essas características muitas vezes revelam que as dimensões social e utilitária não obedecem, necessariamente, os modelos funcionalistas previamente estabelecidos para o estudo da pré-história, destoando de abordagens baseadas em padrões materiais e culturais como é o caso da tradição Tupiguarani.

Da mesma forma, modelos baseados na predição da mudança material como consequência direta da mudança cultural de grupos indígenas não têm sido capazes de atender à compreensão das dinâmicas que se impõem sobre a emergência de novas identidades sociais – construídas sob o diálogo constante entre processos sociais e históricos e a materialidade que nasce desses espaços de negociação.

Segundo Bamforth (1993) a substituição do uso ferramentas líticas pelo uso de instrumentos de metal não se deu subitamente, ou mesmo de maneira imediata em situações do contato.

Testemunhos materiais do contato nas Américas têm revelado que a variabilidade das relações sociais atuou de formas diferenciadas na produção de artefatos líticos por grupos indígenas, ocasionando inclusive a inserção de técnicas e tecnologias de produção de ferramentas líticas que não foram reconhecidas em contextos arqueológicos americanos formados em períodos anteriores ao contato (COBB, 2003; MILLHAUSER; RODRÍGUEZ-ALEGRÍA; GLASCOCK, 2011).

Concordamos com Bamforth (1993) que as tecnologias de produção de artefatos líticos do período do contato estão embebidas de relações sociais que se desenrolaram nesses contextos. Logo, é necessário além de caracterizar aspectos tipológicos e tecnológicos perceber os artefatos líticos em contexto.

Assim, na compreensão do conjunto de artefatos líticos na materialidade do contato observada no sítio Macaguá I devem contemplar além das análises tipológicas a inserção dos mesmos numa discussão mais ampla acerca do contexto social e histórico. Essa inserção foi realizada durante a discussão dos resultados obtidos com as análises tipológicas e da cadeia operatória ao final do tópico que trata dessas análises como também nas considerações finais acerca da participação desses artefatos na construção de uma interpretação arqueológica para essa materialidade.

Todavia a imersão desses objetos no contexto social e histórico investigado não se prestou a corroborar, necessariamente, com narrativas do desaparecimento de determinados tipos de artefatos produzidos por indígenas no período após o contato, nem mesmo serviu para complementar a documentação histórica reafirmando discursos políticos sobre esse passado histórico (LITTLE, 1992, 1994).

Para que esses objetos pudessem ter uma leitura própria e a sua conseqüente participação na formação do contexto arqueológico do sítio Macaguá I foi necessário inicialmente caracteriza-los a partir de uma análise de sua cadeia operatória e na definição dos tipos apresentados nesse contexto levando em consideração elementos como a disposição espacial e o posicionamento estratigráfico em que esses foram identificados.

Ao final desse capítulo, fizemos uma leitura crítica dessas análises que considera os diferentes tipos de artefatos concebidos no interior de um contexto histórico e social específico (HODDER, 1986). Consideramos ainda nessas discussões as traduções que surgem da relação dialógica entre fontes escritas e arqueológicas (DERRIDA, 1996) no contexto do sítio Macaguá I.

A necessidade dessa leitura se deu pela busca da compreensão, a partir das evidências arqueológicas demonstradas nas análises, das representações materiais de um passado histórico em que diferentes papéis sociais observados nas fontes escritas (GALLOWAY, 2006) foram responsáveis pela negociação de espaços mediados pela vida social que esses artefatos experimentaram e construíram (APPADURAI, 1988).

Para tais discussões consideramos outros contextos sociais, históricos e arqueológicos além de contextos identificados no Brasil ou mesmo do Nordeste.

Dessa maneira pudemos perpassar lugares, histórias e culturas, atravessando países e continentes onde foram produzidas situações semelhantes, assim como espaços que tiveram uma participação ativa na formação da materialidade do contato, como é o caso de sítios arqueológicos formados durante os séculos XVI e XVII, num roteiro que foi traçado a partir do sítio Macaguá I na Serra de Santana, semiárido Potiguar.

## 7.1 OS ARTEFATOS LÍTICOS E A TRADIÇÃO TUPIGUARANI

Os estudos sobre tecnologia e técnicas empregadas na confecção de artefatos líticos encontrados em sítios da tradição Tupi tem se mostrado como uma problemática para o estudo dessas populações (PROUS *et al.*, 2010). A ausência de materiais líticos assim como a falta de interesse dos pesquisadores brasileiros em estudar esses tipos de indústria, onde há pouco material lascado, tem resultado numa inexpressiva participação desses materiais nas interpretações construídas para explicar a formação desses contextos.

As técnicas de lascamento identificadas nesses sítios – *débitage* e *façonnage* – foram utilizadas na produção de um conjunto de material lítico, que, segundo os especialistas nesse tipo de tecnologia, tem sido considerado insuficiente na caracterização da cadeia operatória.

A indústria lítica associada aos sítios Tupi tem sido demonstrada pela presença artefatos lascados e polidos, sendo desses últimos a maior representatividade tanto em contextos de habitação quanto em contextos rituais (PROUS *et al.*, 2010).

Quanto a classificação de matérias-primas utilizadas na confecção dos objetos, são apontadas tipos de rochas e minerais diferenciados para o uso em cada uma das técnicas, polido (arenito, xisto, gnaisse, amazonita, basalto) e lascado (quartzo, sílex, arenito silicificado).

No Sul do país, arqueólogos têm identificado artefatos e fragmentos produzidos por lascamento em uma maior quantidade que nos sítios registrados nas regiões Sudeste e Nordeste (DE MASI; SCHMITZ, 1987; SCHMITZ, 1990; ROGGE, 1996).

Todavia, para o material obtido a partir de lascamento, apesar de ocorrer em menor quantidade nesses sítios, a presença massiva de córtex tem sido colocada com produto de uma indústria com *débitage* pouco intensa com uma redução pouco expressiva dos blocos de matéria-prima e uso muito limitado ou inexistente de retoques (MENTZ, 1991).

Segundo Prous *et al.* (2010), a distinção entre lascas e núcleos em sítios Tupi nem sempre pode ser bem estabelecida devido as técnicas de lascamento utilizadas por esses grupos.

Para o autor, essas técnicas produziram fragmentos e detritos com morfologia poliédrica (*cassons*), diferentemente de outras técnicas que produzem a partir do lascamento estilhas pontiagudas.

Na tentativa de obter mais informações acerca das técnicas utilizadas no lascamento, foram realizadas experimentações do aquecimento de blocos a fim de perceber as alterações do lascamento por pressão de materiais lascados (PROUS *et al.*, 2010).

Isso se deu devido as observações feitas em conjuntos líticos estudados por Schmitz (1990), De Masi (1987) e Rogge (1996), que apontaram a possível presença de retoques por pressão em sítios da região Sul, devido a marcas de queima encontradas no material. No entanto, a partir da arqueologia experimental, ficou demonstrado que o aquecimento dos materiais não melhora a qualidade do lascamento, chegando muitas vezes a atrapalhar o processo de lascamento.

Possivelmente, essas marcas de queima (fuligem) encontradas nos materiais líticos foram produzidas por processos pós-deposicionais que alteraram o registro arqueológico desses artefatos, como é o caso de queimadas e coivara realizadas durante a preparação do terreno para a agricultura em tempos recentes.

Schmitz (1980) nos informa da presença de ‘lascas de trabalho secundário’, que o mesmo atribui à produção de tipos de objetos bem definidos, como enxadas e machadinhas, embora tenham sido encontrados em pequena quantidade. Nessas pesquisas, o autor observou a utilização de técnicas de *façonnage*, sob suportes de arenito silicificado e basalto.

No sul a presença de material polido é menos significativa que no Nordeste, entretanto puderam ser identificados afiadores em canaleta (polidores manuais), sendo utilizados para modificar materiais diferenciados como osso, madeira na obtenção de instrumentos, ou mesmo para dar um acabamento fino em adornos de matéria-prima rochosa (PROUS *et al.*, 2010).

Os alisadores em canaleta ou aguçadores, identificados em sua maioria em rocha arenítica friável, possuíam um ou vários sulcos de seção semicircular. Foram interpretados como sendo instrumentos ‘passivos’ produzidos pela fricção constante de objetos cilíndricos.

Esse tipo de objeto apareceu também, em casos mais raros, produzido a partir do reaproveitamento de fragmentos de cerâmica. Como comportam dimensões de tamanho reduzido (de forma que caiba na palma da mão), presença de sulcos inferiores a 2 cm

de largura e profundidade máxima de 0,8 cm, foram explicados como produto de uma indústria de produção de setas de varetas de madeira e afinamento do tratamento dado a superfície de adornos de pequenas dimensões como contas de colar e tembetás com matéria-prima de menor dureza como a resina.

Vialou (1980) identificou alisadores em canaleta em forma de V, com sulcos estreitos e corte transversal. Concluiu que esses tipos de instrumentos foram utilizados em objetos apoiados obliquamente a essas peças e não longitudinalmente, tipo de uso que deixou essas marcas específicas no material dos sítios estudados. Nesses sítios foram ainda identificados furadores que foram utilizados na produção de adornos perfurados como contas de material rochoso e malacológico, mas podemos estender o uso desses instrumentos para a perfuração de fusos planisféricos obtidos a partir do reaproveitamento de fragmentos cerâmicos.

A presença de adornos labiais em formato de T (tembetás) geralmente está associada a contextos rituais, onde podem ocorrer em associação a enterramentos secundários em sítios classificados como cemitério, ou em determinadas áreas dos sítios de habitação destinadas a práticas rituais.

Em contextos arqueológicos identificados na costa litorânea que vai da região Sudeste até o litoral do Nordeste foram registrados conjuntos materiais líticos que associados à cerâmica foram caracterizados como resultado de ocupações tupinambá.

No litoral do Rio de Janeiro foram encontrados sítios associados à ocupações desses grupos com cronologias que vão desde a pré-história até o período de contato num mesmo contexto regional.

Todavia, no sítio (Bananeiras) classificado como resultado do contato de franceses e Tupinambás, não foi identificado material lítico (BUARQUE, 2010). No entanto, essa ausência ainda não pode ser interpretada simplesmente como um abandono do uso e produção de artefatos líticos. Esse fato pode se dever as características particulares da espacialidade desses grupos, como locais de estabelecimento de habitações em áreas distintas dos sítios cerimoniais.

Esse sítio, por exemplo, onde foram encontradas as miçangas de vidro, foi classificado como resultado da formação de espaços destinados a práticas cerimoniais (BUARQUE, 2009). Em sítios semelhantes encontrados no estado de Goiás as miçangas aparecem em contextos de enterramentos secundários (PROUS *et al.*, 1996).

No sítio Vassoural, alocado no sul de Minas Gerais, as miçangas de vidro, classificadas como ‘paralelepipedais’, foram encontradas num mesmo contexto onde

apareciam ainda artefatos líticos. Nesse sítio datado do século XVI ( $\pm 480$  B.P.) foram identificados fragmentos de lascamento que podem ter sido usados para compor outro objeto, possivelmente raladores (PROUS *et al.*, 2010).

Na tentativa de compor um quadro analítico para esses materiais geralmente associados a refugos de lascamento, os pesquisadores utilizaram dados obtidos em fontes etnohistóricas, como a obra de Léry, o qual comenta num trecho de seu diário que as mulheres durante a produção de farinha de mandioca: “as ralam ainda cruas sobre uma tábua de madeira cheia de pedras pontiagudas”.

Todavia, análises baseadas em modelos de abordagem econômica e ecológica ainda prevalecem no estudo dos conjuntos líticos de sítios Tupi.

Em sítios identificados na região Nordeste, mas especificamente no semiárido de Pernambuco e do Piauí foram coletados inúmeros artefatos líticos produzidos com a técnica de lascamento (CASTRO, 1999; OLIVEIRA, 2000).

No estudo do conjunto lítico do sítio Aldeia da Queimada Nova, foram identificados adornos labiais em amazonita (tembetás) e polidores em canaleta, mas a grande maioria dos artefatos encontrados foi manufaturada a partir de lascamento (OLIVEIRA, 2000).

Durante as pesquisas do sítio Xilili, no agreste pernambucano, arqueólogos descrevem artefatos lascados encontrados em contextos de enterramento, onde a maioria era composta de lascas simples, de grandes dimensões, onde um terço da amostra possuía córtex (LIMA; ROCHA, 1984). Segundo Prous (1992) essa associação entre materiais lascados e enterramentos em contextos cerimoniais pode representar a importância que esses grupos davam para as ferramentas lascadas.

Para ambos os sítios encontrados no interior do Nordeste, não temos informações estratigráficas ou cronológicas com as quais se possa inferir uma temporalidade para esses contextos, não estando descartada, portanto, a possibilidade de se tratarem de contextos formados em períodos históricos.

No tocante ao estudo de artefatos líticos em contextos Tupi identificados como resultado do contato e da aculturação temos exemplos que vão de explicações simplistas até mesmo à ausência de pesquisas devido à ideia propagada de que esses materiais perderam funcionalidade e importância nessas sociedades face à chegada de tecnologias mais avançadas, como é o caso do metal, ou de táticas de dominação impostas pelos colonizadores europeus (PROUS, 1992).

A inclusão desses artefatos no contexto arqueológico do sítio Macaguá I no semiárido Potiguar foi considerada mediante o diálogo com outras fontes da arqueologia histórica.

As práticas sociais representadas pela vida social desses objetos podem ter mediado relações sociais construídas no âmbito dos espaços de negociação que nascem do contato no semiárido do Nordeste do Brasil.

Assim, nas análises desses conjuntos líticos foram incluídas leituras estratigráficas para uma melhor compreensão da inserção dessas ferramentas no contexto das representações materiais do contato no sítio Macaguá I.

Para tal, persisto, como elaboração e resultado dessas análises, na inserção das técnicas de produção desses artefatos em contexto coformando a materialidade desse espaço juntamente com outras classes de material (cerâmica, malacológico e miçangas) inseridas nas práticas sociais desse contexto histórico específico e identificadas nas pesquisas arqueológicas.

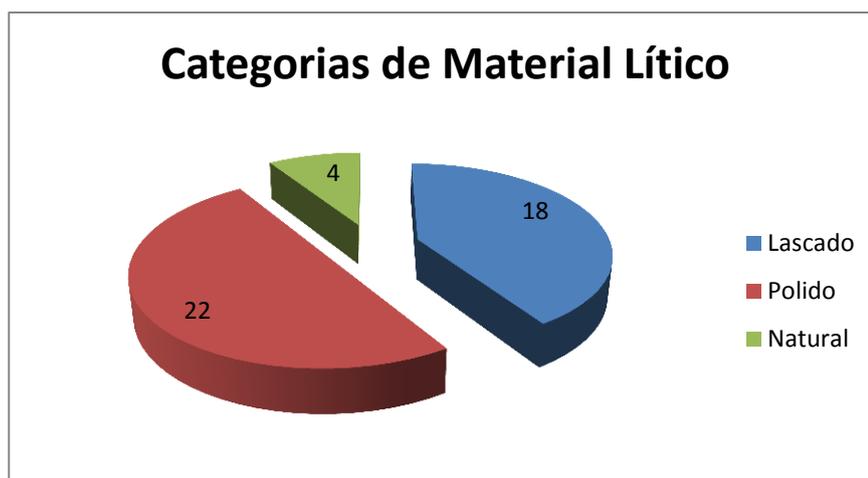
### **7.1.1 Análises de Artefatos Líticos do Sítio Macaguá I**

As análises realizadas nos artefatos líticos do Sítio Macaguá I foram desenvolvidas, sobretudo, com o conjunto de quarenta e quatro (44) materiais líticos para os quais pudemos atribuir sua localização no contexto arqueológico.

Essa localização condiz com o posicionamento desses artefatos em relação à sua distribuição nas áreas em que se encontravam as manchas assim como a sua presença nas unidades de estratificação arqueológica demonstradas no capítulo dois.

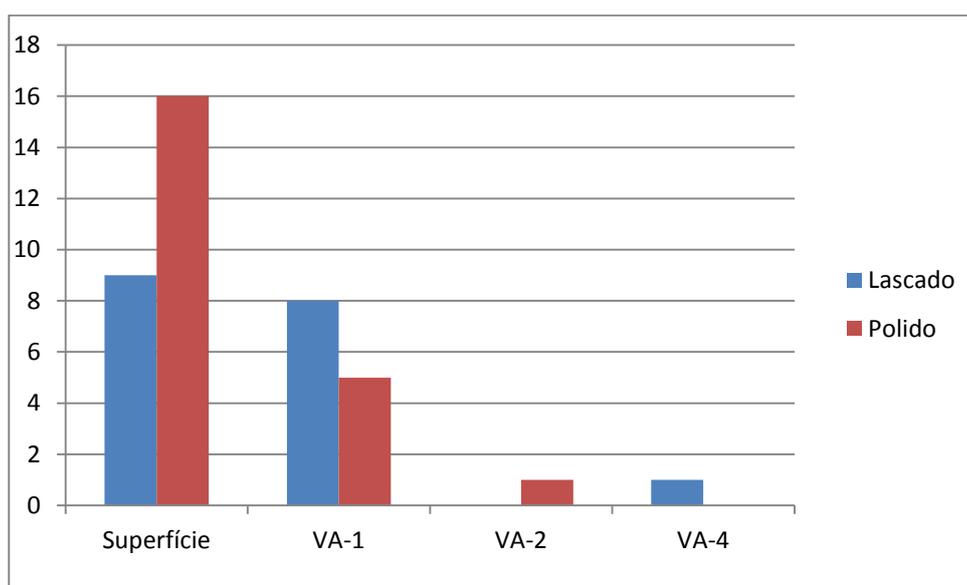
Durante as análises preliminares desse conjunto (total de 44 peças) classificamos inicialmente esses materiais em três categorias (Figura 50):

- a. Natural: que condiz com fragmentos de rochas e minerais cujas fraturas se deram por fenômenos naturais como a ação térmica, não apresentando, portanto, indícios da ação humana na modificação desses materiais;
- b. Lascado, e;
- c. Polido.



**Figura 50 - Frequência das categorias de material lítico identificadas no acervo estudado.**

Mesmo sendo um acervo reduzido pretendemos com essas análises caracterizar a tecnologia lítica identificada a partir dos contextos específicos das manchas já que dispúnhamos apenas dessas informações. Com isso, não podemos dizer no momento, que essas análises são representativas da totalidade do sítio arqueológico, já que para isso seria necessário realizar escavações arqueológicas em outras áreas do sítio (Figura 51).



**Figura 51 - Frequência de artefatos lascados e polidos no contexto arqueológico do sítio Macaguá I.**

Todavia, como foi pretendido nessa pesquisa identificar e caracterizar o contexto dessas manchas o acervo esse acervo, embora contanto com poucos materiais poderia trazer importantes contribuições para a compreensão da materialidade do contato presente nesse contexto.

Assim, para que fosse possível realizar a inserção desses objetos no cenário social e histórico desse período foi importante o uso de uma abordagem contextual que considerasse outros tipos de fontes arqueológicas, como as escritas assim como outros materiais e espaços que compunham o contexto arqueológico do sítio Macaguá I.

A ausência de núcleos e instrumentos lascados observada no conjunto de artefatos líticos lascados (18), associada a um número muito reduzido de lascas (apenas 2), foi importante na adoção de uma metodologia de análise que considerasse a ausência desses artefatos na interpretação desse contexto arqueológico.

Dessa forma, precisávamos de uma abordagem metodológica que fosse adequada ao estudo desse contexto, oferecendo a possibilidade de formular expectativas arqueológicas mesmo com a ausência dessas classes específicas de artefatos (núcleos, instrumentos e lascas).

Para tal, a adoção de análises a partir da noção de cadeia operatória foi primordial no estudo do material lítico do sítio Macaguá I, já que esse tipo de abordagem considera todos os tipos de artefatos incluindo os materiais produzidos de atividades de descarte. A inclusão dos materiais de descarte no estudo do material lítico do sítio Macaguá I foi essencial para a caracterização da tecnologia lítica nesse estudo de caso visto que grande parte do acervo de artefatos lascados era composta de fragmentos de lascamento e estilhas.

No estudo da cadeia operatória se procura compreender, a partir de leitura dos artefatos (indícios das técnicas), as intenções do artesão na confecção e funcionamento do instrumento (PELEGRIN, 1995).

Esse tipo de abordagem tecnológica tem sido bastante utilizado na aplicação de análises arqueológicas que objetivam a compreensão dos artefatos como resultado de um conjunto de operações técnicas e seus consequentes gestos comportamentais.

Apesar de ter o seu início marcado pelas pesquisas de Mauss (1936), a aplicação dessas análises na arqueologia se estabeleceram somente duas décadas depois do seu desenvolvimento.

Dessa forma, a utilização dos esquemas técnicos em análises da tecnologia lítica nas análises desse acervo se deu a partir da organização de fases e processos sucessivos,

que foram concebidos como resultado de esquemas mentais pré-determinados (LEROI-GOURHAN,1964).

Apesar de parecer um pouco destoante das discussões acerca do papel social dos artefatos líticos em contextos materiais do contato e interação social (COBB, 2003), esse tipo de metodologia, aplicada aos conjuntos líticos do sítio Macaguá I, foi utilizada assim como o perfil técnico se prestara ao estudo dos objetos cerâmicos.

Uma vez que os métodos e técnicas da abordagem da cadeia operatória não resolvem as questões gerais que se impõem diretamente sobre a compreensão de aspectos sociais e históricos da materialidade do contato em espaços de negociação entre grupos sociais distintos, eles serviram ao presente estudo à medida que puderam trazer à tona discussões sobre técnicas e tecnologias observadas a partir de uma classificação da tecnologia lítica.

Embora esse tipo de metodologia venha se mostrando útil para a explicação de contextos arqueológicos tanto de caçadores coletores quanto horticultores ceramistas, o uso dela aqui será limitado a oferecer especificações técnicas que possam contribuir na resolução de problemas antropológicos sobre a formação desse contexto em específico.

A classificação dos elementos técnicos enquanto categoria de entrada, não foi empregada como resultado diretamente ligado à percepção de perda ou manutenção de tecnologias tradicionais ou indígenas, ou mesmo Tupiguarani.

Ulteriormente, se prestou à caracterização do conjunto de artefatos líticos inseridos nesse contexto material, o que, apenas conjuntamente com outras fontes arqueológicas podem ser pensadas enquanto elementos materiais que subsidiaram as negociações que surgem dessa materialidade.

Pensando dessa forma, a construção dessas análises inicialmente considerou segundo Boëda (1997: 43) “vários estágios técnicos, para que dessa forma sejam situados numa operação sequencial, ou cadeia operatória”, para apenas posteriormente a uma leitura contextual dos artefatos, atribuir aproximações sobre os papéis sociais desempenhados por esses objetos na construção de práticas sociais e históricas que podem ter surgido, porventura, como mediadoras de situações conflituosas ou de alianças que podem ter se dado nesse contexto.

Todavia, consideramos que não há um sentido único e determinado resultante de atribuições tecnológicas aos grupos sociais que participaram ativamente na construção do contexto material e histórico identificado no sítio Macaguá I.

Como pontua Cusick (1998: 6): “*contact situations are structured, but not deterministic*”. Assim, não podemos atribuir a determinadas categorias tecnológicas de artefatos líticos apenas os resultados de processos generalizantes, já que esses conjuntos necessitam ser observados segundo as particularidades inerentes aos processos sociais e históricos que permearam a construção do contexto arqueológico em que se insere a materialidade do contato observada no contexto do sítio Macaguá I, na Serra de Santana.

Apesar da importância da atuação de processos econômicos observada na construção da metodologia utilizada aqui, esses fenômenos não foram percebidos com exclusividade na interpretação que se construiu para explicar o uso e a atuação dos artefatos líticos pelos grupos sociais atuantes nesse contexto histórico. Assim, serão considerados outros processos de ordem social e histórica que porventura podem ter contribuído, também, na conformação da tecnologia lítica identificada a partir dos artefatos líticos do sítio Macaguá I.

Dessa forma, não consideramos as ideias e as suas expressões materiais enquanto meros elementos passivos ou simples reflexos de uma realidade material observável. Antes, essas expressões materiais entendidas como a materialidade expressa em contextos arqueológicos surge aqui enquanto elementos de caráter dinâmico, não preditivos e para os quais foram atribuídos papéis sociais ativos desempenhados na construção de espaços de negociação no período histórico do contato.

### **7.1.2 Análise dos Artefatos Lascados**

O acervo de materiais lascados foi de vinte e uma (21) peças, no entanto, com análises preliminares três (3) foram caracterizados como material natural, restando assim dezoito (18) artefatos lascados que foram estudados no decorrer das análises da cadeia operatória.

O uso da cadeia operatória para o estudo da tecnologia dos artefatos líticos do sítio Macaguá foi proposto com o objetivo de analisar todos os tipos de artefatos evidenciados nesse contexto arqueológico.

Contrariamente a isso, estudos baseados apenas na classificação tipológica de categorias específicas de materiais arqueológicos tenderiam a priorizar apenas os instrumentos identificados o que não fora o caso nesse contexto, em detrimento do

conjunto de objetos cuja funcionalidade não se apresenta como principal evidência arqueológica.

Todavia, no estudo tecnológico ainda se dá prioridade a caracterização de núcleos, suportes e instrumentos, subtraindo desses, índices quantitativos e qualitativos que demonstrem uma representatividade expressiva no conjunto analisado.

A identificação dos núcleos se dá com o objetivo de compreender, além das técnicas utilizadas na produção, as estratégias de aproveitamento e economia de rochas e minerais durante a confecção dos suportes.

De acordo com Piel-Desruisseaux (1989, p.25) os núcleos constituem blocos de “matéria-prima (rocha ou mineral) de onde se extraem por percussão, lascas”, sendo posteriormente transformados em instrumentos (INIZAN *et al.*, 1995).

Esses núcleos, os quais não foram identificados no acervo estudado, compreendem basicamente as estratégias de utilização dos blocos rochosos, onde poderiam ser identificados os sistemas técnicos adotados pelos grupos que produziram tais objetos. Entretanto não pudemos considerar exclusivamente relações de produção desses artefatos devido à ausência dos mesmos no contexto observado.

Dentro da perspectiva tecnológica as lascas também possuem um papel fundamental, facilitando a identificação e caracterização de todas as etapas do esquema produtivo dos suportes assim como as estratégias investidas na alteração dos núcleos para obtenção dos instrumentos. Esses instrumentos, de acordo com Leroi-Gourhan (1964), são os artefatos em ação. Nessa classe se inserem os artefatos retocados, que apresentam uma repetição na borda de pelo menos três lascamentos contínuos e regulares ou que apresentarem, mesmo sem retoque, marcas de utilização. No entanto essa classe de artefato foi ausente na amostra analisada.

Todavia, a ausência desses elementos em contextos arqueológicos específicos, como o caso do sítio Macaguá I cujo acervo estudado conta com apenas duas lascas e nenhum instrumento, tende a dificultar a compreensão dos sistemas técnicos.

As análises dos aspectos qualitativos e quantitativos dos artefatos líticos do Sítio Macaguá I foram adaptadas a partir dos princípios de estudos clássicos sobre tecnologia lítica e daqueles que adaptaram essas metodologias de análise para o registro arqueológico observado no contexto brasileiro dentro de uma perspectiva que vai desde o estudo de sistemas técnicos de caçadores coletores (INIZAN *et al.*, 1995; FOGAÇA, 2001; RODET, 2006; LOURDEAU, 2010) até os grupos horticultores ceramistas (PROUS, 2004; VIANA, 2005).

Seguindo essas perspectivas o estudo dos artefatos líticos do sítio Macaguá I foi desenvolvido segundo os objetivos de:

1. Compreender o processo de aquisição da matéria-prima;
2. Identificar e caracterizar o processo de obtenção dos suportes;
3. Identificar e caracterizar o processo de confecção do instrumento.

O primeiro caminho percorrido durante as análises do material lítico do sítio Macaguá I se deu com a divisão dos artefatos nas classes específicas:

- A. Lascas: lascas de *débitage*, que nesse contexto se apresentaram sem córtex, configuram os produtos do gesto técnico com objetivo da obtenção de suportes;
- B. Estilhas: que se apresentam nesse acervo como resíduos de retoque de lascamento, possuem as mesmas características das lascas de *débitage*, com a ausência de retoques e orientadas pelo ponto de percussão, talão e bulbo, diferindo apenas no que diz respeito ao comprimento do eixo de *débitage*, neste caso inferior a 1,5 cm.
- C. Estilhas Pontiagudas: artefatos cuja principal característica que os diferencia da classe de Estilhas é o aspecto de ponta que, assim como nos instrumentos, está presente na parte distal dessas estilhas;
- D. Fragmentos: são lascas incompletas resultantes de lascamento, que possuem menos da metade da totalidade de uma lasca cuja configuração não apresenta nem bulbo nem talão (HOELTZ, 1997), que no acervo estudado se apresentaram em sua maioria com córtex ausente e apenas um exemplar com córtex maior que a metade.

### 7.1.3 Análises de Matéria-Prima

Durante as análises da matéria-prima foram consideradas principalmente as características morfogenéticas de rochas e minerais com o objetivo de uma classificação geral segundo os componentes mineralógicos que caracterizam os artefatos.

Dessa forma, as matérias-primas identificadas no acervo estudado foram classificadas em quatro tipos: a) Silexito; b) Quartzito; c) Quartzito e; d) Argilito (Figura 52).



**Figura 52 - Frequência dos tipos de matéria-prima identificados no conjunto de artefatos lascados.**

#### **7.1.4 Análises da Obtenção dos Suportes**

Mesmo com a ausência de núcleos no acervo estudado aliado ao número reduzido de lascas, foi importante analisar a obtenção do suporte com a finalidade de caracterizar e identificar as modalidades utilizadas através de métodos<sup>21</sup> e técnicas<sup>22</sup> de lascamento.

Para tal é importante destacar que esses métodos consistem no agenciamento de uma série de ações executadas por cada técnica (LOURDEAU, 2010), ou seja, as formas com as quais agenciamos os meios (técnicas) de se obter os suportes (TIXIER, 1967 *apud* LOURDEAU, 2006).

Para esse acervo foram identificadas apenas duas classes das modalidades utilizadas na obtenção do suporte<sup>23</sup> que se deram:

<sup>21</sup> Segundo Lourdeau (2010, p. 62) o método irá determinar “l'emplacement l'ordre de succession et la nature des enlèvements effectués et son déroulement suit les règles constitutives du concept au sein duquel elle s'insère.”

<sup>22</sup> Segundo Lourdeau (2010, p. 62) as técnicas são os “meios materiais implementados para a realização do método” (tradução nossa).

<sup>23</sup> Para Lourdeau (2010) existem três modalidades de obtenção do suporte: as duas listadas acima e mais uma que se dá através de *façonnage*, cujo tipo não ocorre nesse acervo.

1. Através do uso de um suporte natural, que já apresenta boas características para sua utilização como uma lasca térmica ou lasca natural com um gume natural cortante ou que apresente uma volumetria suficiente para a modificação, ou;
2. Através de *débitage*.

### 7.1.5 Metodologia de Análise dos Artefatos Polidos

O material lítico estudado nas análises de artefatos polidos contou com um acervo de vinte e três (23) peças. Todavia, uma (1) dessas peças identificadas nesse acervo se caracterizou como uma plaqueta rochosa de formação natural. Assim, contamos com um acervo de vinte e dois (22) artefatos polidos distribuídos em diferentes classes de artefatos como veremos na descrição a seguir.

As análises desses artefatos polidos se deram inicialmente com a divisão das peças em relação às técnicas de confecção e a matéria-prima utilizada na produção.

As técnicas para obtenção de suportes, para os artefatos picoteado/polido foram divididas em três grupos: picoteamento, polimento, e picoteamento/polimento.

O picoteamento “é obtido através da percussão repetida de uma superfície por um batedor, o que provoca o seu esfarinhamento, com consecutiva abrasão progressiva. Tem como objetivo estético e morfológico de transformar a matéria-prima” (PROUS, 2004).

Esta técnica transformativa em alguns casos pode estar associada a uma etapa de confecção anterior ao polimento, que é realizado na fase de finalização do artefato.

A técnica de polimento “utiliza a matéria-prima, desejada a trabalhar, sobre um polidor (uma superfície plana) tão duro quanto a matéria-prima, com ajuda de um abrasivo (areia rica em sílica) e de frequentes lavagens com água” (PROUS, 2004). O polimento é em muitos casos a última etapa da confecção do instrumento e permite moldar um gume mais resistente do que realizado com o picoteamento.

O picoteamento/polimento foram classificados a partir dos instrumentos que apresentaram as duas técnicas. O picoteamento geralmente é usado para dar forma aos instrumentos enquanto o polimento serve para o acabamento final. O polimento neste caso é realizado apenas em uma parte do instrumento, estando presente principalmente no gume.

Após essa divisão inicial foram estabelecidos seis classe de instrumentos que representam a diversidade de artefatos identificada nos contextos arqueológico e estratigráfico:

1. Machado;
2. Polidor;
3. Alisador;
4. Adorno;
5. Calibrador em Canaleta;
6. Artefato com polimento, mas sem morfologia definida;

Durante as análises também levamos em consideração a integridade do artefato que pode ser dividida em cinco tipos:

1. Fragmento mesial;
2. Fragmento de morfologia não identificada;
3. Inteiro;
4. Fragmentado em uma ou mais partes;
5. Fragmentado nas duas extremidades.

Para os instrumentos classificados como machados, foram ainda observadas as técnicas de confecção e a morfologia do gume, as quais poderiam auxiliar na caracterização dos tipos de produção investidos na obtenção dessas ferramentas. As técnicas de confecção foram classificadas como:

1. Polimento;
2. Picoteamento;
3. Picoteamento e Polimento;
4. Ausente.

Para esse tipo de instrumento também consideramos a forma com que o gume foi delineado, através da qual esse gume pode se apresentar: côncavo, convexo, retilíneo ou irregular.

### **7.1.6 Das Análises e Resultados**

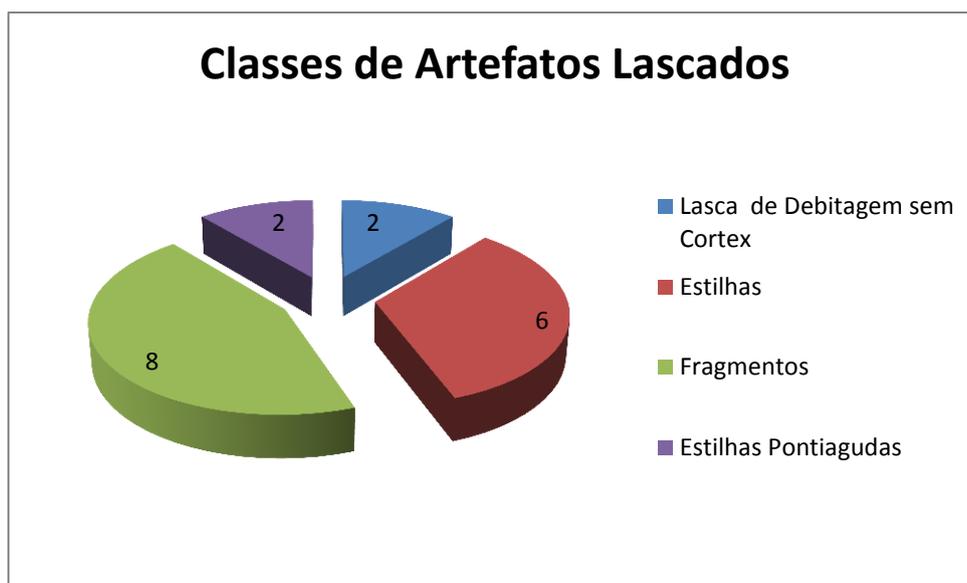
O acervo analisado é composto por um total de quarenta e quatro (44) peças, das quais três (4) foram classificadas como natural, ficando assim fora das análises posteriores.

Dentro das duas categorias de artefatos (lascado e polido) presentes no conjunto lítico (40) presente no contexto arqueológico identificado nas escavações do sítio Macaguá I, observamos que tanto os artefatos lascados (18) quanto artefatos polidos (22) com relação se apresentaram com quantidades equivalentes. Todavia, os instrumentos só foram identificados dentro da categoria de artefatos polidos.

### **7.1.7 Artefatos Lascados do Sítio Macaguá I**

Dentro da categoria dos objetos líticos lascados, que comporta um total de dezoito (18) foi possível identificar quatro classes de artefatos presentes nesse contexto arqueológico. Todavia, entre essas classes, a presença de estilhas e fragmentos se destacou no conjunto de artefatos líticos lascados identificados no contexto do sítio Macaguá I (Figura 53).

Contudo, outra característica técnica que se apresentou de maneira majoritária na caracterização da produção desses artefatos foi a ausência de retoques aplicados ao acabamento dos objetos.



**Figura 53 - Frequência das classes de artefatos lascados.**

Nesse contexto observamos a presença de apenas duas Estilhas Pontiagudas, para as quais não podemos inferir, no momento, sobre essa classe ser de tipos específicos de Instrumentos (identificação dos artefatos MGI-165-b e MGI-154-b). Isso demonstra que foram realizadas no máximo duas retiradas na superfície superior das peças, ambas ocorridas anteriormente a obtenção das estilhas.

Isso pode estar relacionado a utilização desses artefatos para compor um instrumento que comportou outras partes.

No estudo das indústrias líticas da tradição Tupiguarani é comum a identificação dessa classe de artefatos, considerados como uma possibilidade de se tratar de parte dos instrumentos na explicação dos contextos materiais de sítios arqueológicos (PROUS *et al.*, 2010).

Segundo PROUS *et al.*, (2010) essas estilhas podem ter sido parte de um instrumento formado por uma base plana de madeira onde eram alocadas estilhas com a parte pontiaguda para fora. Todavia, nesses textos esses pressupostos são tratados apenas como uma possibilidade na caracterização da tecnologia lítica da tradição Tupiguarani, já que de fato esses instrumentos nunca foram identificados (inteiros) em contexto arqueológico.

Essa constituição material tem sido atribuída a objetos cuja função era a de raspar superfícies macias como madeira, couro, fibras vegetais ou até mesmo a

mandioca, no caso do preparo da farinha, alimento muito consumido por grupos indígenas no momento do contato (PROUS *et al.*, 2010).

Entretanto para uma melhor inferência sobre essa observação é necessário realizar estudos traceológicos para identificar marcas de uso que possam corroborar com as possibilidades levantadas a partir dos dados etnohistóricos do uso de artefatos sem retoque.

É preferível não caracterizar tais artefatos como instrumentos, de imediato, visto que as retiradas na superfície superior foram realizadas quando as estilhas ainda estavam integradas ao núcleo, e não retiradas intencionais para obtenção de uma morfologia específica (ponta) como ocorre em outros tipos de instrumentos, classificados como furadores.

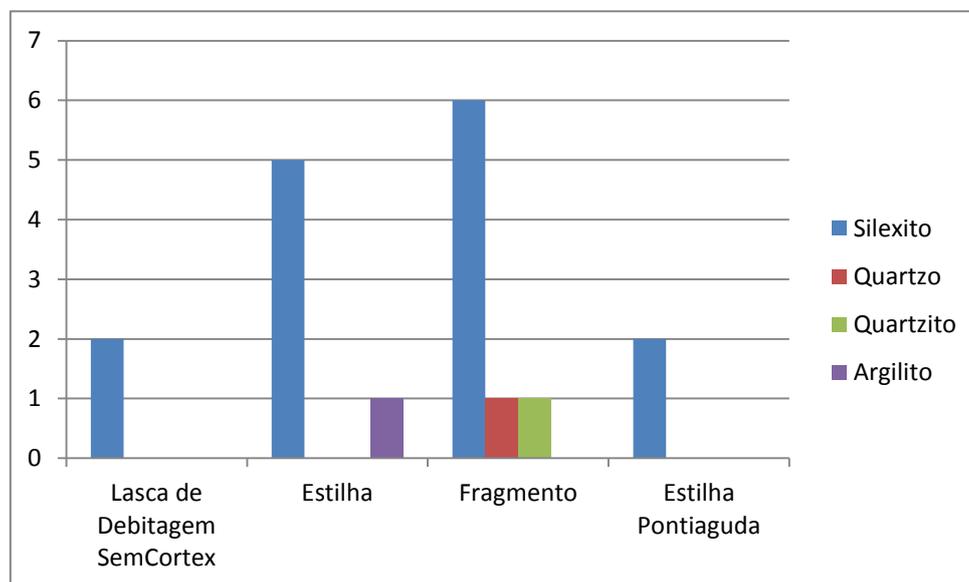
Quanto aos furadores, não foi observado nesse sítio a presença desse tipo de objeto, embora houvesse no mesmo contexto, materiais em que foram realizadas perfurações com o auxílio de instrumentos com superfície pontiaguda.

Esses artefatos constituem em sua maioria adornos como contas de colar em matéria-prima rochosa ou mineral e malacológico, entretanto a presença de fusos planisféricos obtidos a partir do reaproveitamento de cerâmica também apresenta um furo central realizado posteriormente à queima.

Os indícios materiais observados nessas duas estilhas pontiagudas levam a considerar que as retiradas na superfície superior são resultados de suportes (lascas ou estilhas) anteriores.

Com relação à matéria-prima observamos que existiu uma preferência no uso do sílex pelos artesãos que confeccionaram o acervo observado.

Esse tipo de material está presente em quase todas as classes identificadas. Nas lascas de *débitage* que apresentaram ausência de córtex e estilha pontiaguda a única matéria-prima evidenciada foi o sílex (Figura 54), o que pode ser decorrente da preferência dessa matéria-prima para a confecção desses tipos de artefatos, no entanto como trabalhamos apenas como um conjunto de artefatos reduzido que pode não representar a realidade da totalidade do sítio essa constatação serve apenas para criar expectativas na formulação de interpretações arqueológicas para esse contexto específico.



**Figura 54 - Relação da matéria-prima com as classes de artefatos.**

A modalidade de retirada preferencial para a produção de lascas de *débitage* sem córtex, estilhas e estilhas pontiagudas, foi a percussão direta interna com percutor de pedra.

Mesmo não tendo sido identificado nenhum percutor no registro arqueológico, pela modalidade evidenciada é possível observar que o tipo de percutor preferencialmente utilizado pelos artesãos foi constituído de rocha ou mineral. Isso pode indicar que o desenvolvimento desta etapa tenha ocorrido fora das áreas das manchas identificadas durante as escavações.

Nos contextos arqueológicos associados à presença de grupos Tupi no Sul, Sudeste e em outras áreas do Nordeste, as mesmas características técnicas foram observadas a partir da ausência do córtex (PROUS, 2004).

Pela ausência de núcleos, não podemos inferir que a retirada do córtex do plano de *débitage* foi retirada intencionalmente ou tenha se apresentado como resultado do aproveitamento do mesmo, com a utilização de mais de um plano de *débitage*. Nesse sentido, não podemos inferir sobre aproveitamento de planos propícios para obtenção de suportes em detrimento de uma intencionalidade na produção a partir de suportes descorticados, pelo menos no tocante à superfície, que irá receber o lascamento.

Apenas nas estilhas pontiagudas e em uma lasca obtida através da técnica de *débitage* sem córtex foram observados acidentes de lascamento.

Nelas foi possível atribuir dois tipos específicos de acidente, refletido –em uma estilha pontiaguda e em uma lascas de *débitage* sem córtex – e o acidente de silet – em uma estilha pontiaguda.

No que diz respeito ao estado da superfície das lascas de *débitage*, estilhas, estilhas pontiagudas e fragmentos, observamos a maior ocorrência de artefatos sem córtex. Em apenas três artefatos foi identificada a presença de córtex, entretanto em uma proporção menor da superfície superior (Figura 55).

A ausência do córtex pode ser resultado da preferência na produção de suportes descortçados, mas devemos lembrar que o acervo estudado é reduzido e que essa informação constitui apenas uma possibilidade no estudo da tecnologia lítica desse contexto.



**Figura 55 - Relação do córtex evidenciado nas lascas de *débitage*, estilhas, estilhas pontiagudas e fragmentos.**

### **7.1.8 Discussões Acerca dos Artefatos Lascados Identificados no Acervo Analisado**

Com relação aos aspectos tecnológicos de artefatos lascados, evidenciados no Sítio Macaguá I, mesmo com um acervo reduzido, foi possível identificar, a ausência de núcleos, e a pouca ocorrência de córtex na superfície dos artefatos lascados.

Isso pode estar ligado a práticas sociais específicas, das quais as atividades relacionadas à confecção de suportes para instrumentos pode ter se dado em espaços diferenciados, em áreas externas ao contexto do sítio Macaguá I. Para tal, essas produções podem ter sido realizadas em locais específicos onde ocorreu a retirada de matéria-prima ou mesmo em áreas destinadas exclusivamente à produção desses objetos.

A ausência de instrumentos retocados pode ser decorrente tanto do contexto específico em que os artefatos lascados foram identificados quanto do acervo ser reduzido. Contudo, se considerarmos enquanto uma possibilidade interpretativa para esse contexto, caso não venham a ser identificados instrumentos em escavações mais amplas, isso pode ter se dado como resultado da utilização das próprias lascas e estilhas que após a obtenção das mesmas, e estas apresentando um gume cortante, terem sido utilizadas sem a necessidade de modificação da borda a partir da configuração de um gume específico para sua utilização.

Nos contextos em que se apresenta a tecnologia lítica dos grupos ceramistas da Tradição Arqueológica Tupiguarani identificada principalmente na região Sudeste do Brasil (PROUS; ALONSO, 2010) existe uma relação proporcional entre instrumentos sem retoque e outras classes de artefatos lascados que receberam retoques. Esses contextos arqueológicos apresentaram, geralmente, pouca ocorrência de instrumentos retocados, como foi observado em levantamento recente com observações gerais da maioria de conjuntos líticos identificados no registro arqueológico apresentado no território brasileiro (PROUS; ALONSO, 2010).

Em estudo da tecnologia lítica de acervos de artefatos líticos identificados em sítios no semiárido do Nordeste brasileiro (LEITE NETO, 2008) em comparação com outros sítios Tupiguarani do litoral, concluiu-se que o que caracteriza a indústria lítica dessa tradição arqueológica não é apenas a presença de poucos instrumentos retocados,

mas a utilização de lascas com gumes cortantes obtidos logo após a sua retirada do núcleo.

Leite Neto (2008) argumenta que esses artefatos foram conseqüentemente utilizados sem uma preocupação com o aspecto morfológico específico da lasca. Nos sítios identificados no município de Araripina, no semiárido pernambucano, ele constatou que a preocupação se deu, principalmente, na obtenção de um gume ativo e funcional.

A percepção de áreas de atividades específicas no contexto do sítio Macaguá I poderia corroborar com o estudo dos esquemas operatórios adotados pelos grupos sociais na obtenção de artefatos líticos. No entanto, durante as intervenções arqueológicas não foram detectados, em superfície ou em subsuperfície, locais potencialmente propensos à caracterização desses locais.

Também não foi possível observar no registro arqueológico das primeiras intervenções informações da espacialidade que pudessem fortalecer uma caracterização desse tipo.

Contrariamente, os artefatos líticos identificados no contexto arqueológico do sítio Macaguá I, encontravam-se distribuídos a sua maioria em superfície em locais próximos aos vestígios. Dessa forma, não se tornou viável para o presente estudo realizar inferências ou explicações arqueológicas baseadas exclusivamente em abordagens tecnológicas construídas a partir de estudos das etapas de confecção desses artefatos, como a observação de núcleos ou mesmo instrumentos retocados, já que esses não se fizeram presentes nesse contexto.

Contudo, não podemos deixar de considerar como se comportam esses objetos dentro desse contexto já estudado e observado, já que a ausência de classes de artefatos como núcleos e instrumentos retocados no contexto dos vestígios e do próprio sítio pode revelar significativamente aspectos sociais e escolhas históricas e culturais específicas que podem se revelar na não adoção de tais práticas técnicas, no caso da ausência de outros locais destinados à captação de matéria-prima ou produção de objetos líticos.

De acordo com as fontes secundárias já tratadas aqui, a leitura dos espaços sociais imbricados nos territórios do semiárido Potiguar se coloca como uma tradução de práticas sociais e históricas de grupos sociais distintos ocupando essa região no período do contato. A negociação desses espaços, portanto, foi mediada por conflitos e alianças construídas mediante interesses políticos que surgem como demandas do contexto histórico dos séculos XVI e XVII.

No caso específico da Serra de Santana, esses espaços já eram ocupados antes dos séculos XVI e XVII por grupos indígenas com características sociais e culturais distintas. A arqueologia desenvolvida na região conta com inúmeros exemplos materiais de ocupações de grupos de caçadores coletores, que foram registrados também no período colonial como falantes de línguas travadas pertencentes ao tronco linguístico Macro-Jê.

Segundo cronistas dessa época, esses grupos possuíam uma territorialidade específica que estava atrelada à proteção dos espaços ocupados, e podemos inferir aqui que consequentemente as áreas de disponibilidade de recursos minerais possivelmente estavam incluídas nessas dinâmicas ocupacionais.

Nesse sentido, o acesso às fontes de recursos materiais, assim como a escolha das matérias-primas necessárias à produção de artefatos líticos, passam a ser produto, também, de alianças e conflitos mediados pelo contexto histórico e social vivenciado nesse período.

A adoção de técnicas e tecnologias necessárias à manutenção desses grupos pode, dessa forma, estar condicionada a fatores que perpassam os aspectos ambientais e econômicos tão mencionados na interpretação arqueológica dos grupos sociais do passado pré-histórico.

Nesse contexto, portanto, podem ter ocorrido vários fenômenos e processos culturais e sociais não previstos, tendo em vista que as respostas sociais a uma nova demanda promovida por esse momento histórico específico, mesmo tendo promovido o contato e interação social de forma estruturada na Serra de Santana pode ter incitado a construção e atuação de práticas sociais não determinadas pelos processos culturais observados mediante os padrões de cultura.

Ainda que não seja possível prever apenas a partir das análises dos artefatos lascados como a materialidade do contato mediou a construção de negociações dos espaços na Serra de Santana, é importante que se coloquem algumas possibilidades que surgem dessas análises.

Enquanto uma possibilidade a ser observada, devido a ausência de artefatos retocados e da pouca frequência de artefatos lascados, assim como a ausência de núcleos nesse contexto, o uso de outras tecnologias na produção de ferramentas pode ter demandado ainda de práticas de controle do acesso às fontes de matéria prima por determinados grupos.

Somem-se a essas observações, os indícios encontrados no contexto arqueológico específico identificado a partir desse sítio, onde a significativa ausência de materiais metálicos corrobora na construção de tal possibilidade para o estudo desse contexto específico produzido pelo contato, e na conseqüente interpretação das mediações materiais que surgem no sítio Macaguá I como resultado possível da interação social.

### **7.1.9 Artefatos Polidos do Sítio Macaguá I**

As análises de artefatos polidos no contexto do sítio Macaguá I contaram com um acervo de vinte e duas peças (22) líticas distribuídas, em sua maioria, na superfície dos contextos arqueológicos em que foram evidenciados os vestígios.

Apesar desses artefatos apresentarem a técnica de polimento, em algumas classes de instrumentos foram identificados indícios da utilização da técnica de picoteamento como a primeira etapa da confecção desses artefatos. A aplicação dessa técnica na obtenção de ferramentas se deu com a finalidade de se obter a forma desejada ao artefato, que, com a utilização do polimento na fase de acabamento final, teve seus indícios e marcas características, parcialmente apagadas.

A aplicação dessas duas técnicas na confecção de artefatos líticos tem sido atribuída à produção de machados identificados em sítios arqueológicos vinculados à Tradição Tupiguarani em toda a costa leste do Brasil (PROUS *et al.*, 2010).

Nesse acervo foram identificadas seis classes de artefatos polidos, dentre os quais os fragmentos e as peças sem morfologia conhecida não puderam ser associados às classes de instrumentos. Dentre essas classes, a evidenciação da classe de Adornos possuiu um lugar de destaque na amostra, já que os mesmos podem ser representativos de etapas da produção de adornos labiais conhecidos como tembetás na bibliografia arqueológica (NOGUEIRA, 2011).

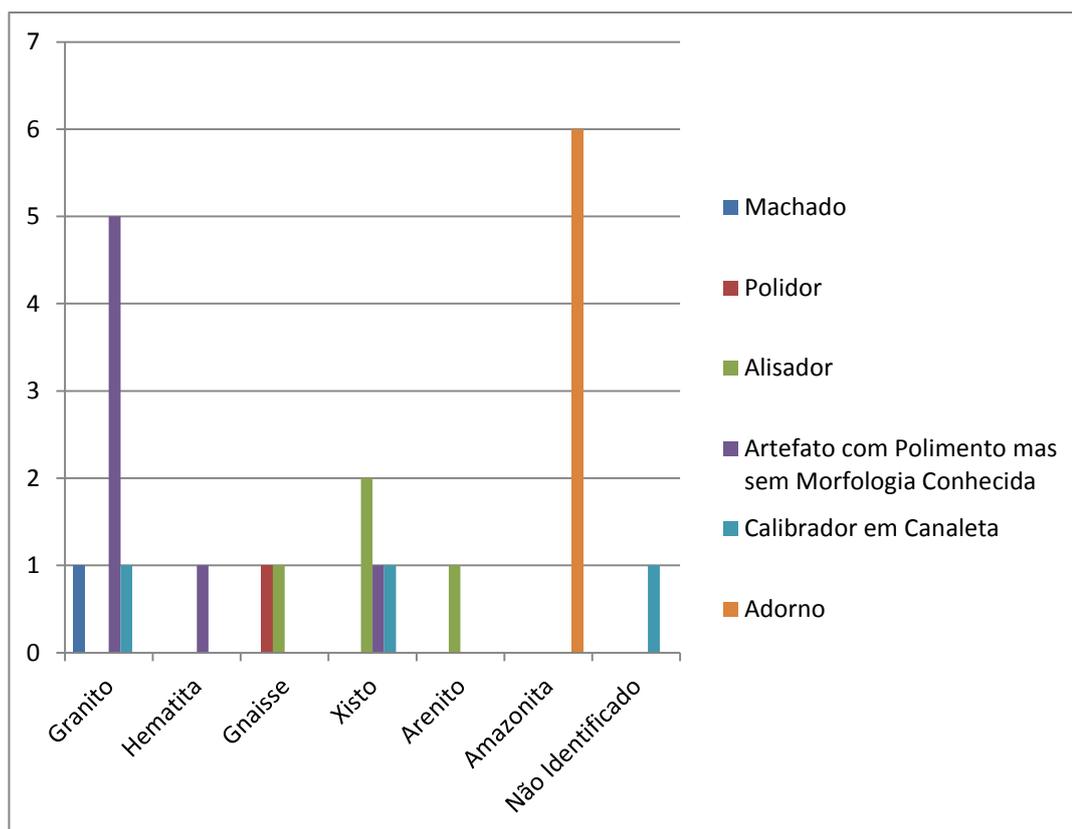
No entanto, esse tipo de artefato identificado no contexto do sítio Macaguá I não apresentou uma morfologia específica que possibilitasse a caracterização de algum tipo de adorno específico. De toda forma, esses objetos apresentaram características bastante particulares como o polimento de várias faces que podem remeter ao testemunho material da confecção de adornos labiais (CORRÊA, 2011).

Outro artefato identificado nesse conjunto diz respeito a um fragmento da parte mesial de um machado com polimento nas duas faces.

Foram ainda identificados outros fragmentos cujas análises revelaram a presença de evidências de tecnologia empregada na confecção de machados. Todavia, como apresentaram mais de uma parte fragmentada, podem ter sido partes também de instrumentos cuja funcionalidade atendia a atividades diferentes.

O fragmento de machado evidenciado não possibilitou mais informações do que a identificação do tipo. A parte fragmentada apenas apresentou a técnica de polimento nas duas faces, não sendo possível observar qual o tipo de encabamento empregado ou até mesmo se tratava de um machado de mão. Essa identificação se deu a partir das características observadas na parte basal, como a presença de sulcos ou de reentrâncias.

A matéria-prima predominantemente utilizada nos artefatos polidos foi o mineral de amazonita, enquanto entre os artefatos que foram confeccionados sob rocha destacou-se como preferência de escolha da utilização do granito. Todavia, foram também identificados, mesmo com uma representatividade menor no acervo estudado, exemplares de gnaisse, xisto, arenito, hematita e um único fragmento que não foi possível identificar a matéria-prima, embora possuísse características morfogenéticas semelhante às rochas (Figura 56).



**Figura 56 - Frequência de classes de artefatos por matéria-prima.**

A matéria-prima de hematita foi evidenciada em um único artefato que possui todas as superfícies polidas, mas com morfologia desconhecida (Figura 57). Para este artefato inferimos que possa ter sido utilizado na produção de pigmentos, visto que é bastante característica nesse contexto a presença de cerâmicas com decoração policroma, representada com motivos pintados em vermelho e preto sobre fundo branco.



**Figura 57 - Artefato confeccionado em hematita. Note-se o arredondamento provocado pelo emprego de técnicas de abrasão.**

Quando confrontamos as classes de artefatos em relação aos tipos de matéria-prima investidos na confecção de instrumentos observamos que o granito foi identificado em mais de um tipo de artefato polido, o que pode significar que contrariamente ao uso da amazonita exclusivamente empregada na produção de um único tipo de artefato, a escolha do granito se deu na confecção de vários tipos de instrumentos polidos.

O emprego exclusivo da amazonita na produção de adornos pode ser representativo da importância dada à escolha de tipos de matérias-primas específicas aplicadas na obtenção de artefatos inseridos na simbologia ou mesmo em aspectos cerimoniais desses grupos (Figura 58).



**Figura 58 - Fragmentos de artefatos confeccionados em amazonita, identificados no contexto do sítio Macaguá I.**

Mesmo aparecendo em menor proporção, o uso do xisto e do gnaisse também foi identificado em mais de uma classe de instrumento polido como alisadores, polidores e calibradores em canaleta (Figura 59, 60 e 61).



**Figura 59 - Calibrador em canaleta confeccionado em arenito.**



**Figura 60 - Calibrador em canaleta produzido em granito.**



**Figura 61 - Calibrador em canaleta produzido em xisto.**

O emprego dessas rochas na produção de instrumentos que não denotam o uso de adornos reforça ainda a ideia da importância no uso do material de amazonita na produção de artefatos cuja função remete ao uso em práticas sociais ligadas à simbologia desses grupos, sejam elas práticas do cotidiano, como o uso de adornos, ou mesmo práticas cerimoniais, como a atribuição desses artefatos a contextos funerários relatados em sítios da tradição Tupiguarani identificados no território brasileiro (PROUS *et al.*, 2010; CORRÊA, 2011).

No entanto, essa configuração material identificada no acervo lítico estudado pode ter resultado ainda de outros fatores sociais desencadeados pelo contato e interação com outros grupos sociais nesse período. Fatores dessa ordem, mediados por conflitos e alianças, podem ter resultado ainda de restrições às fontes de matéria-prima ou mesmo da ausência desses recursos em áreas relativamente próximas.

Todavia, para tais considerações se fez necessário compreender como a espacialidade expressa nesse contexto material se dá, já que os estudos de Nogueira (2011) definem que o sítio Macaguá I é resultado do testemunho material arqueológico de uma antiga aldeia.

Assim, consideramos que os levantamentos bibliográficos acerca da espacialidade em sítios da Tradição Tupiguarani, assim como os métodos e técnicas empregados no seu registro é primordial para a compreensão da construção dos discursos arqueológicos para explicar a formação desses espaços que aqui consideramos como espaços sociais onde foram desencadeadas práticas sociais mediante fatores históricos específicos do momento do contato.

Dessa forma, nas discussões elencadas nas considerações finais do presente estudo faremos uso dessas leituras para a construção dos espaços sociais e das negociações materiais que produziram tal testemunho arqueológico na Serra de Santana entre os séculos XVI e XVII.

#### **7.1.10 Discussões Acerca dos Artefatos Polidos Identificados no Acervo Analisado**

O registro de sítios arqueológicos caracterizados como pertencentes à Tradição Arqueológica Tupiguarani tem demonstrado que o mineral amazonita foi muito

empregado na confecção de adornos (na maioria tembetá e em menor quantidade, pingentes) (PROUS *et al.*, 2010; CORRÊA, 2011).

No entanto, sítio Macaguá I não foi identificado nenhum afloramento desse tipo de matéria-prima nos espaços abarcados pelo sítio ou mesmo em seus arredores imediatos. No entanto, o testemunho material do uso desse mineral nesse contexto está representado pela presença de fragmentos de amazonita apresentando uma ou mais faces ou partes polidas (Figuras 62 e 63).



**Figura 62 - Amazonita com face polida.**



**Figura 63 - Fragmento de artefato lítico com mais de uma face polida.**

Todavia, nessas análises não foi possível identificar, entre esses fragmentos, uma morfologia que pudesse os caracterizar como parte de um tipo de adorno específico.

Uma das possibilidades que se levantam das características observadas nesses fragmentos, é que os mesmos foram abandonados antes do término do processo de confecção. Contudo, esse possível abandono não pode ser explicado exclusivamente a partir de características técnicas ou mesmo da qualidade da matéria-prima, já que dos seis fragmentos identificados, apenas um apresenta de impureza, como a presença de grãos de quartzo formando veios na matéria prima.

Para esse fragmento, existe a possibilidade de ter sido abandonado pela imposição de características da matéria-prima que impossibilitaram a conclusão do processo de confecção de adornos, todavia, esse dado não exclui outros fatores que possam ter ocasionado o abandono da maioria desses artefatos, visto que a representação majoritária desses materiais nesse contexto não possui impurezas.

Com isso questionamos quais fatores sociais e históricos poderiam ter implicado no abandono desses materiais de amazonita no sítio Macaguá I antes mesmo da finalização de sua confecção, levando em consideração o seu uso na produção de adornos labiais?

Para tal, é necessário investigar ainda, como esses artefatos líticos se inserem nesse contexto arqueológico e qual seu papel social na construção de espaços de negociação decorrentes do contato e da interação entre diferentes grupos sociais e seus contextos históricos. Da mesma forma, é importante ainda, considerar sobre essa classe de artefatos mediante a percepção dos mesmos no conjunto de artefatos líticos analisados, onde se inserem ainda outras classes de instrumentos líticos.

Além dos fragmentos de amazonita mais dois tipos de artefatos se apresentaram com significativa expressão nesse contexto. Trata-se de calibradores em canaleta e de alisadores, encontrados em locais associados aos vestígios registrados nesse contexto.

Os instrumentos classificados como calibradores em canaleta apresentaram mais de duas partes receptivas de energia (sulcos) que foram utilizadas, enquanto os alisadores apresentaram uma ou as duas faces com polimento e formando uma ou duas bordas polidas.

Essas características revelam um alto grau de utilização desses instrumentos, principalmente, quando se é atestada a formação de uma borda em decorrência do polimento, dado que está presente no material identificado no contexto do sítio Macaguá I.

Para o caso dos alisadores, a presença destes em sítios da tradição Tupiguarani tem sido tratada dentro do sistema técnico de confecção de vasilhames cerâmicos (PROUS *et al.*, 2010).

A presença desses instrumentos nos contextos arqueológicos em que aparecem também cerâmicas com decoração policroma é associada ao emprego desses artefatos no alisamento e polimento das superfícies interna e externa de vasilhames cerâmicos, cujos gestos técnicos dessas atividades podem ter resultado na formação de uma borda semelhante à borda identificada em um dos alisadores encontrados no acervo lítico do Macaguá I (PROUS *et al.*, 2010).

## 7.2 OS ARTEFATOS CERÂMICOS E OS SÍTIOS DA TRADIÇÃO TUPIGUARANI

Como foi demonstrado anteriormente, a partir das análises dos artefatos líticos, é possível estabelecer algumas possibilidades interpretativas a partir do estudo dos sistemas técnicos e da cadeia operatória, desde que sejam consideradas as informações advindas do contexto arqueológico, histórico e social, deixadas como testemunho material do contato, a partir de abordagens teóricas e conceituais apropriadas ao estudo de contextos específicos.

O uso do perfil técnico cerâmico como um método aplicável ao estudo dos artefatos cerâmicos tem se apresentado como uma ferramenta satisfatória na identificação das etapas de confecção de vasilhames, dentre outros artefatos produzidos em cerâmica (OLIVEIRA, 2000).

Dessa forma, a adoção desse instrumento analítico não se diferenciou do aparato metodológico utilizado por Nogueira (2011) para o estudo dos artefatos cerâmicos do mesmo sítio.

Essa escolha se dá, ainda, pela possibilidade de realizar análises comparativas entre as observações realizadas na pesquisa atual e na anterior.

Assim, o problema no uso do perfil técnico cerâmico não consta na utilização da ferramenta em si, mas sim na aplicação desse artifício em contextos arqueológicos concebidos no interior da tradição Tupiguarani com a finalidade única e exclusiva de corroborar categorias materiais (tipos) que pouco tem a ver com a complexidade social vivenciada no passado histórico (e provavelmente pré-histórico).

Todavia, apesar do uso dessa ferramenta como forma de classificação preliminar das técnicas de confecção empregadas na cerâmica identificada no contexto arqueológico do sítio Macaguá I, a busca por semelhanças e diferenças através de associação de técnicas e estilos não comportaram o mote das análises do presente estudo.

Buscamos aqui, a partir da caracterização tecnológica da cerâmica identificada nesse sítio, obter informações que nos auxiliem, também, na interpretação de outros conjuntos de artefatos, como é o caso dos artefatos líticos encontrados nesse mesmo contexto.

Na busca pelas particularidades observadas nesse conjunto, poderemos inferir sobre o comportamento da materialidade em situações de interação de grupos sociais de culturas distintas.

Por mais que essas particularidades tenham sido percebidas na pesquisa de Nogueira (2011), as mesmas não foram consideradas na explicação do contexto, sendo apenas caracterizadas de acordo com seus elementos técnicos, morfológicos e funcionais.

Como dito anteriormente, não concordamos com o uso restritivo de abordagens econômicas e ambientais no estudo de sítios com essas características, logo, noções de subsistência ou captação de recursos minerais argilosos não serão discutidas aqui como meio de se alcançar identidades do passado histórico, já que consideramos na materialidade do contato expressa no sítio Macaguá I a participação de dinâmicas sociais e históricas na construção de negociações sociais que surgiram desse espaço.

### **7.2.1 Metodologia de Análise dos Artefatos Cerâmicos**

Segundo Oliveira (2003), o uso do perfil técnico aplicado ao estudo da cadeia operatória de objetos cerâmicos produz bons resultados para a caracterização arqueológica dos elementos técnicos utilizados durante a confecção de cerâmicas.

Oliveira (2000) ressalta ainda que não se pode esperar que as análises a partir do perfil técnico cerâmico forneçam a solução para os problemas enfrentados na identificação dos sistemas técnicos de um determinado grupo, já que esse último só pode ser alcançado a partir do estabelecimento dos perfis técnicos de todos os tipos de artefatos produzidos por esses grupos, como instrumentos líticos e cestaria, por exemplo.

Partindo dessa ideia a estruturação do perfil técnico cerâmico se dá a partir da estruturação e caracterização de elementos técnicos, morfológicos, funcionais e estilísticos.

Na identificação dos elementos técnicos contidos num perfil técnico cerâmico são observados e caracterizados:

1. Matéria-prima, entendida aqui como ‘pasta’, resultante do composto de argila e outros elementos minerais que podem ter sido utilizados intencionalmente, ou não, para o controle da plasticidade da cerâmica no

momento da queima e na conservação dos aspectos morfológicos, como a forma desejada dentre outros;

2. Instrumentos, que foram produzidos ou utilizados com a função de se obter controle na produção e eficiência no tratamento das superfícies da cerâmica, podendo ter sido produzidos com outros tipos de matéria-prima que não a cerâmica, como madeira ou rochas e minerais;
3. Técnicas de Manufatura, aplicadas à construção das paredes (bojo) bordas e bases quando aplicada ao estudo de vasilhames, e aplicadas à modelagem de outros tipos de objetos como fusos, adornos e cachimbos;
4. Queima, cuja identificação pode auxiliar na caracterização da relação entre pasta e morfologia aplicadas à produção dos objetos cerâmicos;
5. Técnicas de Tratamento das Superfícies, aplicadas à finalização do objeto, consistem nas técnicas aplicadas ao acabamento da superfície. Essas técnicas foram divididas em: a) Alisamento; b) Polimento; c) Escovamento.

As técnicas de manufatura podem ser divididas nos seguintes tipos (BROCHADO; LA SALVIA, 1989):

- A. Modelada, realizada a partir da transformação da pasta com o auxílio das mãos dando forma ao objeto desejado;
- B. Moldada, conseguida através da aplicação da pasta em um molde, que pode ser produzido em diversos materiais, dando forma ao objeto;
- C. Acordelada, produzida a partir da junção de cordéis feitos em pasta argilosa, que sobrepostos dão forma aos objetos;
- D. Torneada, que se caracteriza pelo uso de torno na produção do objeto.

Esses tipos de técnica de manufatura podem ainda ser aplicados de maneira conjunta em um mesmo objeto. A dificuldade na observação da associação desses tipos se dá pela aplicação de cada um deles numa seção específica da morfologia da peça.

Como exemplo desse tipo de confecção temos vasilhames associados a essa tradição onde foram aplicadas a técnica de manufatura modelada na construção da base, enquanto o bojo e a borda foram produzidos pela técnica de manufatura acordelada.

Essa característica técnica particular tem se apresentado com certa frequência nesses contextos, fato que pode resultar, numa análise que não considere tais

particularidades, na multiplicidade dos atributos analisados, gerando agrupamentos falseados de conjuntos de fragmentos de um tipo único de morfologia.

Nas análises de Nogueira (2011) essa associação de técnicas não chega a ser mencionada, dado que pode ter contribuído para a não identificação de conjuntos de artefatos pertencentes ao mesmo objeto.

A identificação das técnicas de manufatura foi obtida através de análises macroscópicas dos artefatos cerâmicos.

Na caracterização do tipo de manufatura acordelada foram observadas, a presença de fraturas e quebras que revelavam a junção dos cordéis, assim como a presença de ondulações horizontais que ficam expostas nas superfícies do vasilhame, mesmo quando esses receberam acabamento.

Já a identificação do tipo modelado se deu a partir de grandes variações descontínuas que se apresentavam na espessura das paredes confeccionadas com essa técnica.

O uso do moldado se caracteriza pela presença de marcas específicas deixadas pelo uso de moldes. Essas marcas variam de acordo com o tipo de molde utilizado, podendo deixar impresso na cerâmica, desde estrias produzidas pela junção de moldes duplos, até mesmo pela impressão de cestaria ou vegetais como cabaças usadas como molde, tendo se exaurido durante o processo de queima aplicada a produção da cerâmica.

O torneado deixa impresso um conjunto de finas estrias horizontais produzidas no momento de rotação do torno. Mesmo com o acabamento das superfícies tendo sido realizado após a construção das paredes no torno, pode-se identificar essa técnica devido ao controle da espessura das paredes. Esse controle na produção resulta em espessuras homogêneas no corpo do vasilhame.

Voltando à caracterização do tipo de matéria-prima, entendida aqui como a 'pasta' utilizada para a confecção, não consideramos o mesmo como elemento que irá determinar identidades, mesmo quando consideradas a partir de categorias materiais.

A descrição e caracterização nessas análises foram estabelecidas apenas com o objetivo de identificar relações entre as técnicas aplicadas aos tipos de objeto. Dessa forma a presença da pasta só se dará nas análises quando houver alguma relação que indique que a mesma foi utilizada em formas específicas de objetos.

Todavia, em todos os fragmentos foram observados os tipos de pasta, já que poderiam ao fim das análises terem sido colados com alguma outra seção dos vasilhames peça que permitisse a identificação de objetos.

Para tal, foram definidos os seguintes tipos de pasta na caracterização da matéria-prima investida na produção:

1. Areia, quando era observada a presença desta em uma proporção igual ou maior que a massa argilosa ( $\text{Areia} \geq \text{Argila}$ );
2. Bolo e Areia, quando era observada a adição de grânulos de argila seca juntamente com areia em proporção igual ou maior que a massa argilosa ( $\text{Bolo e Areia} \geq \text{Argila}$ ).

Quanto à categoria de instrumento, não foi observada a presença de nenhum objeto desse tipo produzido em cerâmica. Todavia, como foi dito no tópico anterior sobre os instrumentos polidos, foi identificado um alisador com formação de borda polida, característico de instrumentos utilizados para dar acabamento final às peças antes de serem levadas para a queima.

No que tange aos tipos de queima foram definidos 3 tipos:

1. Oxidante Incompleta;
2. Redutora Completa;
3. Redutora Incompleta.

Na caracterização dos elementos morfológicos foram considerados a forma e o tamanho, sendo este último entendido como capacidade volumétrica, para o caso dos vasilhames.

A caracterização dos elementos funcionais como parte do perfil técnico cerâmico tem como objetivo principal a identificação de tipos específicos de objetos que pudessem ser determinados, por sua vez, pelo uso de elementos técnicos específicos, atribuindo-lhes alguma finalidade de uso. Partindo dessa categorização pode-se inferir que houve uma concepção das formas antes mesmo delas serem concretizadas enquanto elementos materiais.

A definição de funcionalidade, de toda forma, comporta interpretações de uso que só podem ser consideradas a partir da inserção dos objetos no contexto arqueológico, já que a destinação de utilização desses objetos pode ter variado ao longo

da sua vida útil e ainda após a sua quebra, mudando drasticamente a finalidade para o qual foram confeccionados.

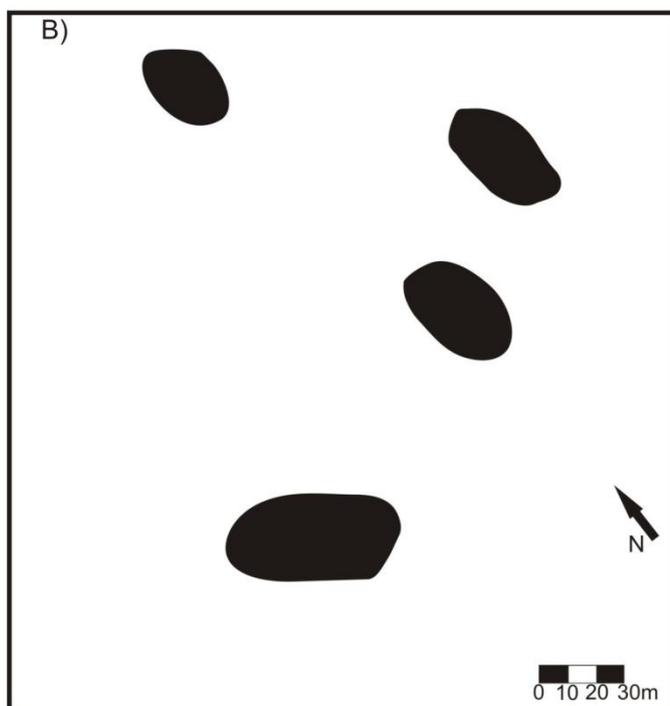
Os elementos decorativos aplicados à cerâmica após a finalização da confecção da peça com o acabamento da superfície foram classificados como:

- A. Decoração Plástica;
- B. Pintura.

Não consideramos o corrugado dentro do conjunto de elementos decorativos, devido ao seu uso estar diretamente atrelado ao acabamento da superfície de vasilhames confeccionados com a técnica acordelada. Esse tipo de acabamento se dá com o mesmo objetivo da aplicação de alisamento ou de polimento nesse tipo de técnica de manufatura, o de juntar os cordéis, diminuindo assim o risco de futuros acidentes durante a secagem e a queima dos objetos cerâmicos. A separação dos roletes pode conferir, mesmo após a queima, o aspecto de fragilidade aos vasilhames que podem ser fraturados facilmente durante o seu uso.

### **7.2.2 Resultados das Análises dos Artefatos Cerâmicos do Sítio Macaguá I**

Inicialmente foram observados os contextos estratigráficos dos artefatos cerâmicos encontrados na Mancha 3 e no VA-1. Concluimos, a partir dessas observações aliadas as observação da distribuição espacial da Mancha 3 na área do sítio, que ambos os vestígios tratavam-se do mesmo (Figura 64).



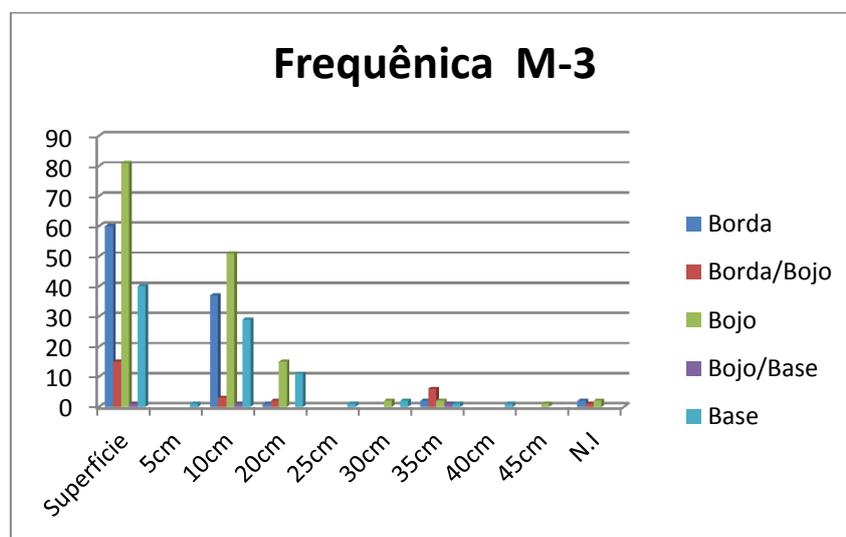
**Figura 64 - Delimitação dos vestígios no Sítio Macaguá I. A) Delimitação dos VA's a partir das intervenções arqueológicas segundo Allen e Sena (2013). B) Delimitação das Manchas a partir das escavações segundo Nogueira (2011).**

Dessa forma, foram descritos os elementos que compõem o perfil técnico em todos os artefatos cerâmicos coletados nesse contexto. Para isso, a frequência desses materiais será demonstrada a partir de gráficos onde ainda são consideradas as antigas nomenclaturas atribuídas ao vestígio. Todavia, no andamento das análises serão apresentadas frequências onde aparece apenas o vestígio VA-1, partindo-se do princípio de que se trata do mesmo contexto.

Na configuração da frequência de cerâmicas na M-3 (Mancha 3), percebemos que essas estão distribuídas nas altimetrias que correspondem a unidade de estratigrafia arqueológica que caracterizou o VA-1 (10 cm até 35 cm), como foi demonstrado no capítulo das escavações arqueológicas (Figura 65).

Os artefatos revelados demonstram, ainda, que houve uma continuidade na Camada I, identificada nas escavações desenvolvidas no âmbito desse trabalho. Embora com menor frequência, esses artefatos foram utilizados na caracterização dessa camada arqueológica.

A partir da profundidade de 45 cm, os artefatos não aparecem mais, o que caracteriza a escavação da Camada II.



**Figura 65 - Frequência de morfologias cerâmicas por nível da M-3.**

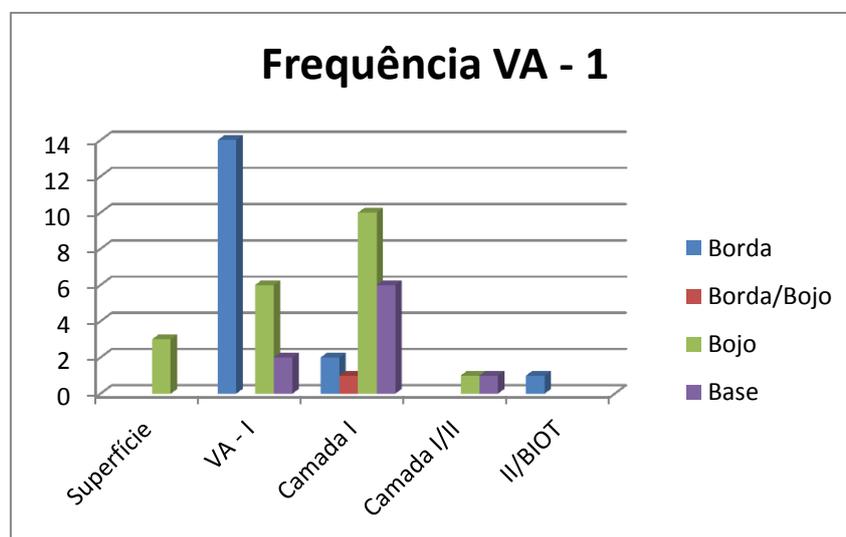
Na identificação dos artefatos cerâmicos na estratigrafia do VA-1, recuperados na última escavação arqueológica, percebe-se que existe uma maior frequência de materiais nas unidades de estratificação arqueológica referentes ao VA-1 e à Camada I, configurando-se da mesma forma com que foram percebidas nas primeiras escavações, como está demonstrado no gráfico anterior.

A presença massiva de bordas e bojos em superfície, assim como no VA-1 e Camada I, corrobora com as possibilidades levantadas no início dessa pesquisa, onde se fala da conservação do referido sítio arqueológico.

O fato das bases aparecerem associadas ao VA-1 e em maior quantidade na Camada I fortalece a ideia de que o contexto estratigráfico desse sítio se encontra bem preservado, podendo ser utilizado na compreensão da materialidade apresentada nesse contexto assim como na configuração de um contexto estratigráfico que possa permitir a realização de interpretações mais apuradas sobre os grupos sociais que ocuparam a área e consequentemente produziram essas evidências (Figura 66).

Nogueira (2011) considerou sobre essas questões, concluindo que não seria possível realizar tais inferências, já que o contexto estratigráfico estava perceptivelmente perturbado, postulado que discordo com base na representatividade desses artefatos na estratigrafia. Segundo a autora, essa perturbação se deu devido aos trabalhos de aragem do terreno em períodos de plantio.

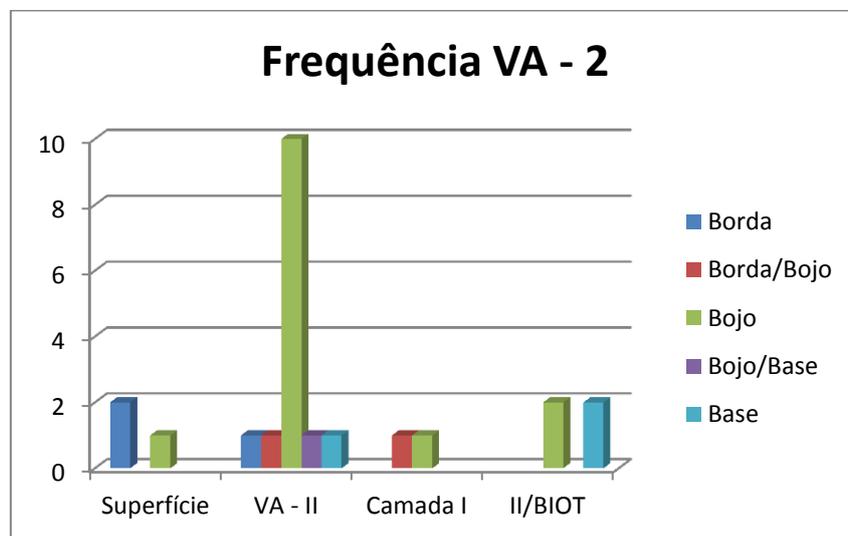
Todavia, a única perturbação verificada em profundidade foi a formação de bioturbações verticais que deslocaram sedimentos do VA-1, atingindo a camada estéril (Camada II). Provavelmente essas bioturbações foram produzidas pelo crescimento de raízes de mandioca plantadas pelos moradores da região.



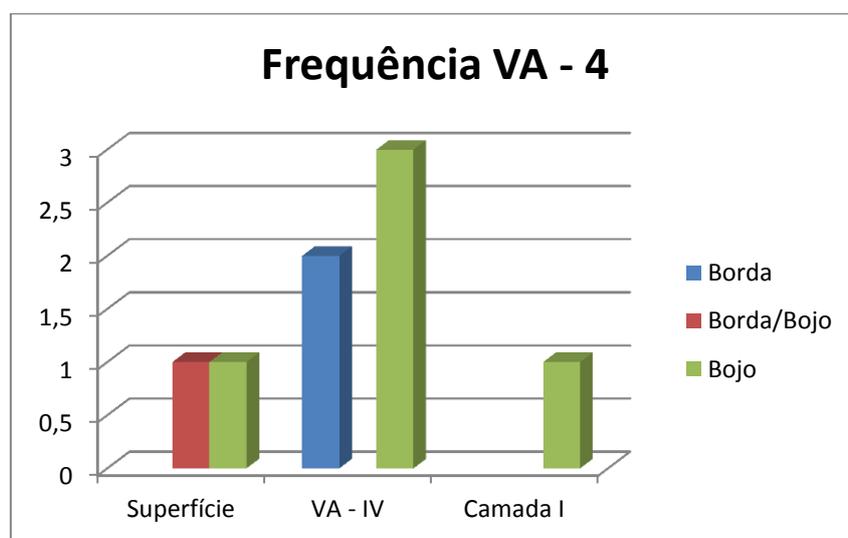
**Figura 66 - Frequência de morfologia cerâmica por camada do VA - 1.**

Contudo, os métodos e técnicas aplicados ao estudo do sítio, a partir da escavação dos vestígios enquanto unidades estratigráficas independentes possibilitaram a leitura de contextos preservados.

Contextos estratigráficos semelhantes foram observados no VA-2 e no VA-4 (Figura 67 e 68). Esses dois vestígios se configuraram como resultantes de fenômenos semelhantes aos que produziram o VA-1 (M-3).



**Figura 67 - Frequência de morfologias cerâmica por camada do VA - 2.**



**Figura 68 - Frequência de morfologias cerâmicas por camada do VA - 4.**

Como pôde ser observada na maioria dos contextos escavados, a aparição de todos os elementos que compõem a morfologia de um vasilhame (borda, base e bojo), se deu apenas nas unidades estratigráficas que correspondiam à formação desses vestígios (VA-1, VA-2). Isso corrobora com o postulado de que esses objetos estavam inseridos, primordialmente, nas áreas onde foram formados os vestígios.

O VA-4 não apresentou fragmentos com morfologia de bases, contudo, quando se observa o comportamento de outros tipos de morfologia dos fragmentos a configuração é a mesma identificada nos VA-1 e VA-2.

Dessa forma, com o contexto estratigráfico bem definido a partir de novas intervenções arqueológicas, passaram a serem aplicados os procedimentos analíticos adotados para o estudo do perfil técnico cerâmico.

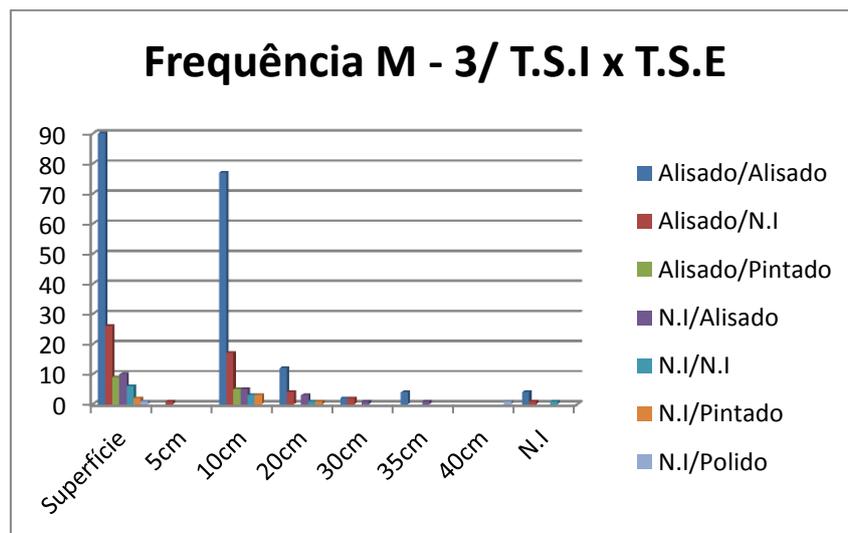
A permanência no uso da antiga nomenclatura do VA-1 (Mancha 3) em alguns gráficos resultantes da análise, se deve à importância da continuidade na construção da relação entre contexto estratigráfico e perfil técnico, assim como a importância de promover dados que pudessem ser comparados com as análises realizadas em pesquisas anteriores nesse mesmo sítio.

A maioria dos artefatos com decoração do tipo pintada encontrada nas primeiras escavações da Mancha 3 (VA-1), apareceram associadas ao contexto do vestígio em superfície e subsuperfície.

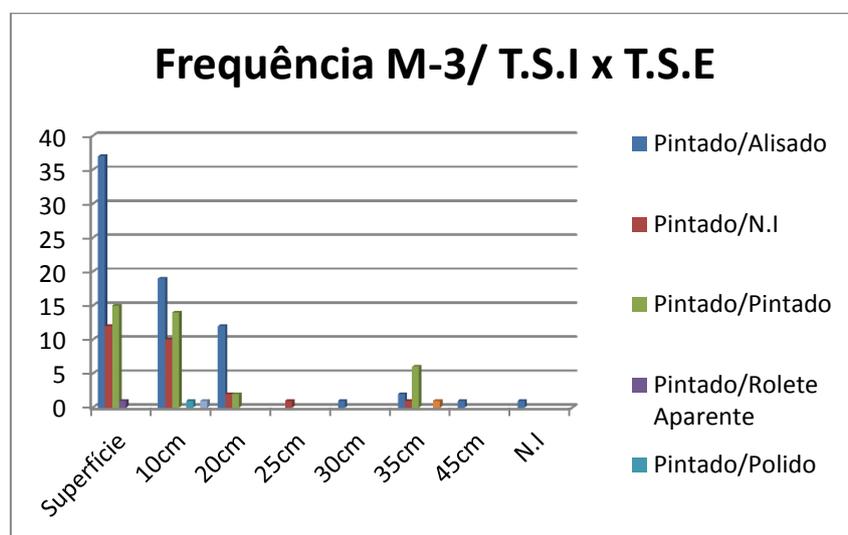
Pode-se observar nessas análises que a presença da técnica de tratamento de superfície do tipo escovado aparece apenas em superfície na Mancha 3 (Figuras 69 e 70). Sendo essas peças apenas fragmentos de bojos não representam a totalidade de morfologia encontrada em um vasilhame.

Sendo assim, a presença desses artefatos associados ao vestígio em subsuperfície pode ser decorrente do tipo de técnica ou método aplicado ao registro dos vestígios nas primeiras escavações. Como não identificamos uma uniformidade nas técnicas aplicadas a essas escavações, a presença desses artefatos pode ser resultado do tipo de registro arqueológico aplicado ao estudo do sítio arqueológico.

Aliado a isso, nas escavações realizadas nas pesquisas do presente trabalho, nas quais foram identificados os contextos dos vestígios em subsuperfície, não foi identificado nenhum artefato desse tipo em estratigrafia arqueológica.

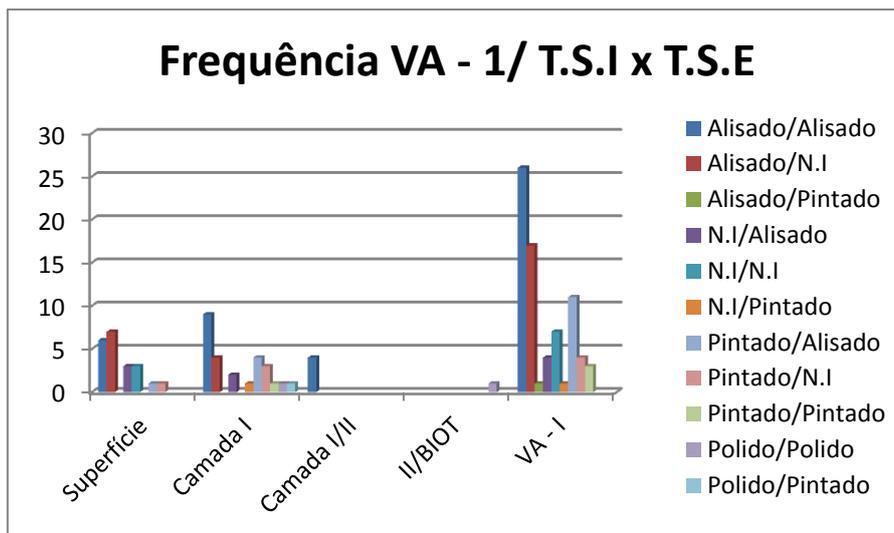


**Figura 69 - Frequência de TSI x TSE e decoração na M-3.**

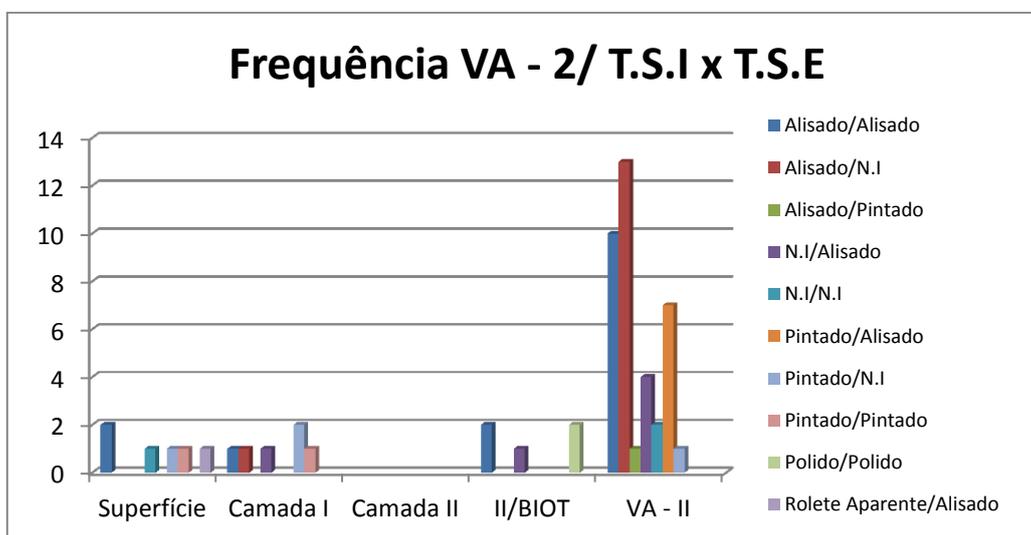


**Figura 70 - Continuação da Frequência de TSI x TSE e decoração na M-3.**

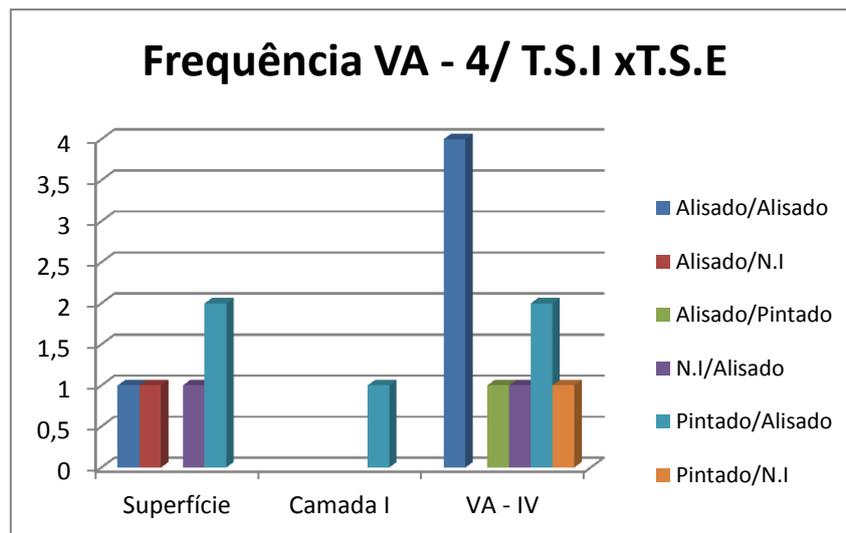
Além de decoração pintada, foram identificadas as principais técnicas aplicadas ao tratamento da superfície da cerâmica na finalização do acabamento. No VA-1, técnica de tratamento de superfície mais utilizada na confecção dos artefatos cerâmicos foi o alisado, seguido do polido. O tipo escovado não foi identificado nos contextos dos vestígios VA-1, VA-2 e VA-4 (Figuras 71, 72 e 73). Assim, a configuração das técnicas de tratamento da superfície da cerâmica no VA-2 e no VA-4 se apresentou com as mesmas características encontradas no VA-1.



**Figura 71 - Frequência de TSI x TSE e decoração no VA - 1.**



**Figura 72 - Frequência de TSI x TSE e decoração no VA - 2.**



**Figura 73 - Frequência de TSI x TSE e decoração no VA - 4.**

Na continuidade das análises do acervo de materiais cerâmicos do sítio Macaguá I, a partir da constatação de que tanto a M-3 quanto o VA-1 fazem parte do mesmo contexto arqueológico, esses artefatos cerâmicos foram observados enquanto um único conjunto.

Dessa forma, a partir desse momento não distinguiremos os artefatos segundo a classificação dos vestígios, no entanto dados acerca da inserção desses materiais cerâmicos na estratigrafia arqueológica ainda serão considerados enquanto informações contextuais para a compreensão da materialidade representada nesses espaços.

Assim, priorizamos as análises dos artefatos que possuíssem informações estratigráficas mais precisas para que assim fosse possível construir interpretações fortemente baseadas no contexto arqueológico.

Todavia, como é praxe na Arqueologia Histórica outras fontes também foram consideradas na leitura dos contextos materiais, contudo essas fontes não possuem peso maior ou menor nessa pesquisa, elas são consideradas tal qual a documentação arqueológica nos informa.

Apesar das análises se desenvolverem no seio da concepção do perfil técnico cerâmico, o mesmo não é considerado aqui, com uma finalidade potencialmente explicativa para esse contexto. Assim, o perfil técnico traçado para o acervo cerâmico estudado condiz com o uso de uma ferramenta classificatória inicial cujo fim é o de um método para organizar e armazenar características técnicas e tecnológicas de forma produtora.

Dessa maneira, não traçaremos perfis técnicos cerâmicos com o objetivo de alcançar identidades indígenas do passado histórico ou mesmo de corroborar com conceitos e teorias que tratam da origem e dispersão de grupos falantes do Tupi no território brasileiro.

Isso se dá pela falta de alcance característica do próprio método utilizado, que isoladamente não proporciona a construção de inferências para uma explicação mais adequada de contextos cuja complexidade social ultrapassa questões tecnológicas e ambientais que apoiam o estabelecimento de padrões culturais e sociais para grupos indígenas.

Como tratamos de um contexto específico, não fizemos uso de meras comparações técnicas para atribuir padrões culturais sejam eles baseados em correlatos de cultura material ou mesmo de características ecológicas para definir o tipo de assentamento como fez Nogueira (2011) em seu estudo sobre o sítio Macaguá I.

A definição de modelos culturais baseados em tipos de objeto também não atende aos questionamentos que se levantaram da observação desse contexto em particular.

Assim, na busca pela compreensão das mediações materiais que nasceram da interação de grupos sociais e conseqüentemente formaram esse espaço de diálogo histórico, realizamos uma leitura dos artefatos em contexto para promover competências na construção de interpretações arqueológicas da atuação de dinâmicas sociais, históricas e culturais que compuseram o cenário complexo desses espaços que decorreram do período do contato no Nordeste do Brasil.

A observação de características técnicas como composição de pasta argilosa ou queima aplicadas a confecção de artefatos cerâmicos se deu com a finalidade de se observar como esses elementos técnicos foram empregados na produção de objetos diferentes ou se a adoção destes não passou de uma escolha particular do artesão que produziu esses bens materiais, cuja impressão nos objetos se dá de forma arbitrária às classes de artefatos observadas nesse contexto.

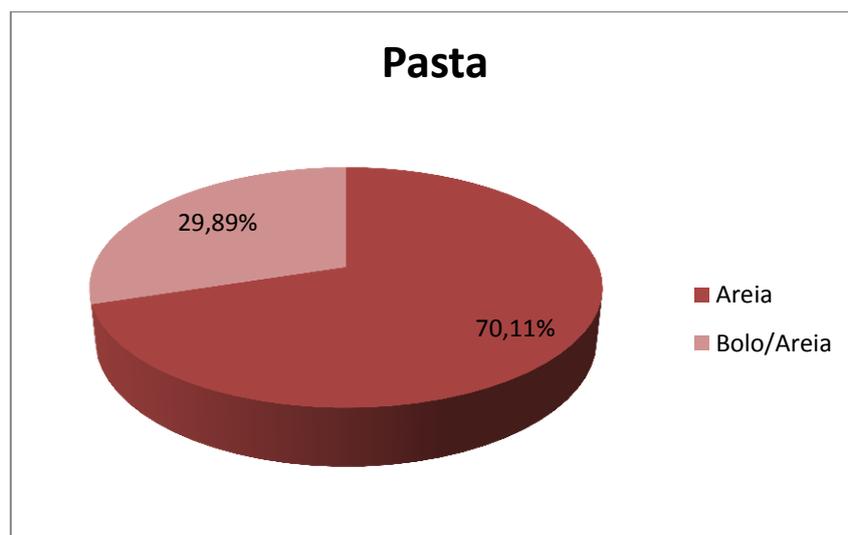
Da mesma forma, as relações que porventura ocorram entre esses elementos e as técnicas de manufatura empregadas na construção dos objetos cerâmicos não foram observadas segundo preceitos exclusivamente econômicos como o aproveitamento de matéria-prima pelos grupos que os utilizaram.

Outros fatores como trocas e comércio oriundos de alianças e relações de parentesco, por exemplo, podem ter sido imprescindíveis na adoção de tais objetos e na inserção dos mesmos no contexto social que se formou nesse momento histórico.

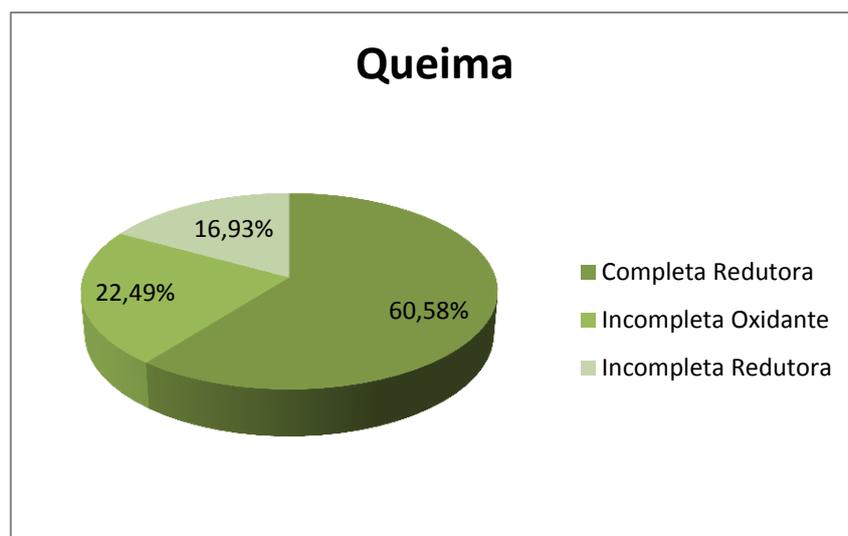
Durante as análises da confecção dos artefatos cerâmicos foram identificadas três pastas argilosas empregadas na produção tanto de vasilhames, quanto de outras classes de artefatos em cerâmica.

No acervo analisado (844 peças) 70,15% dos fragmentos cerâmicos foram confeccionados com pasta argilosa que continha proporções de areia e bolos de argila, enquanto 29,85% foram produzidos com pasta argilosa cuja adição foi apenas de areia (Figura 74). Nesse conjunto foram identificadas três técnicas de queima empregadas na confecção da cerâmica do sítio Macaguá I (Figura 75).

A adição desses elementos minerais tem a finalidade de conferir a cerâmica um controle de plasticidade que serve tanto a modelagem dos objetos quanto evitar o aparecimento de fissuras e até a quebra desses objetos no momento de sua queima (BROCHADO; LA SALVIA, 1989).



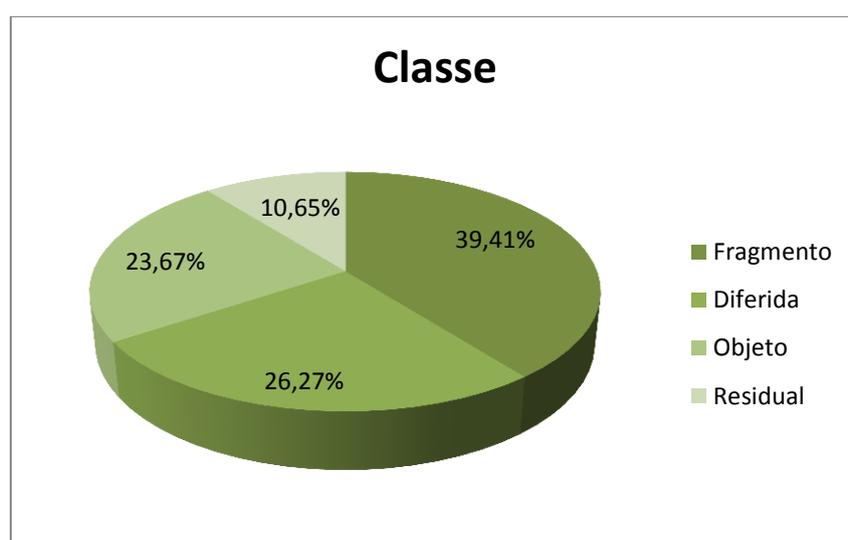
**Figura 74 - Frequência das características técnicas da pasta argilosa empregada na confecção cerâmica do sítio Macaguá I.**



**Figura 75 - Frequência das técnicas de queima empregadas na confecção dos artefatos cerâmicos do sítio Macaguá I.**

O acervo cerâmico estudado foi classificado em quatro categorias (Figura 76):

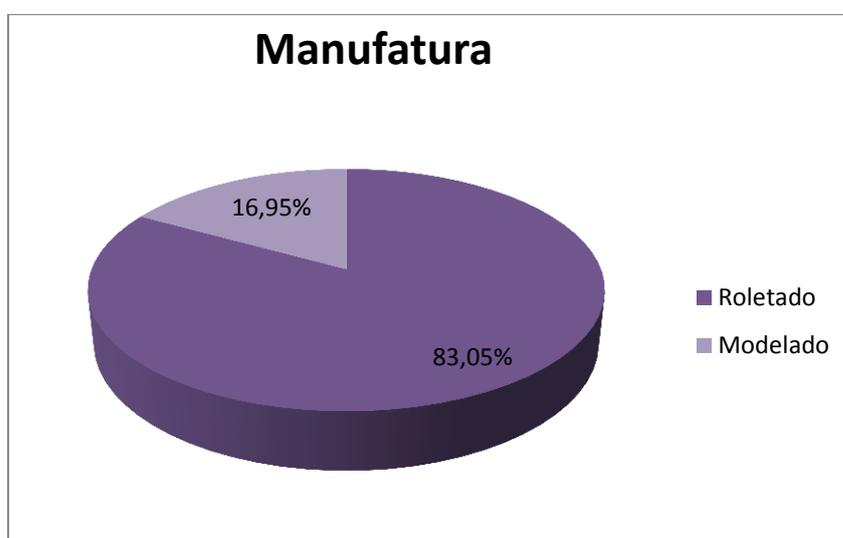
1. Fragmentos: que constituía peças cerâmicas que apesar de possuir morfologia não apresentavam possibilidades para a reconstrução de objetos;
2. Objetos: que constituía fragmentos com morfologia e que apresentavam a possibilidade de reconstrução de objetos;
3. Diferida: fragmentos que não apresentavam morfologia;
4. Residual: fragmentos que não apresentavam morfologia nem outros elementos técnicos identificadores das técnicas empregadas na confecção da cerâmica.



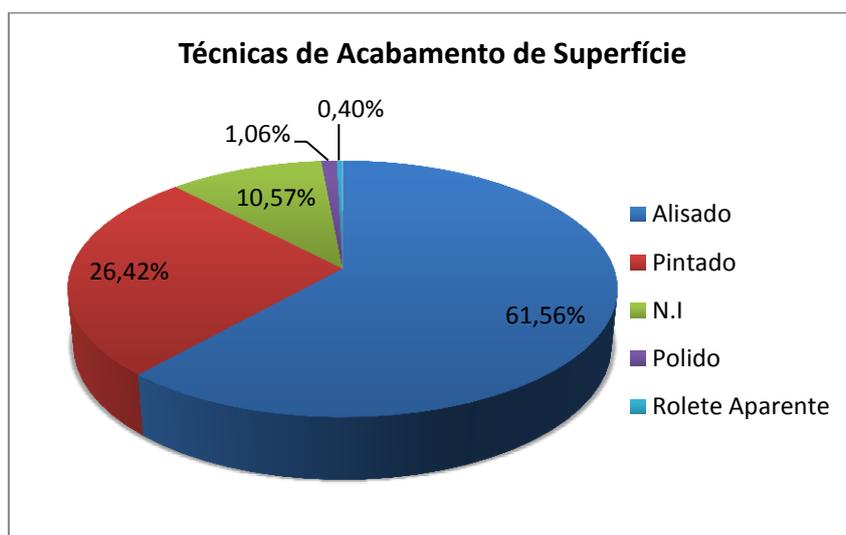
**Figura 76 - Frequência das classes de peças cerâmicas representadas no acervo do sítio Macaguá I.**

A continuidade desse estudo se deu com as análises das classes de Fragmentos e Objetos, já que as outras classes não ofereciam elementos suficientes que possibilitassem a reconstrução das etapas de produção dos objetos cerâmicos e consequentemente a observação das categorias de objetos presentes nessa amostra.

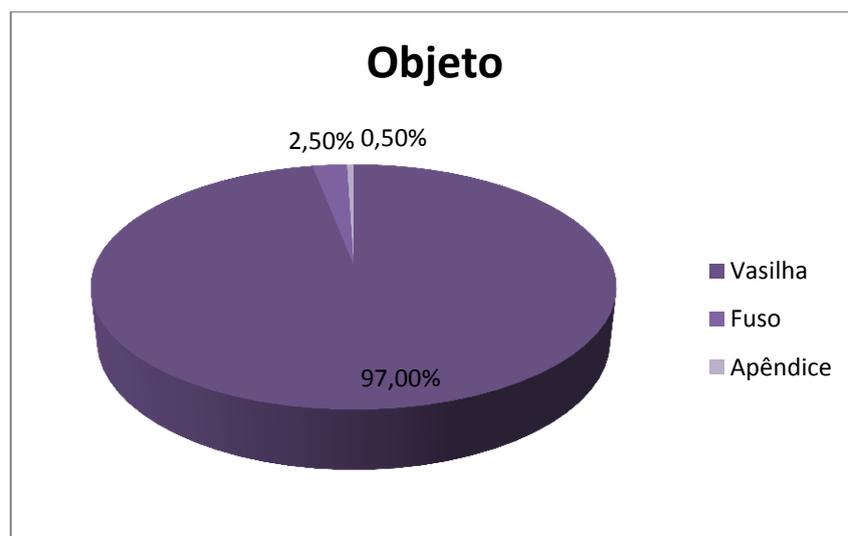
Assim, foram identificadas dois tipos de manufatura empregada na confecção dos artefatos cerâmicos encontrados nesse contexto: Roletado ou Acordelado, que se apresentou como a maioria da amostra representada por bojos de vasilhames; e Modelado, representada em sua maioria por fusos, apêndices e, bordas e bases de vasilhames cerâmicos com pintura (Figuras 77, 78 e 79).



**Figura 77 - Frequência das técnicas de manufatura nas classes de Fragmento e Objeto.**



**Figura 78 - Frequência das classes de tratamento de superfície interno no acervo estudado.**



**Figura 79 - Frequência de classes de objeto no acervo cerâmico estudado.**

É importante ressaltar que nesse conjunto de artefatos cerâmicos associados ao contexto dos vestígios ( VA-1 /M-3, VA-2 e VA-4) diferentemente das análises de Nogueira (2011), não foi identificado nenhum indício do uso da técnica de acabamento Escovada ou manufatura Torneada nos objetos e fragmentos cerâmicos.

O único artefato que representou o emprego da técnica de manufatura Torneada nesse contexto arqueológico trata-se de um fragmento de garrafa produzida em grés.

A presença dessas técnicas em cerâmicas de contextos arqueológicos associados à presença de grupos indígenas tem sido explicada como resultado da difusão de técnicas de produção europeias adotadas por esses grupos durante os contatos que se deram no período da colonização do Brasil (BROCHADO, 1974).

Da mesma forma que ocorre com o discurso arqueológico da rápida substituição da tecnologia lítica em períodos históricos, a identificação do uso desse tipo de manufatura em cerâmicas arqueológicas atribuídas a grupos indígenas tem sido interpretada como resultado da atuação de processos aculturativos que modificaram a cultura e identidade de grupos tradicionais justificados pela mudança material identificada nos contextos arqueológicos em que ocorrem esses tipos de cerâmica (ALBUQUERQUE, 1982; TOCHETTO, 1996).

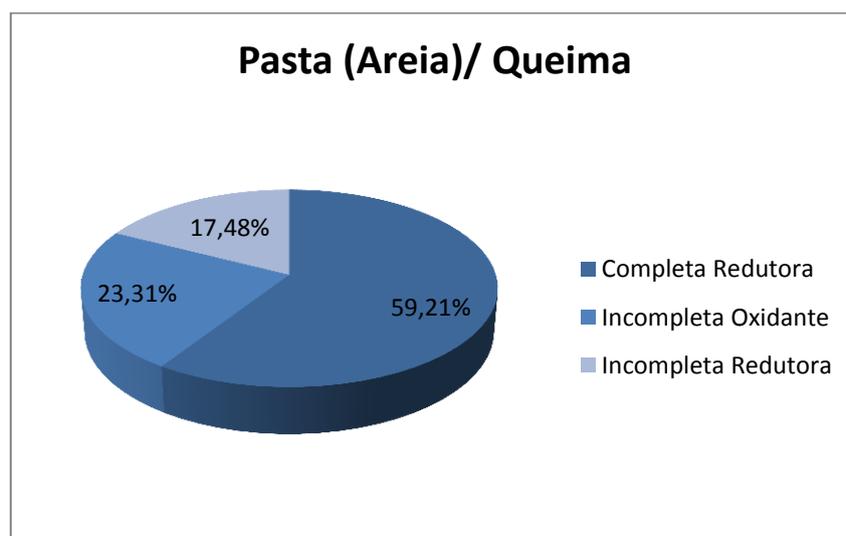
No entanto não fizemos associações entre mudanças ou persistências de cultura material e continuidade ou alteração das identidades sociais de sociedades tradicionais no período do contato.

Objetivamos, com a percepção das técnicas e tecnologias empregadas na confecção de cerâmicas arqueológicas, compreender como os artefatos cerâmicos se inserem na construção dialógica de mediações e negociações que nasceram da interação entre grupos sociais atuantes num espaço social e histórico específico.

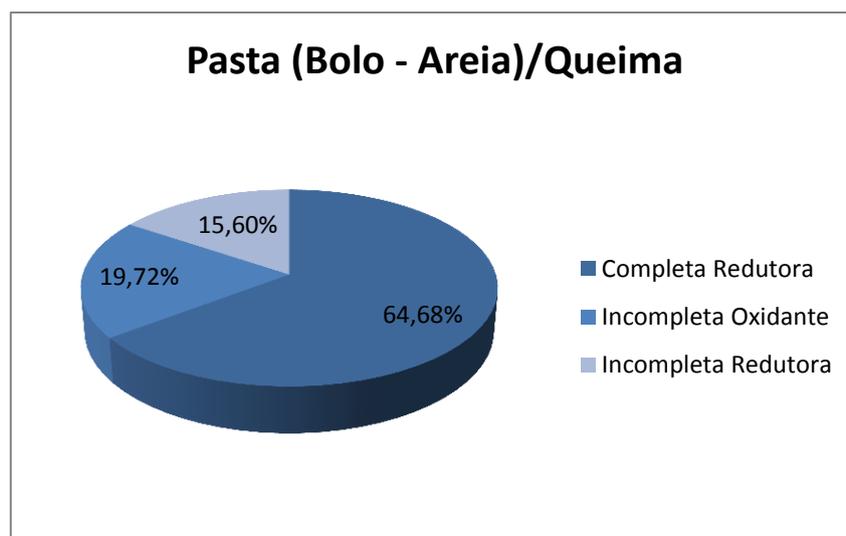
Das possíveis relações entre a pasta argilosa e o tipo de queima empregados na confecção dos vasilhames, principalmente, Nogueira (2011) argumentou que a escolha da pasta na confecção de determinados tipos de objetos foi determinada pelo domínio do conhecimento técnico do grupo que ocupou o sítio Macaguá I na produção de vasilhames cujas funções específicas foram concebidas ainda no momento que antecedeu à sua produção.

Assim, utilizamos essas relações para compreender como está representada nesse contexto específico, a associação de técnicas de confecção na produção de objetos com características morfológicas que os difere do conjunto, ou seja, tipos de objetos distintos.

As relações entre a utilização dos tipos de pasta argilosa e a queima empreendida na confecção dos objetos cerâmicos não demonstrou a existência de associações diretas entre a adição de antiplásticos e as diferentes formas de cocção da cerâmica. As diferenças quantitativas observadas nos gráficos abaixo representam não mais que agrupamentos de fragmentos de cerâmicas por tipo de queima empregada na produção (Figuras 80 e 81).



**Figura 80 - Frequência das classes de queima nas cerâmicas com pasta argilosa com adição de areia.**

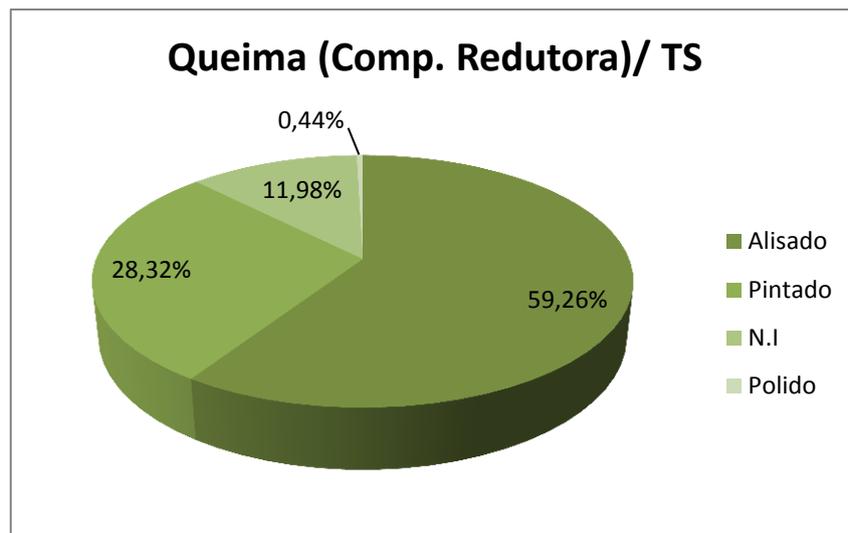


**Figura 81 - Frequência das classes de queima nas cerâmicas com pasta argilosa com adição de areia e bolo de argila.**

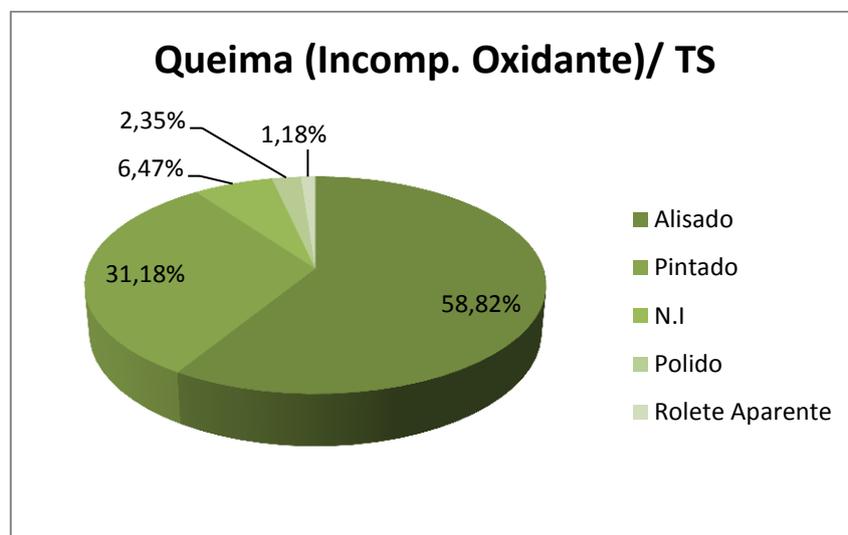
Assim, a forma de cozimento da cerâmica mais comumente identificada nesse acervo corresponde à queima Completa Redutora, todavia não podemos inferir que a mesma foi produzida a partir da utilização de fornos fechados, já que durante uma mesma queima porções diferentes dos vasilhames experimentam temperaturas diferenciadas atingindo assim graus de redução e oxidação diferenciados num mesmo objeto.

Isso está representado nesse contexto pela grande quantidade de bordas diretas, extrovertidas e com reforço externo de vasilhas com pintura que apresentaram esse tipo de queima, enquanto nenhum bojo ou base apresentou tal técnica de cocção.

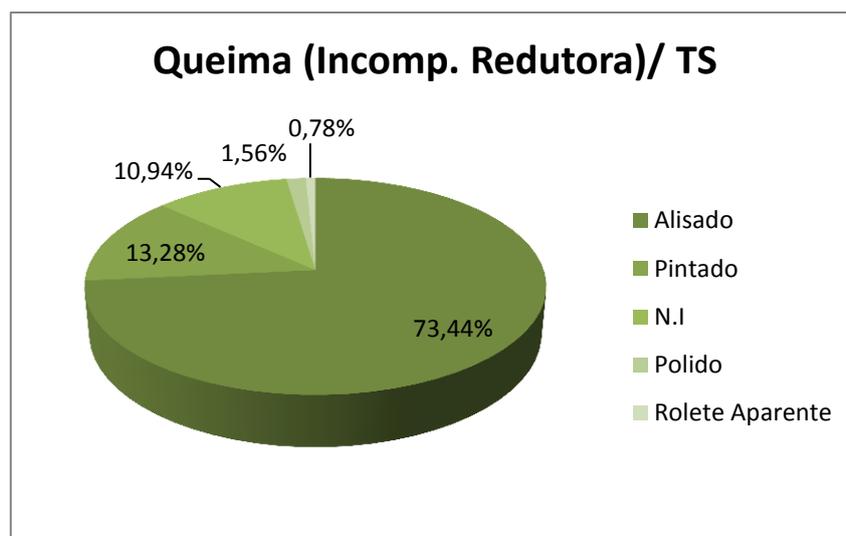
Da mesma forma, para ilustrar essa observação reiteramos que em todas as bases foi identificada a presença de queima Incompleta Redutora, enquanto os bojós apresentaram todos os três tipos de queima com variações segundo a morfologia dos mesmos no corpo do vasilhame (bojo/base e borda/bojo), tanto em vasilhames pintados quanto em vasilhames com outros tipos de acabamentos da superfície (Figuras 82, 83 e 84).



**Figura 82 - Frequência de queima Completa Redutora em vasilhames com Acabamento de Superfície Alisado, Pintado e Polido.**



**Figura 83 - Frequência de queima Incompleta Oxidante em vasilhames com Acabamento de Superfície Alisado, Pintado e Polido.**



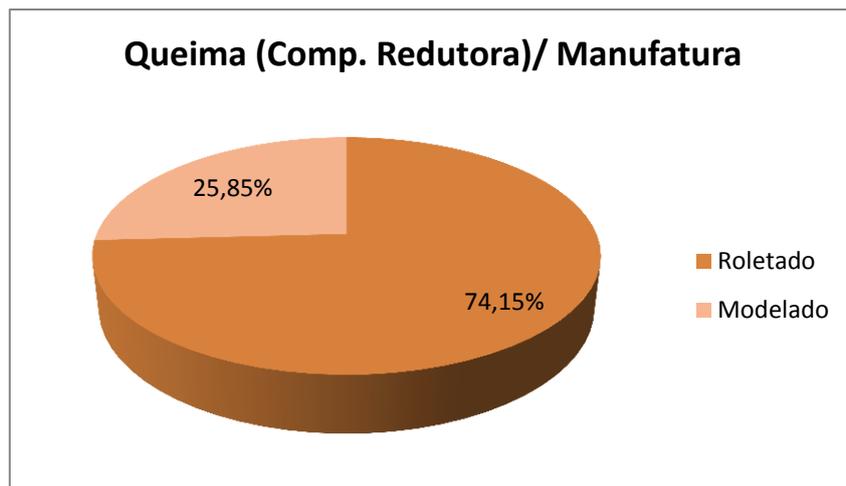
**Figura 84 - Frequência de queima Completa Redutora em vasilhames com Acabamento de Superfície Alisado, Pintado e Polido.**

Dessa forma, não podemos considerar que houve uma intencionalidade na adição de tais tipos de antiplásticos na obtenção de controle durante a cocção de tipos de objetos diferentes, até mesmo por que isso se deu tanto na produção de vasilhames quanto na confecção de fusos e apêndices.

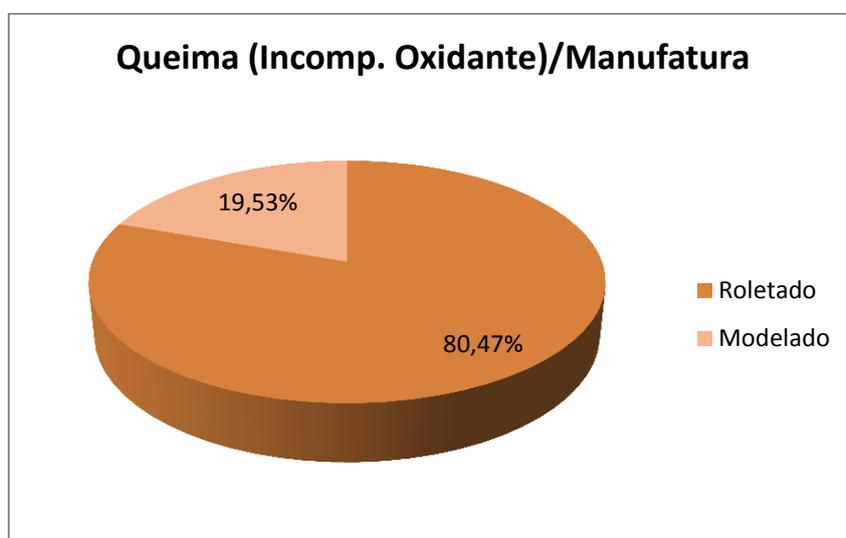
Essa mesma configuração se apresentou quando relacionamos os tipos de queima às técnicas de manufatura identificadas nesse universo material.

Durante essas análises observamos que não houve uma relação direta entre o emprego de queimas diferenciadas e as escolhas de técnicas de manufaturas aplicadas à confecção dos objetos cerâmicos (Figuras 85, 86 e 87).

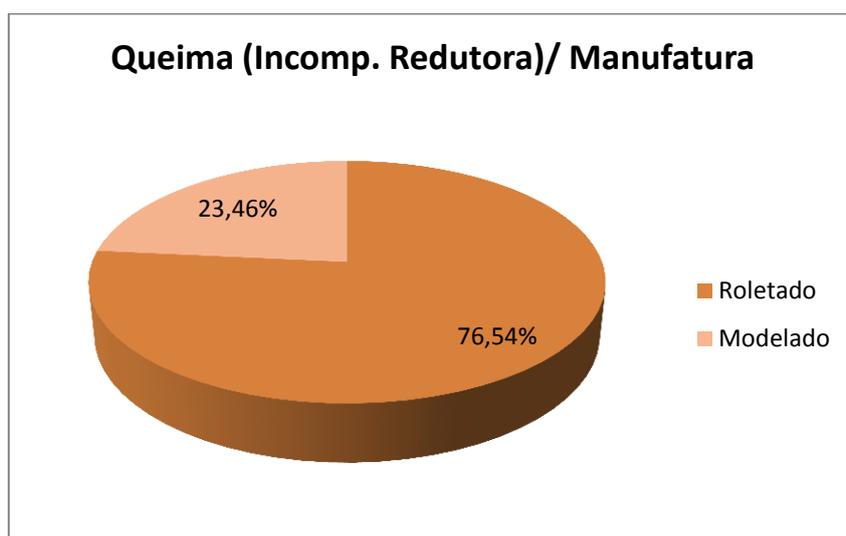
Isso se deu também de forma semelhante entre a adoção de pastas argilosas empregadas na manufatura desses objetos cerâmicos (Figuras 88 e 89).



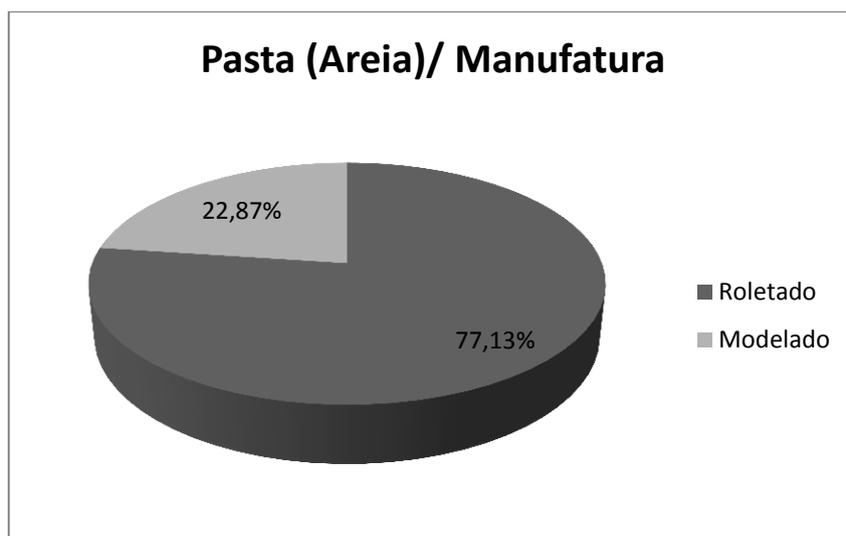
**Figura 85 - Frequência de queima Completa Redutora em objetos cerâmicos produzidos com técnicas de manufatura Roletado e Modelado.**



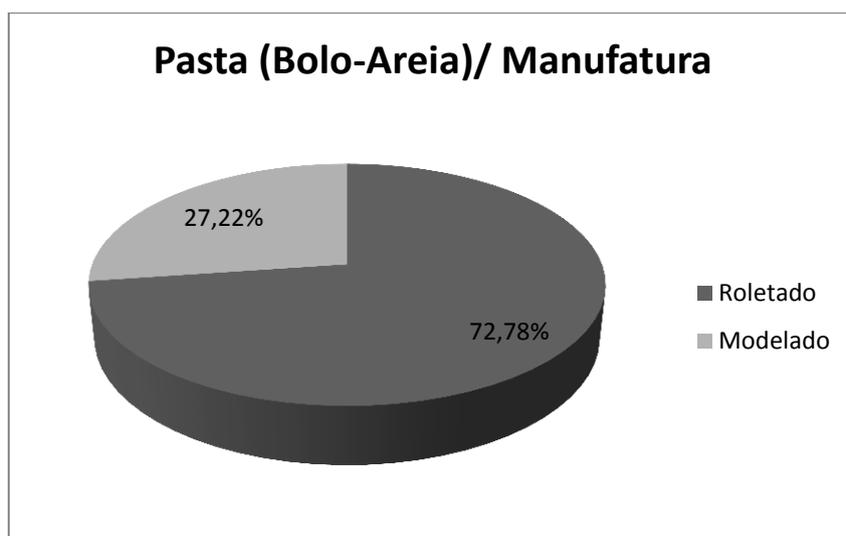
**Figura 86 - Frequência de queima Incompleta Oxidante em objetos cerâmicos produzidos com técnicas de manufatura Roletado e Modelado.**



**Figura 87 - Frequência de queima Incompleta Redutora em objetos cerâmicos produzidos com técnicas de manufatura Roletado e Modelado.**

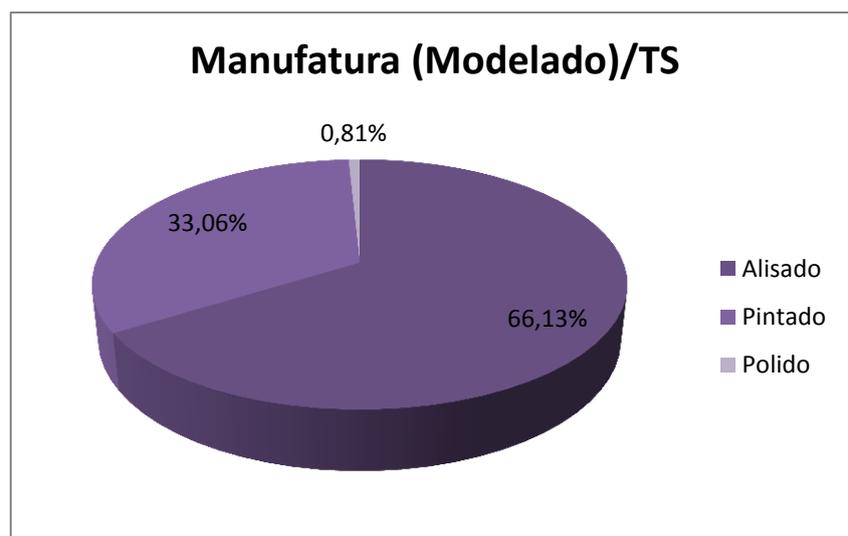


**Figura 88 - Frequência do emprego de pasta do tipo Areia em objetos cerâmicos produzidos com técnicas de manufatura Roletado e Modelado.**

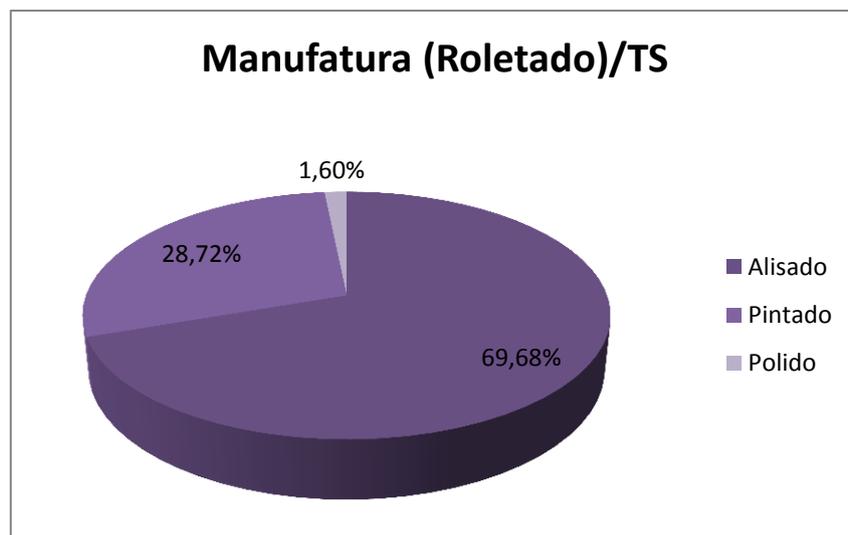


**Figura 89 - Frequência do emprego de pasta do tipo Bolo de Argila e Areia em objetos cerâmicos produzidos com técnicas de manufatura Roletado e Modelado.**

As técnicas de manufatura identificadas nesse contexto arqueológico (Modelado e Roletado) foram empregadas na produção de artefatos cerâmicos que representam todos os tipos de acabamento de superfície (Alisado, Pintado e Polido) identificados no acervo cerâmico do sítio Macaguá I (Figuras 90 e 91).



**Figura 90 - Frequência do emprego da técnica de Modelagem nos objetos com diferentes tipos de acabamento de superfície.**



**Figura 91 - Frequência do emprego da técnica de Roletado nos objetos com diferentes tipos de acabamento de superfície.**

Dessa forma podemos considerar, diferentemente de Nogueira (2011), que a partir desse acervo cerâmico é possível inferir que o emprego de determinadas técnicas na confecção da cerâmica nesse espaço social não condiz com a representação de escolhas estritamente econômicas e tecnológicas cuja finalidade seria traduzida na relação entre as técnicas empregadas na produção e a funcionalidade pretendida para esses objetos.

Assim não concordamos que o perfil técnico representado por esse acervo composto por artefatos cerâmicos do sítio Macaguá I traduz objetivamente uma

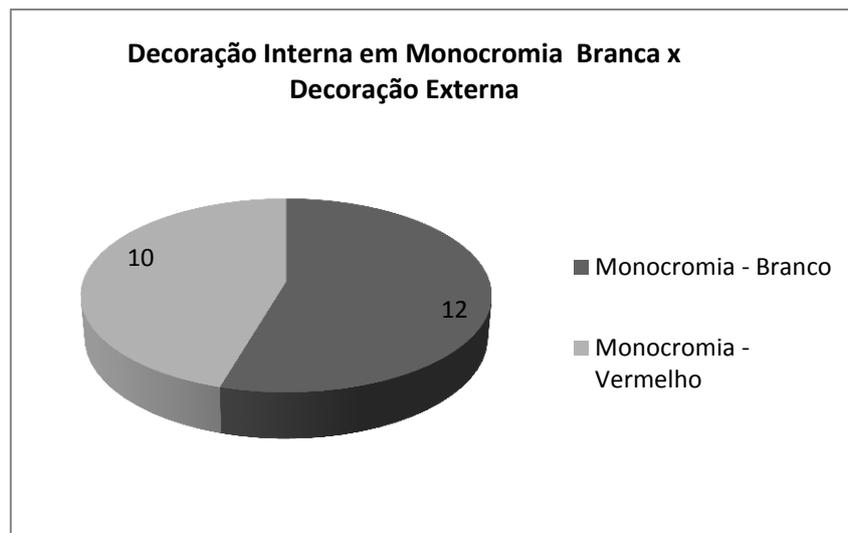
especialidade intencionalmente empregada para a produção de diferentes objetos. Da mesma forma, consideramos que a atribuição de funcionalidade ou uso desses objetos só pode ser atribuída tem em vista a sua relação com o contexto histórico e social representado pelo testemunho material em que se insere o sítio Macaguá I.

Com isso, concluímos que a atribuição de identidades históricas e sociais a partir de um perfil técnico cerâmico traçado para esse contexto, se torna, dessa maneira, uma atividade inviável para a compreensão das mediações materiais que surgem de dinâmicas sociais e históricas complexas como as que ocorreram em contextos do contato.

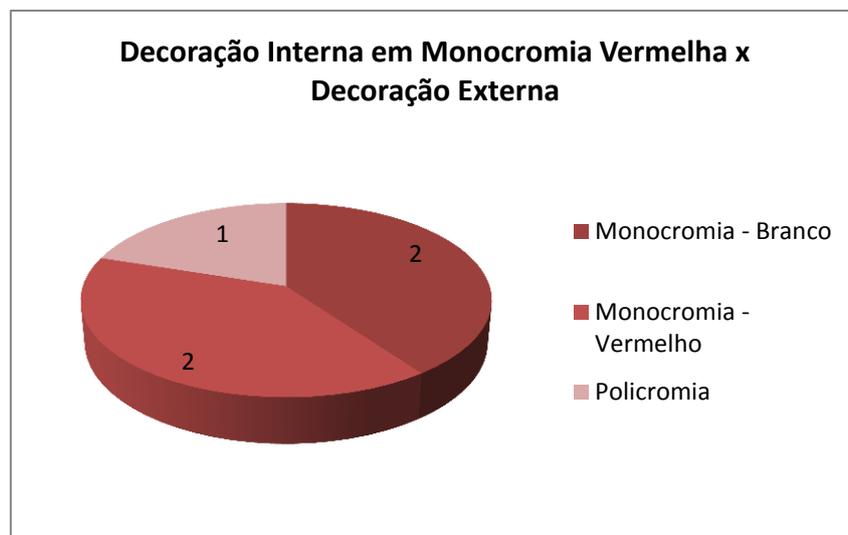
Então, como dito anteriormente, apesar de ser um instrumento útil na organização de atributos técnicos na análise de acervos cerâmicos, o uso isolado do perfil técnico para entender a mudança cultural em contextos históricos que demandam de complexas redes sociais não é capaz de responder questionamentos antropológicos sobre os espaços sociais que se formam da interação entre diferentes atores sociais e seus interesses políticos impressos nos espaços de diálogo que nascem também do uso e adoção de bens materiais.

### **7.2.3 Análises de Vasilhames com Decoração Pintada**

Nos estudos do material cerâmico do sítio Macaguá I, os vasilhames com decoração pintada apresentaram a adoção de duas técnicas, sendo uma a Monocromia, que pode ser em branco ou em vermelho, e outra a Policromia, com motivos representados em vermelho e preto sobre fundo branco (Figuras 92, 93 e 94).



**Figura 92 - Frequência de vasilhames com Monocromia em Branco na superfície interna e suas variações na parte externa.**



**Figura 93 - Frequência de vasilhames com Monocromia em Vermelho na superfície interna e suas variações na parte externa.**



**Figura 94 - Frequência de vasilhames com motivos pintados em Policromia na superfície interna e suas variações na parte externa.**

A presença de motivos representados em preto e vermelho sobre fundo branco (Policromia) nesses vasilhames foi considerada por Nogueira (2011) como uma variação regional, já que esses motivos onde se associam linhas, curvas, faixas e pontilhados não aparecem em outro contexto arqueológico tanto no semiárido quanto no litoral do Nordeste brasileiro.

Apesar das semelhanças técnicas observadas entre as cerâmicas do sítio Macaguá I e outro sítio do semiárido de Pernambuco (Aldeia do Baião), essa particularidade representada pela decoração de vasilhames nesse contexto chamou a atenção para elementos que podem ter sido simbólicos para os grupos que ocuparam esse espaço.

A partir dessas preposições buscamos referências sobre a presença de motivos pintados em policromia identificados em artefatos cerâmicos de contextos arqueológicos no Rio Grande do Norte.

Como a escassa bibliografia que retrata esse material não continha maiores informações contextuais que pudessem auxiliar nesse estudo, foi necessário realizar um registro fotográfico desses vasilhames nos acervos de pesquisa e laboratórios que abrigam tais objetos. Dessa forma, investigamos os acervos materiais do Instituto do Patrimônio Histórico e Arqueológico Nacional (IPHAN) no Rio Grande do Norte e também nos laboratórios do Museu Câmara Cascudo localizado nesse mesmo estado.

Os exemplares registrados fazem parte de acervos que vem sendo construídos desde a década de 1970 com as pesquisas desenvolvidas por Nassaro Nasser em sítios arqueológicos associados à tradição Tupiguarani no litoral Potiguar.

Apesar dos acervos serem bastante reduzidos, pudemos observar vários exemplares de vasilhas cerâmicas assim como a presença de miçangas de vidro que foram encontradas em alguns desses contextos arqueológicos.

O principal objetivo dessas visitas foi o de registrar os tipos de motivos em policromia representados em vasilhames de contextos diferenciados e cronologias diversas. Apesar dos contextos cronológicos se apresentarem bastante reduzidos à classificação de tipos de sítios arqueológicos, como por exemplo, missões de aldeamento e sítios a céu aberto associados a contextos de aldeias pré-históricas, essas informações apesar de incompletas e superficiais não foram desconsideradas durante esse levantamento.

Todavia, a realização desse registro se deu com a finalidade de estimular a construção de inferências arqueológicas que pudessem auxiliar na melhor explicação da materialidade identificada no contexto arqueológico do sítio Macaguá I.

Dessa forma, para que fosse possível realizar leituras acerca desses contextos sociais e históricos particulares foi importante estabelecer uma caracterização inicial dos motivos da pintura presentes nos vasilhames cerâmicos identificados nesse contexto. Para tal, utilizamos textos que tratam da representação gráfica em pinturas de vasilhames cerâmicos associados à Tradição Tupiguarani (SCATAMACCHIA, 2004; PROUS, 2010).

Inicialmente foi constatado que esse tipo de representação gráfica, em sua maioria, se apresentou na superfície interior dos vasilhames, e que a sua presença na parte externa se limitou à borda dos vasilhames. A representação desses motivos no interior das peças se deu na totalidade da superfície, desde a abertura da boca até o fundo dos vasilhames.

Todavia, notamos que a presença desses grafismos em policromia foi representada exclusivamente em vasilhames que possuíam as bordas do tipo Reforçada Externamente ou do tipo Extrovertida, não aparecendo dessa forma em outras classes de morfologia da borda.

No entanto, a pintura monocromática em vermelho aparece em bordas dos tipos Direta, Dobrada, Reforçada Externamente e em bases do tipo Convexa. Já a pintura

monocrômica em branco aparece apenas em bordas dos tipos Direta, Extrovertida e Reforçada Externamente.

Durante a caracterização dos motivos da pintura observada em vasilhames cerâmicos do sítio Macaguá I foram inicialmente divididas as superfícies em que esses motivos foram representados, da seguinte forma:

Na superfície interna:

- 1) Seccionada em três partes: na primeira, uma Fita Reforçada com traços perpendiculares, seguida por uma fita simples, que é posteriormente seguida por uma Fita Reforçada com Traços Perpendiculares. Já na terceira parte observam-se fitas simples meândricas que em sua maior parte estão vazias, e na parte externa da fita se tem o complemento da pintura com pontos (Figuras 95, 96, 97, 98 e 99);



**Figura 95 - Fragmento de borda com decoração pintada na superfície interna 1ª seção de motivo 1.**

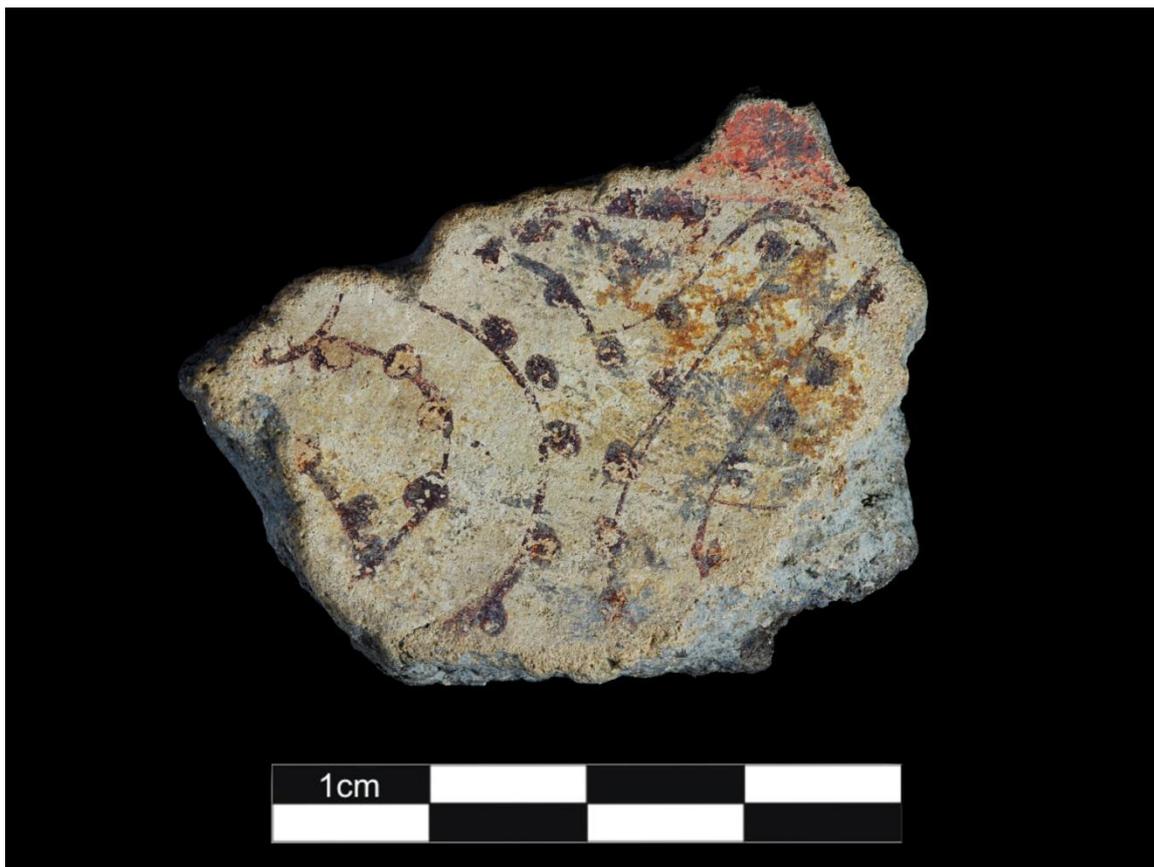


Figura 96 - Fragmento de base com decoração pintada na superfície interna 3ª seção de motivo 1.



Figura 97 - Fragmento de vasilhame cerâmico com decoração pintada na superfície interna 3ª seção de motivo 1.



**Figura 98 - Fragmento de bojo cerâmico com decoração pintada na superfície interna 2ª seção do motivo 1.**



**Figura 99 - Fragmento de vasilhame cerâmico com decoração pintada na superfície interna apresentando uma composição com as 3 seções de motivo 1.**

- 2) Pintura em Branco com Fitas Perpendiculares: fitas perpendiculares, traço grosso e tonalidade preta sob Pintura em Branco (Figura 100);



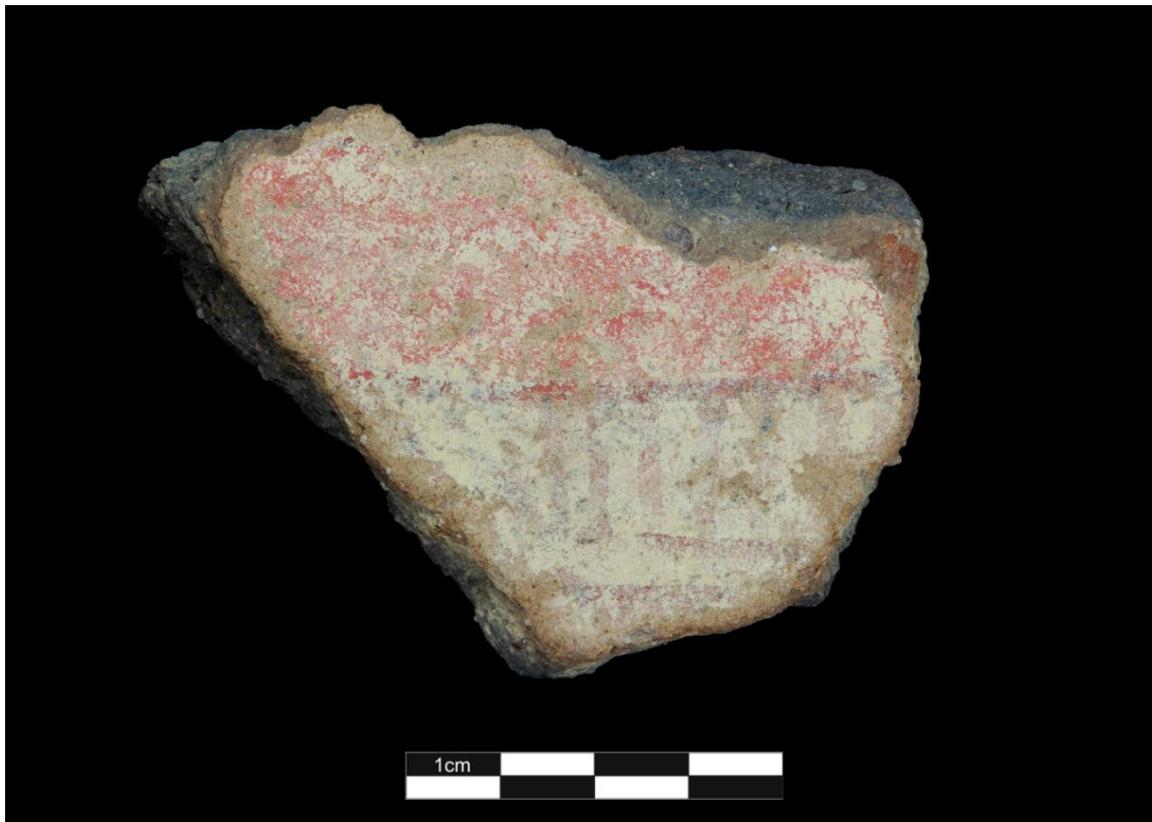
**Figura 100 - Fragmento de bojo com decoração pintada na superfície interna apresentando o motivo 2.**

- 3) Pintura em Branco e Pintura em Vermelho com Faixa Preta: na parte superior da borda está pintada de branco, seguida por faixa preta, em sequência a parte inferior da borda está pintada de vermelho;
- 4) Pintura em Branco com Traços perpendiculares: na parte do lábio não há presença de pintura, mas logo abaixo se tem a ocorrência de pintura em branco e com o início de duas retas perpendiculares;
- 5) Pintura em Vermelho sobre Pintura em Branco: sem motivos gráficos.

Na superfície externa:

- 1) Banda Vermelha com Fita Reforçada com Traços Perpendiculares e Fita Simples: Se tem uma borda em vermelho, seguida por uma Fita Reforçada com Traços Perpendiculares, seguindo essa Fita existe uma Fita simples que aparentemente funciona como divisão para outra Fita Reforçada com Traços Perpendiculares. Um detalhe dessa Fita Simples é que em determinado trecho de seu segmento ela se bifurca em duas extremidades, sendo uma direcionada ao

topo e outra para direção do bojo, cruzando a Fita Reforçada. Ao fim da borda nota-se outro seguimento de Banda Vermelha (Figura 101);



**Figura 101 - Fragmento de borda com decoração pintada na superfície externa apresentando motivo 1.**

2) Pintura em Vermelho sob Pintura em Branco: sem motivos gráficos.

Segundo Albuquerque (2008), a presença de vasilhames cerâmicos com decoração policroma na região Nordeste se dá tanto em ambiente ecológicos mais úmidos até mesmo em áreas de semiaridez.

Todavia, existe uma diferença cronológica representada por dois períodos de ocupação, um mais antigo em áreas de mata úmida com datações que recuam desde o início do século XVI até a primeira metade do século XIV, e outro mais recente que vai do XVI século até o século XVIII e se apresenta tanto em áreas de mata úmida quanto no semiárido de Pernambuco (ALBUQUERQUE, 2008).

Assim como ocorre com o sítio Macaguá I, a cronologia estabelecida para os contextos arqueológicos identificados do semiárido pernambucano coloca a presença da cerâmica de grupos que utilizaram a cerâmica com decoração policroma no período do contato, mais precisamente no século XVII de acordo com a datação de  $340 \pm 150$  para o

sítio PE 137-Bga, localizado na Mesorregião da Chapada do Araripe (ALBUQUERQUE, 2008).

Todavia, a representação dos motivos da pintura policroma em cerâmicas arqueológicas do semiárido pernambucanos, como demonstra o acervo do sítio Aldeia do Baião, se difere dos motivos identificados nos vasilhames cerâmicos do contexto arqueológico do sítio Macaguá I (NOGUEIRA, 2011).

Nos motivos identificados nas cerâmicas com pintura policroma sítio Aldeia do Baião, apesar de serem produzidos com elementos semelhantes ao das cerâmicas do sítio Macaguá I como linhas, faixas e pontilhado não possuem semelhanças na composição desses elementos para formar desenhos de motivos compostos.

Além disso, não foi identificado no conjunto cerâmico desse sítio o uso de bandas em vermelho para delimitar a morfologia representada pelos componentes lábio, borda/bojo e bojo/base como ocorre no acervo do Macaguá I (Figura 102). Contrariamente, no sítio Aldeia do Baião essa delimitação foi estabelecida a partir do uso de faixas e linhas mais finas principalmente aplicadas nas intersecções borda/bojo e bojo/base.



**Figura 102 - Detalhe de banda vermelha representada na intersecção entre borda/bojo em fragmento de vasilhame do sítio Macaguá I.**

Outro elemento que se difere na escolha e produção desses motivos nos dois contextos arqueológicos corresponde à presença de linhas curvas associadas ou não à delimitação de segmentos de reta perpendiculares na superfície interna das bordas dos vasilhames do sítio Macaguá I (Figuras 103 e 104), enquanto nos artefatos cerâmicos do sítio Aldeia do Baião não ocorre tal representação gráfica, estando esses motivos limitados à associação de faixas e linhas retas presentes nas bordas.



**Figura 103 - Detalhe de associação de banda vermelha e linhas curvas na superfície interna de borda de vasilhame do sítio Macaguá I.**



**Figura 104 - Detalhe de associação de banda vermelha e linhas curvas delimitando retas perpendiculares na superfície interna de borda de vasilhame do sítio Macaguá I.**

A representação gráfica dos motivos pintados em policromia nas cerâmicas do sítio Aldeia do Baião se assemelha aos aspectos e elementos comumente encontrados em cestarias produzidas a partir do trançado de fibras vegetais.

Essa observação caminha juntamente com a identificação de fragmentos de vasilhames que foram confeccionados a partir de moldes de cestas que deixaram como testemunho material a impressão desses objetos na superfície externa dos vasilhames nesse contexto (Figura 105).

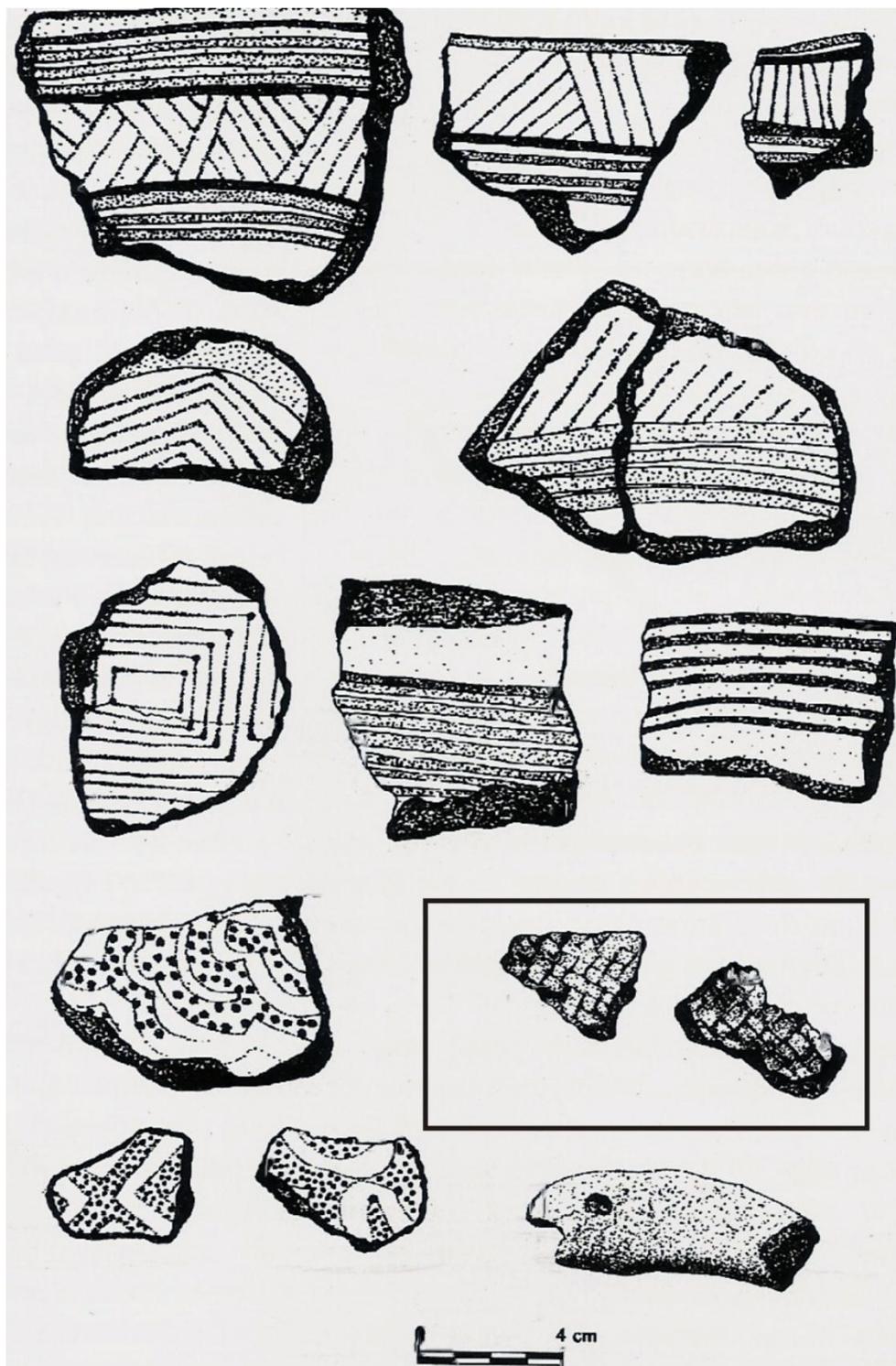


Figura 105 - Representação dos motivos identificados nos vasilhames cerâmicos do sítio Aldeia do Baião, no semiárido pernambucano. Em destaque estão fragmentos de vasilhames modelados a partir de cestaria cuja impressão nota-se na textura da superfície externa. Ad Adaptado de Martin (2008).

Já no conjunto de artefatos cerâmicos do sítio Macaguá I, como atesta Nogueira (2011), e como observado em nossas análises, não se identificou nenhum artefato que possuísse características desse tipo de manufatura, visto que não foi constatada, portanto, a presença de marcas do uso de cestaria na confecção da cerâmica.

No registro das cerâmicas com pintura policroma nos acervos do Rio Grande do Norte (Museu Câmara Cascudo e IPHAN/RN), também se observou algumas semelhanças entre a representação dos motivos desses artefatos encontrados em contextos arqueológicos do litoral Potiguar e a representação dos motivos tal qual se apresentou nos vasilhames cerâmicos do contexto do Macaguá I. Contudo, isso se deu apenas em um único vasilhame que se encontra no acervo da Superintendência do IPHAN no Rio Grande do Norte (Figura 106).



**Figura 106 - Detalhe de decoração com pintura policroma em borda de vasilhame cerâmico encontrado em Vila Flor no contexto da Missão Carmelita Nossa Senhora do Desterro de Gramació. Note-se a presença de bandas em vermelho no lábio e na seção borda/bojo, delimitando motivo de linhas curvas associadas a retas perpendiculares na borda. Foto: Santos, 2012.**

Esse exemplar foi identificado em contextos arqueológicos associados ao estabelecimento da Missão Carmelita de Nossa Senhora do Desterro de Gramació nos finais do século XVII (ALBUQUERQUE, 1990), assentada no vale dos rios Curimataú-Cunhaú na região de Vila Flor, uma área localizada no litoral Potiguar (MARTIN, 2008).

Nesse contexto arqueológico, além das cerâmicas com decoração em pintura policroma, foram ainda identificadas miçangas em vidro (ALBUQUERQUE, 1990), algumas dessas semelhantes às miçangas encontradas no contexto do sítio Macaguá I (Figuras 107 e 108).



**Figura 107 - Miçangas identificadas do acervo arqueológico do IPHAN-RN, encontradas no contexto de Vila Flor. Note-se que a da direita é do tipo tubular navy-blue do mesmo tipo encontrada no contexto do sítio Macaguá I. Foto: Santos, 2012.**



**Figura 108 - Miçangas identificadas do acervo arqueológico do IPHAN-RN, encontradas no contexto da Missão de Nossa Senhora do Desterro de Gramació em Vila Flor. São do tipo faceted chevron, produzidas e comercializadas durante os séculos XVI e XVII em Veneza e Amsterdã. Foto: Santos, 2012.**

Da mesma forma como ocorreu nos vasilhames cerâmicos dos sítios do semiárido pernambucano, a presença de motivos representados em cerâmicas de contextos arqueológicos do litoral Potiguar, com exceção dos vasilhames de Vila Flor, não se constitui de elementos como bandas em vermelho e linhas curvas associadas a traços e retas perpendiculares na porção da borda, ou mesmo em outros tipos de elementos que compõem a morfologia dessas vasilhas.

Nesses contextos não foram identificados artefatos arqueológicos exógenos (de confecção europeia), entretanto não se pode descartar a possibilidade de cronologias históricas para esses sítios já que não se tem estudos mais aprofundados desses contextos materiais.

A partir das análises da cerâmica, isoladamente, não podemos concluir que essa leitura permita no momento a interpretação sobre a construção de identidades sociais que se formaram no período do contato e que carregaram consigo, traduzido na materialidade observada nesses contextos arqueológicos, elementos simbólicos produzidos nesse cenário histórico para representação dos motivos identificados na cerâmica policroma do sítio Macaguá I.

No entanto, não podemos desconsiderar o que nos informa o contexto arqueológico representado pelos resultados obtidos com as análises desses artefatos na construção de inferências que auxiliem na interpretação da materialidade do contato

pensada e construída do intenso diálogo que se estabeleceu entre as negociações sociais e interesses políticos que implicaram na formação desse espaço social e histórico no semiárido do Rio Grande do Norte durante o século XVII.

Todavia, foi importante ainda considerar sobre os resultados que foram obtidos das análises das outras fontes, tanto materiais quanto documentais, para a interpretação dos processos sociais e históricos que atuaram nesses contextos em que foram pensadas a produção, aquisição e a utilização da cultura material encontrada no sítio Macaguá I.

## 8 CONSIDERAÇÕES

O principal objetivo em estudar o contexto arqueológico do sítio Macaguá I foi o de compreender como se apresentou a materialidade do contato nesse espaço. Com isso foi preciso realizar novas escavações arqueológicas onde foram redefinidos os espaços que compunham o sítio. Nesse momento foi redefinido ainda o contexto estratigráfico em que apareciam as manchas (vestígios) onde se demonstrou que esses vestígios compunham uma unidade de estratificação arqueológica bem definida.

A partir desse ponto, a investigação avançou para a leitura e discussão de abordagens conceituais referentes tanto ao padrão de assentamento Tupiguarani quanto aos modelos propostos para o estudo de contextos materiais do contato.

A partir dessas discussões consideramos que as primeiras análises do conjunto material verificado no sítio Macaguá I resultou em explicações oriundas da expressão da dicotomia presente na definição do próprio conceito de contato. Nesse âmbito a oposição das relações entre pré-história e história, e entre contato e colonialismo teve consequências um tanto extremas para a explicação inicialmente proposta para a formação do contexto material do sítio Macaguá I como uma aldeia Tupiguarani com materiais cerâmicos que representavam uma cerâmica Tupinambá.

Com essas discussões lançamos duas possibilidades para o estudo da materialidade do contato no sítio Macaguá I.

A primeira possibilidade elencada para a interpretação da materialidade nesse contexto condiz com a formação de espaços específicos decorrentes das dinâmicas sociais e históricas como conflitos, alianças e migrações observadas nas fontes etnohistóricas que podem ter demandado na construção de espacialidades específicas do contato, que não poderiam ser identificadas por meio de análises do padrão de assentamento Tupi, já que os fenômenos do contato nem sempre se manifestam de forma explícita no registro arqueológico.

A segunda possibilidade se refere à introdução de artefatos de produção não indígena na formação do registro arqueológico do sítio Macaguá I. A percepção da atuação desses objetos na construção desse contexto material não condiz a priori com a presença de europeus nesses espaços, já que as dinâmicas de mobilidade e do comércio desses bens, tal qual observamos nesse estudo, ultrapassa os limites impostos pela atribuição de categorias identitárias específicas para os grupos sociais que possuíram esses artefatos.

Dessa maneira, para observar as sutilezas dos processos sociais e históricos do contato no registro arqueológico do sítio Macaguá I realizamos estudos sobre a forma com que os espaços se apresentavam nesse contexto.

Um dos primeiros resultados obtidos com o estudo da espacialidade do sítio Macaguá I foi a delimitação de dois sítios arqueológicos distintos. A definição de dois contextos materiais singulares, representados pelo sítio Macaguá I e pelo sítio Tapera do Marcolino, teve repercussões não apenas durante as escavações, mas também possibilitou a solução de muitos problemas que vinham sendo enfrentados durante as análises em laboratório.

A tradução que se deu desses contextos foi o da presença de duas ocupações espacialmente e temporalmente dissociadas: a do sítio Macaguá I representada por vestígios de ocupação de grupos indígenas durante o período inicial da colonização do Nordeste; a do sítio Tapera do Marcolino, cujo registro arqueológico revelou a presença de estruturas de uma moradia de arquitetura vernácula, cujo contexto temporal observado a partir das análises dos artefatos vítreos e louça se formou após o início do século XX.

Com o auxílio dessas informações observadas do registro arqueológico foi possível caracterizar de forma mais precisa a formação da ocupação identificada no sítio Macaguá I a partir do seu contexto estratigráfico. Essa caracterização promoveu ainda a inserção de objetos materiais como as miçangas ao passo que foram registradas no mesmo contexto arqueológico e estratigráfico em que foram identificados os vestígios.

Ao mesmo tempo, foi possível separar os artefatos do contexto arqueológico da Tapera do Marcolino, que se encontravam inicialmente associados ao sítio Macaguá I, como fragmentos de telha, cerâmicas modernas e fragmentos de garrafas de vidro produzidas à maneira industrial.

A dissociação desses contextos materiais diferenciados proporcionou a percepção de expressões de uma materialidade distinta para o sítio Macaguá I à medida que os problemas causados pela sobreposição desses dois contextos socialmente e temporalmente diferentes foram solucionados.

Com a percepção das miçangas de vidro no contexto estratigráfico correspondente aos vestígios pudemos inferir sobre a cronologia do sítio Macaguá I. O mesmo é decorrente de um contexto social que se formou num espaço temporal que se encaixa entre a segunda metade do século XVI e primeira metade do século XVII, no contexto histórico das primeiras investidas para a colonização europeia do Nordeste.

A compreensão desses objetos materiais numa situação histórica e social representada pelo contexto material do sítio Macaguá I, como veremos adiante, ultrapassou a abordagem comumente utilizada para explicar a presença dos mesmos em contextos indígenas, relacionando-os ao contato direto e interação de europeus com indígenas.

As miçangas de vidro pensadas no cerne de processos sociais específicos desse contexto passaram a participar de um mundo de objetos imerso de significado, onde mediaram e promoveram também a materialidade do contato que surge nesse contexto como resultado da interação social entre indígenas, contrariando a atribuição arbitrária de identidades fixas subtraídas da percepção de culturas e sociedades estáticas onde é negado a indivíduos passivos o exercício de vivências e sobrevivências sociais e políticas que não podem ser determinadas exclusivamente por escolhas econômicas.

A circulação desses bens nos territórios indígenas do Nordeste, desde o litoral até o sertão, não condiz exatamente com as escolhas ecológicas e funcionais observadas nos padrões de ocupação utilizados para caracterizar a evolução cultural e social dos indígenas que atuaram no contexto arqueológico estudado.

Esses indivíduos que participaram ativamente na construção da materialidade compreendida nesse contexto arqueológico não podem ser considerados meros consumidores ou acumuladores de ‘coisas’, até mesmo por que essa concepção parte de uma visão restrita de mundo em que a economia como concebida no mercantilismo vivenciado nessa época é o único meio que traduz o ser/estar no mundo.

Mesmo com um acervo reduzido de materiais líticos, observamos que a presença de artefatos líticos lascados e polidos no sítio Macaguá I dispostos nas áreas em que foram identificados os vestígios demonstrou características ímpares em relação a sua disposição espacial nesses locais. Enquanto os artefatos lascados se concentraram no interior dos vestígios, sendo identificados em sua maioria no interior das camadas associadas aos vestígios (VA-1, VA-2 e VA-4), os artefatos líticos polidos se concentraram em camadas superficiais, o que pode ter sido resultado da formação de uma espacialidade específica.

Nesses termos, é possível que a presença dos artefatos líticos polidos identificados apenas em superfície esteja associada a formação de áreas de atividades que representavam práticas sociais específicas, dentro e fora desses espaços (vestígios).

Todavia, é importante que se realizem novos estudos para compreender como isso se dava nos espaços fora das áreas das manchas para que tenhamos evidências que apoiem uma interpretação do uso dos espaços mais abrangente sobre o sítio.

As análises do perfil técnico cerâmico não demonstraram diferenças significativas dos dados obtidos em estudos anteriormente realizados sobre esse sítio arqueológico. No entanto, no que se refere às relações entre os atributos técnicos da confecção de vasilhames não percebemos ligações diretas entre a aplicação de elementos técnicos e a funcionalidade pretendida para os objetos. Como exemplo disso, temos objetos materiais produzidos para fins diferenciados como vasilhames e fusos em que foram aplicadas as mesmas técnicas de manufatura e produção, desde a adição de antiplástico até a finalização das peças como o acabamento das superfícies e as queimas aplicadas a estes.

Para a compreensão de expressões de processos sociais envolvidos na conformação da materialidade do contato no sítio Macaguá I, foi preciso recorrer a análises específicas acerca de elementos não observados anteriormente no acervo do material cerâmico desse sítio, como a representação dos motivos da pintura policroma em vasilhames.

O estudo da representação dos motivos pintados nesse contexto condiz com análises arqueológicas que ponderaram tanto sobre a presença de motivos em outros contextos materiais identificados no litoral do Rio Grande do Norte, quanto em sítios arqueológicos com cerâmica policroma localizados no semiárido e agreste da região Nordeste.

Desses contextos, apenas um apresentou semelhanças com a representação de motivos pintados em vasilhames cerâmicos do sítio Macaguá I. O conjunto de vasilhames do sítio arqueológico de Vila Flor, identificado no litoral do Rio Grande do Norte apresentou semelhanças na representação dos motivos pintados expressos na cerâmica do sítio Macaguá I.

Contudo, essas semelhanças materiais não se traduzem numa associação direta entre esses distintos sítios já que não podemos nos desvincular das especificidades históricas e sociais presentes em cada um desses contextos.

Enquanto o sítio Macaguá I se situa cronologicamente entre a segunda metade do século XVI e primeira metade do século XVII, o sítio Vila Flor, segundo a leitura de pesquisas arqueológicas, se formou nos finais do século XVII com o estabelecimento da Missão Carmelita Nossa Senhora do Desterro de Gramació.

No registro arqueológico dessa missão aparecem cerâmicas de decoração policroma que foram encontradas em associação as estruturas arquitetônicas da redução indígena. Nessa Missão foram ainda encontradas miçangas de vidro de tipos diferenciados dos identificados no sítio Macaguá I, cuja cronologia de produção remete aos finais do século XVII e início do século XVIII.

Essa última informação não foi utilizada para distanciar ou aproximar os contextos, ou ainda para atribuir categorias identitárias fixas para os grupos que ocuparam os sítios arqueológicos estudados.

Ela foi levantada com o objetivo de despertar a atenção ao cuidado que os arqueólogos devem ter ao realizar associações diretas ou mesmo especulações para explicar a materialidade do contato em contextos específicos. Pois essas particularidades apresentadas em contextos arqueológicos estão imersas de relações complexas entre processos sociais, pessoas e objetos materiais.

Por outro lado, as leituras arqueológicas da materialidade no sítio Macaguá I compreendidas aqui quanto as suas especificidades não representaram necessariamente uma expressão material de uma ocupação de moradia ou mesmo uma ocupação prolongada nesse contexto. Isso pode ser percebido inicialmente pela falta de diversidade e diversificação das classes de objetos materiais (artefatos).

Objetivamente, o conjunto lítico estudado não condiz com instrumentos ou ferramentas funcionais diretamente ligados ao uso em atividades que remetem a práticas sociais comuns do cotidiano como alimentação necessariamente. Contudo, não podemos concluir com isso que os artefatos líticos foram pensados e construídos dessa forma por que existiam ferramentas de metal, pois estas não foram identificadas nesse contexto.

Assim, essa situação material pode ter sido resultante de um contexto social e histórico onde os artefatos líticos possuíam um caráter de fluidez que se relacionava entre práticas sociais e simbólicas expressadas pela concepção desses objetos enquanto participantes de um mundo real, físico e idealizado. Isso pode estar representado pela maior densidade de artefatos líticos (dentre objetos e fragmentos) ter demonstrado a possibilidade de utilização para a produção de adornos como tembetás, contas e machados, como os polidores e calibradores em canaleta.

Por sua vez, no conjunto cerâmico analisado não se observou uma diversidade de objetos e formas que fossem compatíveis com a complexidade de atividades que envolvem o cotidiano das sociedades indígenas. Muito menos, os vasilhames

apresentaram formas e volumes de objetos utilizados para armazenar e cozinhar alimentos em grandes quantidades.

A presença significativa de cerâmicas decoradas de pequenas dimensões, e com formas semelhantes, pode ser expressão material de mundos simbólicos na conformação de espaços sociais destinados a prática de atividades rituais, que podem estar associadas ou não à presença de práticas funerárias.

As análises de representação dos motivos foram primordiais para a compreensão da materialidade em seus aspectos particulares da expressão do mundo social nesse contexto. Ao produzir e/ou utilizar esses objetos cerâmicos é importante ressaltar que os indígenas, nesse período, vivenciaram, participaram e construíram novos mundos, novos espaços de sociabilidade e de interação.

Mesmo com a possibilidade de que tivessem sido resgatadas antigas experiências e vivências sociais e materiais do passado pré-histórico dessas sociedades, isso agora se dava em contextos sociais e históricos diferenciados, marcados pela inserção de novos grupos sociais que também deram forma a essa materialidade.

É importante frisar que se trata de um contexto material que se formou da interação de grupos sociais que possuíam escolhas políticas e ideológicas mediadas pelos objetos que moldavam as suas experiências no mundo real.

Assim, não podemos concordar com a ideia de que esses objetos materiais não atuaram na compreensão humana desses mundos sendo apenas um reflexo passivo das novas situações que se impunham para as populações indígenas.

Essas experiências materiais podem ter sido mediadoras (meios de tradução) da conformação de novas fronteiras e espacialidades específicas, fossem elas realidades territoriais ou mesmo sociais decorrentes, por exemplo, de conflitos, alianças e relações de parentesco, enquanto processos sociais atuantes em redes de interação formadas das relações entre sociabilidades, espacialidades e temporalidades vivenciadas pelos grupos indígenas nesse momento histórico da construção do Nordeste do Brasil.

As miçangas de vidro identificadas no sítio Macaguá I não se colocam nessa situação como prova material da presença física de europeus nesse espaço histórico, mas sim como testemunhos de expressões da materialidade que surgiram da interação entre os próprios grupos indígenas proporcionada por escolhas sociais e individuais que demandaram da situação do contato.

Por mais que as fontes etnohistóricas, que tratam desse período para o semiárido Potiguar e particularmente da Serra de Santana, possam demonstrar a presença isolada

de europeus em contato direto com indígenas que ocupavam essa região, a expressão material desses contatos esporádicos no sítio Macaguá I não são suficientes para atribuir que a materialidade que se formou nesse contexto se deu como resultado direto desses encontros.

Por sua vez, as cerâmicas indígenas identificadas no sítio Macaguá I são históricas tal como são as miçangas de vidro, e foram construídas socialmente enquanto objetos de uma materialidade que emergiu desse contato entre indígenas, produzindo a presença desses artefatos de vidro nesse contexto arqueológico.

A percepção de processos sociais atuando na materialidade observada do sítio Macaguá I resultou, ainda, da interpretação dos espaços classificados como vestígios (VA-1, VA-2, VA-3, VA-4, VA-5 e VA-6). O registro arqueológico desses seis vestígios revelou a partir das escavações de três desses espaços (VA-1, VA-2 e VA-4) áreas relativamente reduzidas com formas elípticas com extensões de 7 m x 4 m.

Todavia, segundo o registro arqueológico dos outros vestígios presentes nesse sítio (VA-3, VA-5 e VA-6), embora não tenha havido intervenções de subsuperfície em profundidade, foi revelada uma configuração semelhante para os mesmos.

A conformação material observada durante as análises arqueológicas desses vestígios contraria o modelo de aldeia Tupiguarani, já que nem a espacialidade nem os materiais no sítio Macaguá I demonstraram uma associação direta com o padrão de assentamento proposto em estudos dessa tradição.

No modelo de assentamento Tupiguarani podem ser percebidos vestígios interpretados como resultado de processos não culturais como a deposição e decomposição de fundos de cabanas classificadas como moradias. Essas moradias são comumente descritas como áreas de formas circulares ou elípticas com extensões em média de 20 m x 40 m, dispostas de maneira semicircular ou circular que resultam na formação de um pátio central.

Apesar dos vestígios identificados no sítio Macaguá I se apresentarem dispostos em um semicírculo, com uma área central, as análises em escala micro revelaram espaços cujas dimensões possuem uma redução considerável em relação aos vestígios encontrados nos contextos associados a ocupações pré-históricas de grupos indígenas vinculados à tradição Tupiguarani.

Dessa forma, podemos concluir que a configuração material e espacial do sítio Macaguá I representa um contexto de uso restrito cuja materialidade foi traduzida como resultado da atuação de grupos indígenas nesse espaço histórico e social.

Todavia é importante ressaltar que essa situação observada se deu, sobremaneira, pelo estudo de processos sociais concebidos no interior do conceito de materialidade como considerado anteriormente nesse trabalho.

Sítios arqueológicos com cerâmicas semelhantes às encontradas no contexto do Macaguá I têm sido identificados em outras áreas da Microrregião de Serra de Santana. A emergência no estudo desses contextos pode representar a criação de competências para a construção de leituras arqueológicas de situações materiais semelhantes em outras regiões do Nordeste e quiçá do Brasil.

No entanto, nessas futuras pesquisas arqueológicas deve-se considerar que a compreensão da materialidade não pode se dar exclusivamente com a explicação de resultados ou consequências advindas do estudo da mudança ou permanência de aspectos culturais de sociedades indígenas no passado. Essas leituras devem ultrapassar as categorias limitantes impostas por essa percepção dos grupos sociais na construção de competências para a tradução da materialidade em todas as suas expressões, sejam elas pensadas em termos materiais, espaciais ou mesmo simbólicos.

A percepção da complexidade que se impõe sobre a relação entre os processos sociais do contato e sua materialidade no contexto brasileiro tem sido frutiferamente considerada, pensada e discutida no grupo de pesquisa do qual faço parte, denominado **Diásporas, Contatos e Enredos Culturais**, e para o qual espero que esse estudo possa ser percebido e recebido como alguma contribuição.

## REFERÊNCIAS

AB'SABER, A. N. *Época Colonial: do descobrimento à expansão territorial. História Geral da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, v.1, 436 p.

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas: NBR 14724. 3ª Edição. Válida a partir de 17.05.2011. Rio de Janeiro: ABNT, 2011.

ABREU, J. C. de. **Capítulos da História Colonial & Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil**. Editora Universidade de Brasília. Brasília, 1998.

ALBUQUERQUE, M. Contatos. **Caderno de Criação**. ano VI, n. 17. 1999. Porto Velho, 47-66.

ALBUQUERQUE, M. Cultivadores pré-históricos no semi-árido: aspectos paleoambientais. **CLIO**. Recife: Editora Universitária, n. 4. 1991b. p. 117 – 118.

ALBUQUERQUE, M. Organização do espaço habitacional em aldeias Tupiguarani no estado de Pernambuco. **CLIO**. Recife: Editora Universitária, n. 4. 1991a. p. 119 – 120.

ALBUQUERQUE, M. Subsídios ao Estudo Arqueológicos dos Primeiros Contatos entre os Portugueses e os Indígenas da Tradição Tupiguarani no Nordeste do Brasil. **CLIO**, 5, 1982, 105-116.

ALBUQUERQUE, M.. Recipientes Cerâmicos de Grupos Tupi, no Nordeste Brasileiro. In: PROUS, A.; LIMA, T.A. (Ed.). *Os Ceramistas Tupiguarani: Sínteses Regionais*. Belo Horizonte: Sigma, 2008. p. 67-90.

ALBUQUERQUE, P.T.S.. Escavações arqueológicas na Missão de N.S.do Desterro de Gramació - Vila Flor, RN. **Revista do Cepa**, [s.i], v. 17, n. 20, p.305-318, 1990.

ALCINA FRANCH, José. **Arqueologia Antropologia**. Madrid: Ediciones Akal, 1989. 223 p il.

ALLEN, S. J. (in press) Culture Contact and Change in Northeastern Brazil: challenges for archaeological interpretation. In J. Laviña and N. Moragas (eds.) **Sociedades en Contacto en América Latina: prehispânico y colonial**. Barcelona: Publicacions UB, 2010.

ALLEN, S. J. Identidades em Jogo: negros, índios e a arqueologia na Serra da Barriga. In L. de Almeida, M. Galindo e J. Elias (eds.) 2000, **Índios do Nordeste: temas e problemas 2**. Maceió: EDUFAL, 245-275.

ALVES, C.. A Cerâmica Pré-histórica no Brasil: Avaliação e Proposta. **Clio: Série Arqueológica**, Recife, v. 1, n. 7, p.61-88, 1991.

APPADURAI, A..**The Social Life of Things: Commodities in Cultural Perspective**. [s.i]: Cambridge University Press, 1988. 329 p.

ASSIS, V. S. de. **Da espacialidade Tupinambá**. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PUC-RS, 1996. p. 130.

BAMFORTH, D. B. Stone Tools, Steel Tools: contact period household technology at Helo. In D. Rodgers and S. Wilson (eds.) **Ethnohistory and Archaeology: approaches to postcontact change in the Americas**, pp. 49-72. New York: Plenum Press, 1993.

BARBOSA, Rute Ferreira. "**Para o povo ver**": A Materialidade dos Engenhos Banguês do norte de Alagoas, no século XIX. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em Arqueologia, Ufpe, Recife, 2012.

BARLEUS, G. 1584-1648. **História dos Feitos Recentemente Praticados Durante Oito Anos no Brasil**. Recife: Fundação de Cultura do Recife, 1980.

BARO, R. **História das Últimas Lutas no Brasil Entre Holandeses e Portugueses e Relação da Viagem ao País dos Tapuias**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1979.

BASTIDE, R. **Anthropologie Appliquée**. Paris: PBP, 1971.

BELTRÃO, Maria da Conceição de Moraes Coutinho; LARAIA, Roque de Barros. O método arqueológico e a interpretação etnológica. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro, v. 52, n.17, p. 203-217, 1969.

BERTRAND, Daniel. Índícios de ocupação pré-histórica do município de Santana do Matos - RN. **Mneme** (Caicó. Online), v. 8, p. 01, 2006.

BICHO, N. F. **Manual de Arqueologia Pré-Histórica**. Lisboa: Edições 70. 2006

BINFORD, L. **Archaeology as anthropology**. *American Antiquity*, [S.l.], [s.n.], n. 28. 1962. p. 217-226.

BINFORD, L. R. **En busca del pasado**. Barcelona: Editorial Crítica, 1988. 125

BINFORD, L.. **Meaning, Inference and the Material Record**. In: RENFREW, A. C.;

SHENNAN, S. (Ed.). **Ranking, Resource and Exchange**. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

BINFORD, L.R.. **An Archaeological Perspective**. Albuquerque, New Mexico: Seminar Press, 1972. 457 p.

BOËDA, E. **Technogenèse des systèmes de production lithique au Paléolithique Inférieur et Moyen en Europe Occidentale et au Proche Orient**. Habilitation à diriger des recherches. Nanterre: Université de Paris X. 1997.

BORGES, F. **Os Sítios Arqueológicos Furna do Umbuzeiro e Baixa do Umbuzeiro: Caracterização de um Padrão de Assentamento na Área Arqueológica do Seridó RN, Brasil**. Tese (Doutorado) - UFPE, Recife, 2010.

BOURDIEU, P.. **Outline of a Theory of Practice**. Cambridge: Cambridge University Press, 1977

BRADLEY, J. W.. **Evolution of the Onondaga Iroquois: Accommodating Change, 1500–1655**. Syracuse: Syracuse University Press, 1987.

BRANCANTE, Eldino da Fonseca. **O Brasil e a Cerâmica antiga**. São Paulo: Ed. Brancante, 1981. 730 p.

BRITO, Francisco de Paula. **Análise de Gravuras Rupestres Pré-Históricas das Bacias Hidrográficas do Espinhara/Sabugi/Quipauá - Barra Nova no Seridó Ocidental-RN**. 123 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em Arqueologia, UFPE, Recife, 2011.

BROCHADO, J. P. **An ecological model of the spread of pottery and agriculture into Eastern South America. PhD Thesis**. Chicago: University of Illinois, 1984.

BROCHADO, J. P. Migraciones que Difundieron La Tradición Alfarera Tupiguarani. **Relaciones**, 7, 1973, 7-39.

BROCHADO, J. P. Um modelo ecológico de difusão da cerâmica e da agricultura no leste da América do sul. **CLIO**. Recife: Editora Universitária, n. 3. 1991. p. 85 – 87.

BROCHADO, J. P.. Contatos entre Europeus e Indígenas: um estudo de aculturação através das mudanças na cultura material. **Revista do IFCH/UFRGS**, Porto Alegre, n. 2, p.11-47, 1974.

BROCHADO, J. P.; LA SALVIA, F.. **Cerâmica Guarani**. 2. ed. Porto Alegre: Posenato Arte e Cultura, 1989. 175 p.

BROCHADO, J.P.. **Alimentação na Floresta Tropical**. Porto Alegre: IFCH/UFRGS, RS, 1977. 104 p.

BROCHADO, José Proenza. A Expansão dos Tupi e da cerâmica da Tradição Policrômica Amazônica. **Dédalo** Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, SP, Vol. 27, p 65-82, 1989

BUARQUE, A. Pesquisas Arqueológicas em Sítios Tupinambá em Araruama. In Ana Paula de Paula Loures de Oliveira (Org.). **Estado da Arte das Pesquisas Arqueológicas sobre a Tradição Tupiguarani**. Juiz de Fora: MG Editora UFJF, 2009, 37-63.

BUARQUE, A. . Uma Aldeia Tupinambá em Morro Grande. In: VIII Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira, 1995, Porto Alegre. **Anais do VIII Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995. v. 2. p. 207-220.

BUARQUE, A.. As Estruturas Funerárias das Aldeias Tupinambá da Região de Araruama, RJ. **Os Ceramistas Tupiguarani**: eixos temáticos, Belo Horizonte, v. 3, p.149-172, 2010.

CALDARELLI, Solange Bezerra. **Arqueologia do Vale do Paraíba Paulista SP-070 Rodovia Carvalho Pinto**. 245p. 2003.

CALDERÓN, V.. Nota prévia sobre arqueologia das regiões central e sudoeste do estado da Bahia, **PRONAPA**, 2, p. 135-150, 1969.

CARDIM, F.. **Tratados da terra e gente do Brasil**. Rio de Janeiro: J. Leite & Cia, 1925. 434 p.

CASTRO, Viviane Maria Cavalcanti de. **Sítio Cana Brava: Contribuição ao Estudo dos Grupos Ceramistas Pré-Históricos do Sudeste do Piauí**. 122 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em Arqueologia, UFPE, Recife, 1999.

CHMYZ, I. Terminologia arqueológica brasileira para a cerâmica. **Cadernos de Arqueologia**. Museu de Arqueologia e Artes Populares, Paranaguá - PR, v. 1, p. 119-148, 1976.

CHMYZ, I. Dados arqueológicos do baixo rio Paranapanema e do alto rio Paraná. **Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém - PA, v. 26, p. 67-90, 1974.

COBB, C.R.. **Stone Tool Traditions in the Contact Era**. Tuscaloosa: University Of Alabama Press, 2003. 272 p.

CORRÊA, A.. Cadeias Operatórias Tupi. **Habitus**, Goiânia, v. 9, n. 2, p.221-238, jul./dez. 2011.

CUCHE, D. **A Noção de Cultura nas Ciências Sociais**. Bauru: EDUSC, 2002. 256 p.

CUSICK, J.G.. Introduction: Perspectives on the Study of Culture Contact in Archaeology: Concepts and Critiques. In: CUSICK, J. G.(Org.) **Studies in Culture Contact: Interaction, Culture Change, and Archaeology**. Illinois: Board of Trustees, Southern Illinois University, 1998. p. 1 - 22.

DE MASI, M.; SCHMITZ, Pedro I.. Análise de artefatos líticos de fase da tradição Tupiguarani do Rio Grande do Sul, Brasil. **Arqueologia do RGS, Brasil - Documentos**, São Leopoldo, n. 1, p.49-97, 1987.

DERRIDA, J.. **Archive Fever: a freudian impression**. Chicago: University Of Chicago Press, 1996. 113 p.

DIAS JUNIOR, O. F.. Resultados Preliminares do Segundo Ano de Pesquisas no Estado do Rio de Janeiro. PRONAPA. **Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Belém – Pará. 10: 119 -134, 1966/1967.

DIAS JUNIOR, O. F.. A Cerâmica Neo-brasileira. **Instituto de Arqueologia Brasileira**: Boletim, [s.i], n. 1, p.1-30, 1988.

DIAS JUNIOR, O. F.. A Fase Para ti: apontamentos sobre uma fase cerâmica neobrasileira. **Universitas**, [s.i], n. 8/9, p.177-133, 1971.

DIAS JUNIOR, O.F. *et al.* Arqueologia brasileira em 1968: um relatório preliminar sobre o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas. **Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi**, n. 12, p. 3-33, 1969.

DIAS JUNIOR, O.F.. Nota prévia sobre as pesquisas arqueológicas em Minas Gerais. **PRONAPA**, 5, p. 105-116, 1974.

DIAS, A. S. Novas Perguntas para um velho problema: escolhas tecnológicas como índices para o estudo de fronteiras e identidades sociais no registro arqueológico. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, v. 2, p. 59-76, 2007

DUBIN, L. S. **The History of Beads**. n.i.: I Thames & Hudson, 2009.

EHRHARDT, K.L.. **European Metals in Native Hands: Rethinking Technological Change 1640-1683**. Tuscaloosa: University Alabama Press, 2005. 272 p.

FERNANDES, F. **Organização social dos Tupinambá**. São Paulo: Hucitec. (1848) 1989.

FOGAÇA, E. **Mãos para o pensamento. A variabilidade tecnológica de indústrias líticas de caçadores-coletores holocênicos a partir de um estudo de caso: as camadas VIII e VII da Lapa do Boquete (Minas Gerais, Brasil - 12.000/10.500 B.P.)** Tese de Doutorado apresentada à PUC-RS, 2001.

FONTES, Mauro Alexandre Farias. **A Cerâmica Pré-histórica da Área Arqueológica do Seridó/RN**. 145 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação Em História, UFPE, Recife, 2003.

FUNARI, Pedro Paulo A. Maroon, Race and Gender: Palmares Material Culture and Social Relations in a Runaway Settlement. In **Historical Archaeology: Back from the Edge**, Pedro Paulo A. Funari, Martin Hall, and Siân Jones, editors, p. 322. Routledge, London, 1999.

GALLOWAY, P.. Material culture and text: exploring the Spaces within and Between. In: HALL, M.; SILLIMAN, S.W.. **Historical Archaeology**. Oxford: Blackwell Publishers, 2006. p. 42-64.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Editora LTC, 2008. 323 p.

GOULD, R. A. The archaeologist as ethnographer: a case study from the western desert of Australia. **World Archaeology**, v. 3, p. 143-177, 1971.

GRILLO, K.; AULTMAN, J.. DAACS Cataloging Manual: Beads. **DAACS**, [s.i], n. , p.1-8, 2003. Disponível em: <<http://www.daacs.org/wp-content/uploads/beads.pdf>>. Acesso em: 02 out. 2012.

GRUZINSKI, S. **O Pensamento Mestiço**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.416 p.

HALL, T. D.; CHASE-DUNN, C..The World-Systems Perspective and Archaeology: Foward into the past. **Journal Of Archaeological Research**, [s.i], p.121-143, 1993.

HALL, T.D.. The Case for a World Systems Approach to Civilizations: A View from the ""Transformationist"" Camp. **Comparative Civilizations Review**, [s.i], n. 30, p.30-49, 1994

HARRIS, M. **El Desarrollo de la Teoría Antropológica: historia de las teorías de la cultura**. Madrid: Siglo XXI de España Editores S.A., 2003. 690 p.

HERSKOVITS, M. J. The Significance of the Study of Acculturation for Anthropology. **American Anthropologist**, 39, 1937, 259-264.

HILBERT, Klaus. " Cave Canem! “: cuidado com os "Pronapianos"! Em busca dos jovens da arqueologia brasileira. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, v. 2, p. 117-130, 2007.

HILBERT, P.P.. Contribuições à Arqueologia do Amapá. **Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi**, Belém, PA, p. 2-41. set. 1957.

HODDER, I. **Theory and Practice in Archaeology**. New York: Routledge, 1995, 240.

HODDER, I. **The Spatial Organisation of Culture (New approaches in archaeology)**. Pittsburgh: University Of Pittsburgh Press, 1978. 310 p.

HODDER, I. **Reading the past. Current approaches to interpretation in archaeology**. [s.i]: Cambridge University Press, 1986. 308 p.

HODDER, I.; HUTSON, S.. **Reading the Past: current approaches to interpretation in archaeology**. 3. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

HOELTZ, Elaine Sirlei. **Artesãos e Artefatos Pré-Históricos do Vale do Rio Pardo. Santa Cruz do Sul: EDUNISC. 1997.**

HOLANDA, S. B. de. **Visão do Paraíso: motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil.** 6ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2002, 584 p.

HOWEY, M. C. L.. Colonial Encounters, European Kettles, and the Magic of Mimesis in the Late Sixteenth and Early Seventeenth Century Indigenous Northeast and Great Lakes. **International Journal Of Historical Archaeology**, [s.i], n. 15, p.329-357, 1 jul. 2011.

HULSMAN, L.. Swaerooch: o comércio holandês com índios no Amapá (1600-1615). **Revista de Estudos Amazônicos**, Belém, PA, v. 6, n. 1, p.178-202, 2011.

INIZAN, M.-I. *et al.* **Préhistoire de la Pierre Taillée.** França: Cercle de Recherches Et D'études Préhistoriques, 1995. 199 p.

JOHNSON, M.. **Teoría Arqueológica: Una Introducción.** [s.i]: Ariel, 2000. 288 p.

JONES, S.. Categorias históricas e a práxis da identidade: a interpretação da etnicidade na arqueologia histórica. In: *Identities, Discurso e Poder: Estudos da Arqueologia Contemporânea*, ed. Funari, P.P.A., Orser, C. and Schiavetto, S.N. de O. São Paulo: Annablume, 2005. p. 27-43.

JONES, S.. **The Archaeology of Ethnicity: constructing identities in the past and present.** London And New York: Routledge, 1997. 179 p.

KARGLINS, K. Seventeenth Century Dutch Beads. **Historical archaeology.** 8, 1974, 64-82.

KARGLINS, K.. **Glass Beads: Guide to the Description and Classification of Glass Beads.** Quebec, Canada: Canadian Govt. Pub. Centre, 1985. 123 p.

KEANE, W.. Self-Interpretation, Agency, and the Objects of Anthropology: Reflections on a Genealogy. **Studies In Society And History**, [s.i], n. 45, p.222-248, 2003a.

KEANE, W.. Semiotics and the Social Analysis of Material Things. **Language And Communication**, [s.i], n. 23, p.409-425, 2003b.

KENT, B. C.. The Susquehanna Bead Sequence. **Glass Bead Conference: Research Records**, Rochester, n. 16, p.75-81, 1983.

KNEIP, L.M.; MONTEIRO, A.M.F.; SEYFERTH, G.. A Aldeia Pré-histórica de Três Vendas. Ararauma, Estado do Rio de Janeiro. **Revista do Museu Paulista**, São Paulo, n. 27, p.283-338, 1980.

KOHN, M.. Colonialism. In: University Stanford. **Stanford Encyclopedia of Philosophy**. Stanford: Stanford University, 2006. p. [S.I].

LAPHAM, H.A.. **The Analysis of European Glass Trade Beads Recovered from Monogahela Sites in Greene County, Pennsylvania**. Washington, D.C: **The Bead Society Of Greater Washington**, 1995.

LAPHAN, Heather. More Than “A Few Blew Beads”: The Glass and Stone Beads from Jamestown Rediscovery’s 1994-1997 Excavation. **The Journal of the Jamestown Rediscovery Center**. Vol 1. Jan 2001.

LATHRAP, D. W.. **The Upper Amazon**. London: Thames & Hudson, 1970. 256 p. (Ancient peoples and places).

LEITE NETO, W. M. **Tecnologia lítica dos grupos ceramistas da Chapada do Araripe: análise dos sítios arqueológicos do município de Araripina, Pernambuco, Brasil**. Dissertação de Mestrado. 2008. UFPE

LEITE NETO, W.M.. **Tecnologia Lítica dos Grupos Ceramistas da Chapada do Araripe: análise dos sítios arqueológicos do Município de Araripina, Pernambuco, Brasil**. 2008. [] f. Dissertação (Mestrado) - Ufpe, Recife, 2008.

LEROI-GOURHAM. A. **Evolução e técnica. 1 – O homem e a matéria**. Lisboa: Edições 70, 1985 a, 237pp [1ª edição francesa: Paris, Albin Michel, 1964].

LIGHTFOOT, K. G., Culture Contact Studies: redefining the relationship between prehistoric and historical archaeology. **American Antiquity**, 60(2), 1995, 199-217.

LIMA, C. F. M. de. **Padrão de assentamento em sítios arqueológicos na zona da mata norte de Alagoas e sul de Pernambuco**. Dissertação de Mestrado. Recife: [s.n.], 2006. p.140.

LIMA, M.G.; ROCHA, J.S.. Um Sítio Arqueológico Tupi-Guarani da Sub-Tradição Pintada no Sertão Pernambucano. **Clio: Série História**, Recife, n. , p.39-46, 1984.

LIMA, T.A.. Arqueologia Histórica no Brasil: balanço bibliográfico (1960-1991). **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, São Paulo, v. 1, n. 1, p.225-262, 1993.

LITTLE, B.J.. People with History: An Update on Historical Archaeology in the United States. **Journal Of Archaeological Method And Theory**, [s.i], n. 1, p.5-40, 1994.

LITTLE, B.J.. **Text-Aided Archaeology**. [S.I]: CRC Press, 1992. 230 p.

LÓPEZ, M. A.. Imágenes Postconquista y Etnogénesis en la Quebrada de Humahuaca, Jujuy, Argentina. Hipótesis de Trabajo Arqueológico. **Memoria Americana: Cuadernos de Etnohistoria**, Buenos Aires, n. 14, p.167-202, 2006.

LOREN, D.D.. Beyond the Visual: Considering the Archaeology of Colonial Sounds. **International Journal Of Historical Archaeology**, [s.i], n. 12, p.360-369, 14 ago. 2008.

LOURDEAU, A.. **Le Technocomplexe Itaparica**: définition techno-fonctionnelle des industries à pièces façonnées unifaciellement à une face plane dans le centre et le nord-est du Brésil pendant la transition Pléistocène-Holocène et l'Holocène ancien. 2010. 477 f. Tese (Doutorado) - Université Paris Oues Nanterre La Défense, Nanterre, 2010.

LOURDEAU, Antoine. A pertinência de uma abordagem tecnológica para o estudo do povoamento pré-histórico do Planalto Central do Brasil. **Habitus**: Goiânia, v. 4, n.2, p. 685-710, 2006.

LOWIE, Robert Harry. Some Aspects of Political Organization Among the American Aborigines. **The Journal of The Royal Anthropological Institute Of Great Britain And Ireland**, England, v. 78, n. 1/2, p.11-24, 1948.

LUNA, S.C.A.. O Sítio Sinal Verde - São Lourenço da Mata, PE. Uma aldeia pré-histórica na zona da mata pernambucana. **Clio**: Série Arqueológica, Recife, v. 1, n. 7, p.89-142, 1991.

LYMAN, R. L.; O'BRIEN, M. J.. The Direct Historical Approach, Analogical Reasoning, and Theory in Americanist Archaeology. **Journal Of Archaeological Method And Theory**, [s.i], p. 303-342. dec. 2001.

MACEDO, H. A. M. de. **Ocidentalização, Territórios e Populações Indígenas no Sertão da Capitania do Rio Grande do Norte**. Dissertação de Mestrado, UFRN. Natal, 2007.

MALINOWSKI, B. K.. **Argonautas do Pacífico Ocidental**: Um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné e da Melanésia. São Paulo: Editora Abril, 1976.

MARANCA, S. ; MEGGERS, B. J. . Uma Reconstituição Experimental de Organização Social, Baseada na Distribuição de Tipos de Cerâmica num Sítio Habitação da Tradição Tupiguarani. In: **Estudos De Arqueologia E Pré-História Brasileira**. Instituto de Geociências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, SÃO LEOPOLDO, RS, 1981. p. 227-247.

MARANCA, S; MEGGERS, B. J. **Uma reconstituição de organização social baseada na distribuição de tipos de cerâmica num sítio habitação da tradição Tupiguarani**. Pesquisas. São Paulo: [s.n.], n. 31. 1980. p. 227 – 247.

MARTIN, G. **Pré-história do Nordeste do Brasil**. Recife: Editora Universitária-UFPE, 2008.

MARTIN, G.. Os Rituais Funerários na Pré História do Nordeste. **CLIO: Série Arqueológica**, Recife, n. 10, p.29-46, 1994.

MAUSS, Marcel. Les techniques du corps. **Journal de Psychologie**, [s.i], v. 3-4, n. 32, 1936.

MEDEIROS, R. P. de. **Bárbaras guerras: povos indígenas nos conflitos e alianças pela conquista do sertão nordestino colonial**. Universidade Federal da Paraíba, 2008.

MEGGERS, B. J. **Amazônia, a ilusão de um paraíso**. São Paulo: Editora da USP, 1987. p. 239.

MEGGERS, B. J. **América pré-histórica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 242.

MEGGERS, B; EVANS, C. **Identificação de áreas culturais e dos tipos de cultura na base da cerâmica das jazidas arqueológicas**. Arquivos do Museu Nacional. Rio de Janeiro: [s.n.], v. 46. 1958. p. 9 – 32.

MENEZES, Maria Rosilene Ferreira. **Estudo sedimentológico e o contexto estrutural da Formação Serra do Martins nos Platôs de Portalegre, Martins e Santana/RN**. Dissertação (Mestrado). Mestrado em Geodinâmica e Geofísica. Universidade Federal do Rio Grande do Norte – Natal/RN, 1999.

MENTZ, P.A. R. Arqueologia do Vale do Rio Pardo, Rio Grande do Sul, Brasil. **Revista do Cepa**, Sta. Cruz do Sul, n. 18, p.13-184, 1991

MESKELL, L.. **Archaeologies of Materiality**. Oxford: Blackwell Publishing, 2005.

MESKELL, Lynn. 2002. Negative Heritage and Past Mastering in Archaeology. **Anthropological Quarterly**75(3):557–575

METRAUX, A. **La civilisation matérielle des tribus Tupi-Guarani**. Paris: Librarie Orientaliste Paul Geuthner. 1928. p. 331.

MILLER, D.. **Trecos, Troços e Coisas: estudos antropológicos sobre a cultura material**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

MILLHAUSER, J.; RODRÍGUEZ-ALEGRÍA, E.; GLASCOCK, M; D.. Testing the accuracy of portable X-ray fluorescence to study Aztec and Colonial obsidian supply at Xaltocan, Mexico. **Journal of Archaeological Science**, [s.i], n. 38, p.3141-3152, 2011.

MOREAU, P.; BARO, R.. **História das Últimas Lutas no Brasil Entre Holandeses e Portugueses e Relação da Viagem ao País dos Tapuias**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1979. 128 p.

NAGATA, J.. What is a Malay? situation selection of ethnic identity in a plural society. **American Ethnologist**, [s.i], v. 1, n. 2, p.331-350, 1974.

NASCIMENTO, A. A Aldeia do Baião, Araripina - PE: um sítio pré-histórico cerâmico no sertão pernambucano. **CLIO**. Recife: Editora Universitária, v. 1, n. 7. 1991. p. 143 – 205.

NASCIMENTO, A. **A Aldeia do Baião, Araripina-PE: um sítio pré-histórico cerâmico no sertão pernambucano**. Dissertação de Mestrado. Recife: [s.n.], 1990. p.188.

NETO, L. D. de S; BERTRAND, D. Mapeamento dos sítios arqueológicos do município de Florânia/RN. **Mneme** - Revista de Humanidades. [S.l.], [s.n.], v. 7. n. 15. 2005. p. 1 – 36.

NOELLI, F. S.. **Sem Tekohá Não Há tekó:** em busca de um modelo etnoarqueológico da aldeia e da subsistência Guarani e sua aplicação a uma área de domínio no delta do rio Jacuí-RS. 1993. Tese (Doutorado) - PUCRS, Porto Alegre, 1993.

NOELLI, F. S.; DIAS, A. S.. Complementos Históricos ao Estudo Funcional da Indústria Lítica Guarani. **Revista do CEPA**, Santa Cruz do Sul, v. 19, n. 22, p.7-24, 1995.

NOELLI, F. S; FERREIRA, L. M. **A Persistência da Teoria da Degeneração Indígena e do Colonialismo nos Fundamentos da Arqueologia Brasileira**. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, 4 (14), 2007, 1239-1264.

NOGUEIRA, Mônica Almeida Araújo. **A Cerâmica Tupinambá na Serra de Santana-RN: O Sítio Arqueológico Aldeia da Serra de Macaguá I**. 195 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em Arqueologia, UFPE, Recife, 2011.

NOVELINO, P.; DURÁN, V.; PRIETO, C.. Cápiz Alto: aspectos bioarqueológicos y arqueológicos del cementerio indígena de época post-contacto (provincia de Mendoza, Argentina). **Paleopatología**, Mendoza, v. 1, n. 1, p.1-16, jun. 2003.

OLIVEIRA, Antônia V. L. C. de; CESTARO, Luiz Antonio. Caracterização do Meio Físico para Subsidiar um Zoneamento Geoambiental do Município de Currais Novos – RN – Brasil. **Revista Geonorte**, Edição Especial, V.3, N.4, p. 1419-1432, 2012.

OLIVEIRA, C. A. de. Os grupos ceramistas pré-históricos do sudeste do Piauí: estilos e técnicas. **Revista da Fundação Museu do Homem Americano**. São Raimundo Nonato: FUNDHAM, v. 1, n. 3. 2003. p. 57-127.

OLIVEIRA, C. A. **Estilos tecnológicos da cerâmica pré-histórica no sudeste do Piauí – Brasil**. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2000.

ORSER, Charles E. Toward a Global Historical Archaeology: An Example from Brazil. **Historical Archaeology** 28(1): 5-22, 1992.

PALLESTRINI, Luciana. Supra-estruturas e infra-estruturas arqueológicas no contexto ecológico brasileiro. **Revista do Museu Paulista**, São Paulo, USP, Nova Série, v.XX, p. 7-3. 1972/73.

PATEO, R.. **Niyayou: antagonismo e aliança entre os Yanomam da Serra das Surucucus (RR)**. Tese (Doutorado) - USP, São Paulo, 2005.

PELEGRIN, J. **Technologie lithique: le Châtelperronien de Roc-de-Combe (Lot) et de La Côte (Dordogne)**. **Cahiers du Quaternaire: 20**. Paris, CNRS, 1995.

PELS, P.. "Materialism," "Spiritualism" and the Modern Fear of Matter and Materiality. **American Anthropological Association**, New Orleans, n. , p.12-13, 2002.

PIEL-DESRUISSEAU, Jean-luc. **Instrumental Prehistórico:forma**. Fabricación, utilización. Barcelona: Masson, S. A, 1989. 279 p.

PIRES, M. I. da C. **A Guerra dos Bárbaros: Resistência e Conflito no Nordeste Colonial**. Editora Universitária da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Recife, 2001

PIRES, M. I. da C. **A Guerra dos Bárbaros: Resistência e Conflito no Nordeste Colonial**. Editora Universitária da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Recife, 2001.

POMPA, C. **Religião como Tradução: missionários, Tupi e Tapuia no Brasil Colonial**. Bauru: EDUSC, 2003.

PRONAPA. **Arqueologia Brasileira em 1968. Um relatório preliminar sobre o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas**. Publicações Avulsas. Belém: [s.n.], n. 12. 1969. p.179 – 186.

PROUS, A. **Apuntes para análises de indústrias líticas**. Ortegalia: Ortigueira, 2004.

PROUS, A. **Arqueologia Brasileira**. 1º edição, Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 613p, 1992.

PROUS, A. *et al.* As Indústrias Líticas dos Ceramistas Tupiguarani. In: LIMA, T.; PROUS, A. (Ed.). **Os Ceramistas Tupiguarani: eixos temáticos**. Belo Horizonte: Iphan, 2010. p. 27-76.

PROUS, A. *et al.* Indústrias líticas recentes dos abrigos da região de Montalvânia. **Arquivos do Museu de História Natural da Ufmg**, Belo Horizonte, v. 17/18, n. , p.211-242, 1996.

PROUS, A.. A Pintura na Cerâmica Tupiguarani. In: PROUS, A.; LIMA, T. A. (Ed.). **Os Ceramistas Tupiguarani: elementos decorativos**. Belo Horizonte: Superintendência do IPHAN, 2010. p. 113-216.

PROUS, A.. **O Brasil Antes dos Brasileiros**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

PROUS, A.; ALONSO, M.. As Indústrias Líticas dos Ceramistas Tupiguarani. In: PROUS, A.; LIMA, T.A.. **Os Ceramistas Tupiguarani: Eixos temáticos**. Belo Horizonte: IPHAN, 2010. p. 27-76.

PROUS, André. A Pintura na Cerâmica Tupiguarani. **Os Ceramistas Tupiguarani: elementos decorativos**. Editores André Prous e Tânia Andrade. Belo Horizonte: Superintendência do IPHAN em Minas Gerais. 2010. pp 113-216

PUNTONI, P. **A Guerra dos Bárbaros: povos indígenas e colonização do sertão do Nordeste do Brasil**. São Paulo: Hucitec-Edusp, 2002.

PUNTONI, P. L.. **A Guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão Norte do Brasil, 1650-1720**. Tese (Doutorado) - USP, São Paulo, 1998.

REDFIELD, R; LINTON, R; HERSKOVITS, M. Memorandum for the Study of Acculturation. **American Anthropologist**, 38(1), 1936, 149-152.

RIBEIRO, P.A.M. *et al.* A Redução Jesuítica de Jesus-Maria, Candelária, Rio Grande do Sul - nota prévia. **Revista do CEPA**, Santa Cruz do Sul, n. 4, p.1-60, 1976.

RIBEIRO, P.A.M. *et al.* Levantamentos Arqueológicos na Porção Central da Planície Costeira do Rio Grande do Sul, Brasil. **Revista de Arqueologia**, [s.i], n. 17, p.85-99, 2004.

RODET, M. J. **Etudes Technologiques des Industries lithiques taillées Du nord de Minas Gerais, Bresil**. Thèse Docteur – Paris X. 2006.

RODRIGUES, A.D. A Classificação do Tronco Lingüístico Tupi. **Revista de Antropologia**, São Paulo, n.12, 1964. p. 94-104.

RODRÍGUEZ-ALEGRÍA, E. Narratives of Conquest, Colonialism, and Cutting-Edge Technology. **American Anthropologist**, 110(1), 2008, 33-43.

ROGGE, J.H.. Adaptação na Floresta Subtropical: a Tradição Tupiguarani no médio Rio Jacuí e no Rio Pardo. **Arqueologia do RGS, Brasil - Documentos**, São Leopoldo, n. 6, p.3-156, 1996.

ROSKAMS, S. **Excavation**. Cambridge: University Press. 2001.

ROWLANDS, Michael. Black Identity and Sense of Past in Brazilian National Culture. **Historical Archaeology: Back from the Edge**, Pedro Paulo A. Funari, Martin Hall, and Siân Jones, editors, p. 333. Routledge, London, 1999.

SAID, E. W. **Culture and Imperialism**. New York: Vintage Books, 1994. 416 p.

SANTOS JUNIOR, V. dos. **Registros rupestres da área arqueológica de Santana (RN)**. 211 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em Arqueologia, UFPE, Recife, 2005.

SCATAMACCHIA, M. C. M. A Ocupação Tupi-Guarani no Estado de São Paulo: fontes etnográficas e arqueológicas. São Paulo: **Dédalo**, 1984, 197-222.

SCATAMACCHIA, M. C. M. **A Tradição Polícroma no Leste da América do sul evidenciada pela ocupação Guarani e Tupinambá: fontes arqueológicas e etno-históricas**. Tese de Doutorado. São Paulo: Editora da USP, 1990. p. 268.

SCATAMACCHIA, M. C. M. Arqueologia e Etno-história: cronistas do século XVI. São Paulo: **Dédalo**, 1989, 135-139.

SCATAMACCHIA, M. C. M.. Os horticultores da costa brasileira. **Revista de Arqueologia Americana**, México, v. 8, n. , p.117-158, 1995.

SCATAMACCHIA, M.C.M.. Proposta de terminologia para a descrição e classificação da cerâmica arqueológica dos grupos pertencentes à família lingüística tupi-guarani. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, n. 14, p.291-307, 2004.

SCATAMACCHIA, Maria C. R. Horticultores ceramistas da costa brasileira. **Revista de Arqueologia Americana**. México: [s.n.], n. 8. 1996. p. 117 – 155.

SCHIAVETTO, S. N. de O. **A Arqueologia Guarani: construção de desconstrução da identidade indígena**. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2003.

SCHIFFER, M.. **Formation processes in the archaeological record**. Albuquerque: University Of New México Press, 1987.

SCHMITZ, P. I. Primeiros Passos na Pesquisa da Tradição Cerâmica Tupiguarani. **Revista do CEPA**, Santa Cruz do Sul, v. 23, n.29, 1999. p. 213-214.

SCHMITZ, P.I. A evolução da cultura no Sudoeste de Goiás. **Pesquisas: Série Antropologia**, São Leopoldo, n. 31, 1980.

SCHMITZ, Pedro I. *et al.* Uma aldeia Tupiguarani. Projeto Candelária, RS. **Arqueologia do RGS, Brasil - Documentos**, São Leopoldo, n. 4, p.1-130, 1990.

SCHORTMAN, E. Interregional Interaction in Prehistory: the need for a new perspective. **American Antiquity**, 54(1), 1989, 52-65.

SCHORTMAN, E.. Interregional interaction in prehistory: the need for a new perspective. **American Antiquity**, [s.i], n. 54, p.52-65, 1989.

SCHORTMAN, E.; URBAN, P.. Living on the edge: core-periphery relations in ancient southeastern Mesoamerica. **Current Anthropology**, [s.i], n. 35, p.401-430, 1994.

SENA, V. K.. **Caracterização do Padrão de Assentamento dos Grupos Ceramistas no Semi-árido Pernambucano: Um Estudo de Caso dos Sítios Arqueológicos de Araripina - PE**. 2007. 130 f. Dissertação (Mestrado) - UFPE, Recife, 2007.

SENA, V. K.; NASCIMENTO JR, Adilson N.; ESPINOLA, Carolina Sá. Projeto de Regularização do Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos do Rio Grande do Norte – 2ª Etapa. **Relatório**. IPHAN. 2013.

SILLIMAN, S. W. Culture Contact or Colonialism? Challenges in the archaeology of Native North America. *American Antiquity*, 70(1), 2005, 55-74.

SILLIMAN, S.. Change and continuity, practice, and memory: Native American persistence in colonial New England. *American Antiquity*, [s.i], n. 74, p.211-230, 2009.

SILVA, Jacionira Coelho. **Arqueologia no médio São Francisco. Indígenas vaqueiros e missionários**. 421 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-graduação em História, Ufpe, Recife, 2003.

SMITH, M.T.; GOOD, M. E.. **Early sixteenth Century Glass Beads in The Spanish Colonial Trade**. Mississippi: Cottonlandia Museum Publications, 1982. 64 p.

SODRÉ, N. W. **A Ideologia do Colonialismo: seus reflexos no pensamento brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1984. 200 p.

SOUTH, S.; SKOWRONEK, R. K.; JOHNSON, R.E.. Spanish Artifacts from Santa Elena. *Anthropological Studies*, Columbia, 1988.

STADEN, H. **Duas viagens ao Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, (1557) 1987. p. 216.

STEIN, G. J. From Passive Periphery to Active Agentes: emerging perspectives in the archaeology of regional interaction. *American Anthropologist*, 104, 2002, 903-916.

STEIN, G.J.. World System Theory and Alternative Modes of Interaction in the Archaeology of Culture Contact. In: CUSICK, J. G.(Org.) **Studies in Culture Contact: Interaction, Culture Change, and Archaeology**. Illinois: Board of Trustees, Southern Illinois University, 1998. p. 220 – 255.

STEWART, J. H. Culture areas of the tropical florest. In: **Handbook of South American Indians**. Washington: [s.n.], v. 3. 1948.

SYMANSKI, Luís Cláudio Pereira. **Grupos domésticos e comportamento de consumo em Porto Alegre no Século XIX: O Solar Lopo Gonçalves**. 1997. 232 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em História, Pontifícia Universidade Católica Do Rio Grande Do Sul, Porto Alegre, 1997.

TAPIA, A.H.; PINEAU, V.. Diversidad de las Cuentas Vítreas. Los Hallazgos de la Misión de Santiago del Baradero (Siglo XVII).*Arqueología*, Buenos Aires, n. 17, p.1-18, 2011.

TOCCHETTO, F. B. A Cerâmica do Guarani Missioneiro como Símbolo de Identidade Étnica. In Stanley South (eds.) **Historical Archaeology in Latin America**. Columbia: The University of South Carolina, 1996. p. 77-98.

TOCHETTO, F. B.. A cerâmica do Guarani missioneiro como símbolo de identidade étnica. In: KERN, Arno Alvarez. (Org.). **Arqueologia Histórica Missioneira**. Porto Alegre: Edipucrs, 1998. p. 151-176.

TODOROV, T. **A Conquista da América: a questão do outro**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

TRIGGER, B. G. **História do Pensamento Arqueológico**. São Paulo: Odysseus Editora, 2004. 477 p.

ULLOA, Francisco Corrales. **Del Oro al Vidreo, dela Piedra al Hierro: La Evidencia Arqueologica y la Desestructuracion de la Sociedad Indigena**.181-189p. 1992

URBAN, G. A História da Cultura Brasileira segundo as Línguas Nativas. In Carneiro da Cunha, M. (org.) **História dos Índios do Brasil**, São Paulo: Fapesp/SMC, Companhia das Letras, 1992, p. 87-102.

VAN DER SLEEN, W. G. N.. A Bead Factory in Amsterdam in the Seventeenth Century. **Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland Stable**, [s.i], v. 63. p.172-174, nov. 1963.

VIALOU, A. V.. **Tecno-tipologia das indústrias líticas do Sítio Almeida em seu quadro natural, arqueo-etnológico e regional**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1980. 170 p.

VIANA, S. A. **Variabilidade Tecnológica do Sistema de Debitagem e de Confecção dos Instrumentos Líticos Lascados de Sítios Lito-Cerâmicos da Região do Rio Manso/MT**. Tese de Doutorado apresentado ao programa de Pós-Graduação em História da PUC-RS, 2005.

WALLERSTEIN, I. **The Modern World-System I: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century**. [s.i]: Academic Press Inc, 1974. 410 p.

WATCHEL, N. A Aculturação. In GOFF, J. L. e Pierre Nora (eds.) 1988, **História: novos problemas**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S. A., 113-129.

WHITE, L.. **The Science of Culture: A Study of Man and Civilization**. [s.i]: Farrar, Straus And Giroux, 1969. 444 p.

WILLEY, G. Archaeology Theories and Interpretation: New World. In: KROEBER, A. **Anthropology Today: an Encyclopedic Inventory**. 8. ed. Chicago: Univ. Of Chicago Press, 1953. p. 361-385.

WILLEY, G.R.; PHILLIPS, P.. Method and Theory in American Archaeology II: Historical-Developmental Interpretation. **American Anthropologist**, [s.i], v. 57, p.723-819, 1955.

WILLIS, R.. Nueva Cadiz: In Spanish colonial frontier research. **Center For Anthropological Studies**, Albuquerque, n. , p.27-40, 1982.

WÜST, I. Padrões de assentamento de grupos agricultores pré-coloniais em uma área do Mato Grosso de Goiás. **CLIO**. Recife: Editora Universitária, n. 4. 1991. p. 105 – 108.

WÜST, I. **Continuidade e mudança**: Para uma interpretação dos grupos ceramistas pré-coloniais da bacia do Rio Vermelho, Mato Grosso. 1990. 122 f. Dissertação (Ph. D) - Departamento de Antropologia, USP, São Paulo, 1990.

ZUSE, S; MILDNER, S. E. S. Cerâmica Guarani e de Contato: permanências e mudanças técnicas em uma redução jesuítica do início do século XVII. In: **IX Encontro Estadual da ANPUH-RS – Vestígios do Passado: a história e suas fontes**. Porto Alegre: Anais eletrônicos do IX Encontro Estadual da ANPUH-RS, 2008.